

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Fernando José Coscioni

**O Darwinismo Social na Geografia Humana estadunidense: um
estudo de obras selecionadas de Ellsworth Huntington e Ellen Semple**

São Paulo

2019

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Fernando José Coscioni

**O Darwinismo Social na Geografia Humana estadunidense: um
estudo de obras selecionadas de Ellsworth Huntington e Ellen Semple**

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de
Doutor em Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Ricardo
Mendes Antas Jr.

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cd Coscioni, Fernando José
 O Darwinismo Social na Geografia Humana
 estadunidense: um estudo de obras selecionadas de
 Ellsworth Huntington e Ellen Semple / Fernando José
 Coscioni ; orientador Ricardo Mendes Antas Jr.. -
 São Paulo, 2019.
 252 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Geografia. Área de concentração:
 Geografia Humana.

 1. Pensamento Geográfico. 2. Geografia Humana. I.
 Antas Jr., Ricardo Mendes, orient. II. Título.

Resumo: A tese busca, à luz de uma preocupação metodológica que coloca em diálogo a História Intelectual e a História da Geografia, compreender o impacto do Darwinismo Social sobre o pensamento do final do século XIX e início do século XX, com o objetivo de elucidar as relações existentes entre essa corrente intelectual e a fundamentação epistemológica e filosófica das obras de Ellsworth Huntington (1876-1947) e Ellen Semple (1863-1932), dois dos principais autores da Geografia Humana no contexto nacional estadunidense das décadas de 1900 a 1930. São estudadas as relações existentes entre a institucionalização da Geografia acadêmica nos EUA, a força do Darwinismo Social como um quadro de referência filosófico e epistemológico no campo intelectual do período, as trajetórias dos dois geógrafos e as ideias contidas nas obras “Civilization and Climate” (1915/1924), de Ellsworth Huntington, e “Influences of Geographic Environment” (1911), de Ellen Semple. Além dessas duas obras que recebem análises mais detalhadas, são abordadas outras contribuições de ambos à disciplina, buscando situar seus respectivos esforços intelectuais no quadro socioeconômico, geopolítico, epistemológico e ideológico mais amplo que caracterizou as primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: História da Geografia, Darwinismo Social, Geografia Humana nos EUA, Ellsworth Huntington, Ellen Semple.

Abstract: The thesis seeks, under a methodological concern that puts in dialogue Intellectual History and History of Geography, to understand the impact of Social Darwinism on late nineteenth and early twentieth century thinking in order to elucidate existing relationships between this intellectual current and the epistemological and philosophical foundation of the works of Ellsworth Huntington (1876-1947) and Ellen Semple (1863-1932), two of the leading authors of Human Geography in the USA national context from the 1900s to 1930s. The relationships among the institutionalization of academic geography in the USA, the strength of Social Darwinism as a philosophical and epistemological reference framework in the intellectual field of the period, the trajectories of the two geographers and the ideas contained in the works “Civilization and Climate” (1915/1924), by Ellsworth Huntington, and “Influences of Geographic Environment” (1911), by Ellen Semple, are studied along the thesis. In addition to these two works which receive more detailed analysis, other contributions of both of them for the discipline are addressed in order to situate their respective intellectual efforts in the broader socioeconomic, geopolitical, epistemological and ideological scenario that characterized the first decades of the twentieth century.

Key-words: History of Geography, Social Darwinism, Human Geography in USA, Ellsworth Huntington, Ellen Semple.

Índice

Agradecimentos	7
Introdução	9
Capítulo 1 – O Darwinismo Social e a Geografia Humana estadunidense no início do século XX	23
1.1 – Darwin e Spencer	23
1.2 – O Darwinismo Social nos EUA	48
1.3 – O Darwinismo Social e a institucionalização da Geografia Humana nos EUA	74
Capítulo 2 – Ellsworth Huntington e o Darwinismo Social em “Civilization and Climate”	106
2.1 – Elementos da trajetória de Huntington	106
2.2 – Análise de “Civilization and Climate”	131
2.3 – Evolução, raça e as “molas” da civilização	159
Capítulo 3 – Ellen Semple e o Darwinismo Social em “Influences of Geographic Environment”	179
3.1 – Elementos da trajetória de Semple	179
3.2 – Análise de “Influences of Geographic Environment”	206
3.3 – <i>Lebensraum</i> , a fronteira e as condições geográficas da história dos EUA	221

Considerações finais	236
Referências bibliográficas	239
Documentos citados	248

Agradecimentos

O meu ingresso formal no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo se deu no mês de julho de 2016. A tese aqui apresentada é fruto da pesquisa que comecei a realizar desde então. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que me concedeu uma bolsa de doutorado regular (processo 2016/18128-1) durante um período de 31 meses entre maio de 2017 e novembro de 2019. A bolsa é produto de um convênio feito entre a FAPESP e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

Várias pessoas tiveram grande importância ao longo de todo o período que vai desde o meu ingresso no doutorado até a conclusão da redação da tese. Dentre essas pessoas, a primeira à qual eu gostaria de deixar um sincero agradecimento é o meu orientador, o Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Jr., que me acompanha já desde 2011, tendo orientado o meu trabalho de conclusão da graduação (concluído em 2011), o meu mestrado (concluído em 2015) e, agora, por fim, o meu doutorado, cuja orientação ele conclui ao final deste ano de 2019. Agradeço imensamente à sua amizade, à sua generosidade e à sua dedicação que foram fundamentais em minha caminhada durante o doutorado.

Os professores doutores Sérgio Luiz Nunes Pereira, do Departamento de Geografia da UFF, e Miguel Soares Palmeira, do Departamento de História da USP, cumpriram, assim como o Ricardo, papel decisivo em minha formação como pesquisador. O Sérgio teve importância para intensificar a minha paixão pela História da Geografia, e com o Miguel eu aprendi a olhar com mais rigor para certas questões metodológicas de História Intelectual que, normalmente, os geógrafos que se dispõem a produzir historiografia disciplinar ignoram. Ambos já me acompanham desde a banca de mestrado e também participaram do meu Exame de Qualificação do doutorado, ocorrido em dezembro de 2017. E agora, eu terei novamente o privilégio de contar com eles na banca de defesa de meu doutorado, e, além disso, ganharei o prestigioso reforço do Prof. Dr. Fábio Betioli Contel, do Departamento de Geografia

da USP, que gentilmente aceitou o convite para compor a banca junto com o Sérgio e o Miguel. Gostaria de registrar aqui meu agradecimento também ao Fábio.

Em relação aos amigos que a Geografia me proporcionou, vários deles foram fundamentais pelo seu incentivo, companheirismo e apoio. Em especial, gostaria de agradecer a três deles: Flávio Vendrusculo (amigo de mais de uma década), Mait Bertollo e Wagner Nabarro. E claro, eu não poderia me esquecer de outros dois amigos que foram muito importantes como interlocutores nas discussões de História da Geografia: Larissa Alves de Lira, pesquisadora com a qual mantive debates muito ricos e estimulantes em várias ocasiões, e Breno Viotto Pedrosa, um velho amigo. Dos amigos de fora da Geografia, fica um agradecimento especial ao Caio V. Zipro, que é oceanógrafo, mas adora as discussões das humanidades.

Nos EUA, eu gostaria de agradecer ao *staff* da seção de Manuscritos e Arquivos da *Sterling Memorial Library*, da Universidade de Yale. A eficiência dos funcionários da instituição e o excelente tratamento que recebi quando lá estive pesquisando os *Huntington Papers* durante o mês de agosto de 2018 foram fundamentais para que eu me sentisse mais acolhido estando em um país estrangeiro. O mesmo agradecimento eu gostaria de deixar ao *staff* da seção de Coleções Especiais da *Margaret I. King Library*, na Universidade do Kentucky, onde eu fui igualmente bem atendido e extremamente bem tratado nos dias de setembro de 2018 em que lá estive para consultar os *Semple Papers*.

E para encerrar, quero agradecer a três pessoas: à minha namorada Ediane Parente, pelo carinho, amizade e afeto, à minha mãe Márcia Coscioni, e à minha irmã Larissa Coscioni que, mesmo não sendo geógrafa, me escutou pacientemente com certa frequência nesses últimos anos falando, às vezes longamente (risos), dos dilemas que eu enfrentava em minha pesquisa; e também, é claro, sempre me deu “assistência técnica” gratuita nos assuntos de informática.

Introdução

O Darwinismo Social, corrente de pensamento que ganha força na Europa e nos EUA entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX, possui estreitos laços com o quadro de referência conceitual e com os pressupostos teóricos e epistemológicos que balizaram o processo de institucionalização acadêmica da Geografia. Esse foi um período crítico para o crescimento do número de departamentos de Geografia nos EUA e na Europa, assim como para a formação da divisão do trabalho intelectual que estruturaria, durante todo o século XX, o padrão de organização da produção de conhecimento que seria realizada nas universidades.

É justamente nessa conjuntura histórica particular que a Geografia, rótulo para um conhecimento que tem origens, de acordo com importantes historiadores da disciplina¹, desde pelo menos a Antiguidade Clássica, começa a ganhar contornos epistemológicos mais acabados de um conhecimento com as características típicas de uma ciência propriamente moderna. Embora seja possível dizer que, antes do período das décadas finais do século XIX, em virtude do surgimento na Alemanha, entre as décadas finais do século XVIII e iniciais do século XIX, dos trabalhos de Alexander von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859), existiu uma produção de conhecimento geográfico próxima àquilo que se entende como a forma moderna da disciplina, sua efetiva institucionalização acadêmica e a busca da delimitação de suas fronteiras com outras disciplinas apenas ocorreram entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX.

Foi nesse período que o Darwinismo Social começaria a se colocar como um quadro de referência epistemológico, científico e filosófico dentro do qual a Geografia acadêmica de língua inglesa procuraria um fundamento teórico para dar legitimidade à sua demanda de institucionalização universitária. A segunda metade do século XIX foi um momento em que a reputação da Geografia como um conhecimento suplementar para as conquistas ultramarinas das grandes potências e como uma agregação sem rigor científico de informações referentes às regiões terrestres passou a ser cada vez

¹HARTSHORNE, Richard. *The Nature of Geography*. Annals of the Association of American Geographers, v.29, No. 3-4, Lancaster, 1939.
MARTIN, Geoffrey. *All Possible Worlds – A History of Geographical Ideas*. New York/Oxford, Oxford University Press, 2005.

mais insuficiente para legitimar seu papel como disciplina universitária². Essa grande fragilidade epistemológica, somada, no caso específico dos EUA³, à incipiência na profissionalização acadêmica da Geografia e ao papel das demandas heterônomas ligadas ao poder político e econômico, fez com que os geógrafos passassem a buscar fundações conceituais que tornassem seu projeto intelectual mais plausível e melhor enquadrado nos requisitos epistemológicos e institucionais que ditam a legitimidade acadêmica dos conhecimentos produzidos a partir desse período.

A tese busca compreender as relações entre a institucionalização da Geografia acadêmica nos EUA, a força do Darwinismo Social como um quadro de referência filosófico e epistemológico no campo intelectual do período e as ideias contidas nas obras “Civilization and Climate” (1915/1924), de Ellsworth Huntington (1876-1947)⁴ e “Influences of Geographic Environment”⁵ (1911), de Ellen Semple (1863-1932). Esses dois autores tiveram grande importância para o fortalecimento da Geografia Humana estadunidense no início do século XX. A escolha dessas duas obras em meio à vasta produção intelectual de ambos ocorreu porque elas aglutinam de maneira bastante exemplar alguns elementos que evidenciam o impacto do Darwinismo Social sobre a disciplina no período e servirão para a formulação de hipóteses mais gerais sobre as relações entre a disciplina e essa corrente de pensamento, contribuindo assim para uma melhor compreensão da gênese da Geografia moderna.

O Darwinismo Social é uma corrente de pensamento bastante heterogênea e controversa. Vários eruditos que produziram trabalhos de análise social e política influenciada pelo evolucionismo entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, como Herbert Spencer, Ernst Haeckel, Walter Bagehot, Cesare Lombroso, William Graham Sumner e John Fiske, entre outros, são enquadrados pela historiografia como expoentes dessa corrente de pensamento. Além dessa grande variedade de atores individuais que são considerados convencionalmente como expoentes desse fenômeno intelectual, vale lembrar que, do ponto de vista das ideologias políticas, o Darwinismo Social apresentou uma gama variada de

² LIVINGSTONE, David. *The Geographical Tradition*. Malden/Oxford, Blackwell Publishing, 2008 [1992], p. 177.

³ Caso nacional de interesse da tese.

⁴HUNTINGTON, Ellsworth. *Civilization and Climate*. New Haven, Yale University Press, 1915.

HUNTINGTON, Ellsworth. *Civilization and Climate*. New Haven, Yale University Press, 1924a, Third Edition.

⁵SEMPLER, Ellen. *Influences of Geographic Environment – On the Basis of Ratzel’s System of Anthro-Geography*. New York, Henry Holt and Company; London, Constable & Company Ltd.,1911.

possibilidades de apropriação e foi usado para defender uma série de concepções políticas que travavam conflito no final do século XIX e início do século XX, como o *laissez-faire* do capitalismo liberal, o nacionalismo imperialista, a eugenia e mesmo políticas progressistas de reforma social.

Entenderemos o Darwinismo Social como o conjunto de ideias formado por aqueles autores que tentaram compreender a sociedade através de esquemas de desenvolvimento evolucionário e analogias orgânicas⁶ não apenas para interpretar as propriedades físicas dos seres humanos concebidos como espécies biológicas, mas também para explicar a sua existência social e seus atributos psicológicos⁷. O Darwinismo Social é produto de uma aplicação do arcabouço conceitual da Biologia evolucionista na análise dos fenômenos sociais, políticos e econômicos. Embora ideias evolucionistas tenham existido anteriormente ao século XIX, foi apenas em 1859 que seu marco fundamental de divulgação ganhou evidência com a publicação de “A Origem das Espécies”, por Charles Darwin. Os aspectos essenciais de todas as teorias que serão qualificadas como darwinistas sociais⁸ evidenciam importantes elementos comuns que nos ajudarão a lidar, ao longo da tese, com o grande conjunto de ideias heterogêneas que receberam essa rotulação no período entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

David Livingstone lembra que a história do processo de institucionalização da Geografia acadêmica ao longo da segunda metade do século XIX e do início do século XX é bastante longa, complexa e envolveu diferentes atores, estratégias e instituições nos diferentes lugares. Uma parte importante dessa história não pode ser contada, para o autor, sem uma historiografia que se debruce sobre o impacto do Darwinismo⁹ e, acrescentaríamos nós, de sua extensão mais importante na Geografia Humana de língua inglesa desse período, que é o Darwinismo Social. Há uma rarefação de estudos de História da Geografia que contemplem as relações entre a disciplina e essa corrente de pensamento.

A escolha por um recorte de pesquisa focado em duas obras importantes de Ellsworth Huntington e Ellen Semple tem como pressuposto a tentativa de construção de uma reflexão que trate de maneira sistemática, com base em um estudo delimitado,

⁶ HOFSTADTER, Richard. *Social Darwinism in American Thought*. Boston, Beacon Press, 1992 [1955], p.4.

⁷ HAWKINS, Mike. *Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945) – Nature as a Model and Nature as a Threat*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 31.

⁸ Tais como apontados por Hawkins (1998) e Hofstadter (1992 [1955]).

⁹ Livingstone, 2008 [1992], p. 189.

o tema das relações entre as ideias darwinistas sociais e o pensamento geográfico. Tanto Huntington quanto Semple fazem parte de uma geração da Geografia estadunidense que nasceu nas décadas seguintes à publicação de “A Origem das Espécies” e o período de maturação intelectual e de inserção de ambos no campo científico coincidiu com o auge do Darwinismo Social e com o crescimento da presença da Geografia nas universidades¹⁰. Os dois autores produziram extensos trabalhos em que uma vasta pesquisa empírica deu origem à construção de generalizações teóricas de largo alcance que contribuíram para moldar o quadro paradigmático que estruturou a Geografia Humana estadunidense nas primeiras décadas do século XX.

O pressuposto teórico que fornecerá o ponto de partida para a investigação tanto do Darwinismo Social em geral quanto de seu impacto específico na Geografia Humana estadunidense a partir da análise das obras escolhidas de Huntington e Semple sustenta que a compreensão do conhecimento produzido em qualquer sociedade moderna não pode ser isolada de tendências sociais mais amplas que transcendem as instituições e os indivíduos especificamente encarregados da produção de ideias. Todo conhecimento considerado “científico” é produto de um período histórico específico e está imerso em relações de poder e em interesses de determinados grupos sociais. Esse pressuposto já está bastante estabelecido atualmente e tem sido evidenciado em trabalhos de História Intelectual que foram produzidos nas últimas décadas. Assumi-lo não significa negar o valor intrínseco das práticas científicas nem seu estatuto de conhecimento relevante, como é comum observar em trabalhos que se valem desse pressuposto para abrir caminho para o relativismo absoluto que retrata os saberes formais como meras “construções intelectuais”, mas sim reconhecer que todo conhecimento, incluindo o conhecimento científico, só pode se originar dentro de determinadas *condições sociais de possibilidade*.

A assunção de uma filiação teórica com certos pressupostos da História Intelectual é de grande importância para a explicitação do método de tratamento das fontes bibliográficas e documentais que são utilizadas nesta tese. François Dosse¹¹, em

¹⁰ STODDART, David. *Darwin's Influence in the Development of Geography in the United States, 1859 – 1914*. In: BLOUET, Brian (org.) *The Origins of Academic Geography in the United States*, Hamden, Archon Books, 1981, pp. 265-278. Esse autor lembra que a geração de geógrafos que nasceu nas décadas imediatamente posteriores à publicação de “A Origem das Espécies” exerceu um papel de domínio sobre a Geografia nos EUA que perdurou até a Segunda Guerra Mundial.

¹¹ DOSSE, François. *La Marche de Las Ideas – Historia de los intelectuales, Historia Intelectual*. València, Universitat de València, 2007.

seu vasto exame historiográfico sobre a História Intelectual e outras correntes históricas adjacentes, argumenta que essa subdisciplina, especialmente após os anos 1980, se vinculou ao projeto de elucidar as obras dos pensadores em sua historicidade. Esse autor demarca uma distinção entre o núcleo fundamental das preocupações da História Intelectual e a simples exposição cronológica dos jogos de influência de um autor a outro que ficou conhecida como a versão mais linear da História das Ideias. Para Dosse, a História Intelectual, que se desenvolveu em um ponto de encontro com outras subdisciplinas históricas, tem como ambição fazer com que se expressem, ao mesmo tempo, as obras, seus autores e o contexto que as viu nascer de maneira a rejeitar a alternativa empobrecedora entre uma leitura interna, centrada exclusivamente nas obras, e uma leitura externa, que priorize unicamente as redes de sociabilidade¹².

Junto a essa proposição, em certo sentido, programática, a respeito das tarefas da História Intelectual que nos oferece Dosse, vale lembrar a advertência que Robert Darnton fez em um texto escrito no final do século XX¹³, onde, em meio a um exame exaustivo das características de determinadas obras associadas a essa subdisciplina no mundo de língua inglesa, o historiador diz que:

Infelizmente, porém, a história intelectual não é um todo. Ela não tem nenhuma *problématique* norteadora. Seus praticantes não compartilham nenhum sentimento de terem temas, métodos e estratégias conceituais em comum. Num dos extremos, eles analisam os sistemas dos filósofos; no outro, examinam os rituais dos iletrados. Mas suas perspectivas podem ser classificadas de ‘cima’ para ‘baixo’, e poderíamos imaginar um espectro vertical de onde os temas se transformam gradualmente entre si, passando por quatro categorias principais: a história das ideias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas)¹⁴.

Essa proliferação de categorias que designam subdisciplinas associadas à História Intelectual que, para Darnton, seria sintomática da ausência de um núcleo intelectual norteador contrasta com o reconhecimento de Dosse de que, apesar da confusão terminológica entre as subdisciplinas que habitam as adjacências da História

¹² Dosse, 2007, p. 14.

¹³ DARNTON, Robert. *História Intelectual e Cultural*. In: *O Beijo de Lamourette – Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 [1990].

¹⁴ Darnton, 1995 [1990], p. 188.

Intelectual, existe, ainda assim, uma problemática fundamental. Acreditamos que a elucidação historiográfica das relações entre as obras de Huntington e Semple e o movimento intelectual mais amplo ocorrido em alguns países ocidentais que aqui chamamos de Darwinismo Social comporta tanto a possibilidade de um tratamento orientado pela concepção mais bem delineada do objeto da História Intelectual que Dosse nos apresenta, isto é, como uma subdisciplina que trata de estudar obras, autores e contextos de forma articulada e contínua, formando assim um tecido interdependente de reciprocidades, como o reconhecimento de que os temas de estudo variados da História Intelectual frequentemente estiveram associados a outros rótulos da pesquisa historiográfica, tal como apontado por Darnton.

O estudo sistemático do pensamento, que o historiador estadunidense associa ao rótulo de “História das Ideias” e o estudo das ideologias e da difusão das ideias, que o mesmo atribui à “História Social das Ideias”, terão importância central na nossa explicação das relações entre o conteúdo das obras de Huntington e Semple, as trajetórias dos dois autores, a institucionalização acadêmica da Geografia Humana nos EUA e o impacto filosófico, epistemológico e político do Darwinismo Social no campo intelectual estadunidense entre o final do século XIX e o início do século XX. A preferência pela assunção do rótulo “História Intelectual” em detrimento de outros rótulos no tratamento do objeto de estudo da tese se dá em função da sua natureza de síntese – tal como explicitada por Dosse – e da sua capacidade de agregar problemas de pesquisa distintos, porém, fortemente inter-relacionados (trajetórias de autores individuais, posturas filosóficas e epistemológicas das obras, contextos intelectuais, quadros sócio-históricos mais amplos que impactam a produção intelectual e etc.).

A investigação em História da Geografia apenas recentemente começou a travar um diálogo mais sistemático com os debates teórico-metodológicos da História Intelectual. Em decorrência disso, um dos maiores problemas da historiografia da disciplina tem sido a tendência de prestar pouca atenção aos movimentos intelectuais e sociais mais amplos que acaba isolando a análise das ideias geográficas de seus contextos de inserção e tem como consequência a produção de narrativas excessivamente internalistas¹⁵. A opção por uma investigação que buscará compreender os pressupostos teóricos e epistemológicos que fundamentaram os trabalhos de dois importantes geógrafos do início do século XX partindo de uma

¹⁵ Livingstone, 2008 [1992], p. 3.

corrente de pensamento mais ampla que teve efeitos diretos em seus trabalhos é decorrência direta desse reconhecimento da importância de situar obras, autores e ideias geográficas em contextos mais amplos.

A crítica às narrativas excessivamente internalistas na elaboração de histórias da Geografia é o aspecto mais importante das mudanças pelas quais a historiografia da disciplina vem passando nas últimas décadas. Essa crítica evidencia justamente a emergência da consciência de que um diálogo entre a historiografia da Geografia e as subdisciplinas históricas e sociológicas que tratam da produção intelectual se faz necessário. Vincent Berdoulay, um dos grandes especialistas no tema, escrevendo no início da década de 1980¹⁶, notou um crescente interesse dos geógrafos pela compreensão dos contextos nos quais se desenvolveram as ideias geográficas, mas, ao mesmo tempo, lembrou o problema trazido pela falta de esclarecimento a respeito de uma metodologia específica pela qual esse interesse pudesse ser tratado¹⁷. Ao propor o que denomina de “abordagem contextual” na história da disciplina, Berdoulay defende dois pressupostos. O primeiro sustenta que existem continuidades e mudanças nos sistemas de pensamento e nas ideias, colocando assim em risco qualquer assunção *a priori* de que um sistema de pensamento deva ser atribuído a cada período histórico e a cada grupo social; o segundo postula a inexistência de uma distinção clara entre “fatores internos” e “fatores externos” no entendimento das mudanças científicas¹⁸.

O apelo de Berdoulay para uma abordagem sensível ao contexto está bastante próximo da posição de David Livingstone, outra figura de peso nesse debate. Este autor defende uma superação da convencional distinção entre texto e contexto e propõe uma leitura simétrica de como ambos se constituem reciprocamente. Rejeitando qualquer tentativa de assunção de uma definição cristalizada daquilo que seria a Geografia, ele lembra que toda forma de racionalidade é situada no tempo e no espaço e que a tarefa fundamental para quem se interessa pelo passado dos conhecimentos geográficos é demonstrar como e por que determinadas teorias, práticas e procedimentos particulares foram considerados geograficamente legítimos¹⁹.

Henry Aay também apontou alguns problemas da historiografia da disciplina que se orienta exclusivamente por uma abordagem focada em inventariar

¹⁶ BERDOULAY, Vincent. *A Abordagem Contextual*. Espaço e Cultura, No. 16, Rio de Janeiro, UERJ, 2003 [1981], pp. 47-56.

¹⁷ Berdoulay, 2003 [1981], p. 47.

¹⁸ Berdoulay, 2003 [1981], p. 51.

¹⁹ Livingstone, 2008 [1992], pp. 28-29.

cronologicamente autores, obras e ideias sem referência a quadros institucionais, históricos e sociológicos²⁰. Escrevendo no ano de 1981, ele afirmou que a literatura da história disciplinar da Geografia havia sido dominada, até então, pelo que chama de “crônicas de manuais”²¹. A história disciplinar dos manuais, tal como Aay a define, é produzida mais por motivações pedagógicas de fornecer aos estudantes uma consideração organizada do passado da Geografia do que por razões estritamente historiográficas. Essa preocupação pedagógica gera, em seu entendimento, uma historiografia que chama de “presentista”; isto é, que estuda o passado apenas com referência direta ao presente. O “presentismo” serve como um princípio para canalizar a história e permite que o escritor corte através da complexidade e individualidade das situações históricas para apresentar uma crônica dos eventos progressivos que convergem com o presente²².

Esse autor acredita que em muitas “crônicas de manuais” existe uma visão implícita ou explícita da natureza da disciplina que é altamente determinante para o esboço mais amplo que é apresentado do passado da Geografia. Essas assunções filosóficas presentistas servem como um critério de seleção para o quê incluir nas “crônicas de manuais” e como um padrão para arbitrar questões do passado disciplinar. Para Aay, a natureza funcional desses manuais talvez possa ser vista como um estágio no desenvolvimento da historiografia da ciência do qual a historiografia das Ciências Sociais ainda não teria se desembaraçado completamente para encontrar paradigmas historiográficos mais refinados. A falta de estudos com escopo limitado em História da Geografia que interpretem cuidadosamente as fontes primárias e que apresentem apreciações dinâmicas do desenvolvimento das ideias, das carreiras individuais, das comunidades de acadêmicos e dos subcampos fez, segundo o autor, com que o gênero de história dos manuais não tivesse fontes mais robustas para se apoiar, reduzindo-se assim à produção de visões gerais ilustradas com exemplos do passado²³.

²⁰ AAY, Henry. *Textbook Chronicles: Disciplinary History and the Growth of Geographic Knowledge*. In: BLOUET, Brian. (Org.) *The Origins of Academic Geography in the United States*. Hamden, Archon Books, 1981, pp. 291-302.

²¹ “Textbook chronicles”, na expressão original do inglês.

²² Aay, 1981, p. 292. Dentre os exemplos de autores que produziram esses manuais no mundo de língua inglesa Aay cita Preston James, Robert Dickinson e Thomas Freeman. No caso brasileiro, nós incluiríamos, seguindo a categorização de Aay, os trabalhos produzidos por Antônio Carlos Robert de Moraes nos anos 1980 e por Ruy Moreira durante os anos 2000; no caso francês, certamente alguns trabalhos de Paul Claval se enquadraram nessa categoria de trabalhos com uma função estritamente pedagógica.

²³ Aay, 1981, pp. 292-294.

De fato, nos últimos, aproximadamente, trinta anos, a produção acadêmica em História da Geografia misturou tendências ao aprofundamento do diálogo com correntes historiográficas mais refinadas que tratam da questão da elucidação da historicidade da atividade intelectual e tendências de continuidade com a lógica de inventário das narrativas de manuais. A tese que aqui pretendemos defender é resultado de uma opção metodológica decorrente da incorporação das críticas às narrativas exclusivamente internalistas da história disciplinar feitas por Berdoulay, Livingstone e Aay. Isso não significa, contudo, que a adesão a esses pressupostos teóricos que enfatizam o peso dos contextos mais amplos de inserção das ideias geográficas e às concepções historiográficas gerais para o estudo da produção intelectual aqui exposta implicará em uma negligência com a análise interna das referidas obras de Huntington e Semple. A reconstrução e a exegese textual são práticas de extrema importância para qualquer pesquisa em História Intelectual, no entanto, essas práticas precisam ser integradas à reflexão sobre elementos externos aos textos que incidem diretamente em seu conteúdo e que, além disso, podem afetar sua circulação, recepção e apropriação por indivíduos e grupos.

Além dessas observações críticas sobre a historiografia da Geografia e dessas concepções sobre o papel da História Intelectual, também recorreremos pontualmente à outra importante filiação metodológica para pensar a relação entre o Darwinismo Social, a institucionalização da Geografia acadêmica nos EUA e as ideias de Huntington e Semple. Essa filiação está em algumas ideias de Pierre Bourdieu, especialmente em seu conceito de *campo*. Para Bourdieu, um *campo* é um universo intermediário entre os polos do texto e do contexto, um mundo social particular no qual estão inseridos os agentes e as instituições que difundem a ciência, a arte e a literatura, mas que jamais escapa às imposições do macrocosmo social, mesmo que tenha suas características específicas. Os diversos campos possuem, em seu entendimento, graus variados de *autonomia*. Em alguns deles as pressões externas se manifestam mais diretamente e eles se tornam marcados por uma condição de *heteronomia*, enquanto outros possuem uma autonomia parcial mais ou menos acentuada refratando assim as pressões externas²⁴.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência*. São Paulo, Unesp, 2003, pp. 20-22.

O sociólogo, em importante artigo publicado nos anos 1960²⁵, argumenta que o campo intelectual possui uma *autonomia relativa* que se constituiu, no caso do Ocidente, em um tipo muito particular de sociedades históricas nas quais os domínios da atividade humana, progressivamente, se diferenciavam e, por conta disso, emergiu uma ordem propriamente intelectual dominada por um tipo particular de legitimidade definida por oposição ao poder político, ao poder econômico e ao poder religioso; isto é, em contraposição a todas as instâncias que possam pretender legislar, em matéria de cultura, em nome de um poder ou de uma autoridade que não seja propriamente intelectual²⁶.

Essa problemática trazida por Bourdieu será importante para pensar os escritos de Huntington e Semple na relação com dois movimentos do campo intelectual estadunidense do final do século XIX e do início do século XX. O primeiro movimento, de ordem mais geral, consiste no papel do Darwinismo, e de sua extensão nas humanidades, o Darwinismo Social, para acelerar o processo de autonomização da universidade estadunidense a partir do final do século XIX. O segundo movimento, de ordem mais específica, consiste em compreender como a *autonomização relativa* da Geografia Humana, mesmo tendo sido capaz de criar, nas primeiras décadas do século XX, um campo minimamente autônomo, ainda assim, não foi, de maneira alguma, suficiente para eliminar a pesada influência da situação socioeconômica e geopolítica dos EUA sobre o discurso disciplinar no período entre 1890 e 1930. A tensão entre a tentativa de construção de um campo disciplinar autônomo e as demandas heterônomas da sociedade estadunidense manifesta nos escritos e nas trajetórias dos dois geógrafos permeia toda a discussão da tese.

O objetivo da tese não é realizar um mapeamento exaustivo da estrutura de agentes que compuseram o campo da Geografia estadunidense do início do século XX em que Huntington e Semple estiveram inseridos, mas sim compreender como a influência do Darwinismo Social em suas respectivas obras está associada a uma tentativa de racionalização epistemológica que foi importante para que um campo de pesquisa específico minimamente autônomo – A Geografia Humana – se estabelecesse nos EUA no início do século XX. A adesão a essas ideias de Bourdieu nos ajudará a delinear três planos de análise importantes que devem balizar a nossa pesquisa. A

²⁵ BOURDIEU, Pierre. *Campo Intelectual e Projeto Criador*. In: POUILLON, J. (org). *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

²⁶ Bourdieu, 1968, p. 106.

noção de *campo* concebida como designadora de um universo intermediário entre o texto e o contexto servirá de pressuposto para realizarmos uma análise que parte, em primeiro lugar, do impacto do Darwinismo Social como um quadro de referência epistemológico, filosófico e, inclusive, político do período que vai das décadas finais do século XIX até o início do século XX, para chegar, em segundo lugar, ao papel que essa corrente de pensamento teve na institucionalização da Geografia Humana estadunidense e, finalmente, em terceiro lugar, na exegese interpretativa das ideias e conceitos presentes nas obras “Civilization and Climate” (1915/1924) e “Influences of Geographic Environment” (1911) e de outros artigos e obras que serão abordados para compreender melhor o conjunto do esforço intelectual de ambos os autores.

Colocando de forma mais sumária, esses três planos de análise são, respectivamente: o universo externo a determinado campo específico que incide sobre este último (a força do Darwinismo Social na atmosfera intelectual e política do período), a construção propriamente dita de um campo específico associado a uma disciplina (a especificidade da Geografia Humana estadunidense do começo do século XX) e o arcabouço conceitual interno dos textos que fundamentam essa disciplina (os trabalhos de Huntington e Semple que são analisados).

Essa proposta de delineamento de três planos básicos de análise é tributária tanto de uma apropriação heterodoxa da maneira como Bourdieu conceitua o campo científico, como da concepção da História Intelectual entendida como uma disciplina de síntese que visa explicar a indissociabilidade de autores, obras e contextos na constituição da atividade intelectual e na produção de ideias em geral, fazendo eco à proposta de François Dosse e incorporando a problematização de Robert Darnton. A História da Geografia necessita da assunção de uma postura teórica explícita para que uma metodologia mais consistente de investigação seja posta em prática contribuindo assim para distanciar essa subdisciplina das narrativas superficiais que apenas inventariam ideias, obras e autores²⁷. A partir de um estudo de caso bastante particular envolvendo as obras de Huntington e Semple – que, no entanto, aglutina características gerais que envolvem o impacto das ideias darwinistas e darwinistas sociais sobre um campo científico em processo de construção e insere-se na atmosfera intelectual geral de todo um período histórico – a pesquisa visa contribuir para a tarefa

²⁷ Isso não significa deixar de reconhecer a importância que essas narrativas têm como fontes de consulta de informações detalhadas sobre obras, autores e instituições.

mais ampla de desenvolver uma historiografia disciplinar apoiada em marcos teóricos robustos.

A tese está dividida em três grandes capítulos. O primeiro capítulo oferecerá uma apresentação panorâmica do Darwinismo Social que enfatizará, no primeiro item, a importância de Charles Darwin e Herbert Spencer para o desencadeamento desse fenômeno intelectual partindo de textos de ambos os autores e da literatura de comentadores com o objetivo de apresentar os contornos mais gerais de seus pressupostos epistemológicos e filosóficos; no segundo item discutiremos o impacto dessa corrente de pensamento no caso específico dos EUA e versaremos sobre a sua influência na sociedade e no campo intelectual do país no período entre o fim do século XIX e o início do XX; no terceiro item analisaremos as suas relações com a fundamentação epistemológica e a institucionalização acadêmica da Geografia Humana estadunidense no mesmo período.

O segundo capítulo tratará, no primeiro item, de alguns aspectos da trajetória de Ellsworth Huntington. Nesse item, analisaremos parte da documentação levantada nos *Huntington Papers*, o arquivo do geógrafo²⁸. Além de reconstituirmos, de forma não exaustiva, alguns eventos essenciais da trajetória acadêmica de Huntington, daremos ênfase a dois aspectos essenciais que a correspondência encontrada em seu arquivo contribuiu para clarificar: a tentativa de criação de um departamento de Geografia em Yale nos anos 1920 e algumas cartas que evidenciam a mescla de aprovação e resistência com que seus pares intelectuais reagiram a seu trabalho e às suas posturas teóricas. Essas fontes documentais serão fundamentais para demonstrar, a partir desse caso particular, a correlação entre a fragilidade epistemológica e institucional da Geografia Humana estadunidense nas primeiras décadas do século XX e o apelo ao Darwinismo Social como estratégia de legitimação da autoridade científica que caracteriza a obra de Huntington.

No segundo item do capítulo dois, será realizada uma reconstrução comentada das posturas epistemológicas e filosóficas de uma de suas principais obras, “*Civilization and Climate*”, que teve sua edição original em 1915, mas que recebeu uma nova versão estendida e reelaborada no ano de 1924, que usaremos como referência para a análise. A escolha dessa obra ocorreu porque uma das nossas hipóteses é que ela aglutina com clareza os pressupostos epistemológicos darwinistas

²⁸ Consultado na *Sterling Memorial Library*, na Universidade de Yale (EUA).

sociais que caracterizaram a Geografia estadunidense do período em que foi publicada e, além disso, concentra o cardápio do núcleo fundamental de preocupações intelectuais que marcou a obra de Huntington. Junto com a análise dessa obra comentaremos sobre alguns aspectos da correspondência que o autor manteve entre os anos de 1913 e 1914, antes, portanto, da publicação da sua primeira edição. A interpretação dessa correspondência detalhará as variadas reações dos pares intelectuais de Huntington à empreitada que o autor realizaria em “Civilization and Climate”. Leremos essa diversidade de reações à luz da disputa entre as explicações naturalistas e as explicações centradas na cultura que começava emergir no campo das Ciências Humanas nos EUA entre as décadas de 1910 e 1920.

No terceiro item do capítulo dois, agregaremos à reconstrução comentada de “Civilization and Climate” e à análise de correspondência relacionada a essa obra algumas apreciações sobre “World Power and Evolution” (1919), “The Character of Races” (1924) e “Mainsprings of Civilization” (1945)²⁹. Essas obras trazem esforços intelectuais complementares às teses desenvolvidas em “Civilization and Climate” e a sua análise servirá para a realização de um balanço mais panorâmico da continuidade que certas tendências intelectuais – em especial, o naturalismo da epistemologia do Darwinismo Social e o pensamento racial do início do século XX – manifestam ao longo de toda a obra de Huntington.

O terceiro capítulo tem uma estrutura análoga à estrutura do segundo. No primeiro item comentaremos sobre alguns aspectos da trajetória de Ellen Semple e elucidaremos a recepção da sua obra a partir de algumas resenhas de revistas especializadas e não especializadas que foram consultadas em um livro de recortes encontrado nos *Semple Papers*, o arquivo da geógrafa³⁰. Essa análise servirá para dar pistas de por que – em virtude de certas características da recepção de sua obra – a autora foi percebida como “fundadora” da Antropogeografia nos EUA. Defenderemos a hipótese de que a adesão de Semple à sistematização filosófica e epistemológica oferecida pelo Darwinismo Social foi fundamental para que a sua contribuição disciplinar fosse percebida como distinta, pioneira e portadora de um refinamento

²⁹HUNTINGTON, Ellsworth. *World Power and Evolution*. New Haven, Yale University Press, 1919. HUNTINGTON, Ellsworth. *The Character of Races*. New Haven, Yale University Press, 1924b. HUNTINGTON, Ellsworth. *Mainsprings of Civilization*. New York, Mentor Books /The New American Library, 1959 [1945].

³⁰ Consultado na *Margaret I. King Library*, na Universidade do Kentucky (EUA).

teórico que a Antropogeografia, na primeira década do século XX, não possuía em seu país de origem.

Posteriormente, no segundo item do capítulo três, realizaremos uma reconstrução comentada das posturas epistemológicas e filosóficas presentes em “Influences of Geographic Environment”, sua obra mais importante, que foi publicada em 1911. Assim como no caso de “Civilization and Climate”, a escolha de *Influences* também foi determinada pelo fato que essa obra, de acordo com a hipótese aqui defendida, cristaliza claramente a epistemologia e a filosofia darwinista social que fundamentou a Geografia estadunidense no período em questão. Discutiremos, além das posturas teóricas dessa obra e da sua inserção no contexto intelectual de grande força do Darwinismo Social, em que sentido é possível dizer que certas aspirações de largo alcance em relação ao escopo da Antropogeografia desenvolvidas ao longo do esforço sistemático exaustivo de *Influences* e algumas características da escrita de seu texto contribuíram para reforçar a percepção de pioneirismo frequentemente associada à Semple.

E, por fim, no terceiro item do capítulo três, será discutida a contribuição de Semple para o debate sobre a interpretação geográfica da história estadunidense presente em “American History and Its Geographical Conditions” (1903)³¹, que foi a primeira obra da geógrafa a obter alguma repercussão. A contribuição da autora à historiografia de teor geográfico que existia nos EUA à época será compreendida à luz de uma comparação com a tese da fronteira como um elemento explicativo central da história estadunidense, que foi desenvolvida pelo historiador Frederick Jackson Turner (1861-1932) na última década do século XIX em seu artigo “The Significance of the Frontier in American History”, de 1893³², e com o conceito de *Lebensraum*, elaborado por Friedrich Ratzel (1844-1904)³³, o principal mentor intelectual da autora. Esse item visa clarificar a interdependência estrita existente entre certos elementos da interpretação da história dos EUA presentes na obra de Semple e algumas posturas antropogeográficas darwinistas sociais presentes em toda a sua produção intelectual.

³¹ SEMPLE, Ellen. *American History and Its Geographic Conditions*. Boston and New York, Houghton, Mifflin and Company, 1903.

³²TURNER, Fredrerick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In: *Rereading Frederick Jackson Turner*. New Haven/London, Yale University Press, 1998 [1893], pp. 31-60.

³³ RATZEL, Friedrich. *Lebensraum: a biogeographical study*. *Journal of Historical Geography*, XXX, 2018 [1901], pp. 1-22.

Capítulo 1 – O Darwinismo Social e a Geografia Humana estadunidense no início do século XX

1.1 – Darwin e Spencer

A literatura referente ao Darwinismo Social, recorrentemente, costuma colocar duas figuras chave como tendo um papel decisivo para o desencadeamento dessa corrente intelectual: o naturalista Charles Darwin (1809-1882) e o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903). Michael Ruse³⁴, filósofo darwinista contemporâneo, chega a dizer em um artigo que a expressão “Darwinismo Social” significa quase tantas coisas quanto existiram pessoas que escreveram sobre ela e aponta que o termo é um rótulo genérico para teorias do desenvolvimento humano e social que são, de alguma maneira, inspiradas por teorias evolucionistas. Em meio a essa elasticidade do termo, Ruse lembra que uma das poucas características invariáveis do debate é que sempre que se buscam as raízes dessa corrente de pensamento os nomes de Darwin e de Spencer aparecem. No entanto, nesse aspecto comum, diz o filósofo, o acordo termina, pois o questionamento de quem foi mais importante ou se as teorias de ambos eram essencialmente as mesmas divide os acadêmicos³⁵.

Retratamos aqui alguns aspectos filosóficos e epistemológicos do trabalho de ambos para entendermos como suas ideias produziram algumas consequências importantes que influenciaram decisivamente o pensamento geográfico estadunidense do início do século XX; para isso, antes de realizarmos uma apreciação do pensamento de Darwin e de Spencer, apresentaremos uma sistematização de alguns elementos que são basilares em toda postura epistemológica que será caracterizada, na argumentação que defenderemos, como darwinista social.

A sistematização básica dos principais pressupostos epistemológicos das teorias darwinistas sociais e o ângulo de entendimento a partir do qual as leremos estão apoiados no exame histórico do tema realizado na obra de Mike Hawkins (1998). Hawkins acredita que a teoria da seleção natural de Darwin, sua mais influente contribuição intelectual, que ganhou evidência com a publicação de “A Origem das Espécies” em 1859, fez parte de uma visão de mundo mais ampla que começou a se

³⁴ RUSE, Michael. *Social Darwinism: The Two Sources*. Albion: A Quarterly Journal Concerned With British Studies, Vol. 12, No. 1, 1980, pp. 23-36

³⁵ Ruse, 1980, p.23.

estabelecer na segunda metade do século XIX e que era composta por um conjunto de pressupostos referentes à natureza em geral, à natureza humana e ao tempo. Essa visão de mundo se estruturou, segundo o autor, em torno de quatro asserções básicas. A primeira é a ideia de que a totalidade da natureza orgânica, incluindo os seres humanos, é governada por leis biológicas. A segunda asserção, de forte inspiração malthusiana, postula que a pressão do crescimento populacional sobre os recursos gerou uma luta pela existência entre organismos. A terceira asserção sustenta que os traços físicos e mentais que conferem uma vantagem nessa luta podem, através da herança, espalhar-se por uma dada população. A quarta asserção é o pressuposto de que os efeitos cumulativos da seleção natural e da herança contribuem decisivamente para a emergência de novas espécies e a eliminação de outras³⁶.

Essas quatro asserções básicas sistematizadas por Hawkins constituem os principais elementos do Darwinismo. A passagem de uma visão darwinista para uma visão darwinista social envolveria, em seu entendimento, a agregação de uma quinta asserção conjuntamente a essas quatro já mencionadas. Essa quinta asserção, característica distintiva do Darwinismo Social, salienta que o determinismo científico imposto pelas quatro primeiras asserções se estende não apenas às propriedades físicas dos seres humanos, mas também à sua existência social e a seus atributos psicológicos que têm papel fundamental na moldagem de elementos decisivos para a vida social, como é o caso da razão, da religião e da moralidade³⁷.

Em “A Origem das Espécies”, Darwin construiu uma teoria que tinha como objetivo explicar como as espécies se transformavam ao longo do tempo. Para isso, propôs a tese de que as variações no funcionamento de qualquer organismo observadas ao longo do tempo eram escolhidas pela natureza em um processo chamado de *seleção natural*. Essas variações seriam selecionadas se dessem ao organismo uma vantagem sobre outros organismos que poderia ser mensurada pelo seu êxito em sobreviver e reproduzir-se³⁸.

Para o naturalista inglês, as variações úteis para o organismo poderiam ser herdadas pelos seus descendentes e os efeitos cumulativos desse processo poderiam fazer com que eles se modificassem para novas variedades e espécies. A seleção natural ocorreria através de um processo de *luta pela existência*, termo que Darwin usa

³⁶ Hawkins, 1998, pp. 30-31.

³⁷ Hawkins, 1998, p. 31

³⁸ Hawkins, 1998, p. 25.

para descrever o sucesso de um indivíduo em sobreviver e deixar descendentes. A partir desse raciocínio, Darwin concluiu que os organismos competem pelos recursos disponíveis e que o sucesso ocorre com aqueles que possuem vantagem nessa competição. A luta pela existência ocorre em três níveis: entre indivíduos da mesma espécie, entre indivíduos de espécies distintas ou entre espécies e as condições físicas da vida. Para Darwin, a luta seria invariavelmente mais severa entre indivíduos da mesma espécie por frequentarem os mesmos ambientes e demandarem os mesmos recursos. Logo, a luta pela vida, junto com a hereditariedade, determinaria a dinâmica das mudanças evolucionárias que ocorreriam nos organismos³⁹.

A luta pela existência é um conceito central para a teoria de Darwin. Um dos principais capítulos de “A Origem das Espécies”, o terceiro dos catorze que compõem a obra, é especialmente dedicado à definição do seu significado e à explicação de como essa luta afeta a perpetuação ou a eliminação dos seres vivos através dos efeitos que acarreta sobre a seleção natural. Sobre o uso do conceito, o naturalista diz que:

Devo estabelecer que emprego a expressão “luta pela existência” em sentido amplo e metafórico, incluindo nesse conceito a ideia de interdependência dos seres vivos, e também – o que é mais importante – não só a vida de um indivíduo, mas sua capacidade de deixar descendência. Dois canídeos, num período de escassez de alimentos hão de lutar entre si a fim de assegurar sua sobrevivência; todavia, ao invés de dizermos que uma planta que vive nas bordas do deserto enfrenta a seca lutando pela sobrevivência, melhor seria se dissessemos que ela depende da umidade para sobreviver. Um vegetal que produz anualmente um milhar de sementes, das quais apenas uma em média, alcança a maturidade, dele se pode dizer que disputa sua sobrevivência com outros vegetais daquela mesma área⁴⁰.

Darwin também destrincha, nessa parte de “A Origem das Espécies”, o entendimento que tem do conceito de seleção natural, outro termo central de sua teoria, cujo emprego está estreitamente associado à luta pela existência. Sobre o relacionamento entre ambos e a definição do mecanismo da seleção natural, o naturalista sustenta que:

Devido a essa luta, quaisquer variações, independente da sua insignificância ou das causas pelas quais procedam, desde que sejam de alguma forma úteis para o indivíduo desta ou daquela espécie, no que se refere às suas

³⁹ Hawkins, 1998, p. 26.

⁴⁰ DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2002 [1859], p. 80.

relações infinitamente complexas para com os outros seres vivos e o meio ambiente, contribuirão para a sua preservação, sendo geralmente herdadas por seus descendentes. Estes, por sua vez, terão uma oportunidade ainda maior de sobreviver, uma vez que, dos numerosos indivíduos que são periodicamente dados à luz, só uns poucos conseguem ser preservados. A esse princípio através do qual toda variação, por menor que seja, deve preservar-se, desde que apresente utilidade para o indivíduo, denominei “Princípio de Seleção Natural”, a fim de frisar sua relação com a capacidade humana de seleção⁴¹.

Essa concepção da evolução orgânica baseada na indissociação entre a luta pela sobrevivência e a seleção natural, com a primeira sendo provocada pela escassez de recursos necessários à perpetuação da vida dos indivíduos e a segunda atuando como um mecanismo de herança de variações úteis que facilitarão a manutenção da sobrevivência dos organismos e oferecerão vantagens para que os mesmos mantenham-se vivos e se reproduzam, deve-se também a uma influência malthusiana sofrida por Darwin. A transposição de raciocínios malthusianos derivados de discussões de Economia Política para a compreensão do mundo orgânico como um todo é marcante quando o naturalista está expondo os princípios gerais que estruturam a tese de “A Origem das Espécies”:

Portanto, como nascem mais indivíduos do que o número dos que poderiam sobreviver, sempre haverá uma luta pela existência, seja entre os da mesma espécie, seja entre eles e os de outras espécies distintas, seja entre os indivíduos e as condições existentes de seu habitat. Trata-se da doutrina de Malthus aplicada com redobrada força a todo o reino vegetal e animal, uma vez que nesse caso não pode haver o aumento artificial dos alimentos ou a restrição prudente dos acasalamentos⁴².

A adesão às ideias Thomas Malthus (1766-1834) é explícita. Isso fez com que Michael Ruse, no já citado artigo em que coloca Darwin e Spencer como as duas fontes principais do Darwinismo Social, defendesse que as contribuições científicas e filosóficas desses dois autores representam, essencialmente, avanços importantes elaborados a partir da apropriação de uma fonte comum fundamental, que é a sexta e última edição de “An Essay on the Principle of Population”, publicada em 1826. Para Ruse, a tese de Malthus é sombria e está inserida num contexto de oposição às posições de pensadores que acreditavam que a sociedade estaria progredindo em

⁴¹ Darwin, 2002 [1859], pp. 79-80.

⁴² Darwin, 2002 [1859], p. 81.

direção a algum estado feliz de igualdade e de riqueza. A verdade seria, no entendimento de Malthus, que, pelo simples fato das leis da natureza, tal progresso não seria possível: a humanidade estaria condenada a um estado de luta, necessidade, fome e morte⁴³.

Ruse propõe duas leituras possíveis da relação entre as ideias de Malthus e as posturas filosóficas e epistemológicas darwinistas sociais. A primeira é que, num certo sentido, é possível, para o autor, ver Malthus como um precursor do Darwinismo Social em virtude de o último extrair suas premissas sobre as populações humanas por analogia ou por extensão com as premissas referentes ao que ocorre no reino vegetal e animal. A segunda leitura possível proposta pelo filósofo consiste em colocar em dúvida a caracterização de Malthus como um representante precoce do Darwinismo Social⁴⁴ caso esse termo seja entendido como não abarcando meramente uma ligação dos seres humanos com o restante do mundo orgânico, mas como um referente de uma crença sobre os humanos e a sua sociedade que é, em algum sentido, *evolucionária*⁴⁵. A segunda leitura é, em nosso entendimento, mais próxima da definição do Darwinismo Social que aqui assumimos. Tal definição não apenas enquadra as teorias qualificadas de darwinistas sociais como marcadas pelo emprego de analogias orgânicas e pressupostos evolucionistas, mas também por sua aplicação para compreender elementos estruturadores da psicologia coletiva dos grupos humanos, como a cultura, a religião e a moralidade⁴⁶.

Após escrever sobre a luta pela existência e enumerar uma gama variada de exemplos de sua operação, Darwin passa, no capítulo seguinte de “A Origem das Espécies”, a falar mais especificamente sobre a seleção natural. Fundamental em seu raciocínio é a analogia feita entre a seleção artificial praticada pelo homem com animais de cativeiro e a seleção natural. O naturalista pergunta se o princípio da seleção, que é tão potente quando dirigido pela mão do homem, poderia ser aplicado na natureza e alega que demonstrará que, no estado natural, a atuação desse princípio é mais efetiva ainda que no estado doméstico. Para o autor, se variações úteis para o homem existem em produções de espécies domesticadas, seria também altamente

⁴³ Ruse, 1980, p. 24.

⁴⁴ Aqui é possível apontar um problema adicional que é a questão cronológica, pois utilizar o rótulo de “darwinista social” para qualificar um autor que escreveu seus trabalhos antes de Darwin é uma operação bastante problemática.

⁴⁵ Ruse, 1980, p. 25.

⁴⁶ Essa definição apresentada é fruto de uma apropriação das definições de Hofstadter (1992[1955]) e de Hawkins (1998) para o Darwinismo Social que já foram mencionadas na introdução.

provável que surgissem essas variações na natureza e que elas fornecessem vantagens a certos indivíduos para que pudessem sobreviver e reproduzir seu tipo. Darwin diz que “é a essa preservação das variações favoráveis e eliminação das variações nocivas que dou o nome de *Seleção Natural*”⁴⁷.

Junto com essa exposição do mecanismo da seleção natural, Darwin traz à tona considerações sobre a lentidão e a ampla duração temporal do processo evolutivo que envolve a metamorfose das espécies. As modificações lentas produzidas pela seleção natural, que aprimoram os seres vivos e as suas condições orgânicas, são, para o autor, muitas vezes imperceptíveis em sua preservação daquilo que é útil e rejeição daquilo que é nocivo⁴⁸. A concepção de tempo de Darwin, que é tributária das discussões geológicas do século XIX, fica bastante nítida em suas observações sobre a forma de operação da seleção natural.

O percurso que levou Darwin a formular a teoria da seleção natural teve seu ponto de inflexão em 1831, quando o naturalista foi convidado a viajar no famoso navio *Beagle* para a América do Sul⁴⁹. Essa viagem, típica da cultura de explorações geográficas e científicas que marcou o século XIX, durou até 1836, quando o naturalista retornou à Inglaterra. Antes de realizar a viagem, Darwin havia estudado Medicina em Edimburgo entre 1825 e 1827 e passado um período em Cambridge entre 1828 e 1831 estudando com vistas a seguir carreira religiosa na Igreja Anglicana⁵⁰. Ambas as suas tentativas de se formar em Cambridge e Edimburgo não tiveram êxito e a experiência da viagem foi decisiva na reorientação de seus interesses intelectuais.

Darwin, durante seu período de formação intelectual antes da viagem, havia tomado contato com algumas influências filosóficas e científicas bastante variadas, dentre as quais estão a Teologia Natural de William Paley (1735-1805), as narrativas de viagem de Alexander von Humboldt (1769-1859) e a Geologia uniformitarista de Charles Lyell (1797-1875). Paley era um bispo anglicano que acreditava que a prova empírica da existência de Deus estaria fundada na observação da harmonia do mundo e que, de acordo com o relato bíblico, cada espécie seria uma criação divina independente⁵¹. Darwin focou sua leitura da Teologia Natural de Paley na descrição que ela trazia da utilidade e da adaptação das estruturas dos organismos. Em relação à

⁴⁷ Darwin, 2002 [1859], p.94.

⁴⁸ Darwin, 2002 [1859], p.96.

⁴⁹ BOWLER, Peter. *Evolution – The History of an Idea*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 2009 [1983], p. 149.

⁵⁰ LENAY, Charles. *Darwin*. São Paulo, Estação Liberdade, 2004, p. 12.

⁵¹ Lenay, 2004, pp. 26-27.

influência de Lyell, o naturalista realizou uma série de observações geológicas na viagem à América do Sul que confirmaram a tese de que as mesmas forças naturais que provocaram as mudanças geológicas do passado poderiam explicar a situação atual da Terra. Essa posição, qualificada como uniformitarista, criou uma forte oposição à hipótese que defendia que as formações geológicas eram criadas como produto de uma única catástrofe⁵².

A viagem também proporcionou a descoberta de fósseis que revelavam a correspondência de formas de vida extintas com formas de vida atuais fortalecendo assim a hipótese de que havia ocorrido uma continuidade no desenvolvimento da vida na América do Sul e de que a sua explicação passaria a ser baseada na lei da sucessão de tipos. Essa lei era incompatível com qualquer teoria que postulasse que a vida estaria apoiada em uma sequência pré-determinada de estágios em direção à forma humana. Quando Darwin passou a formular sua teoria da seleção natural, foi forçado pelas evidências a pensar em cada grupo de seres vivos como um ramo distinto da árvore da vida que evoluiu à sua própria maneira dentro de sua região geográfica⁵³.

Igualmente importante para a formulação da teoria foi o estudo da distribuição geográfica das espécies, tema que chegou a Darwin através de suas leituras de Humboldt e Lyell e que se tornou crucial em suas observações de viagem. O naturalista começou a se dar conta de que o modelo da criação divina, defendido por Paley, encontrava dificuldades ao ser usado para explicar os fatos da distribuição e percebeu que aqueles fatos poderiam ser explicados mais satisfatoriamente pela combinação de uma teoria da adaptação evolutiva com um estudo de como as espécies seriam capazes de migrar pelo mundo⁵⁴.

A Biogeografia e a Ecologia moldaram o quadro de referência pelo qual Darwin concebeu a sua teoria. A Teologia Natural, que possuía bastante força na primeira metade do século XIX, defendia que cada espécie deveria habitar a área para a qual estava melhor adaptada. Essa abordagem não poderia lidar com os problemas que o naturalista começava a reconhecer em sua viagem. A América do Sul possuía um conjunto único de espécies diferente das espécies observadas em outros continentes. Darwin descobriu problemas nas observações de menor escala que o fizeram repensar a assunção de que cada espécie estaria perfeitamente adaptada ao seu

⁵² Bowler, 2009 [1983], pp. 148-150. Essa hipótese ficou conhecida como “catastrofismo”.

⁵³ Bowler, 2009 [1983], p. 150.

⁵⁴ Bowler, 2009 [1983], pp. 150-151.

ambiente. A ideia de uma ecologia perfeitamente equilibrada começou então a ser posta em questão. Darwin percebeu que o ambiente poderia não ser totalmente uniforme em uma grande área e que mesmo em um pequeno ponto as condições poderiam mudar lentamente através do tempo. Ele se deu conta de que as condições em um ponto podem favorecer uma espécie, enquanto, em uma curta distância, uma espécie rival com condições de vida diferentes pode levar vantagem, e de que, entre duas áreas com características particulares, duas espécies podem lutar para ocupar uma área que está aberta para ambas⁵⁵.

Mesmo em meio a dificuldades para saber por que uma espécie começa a ser substituída por outra em determinado momento, a consciência crescente de Darwin de que as espécies competem para ocupar áreas foi fundamental para suas ideias posteriores. A questão das barreiras geográficas que impediam a migração das espécies também foi determinante para as concepções que o naturalista sustentou em sua teoria. Ele percebeu que as barreiras oceânicas criavam províncias zoológicas por impedirem a migração, o que asseguraria com que em cada continente todas as espécies mais recentes pudessem se relacionar com aquelas que ali estavam antes delas. A suposição de que esse relacionamento implicaria em uma descendência atual com certas modificações ganhou força depois que Darwin observou esse fenômeno em uma escala muito menor⁵⁶.

Esse ponto crucial para as conclusões do naturalista ficou claro quando ele começou a refletir sobre as suas experiências nas Ilhas Galápagos, onde começou a observar os tentilhões. Esses pássaros forneciam uma evidência importante do que atualmente se chama de especiação, ou seja, a divisão de uma espécie em várias espécies descendentes. Darwin notou a ampla variedade dos bicos dos tentilhões e concluiu que ela teria sido produzida pela adaptação a diferentes modos de alimentação. A variedade dos bicos dos tentilhões nas diferentes ilhas do arquipélago o convenceu de que as populações geograficamente isoladas derivavam de uma única espécie da qual descendiam. Nas diferentes ilhas, as espécies encontradas haviam divergido progressivamente da espécie original gerando assim grupos de espécies separadas, cada uma adaptada a uma forma diferente de vida⁵⁷.

⁵⁵ Bowler, 2009 [1983], p. 151.

⁵⁶ Bowler, 2009 [1983], p. 153.

⁵⁷ Bowler, 2009 [1983], p. 154.

O episódio dos tentilhões foi fundamental para a adesão de Darwin ao transformismo, isto é, a ideia de que as espécies se originam a partir da transformação de espécies já existentes em novos tipos de espécies. Essa descoberta colocou em xeque a hipótese da Teologia Natural de que as espécies teriam surgido individualmente através de um ato criador. Contudo, a aceitação do transformismo por Darwin, fortalecida tanto por esses argumentos biogeográficos, quanto pela estreita relação que o naturalista observava entre certas espécies vivas e espécies fósseis extintas, trazia um novo problema, que era a questão dos mecanismos de adaptação⁵⁸.

Na introdução de “A Origem das Espécies”, ao expor de forma sumária a tese que será defendida, Darwin é explícito em seu ataque à posição de que cada espécie teria surgido individualmente a partir de um ato criador e à hipótese lamarckista “pura” de que as modificações estruturais nos seres vivos decorreriam, única e exclusivamente, da adaptação ao ambiente; além disso, o naturalista revela a importância que a busca da explicação dos mecanismos de adaptação, fundamental para a seleção natural, tem na elaboração de seu problema de pesquisa:

Analisando-se o problema das espécies, é perfeitamente concebível que o naturalista, refletindo sobre as afinidades mútuas dos seres vivos, suas relações embriológicas, sua distribuição geográfica, a sucessão geológica e outros fatos, chegue à conclusão de que as espécies não devam ter sido criadas independentemente, mas que, assim como as variedades, descendam de outras espécies. Não obstante, tal conclusão, mesmo que bem fundamentada, seria insatisfatória, a não ser que se pudesse mostrar como teriam sido modificadas as incontáveis espécies existentes neste mundo, até chegarem a alcançar a perfeição estrutural e de coadaptação que tão efetivamente excita a nossa admiração. Os naturalistas estão continuamente referindo-se às condições externas, tais como o clima, a alimentação, etc., como sendo as únicas causas possíveis dessa variação. Num sentido muito limitado, conforme posteriormente veremos, isso pode ser verdade, mas seria absurdo atribuir à mera atuação das condições exteriores alguns fatos, como por exemplo o da conformação estrutural do pica-pau, cujas patas, cauda, bico e língua são tão admiravelmente adaptados à função de apanhar os insetos que se abrigam sob as cascas das árvores⁵⁹.

Darwin trabalhou durante mais de duas décadas com as hipóteses que formariam a teoria exposta em sua obra magna de 1859. Em um de seus cadernos⁶⁰,

⁵⁸ Charles Lenay lembra que a palavra adaptação pode ser tomada em dois sentidos diferentes: como processo e como estado. No sentido dinâmico e processual, ela é o ajuste do organismo ao ambiente, já no sentido estrutural do criacionismo da Teologia Natural, as estruturas orgânicas das espécies formam caracteres adaptados de antemão aos problemas que o organismo irá encontrar (LENAY, 2004, p.51).

⁵⁹ Darwin, 2002 [1859], p. 38.

⁶⁰ Darwin deixou uma série de cadernos escritos entre 1836 e 1844 que foram posteriormente publicados. Muitos historiadores do Darwinismo e intérpretes de sua obra buscam informações no

datado de 1837-38, escrito logo após o retorno da viagem em 1836, já aparece a proposição de que as espécies atuais são ligadas às formas extintas por relações de parentesco mais ou menos próximas. O naturalista começa, a partir de então, a explicar a classificação natural dos seres vivos como o resultado de uma evolução em forma de árvore que se ramifica. Sobre o mesmo ramo, as espécies assemelham-se pelas estruturas herdadas e distinguem-se por suas adaptações particulares. A adaptação seria a causa da mudança e a hereditariedade registraria essas mudanças determinando as estruturas orgânicas das gerações seguintes. Tal perspectiva sobre a ordem da natureza, embora sustentada por evidências crescentes, estava limitada ainda pelo fato de não se conhecerem os mecanismos naturais que pudessem explicar como se produzem essas transformações adaptativas⁶¹.

Charles Lenay acredita que o contexto mecanicista da ciência do século XIX, em que uma teoria científica só poderia admitir explicações em termos de causas e efeitos determinados por leis universais, criou uma grande dificuldade para a tentativa de Darwin de explicar como se formavam os caracteres adaptativos dos organismos. A única explicação que parecia possível na primeira metade do século XIX era a que já havia sido adotada por numerosos naturalistas, incluindo Erasmus Darwin, o avô de Charles Darwin, e Jean Baptiste Lamarck (1744-1829), que defendiam a tese de que as estruturas específicas adaptadas a um dado ambiente resultariam de uma reação dinâmica dos organismos expostos à influência direta desse ambiente. Algumas dessas variações orgânicas seriam transmitidas aos descendentes, o que explicaria, segundo essa hipótese, a transformação das espécies no sentido de uma adaptação a suas condições de vida⁶².

Embora essa posição lamarckista tenha sido importante como ponto de partida para a reflexão de Darwin, sua oposição a ela começou a ganhar força quando o naturalista, por uma variedade de razões, incluindo seu conhecimento de animais em cativeiro⁶³, chegou à conclusão de que mesmo que o ambiente seja um estímulo,

conteúdo desses cadernos para tentar entender como foi o processo que o levou à elaboração da teoria da seleção natural.

⁶¹ Lenay, 2004, pp. 54-55.

⁶² Lenay, 2004, p. 53.

⁶³ A observação do trabalho dos criadores de animais foi uma evidência empírica importante para que Darwin percebesse o papel da aleatoriedade na produção das variações entre indivíduos e para que se distanciasse da posição lamarckista mais rígida que defendia que as características de um organismo eram decorrentes unicamente da sua adaptação ao ambiente. Essa observação forneceu uma base importante para que o naturalista concebesse a ideia da “seleção natural” como, em certo sentido, análoga à “seleção artificial” praticada pelos criadores.

muitas das mudanças observadas nos organismos não possuem nenhum propósito em relação à possibilidade de adaptação evolutiva, pois elas são essencialmente aleatórias⁶⁴. Na abordagem lamarckista, todas as mudanças nos organismos são ambientalmente provocadas e possuem uma função direta para a sua adaptação, já na posição de Darwin, mesmo que certas adaptações possam ser ambientalmente produzidas, a estrutura dos organismos é fundamentalmente decorrente da herança parental. A evidência principal disso é o fato de que muitos organismos herdaram características que não melhoram a sua adaptação ao ambiente.

Além da emergência desse problema da relação entre hereditariedade e adaptação, Darwin também deu um importante passo, como já vimos anteriormente, para a formulação de sua teoria da seleção natural através da leitura de “An Essay on the Principle of Population” de Thomas Malthus, obra com a qual tomou contato em 1838. A reflexão malthusiana sobre o crescimento exponencial das populações e o conseqüente aumento da disputa por recursos escassos fez com que Darwin, um observador bastante atento dos hábitos das espécies animais, fortalecesse sua consciência do poder da pressão populacional sobre o processo de seleção natural que seria desencadeado através de uma luta pela existência⁶⁵.

Darwin assumiu, a partir de seu contato com a obra de Malthus, que a pressão da população sobre os recursos implicaria em uma luta entre indivíduos da mesma espécie, e, ao juntar essas ideias malthusianas com seu conhecimento de como os criadores de animais trabalhavam explorando a gama de variações individuais em populações isoladas, percebeu que a luta pela existência poderia eliminar qualquer indivíduo que tivesse características variantes que o tornassem menos apto a lidar com o ambiente. Contrariamente a essa situação, os indivíduos melhor adaptados poderiam sobreviver e se reproduzir, aumentando assim a proporção de populações com características de adaptação⁶⁶.

No final de 1839, Darwin já havia concebido o esboço de sua teoria e, alguns anos depois, em 1844, escreveu um artigo substancial com parte das ideias que apareceriam desenvolvidas posteriormente em “A Origem das Espécies”. No artigo já aparece a analogia entre a seleção artificial dos criadores de animais e a seleção natural, assim como a hipótese transformista de como novas espécies poderiam surgir

⁶⁴ Bowler, 2009 [1983], p. 159.

⁶⁵ Lenay, 2004, p. 57.

⁶⁶ Bowler, 2009 [1983], p. 161.

a partir da transformação de uma espécie ancestral comum. Ao longo das próximas duas décadas, Darwin conduziu pesquisas para demonstrar as aplicações da sua teoria, e, no período em que escreveu “A Origem das Espécies”, na segunda metade da década de 1850, já havia ampliado significativamente seu entendimento das implicações fundamentais dela⁶⁷.

A reflexão que levaria Darwin a escrever “A Origem das Espécies” atingiu sua maturidade quando, por volta de 1854, após realizar estudos empíricos sobre espécies particulares, se convenceu definitivamente da existência de uma importante variabilidade individual dos seres vivos em estado de natureza que produziria uma incessante e sempre ativa exploração dos lugares na natureza. A distinção entre a *variação* e a *seleção* ficou, a partir daí, bastante nítida e a variabilidade passou a não mais depender de mudanças nas condições de seleção. Darwin compreendeu que o princípio de seleção natural aplica-se melhor quando se reconhece que as adaptações jamais possuem perfeição absoluta⁶⁸. A aleatoriedade das variações individuais passou a ser um princípio explicativo tão importante quanto a seleção das variações adaptativas que tornariam um indivíduo apto à sobrevivência.

O estímulo final que incitou Darwin a publicar sua exposição mais extensa da teoria da seleção natural veio pelo aparecimento, em 1858, de um artigo escrito por um jovem explorador, Alfred Russel Wallace (1823-1913), intitulado “Da tendência das variedades a se afastarem indefinidamente do tipo original”, que trazia uma discussão muito próxima dos problemas que já haviam sido tratados por Darwin. Mesmo diante do fato de que ambos, embora tratassem de problemas de pesquisa próximos, tivessem algumas diferenças de pensamento⁶⁹, essa situação levou Darwin a perceber que havia demorado muito para publicar uma versão mais desenvolvida de sua teoria e, então, o naturalista começou a escrever rapidamente o texto que seria publicado no final de 1859 sob o título de “A Origem das Espécies”⁷⁰.

A publicação dessa obra causou uma enorme repercussão e imediatamente uma imensa oposição às ideias nela defendidas se armou. Nessa reação, mesclaram-se dois combates: de um lado a controvérsia sobre a ideia de uma descendência das espécies e,

⁶⁷ Bowler, 2009 [1983], pp. 164-168.

⁶⁸ Lenay, 2004, p. 82.

⁶⁹ Duas das principais diferenças entre Darwin e Wallace eram que, enquanto para Darwin a problemática dos mecanismos de hereditariedade era central, ela era evitada por Wallace, além disso, Darwin recorria muito mais às analogias com os trabalhos dos criadores de animais do que Wallace (LENAY, 2004, pp. 89-90).

⁷⁰ Bowler, 2009 [1983], p. 176.

de outro, em relação ao princípio explicativo da seleção natural. Três foram as correntes principais de oposição: a fixista, a determinista e a progressionista⁷¹.

No caso da oposição fixista, ela sustentava-se na ideia de que cada espécie seria objeto de uma criação divina independente. A posição transformista de que as espécies se originam naturalmente a partir de variações gradativas de uma espécie ancestral comum feria frontalmente o ponto de vista religioso ortodoxo ainda existente no século XIX. Além disso, o mais chocante para a posição religiosa era a posição do ser humano no sistema explicativo de Darwin. Embora o naturalista não citasse explicitamente o caso da espécie humana em “A Origem das Espécies”, ficava claro, por uma generalização imediata, que o homem deveria ter aparecido naturalmente⁷².

A oposição determinista não recusava a ideia de uma origem das espécies por meio de um processo evolutivo; o que parecia inadmissível para essa corrente de ideias era o emprego do acaso implicado pelo mecanismo da seleção natural. Uma explicação verdadeiramente científica da origem das espécies deveria, ao contrário, para esses opositores de Darwin, fornecer uma lei geral e universal que permitisse determinar a evolução ocorrida na Terra. A oposição progressionista, que também, assim como a corrente fixista, possuía em alguns casos certo matiz religioso, admitia colocar argumentos metafísicos como a questão da existência de Deus sob a dependência de argumentos empíricos, no entanto, a visão darwiniana pessimista da natureza representada pelo cruel mecanismo de seleção natural, no qual múltiplas variações são tentadas e depois abandonadas, não poderia se conciliar com a providência ou com a ideia de uma intencionalidade racional. O papel do acaso nas variações e na seleção natural dificilmente se encaixaria na crença em um progresso cumulativo. Essa corrente de resistência gerou uma aliança anti-darwiniana entre algumas perspectivas liberais de crença no progresso e certas perspectivas religiosas⁷³.

Darwin desdobrou as implicações da teoria da seleção natural para a espécie humana, que haviam ficado implícitas em 1859, em “The Descent of Man”⁷⁴, importante obra publicada no fim da sua vida, em 1871. Em *Descent*, o naturalista defende abertamente a hipótese de que o homem, em virtude de traços apresentados em sua estrutura corporal⁷⁵, descende de alguma forma de vida mais baixa na escala

⁷¹ Lenay, 2004, pp. 92-93.

⁷² Lenay, 2004, p. 93.

⁷³ Lenay, 2004, pp. 95-97.

⁷⁴ DARWIN, Charles. *The Descent of Man*. London, Watts & Co., 1930 [1871].

⁷⁵ Darwin, 1930 [1871], p. 70.

evolutiva e sustenta que a diferença entre as faculdades mentais da nossa espécie – como os instintos sociais, a memória, a imaginação, a linguagem, a curiosidade, a intuição, o amor, etc. – e as faculdades mentais dos animais mais avançados é de *grau* e não de *tipo*⁷⁶. Embora reconheça a especificidade do patamar evolutivo do homem, Darwin acredita que a diferença entre as capacidades mentais humanas e de outros seres vivos é decorrente de um processo universal de *gradação evolutiva* comum a toda a natureza orgânica e não de uma *diferença intrínseca* do homem em relação ao restante dos animais. A origem do homem e as suas faculdades mentais, portanto, são explicadas pela história natural (em oposição à noção de criação individual da espécie) e o parentesco da nossa espécie com formas de vida menos avançadas é explicitamente enfatizado.

Nessa obra, Darwin também enfrenta a discussão, muito comum no pensamento antropológico-racial na segunda metade do século XIX, das diferenças entre as raças humanas. Havia uma querela entre os partidários da *poligenia*, isto é, da ideia de que as raças humanas seriam espécies distintas e evoluíram de forma independente, e da *monogenia*, que postulava a unidade das origens e da evolução da espécie humana, considerando assim as raças humanas como variações da mesma espécie. Para Darwin, os naturalistas que admitem o princípio da evolução “não sentirão dúvida de que todas as raças do homem descenderam de um único estoque primitivo”⁷⁷, acreditem ou não eles na adequação da designação das raças como espécies distintas. O autor salienta que, apesar de existirem diferenças de aparência física entre os grupos raciais, existem inúmeros pontos de similaridade mental entre as diversas raças humanas, como, por exemplo, certas disposições e hábitos comuns, dentre os quais Darwin menciona o prazer em dançar, pintar, tatuar, decorar, a compreensão mútua da linguagem gestual⁷⁸, entre outros. A unidade explicativa global do princípio evolucionista é mobilizada pelo naturalista em sua defesa da monogenia.

A teoria da evolução através da seleção natural causou um impacto bastante significativo no pensamento ocidental da segunda metade do século XIX. Hofstadter afirma que poucas teorias científicas tiveram consequências intelectuais tão amplas a ponto de irem além do desenvolvimento específico da ciência como um sistema de

⁷⁶ Darwin, 1930 [1871], p. 140.

⁷⁷ Darwin, 1930 [1871], p. 200.

⁷⁸ Darwin, 1930 [1871], p. 203.

pensamento e revolucionarem os padrões fundamentais de pensamento como um todo⁷⁹. O caso da teoria de Darwin é exemplar em relação ao extravasamento de uma concepção científica que foi elaborada a partir de problemas de pesquisa empírica específicos, mas que acabou, nas circunstâncias da época, fornecendo fundamentos epistemológicos e filosóficos para toda uma visão de mundo que transcendeu as práticas científicas ao propor um conjunto de assunções sobre a ordem da natureza, o lugar da humanidade dentro dessa ordem e como tal ordem é afetada pela passagem do tempo⁸⁰.

As implicações filosóficas decorrentes do êxito que a teoria seleção natural teve em se impor como uma forma legítima de interpretação da origem das espécies são bastante variadas. Ernst Mayr acredita que o Darwinismo teve consequências filosóficas decisivas em seis questões importantes: na consideração metodológica sobre a abordagem do tempo na pesquisa científica; no enfrentamento com a visão de mundo do fundamentalismo religioso, que ainda guardava alguma força no século XIX; no essencialismo a partir do qual, até então, eram definidos os tipos de seres vivos, incluído o homem; no debate sobre a existência ou não de uma finalidade última envolvida na existência da vida e do universo; no papel que o acaso desempenharia no processo evolutivo e na discussão sobre o uso de leis nas Ciências Naturais⁸¹.

Na questão referente ao tempo, Mayr defende que Darwin, por ter que lidar com acontecimentos biológicos do passado que são inacessíveis aos métodos experimentais tradicionais das Ciências Físicas, acabou recorrendo a uma metodologia do que esse historiador da Biologia chama de “narrativas históricas”. Nesse método, é desenvolvido um cenário imaginário dos acontecimentos do passado, são feitos todos os tipos de previsões a partir desse cenário e é determinado se elas se concretizaram ou não. Darwin usou, para o autor, esse método de forma bem sucedida em suas reconstruções biogeográficas⁸². O curioso, nessa consideração de Mayr, é que ele opõe esse método dinâmico que procura reconstituir cronologicamente as metamorfoses da

⁷⁹ Hofstadter, 1992 [1955], p. 3.

⁸⁰ A base dessa argumentação é o conceito de visão de mundo que Hawkins (1998, p.22) propõe em seu estudo sobre o Darwinismo Social. As assunções às quais nos referimos são os quatro pressupostos constitutivos do Darwinismo que este autor sistematizou em sua análise que já foram citados.

⁸¹ MAYR, Ernst. *The Philosophical Foundations of Darwinism*. Proceedings of the American Philosophical Society. Vol. 145, No. 4, 2001, pp. 488-495.

⁸² Mayr, 2001, p. 489.

natureza às situações controladas de experimentos fechados a partir das quais muito do conhecimento das Ciências Físicas foi produzido. As qualidades literárias da escrita de Darwin parecem ter sido também, em nosso entendimento, favorecidas pelo uso desse método.

A segunda implicação filosófica de largo alcance provocada pelo trabalho de Darwin consistiu em sua contribuição para que a noção fundamentalista da Teologia Natural de que o mundo é regido por um conjunto de leis criado por alguma entidade divina transcendente entrasse em crise. Darwin, segundo o autor, desafiou os três componentes principais dessa crença: primeiro, ele alegou que o mundo estaria evoluindo ao invés de permanecer constante; segundo, que as novas espécies não eram especialmente criadas por alguma providência divina, mas sim derivadas de ancestrais comuns; e terceiro, que a adaptação das espécies é continuamente regulada pelo processo de seleção natural, contrariando assim a tese da adaptação perfeita em um *well-designed world* criado pela providência divina⁸³.

A terceira implicação fundamental da obra de Darwin para o pensamento ocidental refere-se, para Mayr, à questão do essencialismo filosófico. O autor acredita que a seleção natural foi o conceito mais importante e novo trazido pelo naturalista e salienta que, na segunda metade do século XIX, muitos biólogos e filósofos que foram hostis a esse conceito assim procederam em virtude do quadro conceitual que prevalecia à época. A característica fundamental desse quadro conceitual era a ampla aceitação do “pensamento tipológico”, que Mayr, inspirado em Popper, considera uma forma de “essencialismo”. As origens desse pensamento, em seu entendimento, remetem ao postulado platônico de que o mundo seria constituído por um número limitado de classes de entidades, que apenas o tipo – a essência – de cada uma dessas classes de objetos teria realidade e que todas as aparentes variações desses tipos seriam imateriais e irrelevantes. Os tipos platônicos eram considerados constantes e atemporais e, além disso, eram claramente delimitados entre si. Darwin, para Mayr, rejeitou essa descrição essencialista da diversidade orgânica e introduziu o que chama de “pensamento populacional”. Para esta forma de pensamento, não existem dois indivíduos idênticos em uma população biológica. A única coisa que tem realidade é essa variação entre indivíduos diferentes e únicos. A ideia de uma essência que define

⁸³ Mayr, 2001, p. 490.

todo um grupo de entidades ou de seres é eliminada para dar lugar ao pensamento que enfatiza as variações entre os indivíduos que compõem uma população⁸⁴.

A quarta, a quinta e a sexta implicações filosóficas das ideias de Darwin elencadas por Mayr, a dizer, o finalismo teleológico, o acaso e o papel das leis naturais, estão estreitamente relacionadas. Ao explicar a origem e a extinção dos seres vivos pelo processo puramente automático da seleção natural, que produz variações abundantes a cada geração e sempre remove os indivíduos não adaptados, Darwin ofereceu uma explicação puramente materialista que, para Mayr, prescinde de qualquer referência a um objetivo último ou a uma finalidade nos processos e fenômenos naturais envolvidos na evolução. Este processo evolutivo, ao produzir variações aleatórias, também trouxe grandes problemas para a noção determinista de que leis físicas universais poderiam explicar todos os acontecimentos particulares. Mesmo que Darwin também tivesse sido influenciado por tal determinismo científico, a sua descoberta da aleatoriedade das variações nos indivíduos e nas espécies produzida pela seleção natural acabou reforçando a aceitação do papel do acaso, que já era debatido nas Ciências Físicas no meio do século XIX, em oposição ao determinismo das leis gerais⁸⁵.

Além dessas implicações filosófico-epistemológicas abordadas por Ernst Mayr, o trabalho de Darwin teve consequências ideológicas bastante importantes na segunda metade do século XIX⁸⁶. O grande impacto da teoria da seleção natural suscitou, já no século XX, debates a respeito do papel que as ideologias políticas da época teriam tido em sua obra. Algumas interpretações sugerem a hipótese controversa de que a teoria da seleção natural refletiu diretamente a ideologia competitiva do capitalismo liberal do século XIX. A leitura de Malthus feita por Darwin na elaboração da ideia da luta pela existência frequentemente aparece nessas interpretações⁸⁷. Essa influência intelectual sobre os trabalhos do naturalista é significativa tanto em “A Origem das Espécies” quanto em “The Descent of Man”.

Peter Bowler também faz algumas ponderações importantes sobre a relação de Darwin com as ideologias liberais e o malthusianismo. Esse autor sustenta que a teoria de Darwin é utilitarista por fazer da adaptação a força motriz da evolução. As espécies

⁸⁴ Mayr, 2001, pp. 491-492.

⁸⁵ Mayr, 2001, pp. 492-494.

⁸⁶ Algumas dessas consequências serão abordadas no próximo item em que discutiremos o impacto do Darwinismo Social nos EUA.

⁸⁷ Bowler, 2009 [1983], p. 145.

criam novas estruturas porque elas são úteis e o foco na utilidade sempre foi, em seu entendimento, um componente do pensamento social liberal. Bowler lembra, ao citar Ernst Mayr, o papel da emergência do “pensamento populacional”, que marcaria a transição de um pensamento baseado na ideia das espécies como “tipos ideais” para um pensamento que passava a vê-las como populações de indivíduos distintos. É possível cruzar, para o autor, a constatação da influência do pensamento populacional sobre Darwin com a hipótese de que a rejeição liberal do Estado em favor do individualismo estaria presente como fundamentação ideológica geral de seu trabalho. O historiador se apropria da observação de Mayr sobre o anti-essencialismo embutido no pensamento de Darwin visando extrair dela as afinidades político-ideológicas implícitas no pensamento do naturalista inglês⁸⁸.

Essas controvérsias ideológicas em torno da obra de Darwin são de grande interesse aqui, pois elas estão no cerne do que será caracterizado, mais adiante, como uma filosofia e uma teoria da história explicitamente darwinistas sociais, tanto nas ideias que serão comentadas nos próximos parágrafos, como no caso das obras de Huntington e Semple que serão analisadas nos próximos capítulos. A questão das ideias liberais que visavam legitimar a concorrência capitalista e da existência ou não de um progresso evolucionário é central nas controvérsias suscitadas pelas ideias de Darwin e nos debates sobre o Darwinismo Social. Essas controvérsias são muito importantes para abordarmos o pensamento de outra figura chave, a mais proeminente de toda a história do Darwinismo Social como um movimento de ideias, que é o filósofo inglês Herbert Spencer.

O nome de Spencer é praticamente um sinônimo do Darwinismo Social. Esse filósofo não apenas cunhou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, um dos jargões mais comumente associados a essa corrente de ideias, como também propôs uma teoria da evolução social que ajudou a cristalizar o sentido mais contemporâneo do termo “evolução”. Embora sua influência tenha declinado ao longo da primeira metade do século XX, nas três últimas décadas do século XIX Spencer desfrutou de uma reputação mundial. O filósofo foi um darwinista social que, além de propor

⁸⁸ Bowler, 2009 [1983], p. 145.

teorias abstratas, defendeu ideologias políticas que possuíam uma relação direta com suas crenças evolucionistas⁸⁹.

Os principais trabalhos de Spencer foram escritos e publicados entre as décadas de 1850 e 1890⁹⁰. Sua grande contribuição intelectual foi a tentativa de explicar, através de uma síntese filosófica, aquilo que chamou de “evolução universal”. O objetivo dessa síntese filosófica era juntar em uma estrutura coerente de pensamento as descobertas da Física e da Biologia do século XIX. Este século trouxe a concepção científica e filosófica de um universo autocontido em que a matéria e a energia nunca são destruídas e estão em uma mutação constante que tem como produtos integrais as variações da vida orgânica. A conservação da energia, princípio trazido da Física que Spencer chamava de “persistência da força”, foi o ponto de partida do seu sistema de pensamento. O filósofo acreditava que em todo lugar do universo o homem observaria uma incessante redistribuição de matéria, energia e movimento que se distribuiria ritmicamente entre a evolução, entendida como a integração progressiva da matéria e a dissipação do movimento, e a dissolução, compreendida como uma desorganização da matéria acompanhada pela absorção do movimento⁹¹.

O processo da vida seria, para Spencer, essencialmente evolucionário e incorporaria uma mudança contínua da homogeneidade incoerente, ilustrada por organismos simples como os protozoários, para a heterogeneidade coerente, manifesta no homem e nos animais mais elevados. O desenvolvimento inevitável do homogêneo em direção ao heterogêneo seria a chave do progresso e da “evolução universal”; na evolução, de acordo com o autor, “a matéria passa de uma homogeneidade indefinida, incoerente, para uma heterogeneidade definida, coerente”⁹². O resultado final desse processo em um organismo animal ou em uma sociedade seria a obtenção de um “estado de equilíbrio” cuja realização última seria inevitável porque o processo evolucionário não poderia ir para sempre adiante na direção da crescente heterogeneidade⁹³.

Em relação à natureza orgânica e aos debates da Biologia evolucionista, o autor defendeu a ideia darwinista de que todo organismo luta para manter um equilíbrio

⁸⁹ Hawkins, 1998, p. 82.

⁹⁰ Dentre seus principais trabalhos destacam-se: “The Principles of Psychology” (1855), “The Social Organism” (1860), “First Principles” (1862), “Synthetic Philosophy” (1864), “The Study of Sociology” (1873) e “The Man Versus the State” (1884).

⁹¹ Hofstadter, 1992 [1955], p. 36.

⁹² SPENCER, Herbert. *First Principles*. London, Routledge/Thoemmes Press, 1996 [1867], p. 396.

⁹³ Hofstadter, 1992 [1955], p. 37.

entre si mesmo e seu ambiente. Pelo fato de que o ambiente estaria, no seu entendimento, em mutação constante, os ajustes do organismo seriam contínuos e produziriam um equilíbrio móvel até que ocorresse ou uma falha de adaptação ou um processo de dissolução e morte. Spencer distinguiu duas formas de “equilíbrio”. A primeira, denominada como “equilíbrio direto”, consiste em certas mudanças de função e estrutura internas ao organismo. Essa adaptação direta do organismo ao seu ambiente é acompanhada da segunda forma de equilíbrio, concebida como um “equilíbrio indireto” na forma da seleção natural, ou da sobrevivência dos mais aptos, um processo que, para o filósofo, sempre continuaria a ir adiante⁹⁴.

O estímulo à luta pela existência é, para Spencer, fornecido pela pressão populacional que seria a causa do progresso. Essa luta, que ocorre entre indivíduos da mesma espécie e entre espécies diferentes, produz, para o autor, uma incessante adaptação mútua que provoca melhoras nos organismos e modificações bem-sucedidas que favorecem a adaptação. Essas modificações são herdadas por gerações subsequentes levando a um desenvolvimento progressivo e cumulativo. Os humanos são, de acordo com o filósofo, governados pelos mesmos mecanismos de equilíbrio direto e indireto e estão sujeitos a uma inelutável pressão populacional sobre os meios de subsistência que estimularia suas faculdades e engendraria a competição. Famílias e raças que falhassem em se adaptar estariam, na leitura spenceriana, condenadas à extinção⁹⁵.

O pensamento de Spencer aglutina as características que, segundo as formulações de Hofstadter (1992 [1955]) e Hawkins (1998) já citadas, são essenciais em todas as teorias que aqui são qualificadas como darwinistas sociais: o recurso a esquemas de desenvolvimento evolucionário e a analogias orgânicas para a explicação dos grupos humanos, além, é claro, do emprego de tais recursos para a análise dos elementos da psicologia coletiva que dão coesão às sociedades, especialmente a moralidade e a cultura.

Em seu importante texto “The Social Organism”, publicado pela primeira vez em 1860, Spencer enumera alguns pontos de similaridade entre as sociedades humanas e os organismos biológicos⁹⁶. O filósofo sustenta que ambos começam como pequenas

⁹⁴ Hawkins, 1998, p. 84.

⁹⁵ Hawkins, 1998, p. 85.

⁹⁶ SPENCER, Herbert. *The Social Organism*. In: SPENCER, Herbert. *Essays: Scientific, Political and Speculative* -Volume 1. London, Routledge/Thoemes Press, 1996 [1891]. A obra aqui citada é a reedição de 1996 de uma coletânea de ensaios de Spencer que foi originalmente publicada em 1891 e

agregações e, posteriormente, aumentam em massa até que atinjam um tamanho muito maior do que o seu tamanho original. Spencer também assume que ambos são inicialmente tão simples em suas estruturas a ponto de serem considerados sem estruturas, mas que, gradualmente, no curso de seu crescimento, ganham uma complexidade estrutural cada vez maior aumentando assim a dependência mútua das suas partes constitutivas e diz que a vida de uma sociedade, assim como a de um organismo, é independente e mais prolongada do que a vida das unidades – ou seja, dos indivíduos – que a compõem⁹⁷.

Ao apresentar, no texto em questão, uma longa digressão sobre os limites e possibilidades da aplicação de analogias entre sociedades e organismos, Spencer chega à seguinte conclusão:

(...) nós encontramos poucas coisas para entrar em conflito com as analogias mais importantes. Sociedades aumentam lentamente em massa; elas progredem com a complexidade da estrutura; ao mesmo tempo, suas partes se tornam mutuamente dependentes; suas unidades vivas são removidas e substituídas sem destruir sua integridade; e as extensões pelas quais elas demonstram essas peculiaridades são proporcionais às suas atividades vitais. Esses são os traços que as sociedades têm em comum com os corpos orgânicos. E esses traços nos quais elas correspondem com os corpos orgânicos e não correspondem com todas as outras coisas subordinam inteiramente as distinções menores (...). Os *princípios* de organização são os mesmos, e as diferenças são simplesmente diferenças de aplicação⁹⁸.

Essa sistematização das semelhanças entre as sociedades humanas e os organismos biológicos é acompanhada, em “The Social Organism”, pela aplicação das analogias organicistas para explicar o caráter “natural” e espontâneo da divisão do trabalho social, que é um tema caro ao pensamento liberal dos séculos XVIII e XIX. Spencer representa uma fusão entre certos aspectos da filosofia política liberal e os temas evolucionistas:

que reunia textos escritos pelo filósofo entre as décadas de 1850 e 1880. Optamos por colocar entre colchetes na citação a data de 1860, que foi a data original da publicação do texto, ao invés da data de 1891 em que a coletânea reeditada em 1996 foi pela primeira vez publicada.

⁹⁷ Spencer, 1996 [1860], p. 272.

⁹⁸ “(...) we find but little to conflict with the all-important analogies. Societies slowly augment in mass; they progress in complexity of structure; at the same time their parts become more mutually dependent; their living units are removed and replaced without destroying their integrity; and the extents to which they display these peculiarities are proportionate to their vital activities. These are traits that societies have in common with organic bodies. And these traits in which they agree with organic bodies and disagree with all other things, entirely subordinate the minor distinctions (...).The *principles* of organization are the same, and the differences are simply differences of application” (SPENCER, 1996 [1860], p. 277).

Você precisa apenas olhar as mudanças que estão ocorrendo, ou observar a organização social em seus traços fundamentais, para ver que elas não são nem sobrenaturais, nem determinadas pelas vontades de homens individuais, como por inferência os velhos historiadores ensinam; mas elas são consequência de causas naturais gerais. O caso da divisão do trabalho é suficiente para provar isso. Não foi a mando de nenhum governante que alguns homens se tornaram manufatureiros enquanto outros permaneceram como cultivadores do solo⁹⁹.

A doutrina da divisão progressiva do trabalho, à qual nós fomos aqui introduzidos, é familiar a todos os leitores. E, além disso, a analogia entre a divisão econômica do trabalho e a “divisão fisiológica do trabalho” é tão marcante que, há muito tempo, chamou a atenção dos naturalistas científicos (...)¹⁰⁰.

A ideia de que a diferenciação funcional das partes da divisão do trabalho social tem paralelos com a “divisão fisiológica do trabalho” em um organismo é complementada pelo raciocínio progressivista – isto é, que concebe as mudanças de sociedades mais simples e com menos divisão do trabalho em direção à formação de sociedades mais complexas e com mais divisão do trabalho de forma progressiva e cumulativa – encarnado no que Spencer chama de “Hipótese do Desenvolvimento”, expressão que aparece no título de um ensaio publicado pelo filósofo em 1852¹⁰¹, antes, portanto, de Darwin publicar “A Origem das Espécies”. O que chama a atenção é que Spencer, já nesse texto, utiliza a expressão “Teoria da Evolução”¹⁰².

O filósofo polemiza abertamente nesse ensaio contra aqueles que não aceitam a tese da transmutação das espécies e afirma que não existe nenhuma evidência na experiência que torne razoável a crença de que as espécies são criadas. Ele diz que:

⁹⁹ “You need but to look at the changes going on around, or observe social organization in its leading traits, to see that these are neither supernatural, nor are determined by the wills of individual men, as by implication the older historians teach; but are consequent on general causes. The one case of the division of labour suffices to prove this. It has not been by command of any ruler that some men have become manufacturers, while others have remained cultivators of the soil” (SPENCER, 1996 [1860], p. 266).

¹⁰⁰ “The doctrine of the progressive division of labour, to which we are here introduced, is familiar to all readers. And further, the analogy between the economical division of labour and the ‘physiological division of labour’, is so striking as long since to have drawn the attention of scientific naturalists (...)” (SPENCER, 1996 [1860], p. 283).

¹⁰¹ SPENCER, Herbert. *The Development Hypothesis*. In: SPENCER, Herbert. *Essays: Scientific, Political and Speculative* -Volume 1. London, Routledge/Thoemes Press, 1996 [1891]. O ano original de publicação dessa coletânea é 1891, porém, cada texto que a compõe tem uma data de primeira publicação; o texto ao qual fazemos menção aqui foi publicado, pela primeira vez, em 1852 e só posteriormente, em 1891, foi incluído nessa coletânea.

¹⁰² O uso das letras maiúsculas para escrever essas expressões é feito pelo próprio Spencer.

Nós encontramos, espalhados pelo globo, organismos animais e vegetais de um tipo (de acordo com Humboldt) que soma 320 000 espécies, e de outro, que soma por volta de 2 000 000 de espécies (ver Carpenter); e se a esses nós adicionássemos os números de espécies vegetais e animais que se tornaram extintas, nós poderíamos seguramente estimar o número de espécies que existiram e estão existindo na Terra como não menos que *dez milhões*. Bem, qual é a teoria mais racional sobre esses dez milhões de espécies? É mais provável que tenham ocorrido dez milhões de criações especiais? Ou é mais provável que, por modificações contínuas devidas à mudança de circunstâncias, dez milhões de variedades tenham sido produzidas, assim como as variedades estão sendo produzidas ainda? ¹⁰³.

Curiosamente, nesse ensaio, em que defende a hipótese transformista da origem das espécies, Spencer também, em alguns momentos do texto, a denomina de “Hipótese do Desenvolvimento”, o que sugere que essa expressão é, para o autor, num certo sentido, um sinônimo de “Teoria da Evolução”. A noção de desenvolvimento progressivo de todos os aspectos da vida e do universo é central em seu evolucionismo. Já nesse escrito de 1852, aparece também a tentativa de aplicar a hipótese do desenvolvimento evolutivo progressivo às raças humanas e ao desenvolvimento de qualquer faculdade, seja ela “corporal, moral ou intelectual”¹⁰⁴. O filósofo possuía, em decorrência disso, uma grande preocupação não apenas com a evolução física, mas, sobretudo, com a evolução mental, que o levou a aceitar a tese, de forte coloração lamarckista, de que as características adquiridas poderiam ser herdadas. Spencer transferiu a hipótese da herança de características adquiridas do plano físico para o plano mental. Isso o levou a acreditar que os poderes intelectuais da raça humana se tornariam cumulativamente maiores e, ao longo de várias gerações, o homem ideal poderia finalmente se desenvolver¹⁰⁵. Evidenciando essa visão otimista, Spencer conclui um dos capítulos de “First Principles” dizendo que “a Evolução

¹⁰³ “Here we find, scattered over the globe, vegetable and animal organisms numbering, of the one kind (according to Humboldt), some 320,000 species, and of the other, some 2,000,000 species (see Carpenter); and if to these we add the numbers of animal and vegetable species which have become extinct, we may safely estimate the number of species that have existed, and are existing, on the Earth, at not less than *ten millions*. Well, which is the most rational theory about these ten millions of species? Is it most likely that there have been ten millions of special creations? Or is it most likely that, by continual modifications due to change of circumstances, ten millions of varieties have been produced, as varieties are being produced still?” (SPENCER, 1996 [1852], pp. 1-2).

¹⁰⁴ Spencer, 1996 [1852], p. 4.

¹⁰⁵ Hofstadter, 1992 [1955], p. 39.

apenas pode terminar no estabelecimento da maior perfeição e da mais completa felicidade”¹⁰⁶.

A preocupação com a evolução no plano mental o levou a distinguir as sociedades humanas em dois tipos: as sociedades militares e as sociedades industriais. As sociedades militares são, para Spencer, típicas das primeiras fases da evolução humana. Os membros desses grupos teriam, em seu entendimento, capacidades intelectuais e morais rudimentares e adeririam a crenças de forma rígida. O tipo social militar foi, para Spencer, a primeira forma organizada de cooperação social. A cooperação foi reforçada produzindo um sistema arregimentado e autoritário em que o indivíduo é totalmente subordinado à comunidade. Nessas sociedades, a centralização do poder e a hierarquia são completas, com as organizações intermediárias sendo ou proibidas ou bastante controladas pelo Estado¹⁰⁷.

De acordo com o filósofo, a sociedade militar teve um efeito paradoxal no longo prazo que acabou promovendo as qualidades que levariam à cooperação voluntária. Esse desenvolvimento progressivo teria sido acompanhado por uma expansão da moralidade, um crescimento do altruísmo e um correspondente declínio da agressão, da fraude e da crueldade nas relações entre os homens. Dessa forma, a sociedade militar foi gradualmente substituída pela sociedade industrial. A autonomia individual se expandiu, as associações privadas proliferaram e o domínio e a autoridade do Estado gradualmente se contraiu. A ascensão da autonomia individual e o declínio da autoridade do Estado, ao serem retratados como indicadores de um estágio avançado de evolução social, evidenciam a bastante conhecida simpatia de Spencer pelo liberalismo radical e pelo *laissez-faire* na economia¹⁰⁸.

Spencer, assim como Darwin, sofreu decisiva influência de concepções malthusianas para a elaboração de sua teoria. Michael Ruse, como já mencionado, argumenta que se, por um lado, o pensamento do autor de “An Essay on the Principle of Population” antecipou algumas posturas filosóficas e epistemológicas darwinistas sociais ao fundamentar suas premissas sobre os humanos a partir de uma analogia com premissas referentes ao que acontecia no mundo animal, por outro, lembra que

¹⁰⁶ Spencer, 1996 [1867], p. 517.

¹⁰⁷ Hawkins, 1998, p. 90.

¹⁰⁸ Hawkins, 1998, pp.92-94.

Malthus não tinha uma crença no progresso evolucionário, o que o distancia bastante da crença no progresso endossada por Spencer¹⁰⁹.

Uma das principais diferenças entre Spencer e Darwin é justamente a questão da crença no progresso. Darwin, ao descobrir o papel da aleatoriedade na produção das variações individuais dos organismos, elaborou um princípio da evolução das espécies com uma grande carga de indeterminação que tornou muito difícil conciliar suas ideias com uma concepção progressivista da natureza¹¹⁰. Spencer, já em 1852, defendia a tese de que a pressão da população sobre os recursos de subsistência teria um efeito benéfico sobre a raça humana e causaria o seu progresso¹¹¹. Enquanto Spencer nutria crenças evolucionistas no progresso cumulativo da humanidade e em uma espécie de teleologia que guiaria a “evolução universal”, Darwin dava grande ênfase para o papel do acaso e da aleatoriedade no processo evolutivo, eliminando assim qualquer postura teleológica. Apesar dessas diferenças importantes entre ambos, Darwin, a partir da publicação da quinta edição de “A Origem das Espécies”, no ano de 1869, influenciado por Spencer, aceitou modificar o texto original da obra empregando a expressão “sobrevivência do mais apto” para designar a seleção natural¹¹².

A apreciação aqui realizada de alguns aspectos básicos do pensamento de Darwin e Spencer torna possível constatar, ao confrontarmos as ideias fundamentais dos dois autores com as características básicas do Darwinismo Social sistematizadas por Hawkins (1998)¹¹³, que ambos podem ser considerados portadores de posturas filosóficas e epistemológicas que cristalizam claramente os principais elementos dessa corrente de pensamento¹¹⁴ e a adequação da afirmação de Ruse (1980) de que eles constituem as duas referências essenciais para o entendimento desse fenômeno intelectual. Após esse panorama das ideias de Darwin e Spencer, no próximo item

¹⁰⁹ Ruse, 1980, pp. 24-25.

¹¹⁰ Lenay, 2004, p. 100.

¹¹¹ Hofstadter, 1992 [1955], p. 39.

¹¹² Lenay, 2004, p. 103.

¹¹³ A ideia de que leis biológicas governam a totalidade da natureza orgânica; a noção de que a pressão da população sobre os recursos gera uma luta pela existência entre organismos; o fato de que determinados traços mentais e físicos que conferem vantagens nessa luta podem, através da herança, se espalhar por uma população; o pressuposto de que os efeitos cumulativos da seleção e da luta ao longo do tempo podem contribuir para a emergência de novas espécies e a eliminação de outras e a aplicação de todas essas asserções não apenas às propriedades físicas dos seres humanos, mas também a sua existência social e a seus atributos psicológicos.

¹¹⁴ O enquadramento de Spencer como um darwinista social é um ponto menos controverso do que o enquadramento de Darwin. No caso do último, a sua defesa da aplicação da teoria da seleção natural à espécie humana, explicitamente articulada na obra “The Descent of Man”, é uma evidência bastante clara de sua adesão aos pressupostos que, na argumentação de alguns historiadores do Darwinismo Social, são considerados característicos dessa corrente de pensamento. A esse respeito, os comentários feitos por Ruse (1980) sobre a referida obra são preciosos e deixam pouca margem para dúvida.

serão abordados alguns aspectos importantes do impacto do Darwinismo Social no caso específico dos EUA.

1.2 – O Darwinismo Social nos EUA

As décadas imediatamente posteriores à publicação de “A Origem das Espécies” por Darwin foram marcadas por mudanças históricas decisivas nos EUA. Entre a década de 1860 e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o país passou pela Guerra Civil (1861-1865), pela abolição da escravidão, por um intenso processo de industrialização e urbanização, consolidou a ocupação de enormes áreas no oeste de seu território, concluindo, assim, a conquista da *fronteira interna*, e acabou emergindo, a partir das últimas décadas do século XIX, como uma das maiores potências econômicas e militares do mundo. Em 1898, ano chave para a história das relações dos EUA com outros países, os primeiros episódios mais significativos de presença imperial estadunidense – a Guerra Hispano-Americana, que resultou na subordinação de Cuba aos EUA, a conquista das Filipinas e a anexação do Hawaii – começaram a ocorrer. Foi nessa situação histórica particular de mudanças socioeconômicas e geopolíticas bastante aceleradas que as ideias de Darwin foram recebidas no país.

É relevante notar que o auge do Darwinismo Social em solo estadunidense coincide justamente com o período que Eric Hobsbawn denominou de Era dos Impérios, que abarca, de acordo com a sua periodização, os anos de 1875 a 1914¹¹⁵. Nos anos entre 1880 e 1914, a maior parte do mundo foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo que incluía Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, além, é claro, dos novos poderes mundiais dos EUA e do Japão. A principal potência que seria vítima dos primeiros esforços de conquista imperial estadunidense é a Espanha, que veria os resquícios de seu império na América (Cuba e Porto Rico) e no Pacífico (Filipinas) caírem sob controle dos EUA em 1898¹¹⁶. A repartição do mundo entre um pequeno número de Estados foi, de acordo com Hobsbawn, a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em “avançados” e “atrasados”. Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície

¹¹⁵ HOBBSAWN, Eric. *Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo, Paz e Terra, 2010 [1988].

¹¹⁶ Hobsbawn, 2010 [1988], pp. 98-99.

continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre poucos Estados¹¹⁷.

Cristina Peccequilo¹¹⁸ lembra que, durante os séculos XVIII e XIX, os EUA passaram por um rápido processo de consolidação e crescimento nacional que os levou a alcançar uma nova posição relativa no sistema internacional. Embora essa ascensão relativa não correspondesse, na prática e de imediato, a um novo posicionamento no sistema internacional pelo menos até o final do século XIX, havendo, até então, uma desproporção entre o poder estadunidense e a sua atuação externa, ela já sinalizava importantes mudanças na política externa do país. Essas mudanças, ocorridas a partir da década de 1890, criaram condições e geraram demandas para que o país passasse a atuar no exterior. A autora diz que, se no início da República a política externa era um acessório do projeto nacional, a partir da última década do século XIX ela começava a se tornar um sustentáculo da ascensão do poder dos EUA¹¹⁹.

A questão econômica interna que se colocava para o país no final do século XIX também teve um papel determinante para que a expansão da sua influência geopolítica se colocasse como horizonte estratégico. No final do século XIX, os EUA enfrentavam o dilema de administrar uma crescente produção agrícola e industrial que não mais conseguia ser absorvida pelo mercado interno. Por conseguinte, a percepção de que os dilemas econômicos só poderiam ser resolvidos recorrendo-se ao mercado externo se generalizou¹²⁰. É nesse período histórico que emerge a tese de que o crescimento progressivo e continuado dos EUA só seria possível por meio de uma constante e ilimitada expansão das fronteiras do país que assegurasse, conseqüentemente, a expansão econômica contínua.

Essa projeção externa crescente dos EUA também foi fortemente condicionada, nas décadas finais do século XIX e de início do século XX, pela necessidade de oferecer um contrapeso às novas disputas imperiais pela conquista de mercados e de fontes de matérias-primas que então emergiam entre as potências europeias. Mesmo que os EUA tivessem um papel limitado na repartição das novas zonas globais de influência, cujo protagonismo, no caso das colônias da África e da Ásia, estava fundamentalmente nas mãos da Grã-Bretanha, da França e da Alemanha, ainda assim,

¹¹⁷ Hobsbawn, 2010 [1988], p. 101.

¹¹⁸ PECCEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

¹¹⁹ Peccequilo, 2003, p. 75.

¹²⁰ Peccequilo, 2003, pp. 76-77.

o papel estadunidense já demonstrava sinais de ampliação, especialmente nas Américas e no Pacífico, e a questão da defesa dos interesses prioritários do EUA no mundo já era, a essa altura, bastante sensível¹²¹. Um dos sinais mais claros dessa percepção crescente de que os interesses nacionais do país no exterior deveriam ser prioritários, foi simbolizado no Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, de 1904, que ficou também conhecido como a política do “big stick”, que, embora não trouxesse quaisquer reivindicações territoriais sobre a América Latina, assegurava aos EUA o direito de intervenção nos assuntos hemisféricos¹²².

As Ciências Humanas, portanto, surgiram e se institucionalizaram academicamente nos EUA imersas nesse contexto turbulento de aumento da projeção geopolítica do país e de tensões sociais internas ocasionadas pelo avanço da industrialização, pela expansão econômica, pela urbanização acelerada e pela chegada de novos contingentes imigratórios ao país. O objetivo desse item é refletir sobre as articulações entre esse contexto global e a especificidade de algumas ideias claramente associadas ao Darwinismo Social que tiveram importantes repercussões no campo intelectual estadunidense do período. Isso não significa que essas ideias serão entendidas como um mero epifenômeno da realidade socioeconômica e geopolítica global que se delineava com a ascensão da Era dos Impérios, mas sim que existem articulações importantes entre a produção intelectual desse período histórico e as suas características fundamentais que transcendem as instâncias propriamente intelectuais onde se deu a produção de ideias.

Para Dorothy Ross, o período histórico de constituição das Ciências Sociais no país foi marcado pela crise da visão excepcionalista que esteve no cerne de sua fundação como nação independente no fim do século XVIII¹²³. O elemento fundamental para desencadear essa crise foi a experiência traumática da Guerra Civil. Após a guerra, a rápida industrialização e o declínio das certezas religiosas forçaram os estadunidenses a buscar um entendimento mais moderno e secular das mudanças sociais pelas quais os EUA passavam, e a verem, então, a história do país como um processo movido por forças que residiam nela própria. Isso provocou uma tensão com

¹²¹ Peccequillo, 2003, p. 84.

¹²² Peccequillo, 2003. pp. 87-88.

¹²³ ROSS, Dorothy. *The Origins of American Social Science*. New York/Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

a mentalidade excepcionalista e com as certezas religiosas do cristianismo. A revisão do excepcionalismo também esteve atrelada à tentativa de inserir a história estadunidense no movimento mais geral da história ocidental europeia. Como resultado, muitos cientistas sociais sustentaram que a realização dos ideais republicanos e liberais da fundação nacional do país dependeria das mesmas forças que estavam criando a modernidade liberal na Europa, como o desenvolvimento do capitalismo, da política democrática e da ciência¹²⁴.

A ciência social estadunidense carrega, para Ross, a marca distintiva da sua origem nacional, fato que a tornou caracterizada pela presença dos valores liberais, da inclinação prática, da imaginação histórica rasa e da confiança tecnocrática. Segundo a historiadora, o que é mais explícito, nas origens das Ciências Humanas no país, é o grau pelo qual elas foram modeladas pelas Ciências Naturais e embebidas na ideologia clássica do que denomina de “individualismo liberal”. As humanidades nos EUA em seu período formativo – que abarca, para Ross, a década de 1870 até o ano de 1929 – embora tivessem sofrido muita influência dos modelos históricos alemães foram, majoritariamente, orientadas na direção das Ciências Naturais¹²⁵. O Darwinismo – e as suas derivações, como o Darwinismo Social – se colocaria então, nesse contexto, como o principal fornecedor de cânones filosóficos e epistemológicos que contribuiriam para que essa orientação naturalista das humanidades no período se estabelecesse.

Gertrude Himmelfarb, em seu estudo sobre o que chamou de “Revolução Darwiniana”¹²⁶, argumenta que a tradução do Darwinismo em termos sociais desfrutou não apenas do prestígio e da autoridade associados à ciência, mas também do fato de que tal tradução foi feita necessariamente de forma livre e frouxa. Essa liberdade de apropriação das ideias de Darwin para a análise de temas do mundo sociopolítico favoreceu a proliferação de uma variedade de discursos do que a autora chama de “evangelhos sociais”; isto é, de teorias sociais e políticas baseadas em ideias darwinistas livremente interpretadas¹²⁷. A secularização da sociedade estadunidense associada à crise do excepcionalismo, que se acelerou no período posterior a 1870,

¹²⁴ Ross, 1991, pp.14-15.

¹²⁵ Ross, 1991, pp. 13-14.

¹²⁶ HIMMELFARB, Gertrude. *Darwin and the Darwinian Revolution*. Chicago, Elephant Paperbacks, 1996 [1959].

¹²⁷ Himmelfarb, 1996 [1959], p. 412.

contribuiu decisivamente para que a visão de mundo naturalista de Darwin fosse recebida nos EUA e interpretada de variadas formas.

A questão política que mais apaixonou Darwin foi a escravidão. O naturalista, inclusive, em uma carta datada de 1861, expressou apoio ao norte na Guerra Civil. Contudo, pondera Himmelfarb, por mais que Darwin tivesse sentimentos apaixonados em relação à questão da escravidão e ao tratamento que era dado aos negros, ele nunca fingiu que esses sentimentos tinham alguma relação com as suas posições científicas. Havia, para a autora, duas deduções possíveis, e politicamente opostas, que poderiam ser tiradas da leitura de “A Origem das Espécies”. A primeira delas, antirracista, utilizaria a teoria da evolução para negar a separação entre variedades individuais e espécies, ou seja, aceitaria a ideia de que existem variações fenotípicas muito distintas abrigadas na mesma espécie, o que, por extensão, levaria à negação da separação e da inferioridade ou superioridade intrínseca de determinadas raças humanas. A escravidão dos negros, então, apareceria não como uma condição inviolável da natureza humana, mas sim como uma condição efêmera da história. A segunda dedução que poderia ser extraída da tese de Darwin era a de que a “inferioridade” ou “superioridade” entre as raças decorreria de um suposto processo de luta pela existência inerente à natureza. O próprio subtítulo de “A Origem das Espécies”, que é “A Preservação das Raças Favorecidas na Luta Pela Vida”, poderia favorecer essa interpretação, pois o naturalista empregou o termo “raça” visando designar variedades ou espécies e não seria, para Himmelfarb, uma violação do seu significado, estendê-lo para as raças humanas pelo fato de que elas, assim como as variedades de plantas e animais, estariam sujeitas, nessa leitura, à luta pela existência e à sobrevivência dos mais aptos. E o próprio Darwin, de acordo com a autora, não era avesso à ideia de que a história humana demonstraria que algumas raças seriam mais aptas que outras¹²⁸.

Da ideia de que as “raças favorecidas” seriam preservadas na luta pela existência para o discurso de que os indivíduos, classes ou nações “favorecidos” seriam preservados, o passo foi muito curto. Himmelfarb destaca que o Darwinismo Social, frequentemente, foi entendido nesse sentido: como uma filosofia que exaltava a competição, o poder e a violência que se sobreporiam à convenção, à ética e à religião. Essa compreensão pavimentou o caminho para as relações que essa corrente

¹²⁸ Himmelfarb, 1996 [1959], pp. 414-416. A autora cita uma carta de Darwin datada de 1881 para sustentar isso. No trecho citado, o naturalista é bastante explícito a esse respeito, chegando mesmo a usar expressões como “lower races” (“raças inferiores”) e “civilized races” (“raças civilizadas”).

político-ideológica e filosófica estabeleceu, no final do século XIX e início do século XX, com o nacionalismo, o imperialismo, com o culto do “super-homem” e da “raça mestra” e também com o seu entendimento como uma filosofia do individualismo extremo e do *laissez-faire* na economia e no governo, o que reflete um forte enraizamento na realidade do capitalismo industrial inglês do século XIX, encarnando o que, muitos comentadores, segundo a autora, chamaram de “filosofia da ganância vitoriana”¹²⁹. Essa filosofia, mesmo tendo a sua origem estreitamente atrelada ao contexto socioeconômico específico do capitalismo industrial inglês, encontraria, nos EUA do período pós Guerra Civil, um terreno fértil para a sua difusão.

Richard Hofstadter, autor que escreveu uma das poucas obras de largo alcance que buscam analisar o impacto do Darwinismo Social nos EUA durante esse período, alega que, após 1870, muitos cientistas estadunidenses estavam não apenas prontos para aceitar o princípio da seleção natural, mas também para fazer importantes contribuições à ciência evolucionista. Esse autor sugere que os EUA, durante as três últimas décadas do século XIX e o início do século XX, foram o país do mundo darwinista por excelência e afirma que, em seu entendimento, Herbert Spencer, o pensador que fez a mais ambiciosa tentativa de sistematizar as implicações da teoria da evolução em outros campos que não a Biologia, era muito mais popular nos EUA do que na Inglaterra, seu país de origem¹³⁰.

Hofstadter acredita que a época em que as ideias de Darwin e Spencer foram popularizadas nos EUA foi marcada pelo conservadorismo político. O sentimento predominante foi, em sua leitura, de que os EUA já haviam visto agitação suficiente no período anterior à Guerra Civil e que o futuro teria que ser caracterizado pela aquiescência e pela aquisição material que tornassem efetivo o desfrute do enorme crescimento territorial ocorrido ao longo do século XIX e das novas e modernas indústrias que estavam surgindo. Isso torna compreensível, segundo Hofstadter, por que o Darwinismo foi recebido como um acréscimo bem vindo ao conjunto de ideias pelas quais os conservadores apelavam quando queriam reconciliar seus semelhantes com algumas das dificuldades da vida e evitar que defendessem reformas sociais. Aqueles que desejavam defender o *status quo* político, especialmente os conservadores pró-*laissez-faire* foram, de acordo com o autor, os primeiros a se

¹²⁹ Himmelfarb, 1996 [1959], pp. 416-418.

¹³⁰ Hofstadter, 1992 [1955], pp. 4-5.

apropriarem do instrumental argumentativo forjado a partir de conceitos darwinistas¹³¹.

Mesmo reconhecendo a existência de pensadores que fizeram críticas aos posicionamentos darwinistas conservadores¹³², Hofstadter salienta que tais críticas foram, no período do auge do Darwinismo Social, minoritárias. O Darwinismo foi usado, segundo o autor, para reforçar a visão conservadora de duas maneiras. Em um primeiro plano, foi difundido o uso de jargões como a “luta pela existência” e a “sobrevivência dos mais aptos” na compreensão da vida humana em sociedade com o objetivo de naturalizar a concorrência entre indivíduos entendida como uma lei que levaria ao melhoramento contínuo. Em um segundo plano, essa ideia contribuiu para reforçar a ideia, bastante familiar na teoria política conservadora, de que todo desenvolvimento deve ser lento e sem pressa; a sociedade deveria ser encarada como um organismo que poderia mudar apenas no ritmo de longuíssima duração próprio ao tempo geológico pelo qual novas espécies são produzidas na natureza¹³³.

O Darwinismo Social merece destaque, segundo o historiador, como uma fase da história do pensamento político conservador. No entanto, Hofstadter lembra que faltam ao Darwinismo Social algumas características que usualmente são encontradas no pensamento conservador. Esse distanciamento de outras correntes conservadoras fica evidente pelo secularismo que normalmente acompanhou as ideias darwinistas, as distanciando assim das posições religiosas mais tradicionais, e, em alguns casos, pelo liberalismo radical e anti-estatista de pensadores associados a tais ideias, dentre os quais se destacam o próprio Spencer e o influente sociólogo estadunidense William Graham Sumner (1840-1910), que contrasta com o uso de noções evolucionistas para justificar a ideologia nacionalista envolvida na empreitada imperialista¹³⁴.

A publicação de “A Origem das Espécies” nos EUA não despertou imediatamente tanta atenção quanto despertou na Inglaterra. A primeira edição da obra foi resenhada por alguns eruditos em 1860, contudo, a chegada da Guerra Civil acabou dificultando o acesso aos novos desenvolvimentos do pensamento científico para todos, exceto para alguns cientistas profissionais e intelectuais. Mesmo diante dessa

¹³¹ Hofstadter, 1992 [1955], p. 5.

¹³² Hofstadter argumenta que a instrumentalização conservadora das ideias darwinistas não foi a única maneira pela qual elas tiveram influência nos EUA e lembra que no período do auge do Darwinismo Social no país existiram pensadores dissidentes em relação a essa atmosfera conservadora, como são os casos do sociólogo Lester Ward e dos filósofos pragmatistas, dentre os quais estão figuras proeminentes como William James e John Dewey.

¹³³ Hofstadter, 1992 [1955], pp. 6-7.

¹³⁴ Hofstadter, 1992 [1955], pp. 6-7.

situação inicial de recepção tímida do Darwinismo no país, começaram a aparecer, já nesse período, alguns entusiastas da teoria da evolução, dentre os quais se destacam o botânico da Universidade de Harvard, Asa Gray (1810-1888), Edward Livingstone Youmans (1821-1887), um importante popularizador das obras de Spencer nos EUA e o filósofo John Fiske (1842-1901)¹³⁵.

Nas décadas posteriores à Guerra Civil, o interesse pelas Ciências Naturais nos EUA crescia rapidamente e os artigos publicados em jornais religiosos e revistas populares¹³⁶ evidenciavam que os estadunidenses estavam se tornando rapidamente absorvidos pela controvérsia sobre a teoria da evolução. No entanto, antes de assegurar impacto na opinião pública e se tornar um padrão aceito de pensamento, a teoria da evolução teve que prevalecer dentro da própria comunidade científica. A geração de cientistas dos EUA que começava a ganhar força a partir das últimas décadas do século XIX passou a reconhecer a inadequação da hipótese da fixidez das espécies defendida pela Teologia Natural. A noção transformista da origem das espécies de Darwin e a postura filosófica spenceriana que vê o universo como estando em um processo contínuo de desenvolvimento progressivo começaram então a se espalhar no país. Essa situação de difusão do Darwinismo também foi facilitada também pelo relaxamento da fé fundamentalista decorrente da ascensão de um clero liberal¹³⁷.

No início da década de 1870, a hipótese transformista da origem das espécies e a teoria da seleção natural já tinham certo predomínio entre o pensamento dos naturalistas estadunidenses. A grande mudança institucional em relação ao campo intelectual que ocorreu no período aconteceu nas universidades, que passaram a se secularizar e a fomentar o desenvolvimento de campos de pesquisa mais especializados que pudessem atender a demanda crescente de uma potência em ascensão econômica e geopolítica bastante acelerada. As universidades de Harvard, de Yale e de John Hopkins, esta última fundada em 1876, lideraram esse movimento de reformas para a criação de instituições mais secularizadas.

¹³⁵ Hofstadter, 1992 [1955], p.13.

¹³⁶ Dentre as revistas científicas e populares que abriram suas colunas para as controvérsias em torno da teoria da evolução estão *North American Review*, *Appleton's Journal*, *Popular Science Monthly* e *Atlantic Monthly*. A *Appleton's Journal*, fundada em 1867, foi a primeira a publicar números com artigos sobre Darwin e Spencer. A *Popular Science Monthly*, fundada em 1872 pelo popularizador do Darwinismo Edward Livingstone Youmans, publicou artigos acadêmicos de filosofia da ciência, debates sobre a reconciliação entre ciência e religião e polêmicas contra o obscurantismo. A *Atlantic Monthly* explorou as controvérsias envolvidas nos debates darwinistas ao publicar os embates realizados entre o botânico Asa Gray e o naturalista suíço Louis Agassiz, que foi um dos principais opositores da teoria da evolução nos EUA nesse período (HOFSTADTER, 1992 [1955], pp. 22-23).

¹³⁷ Hofstadter, 1992 [1955], p.24.

As novas ideias darwinistas chegaram aos EUA em uma situação na qual a ciência e a educação superior no país passavam pelo que Hamilton Cravens denominou de “revolução institucional”¹³⁸. A partir das décadas finais do século XIX, com a criação de novas universidades e a reforma das grandes instituições já existentes, se tornou possível o surgimento de um novo papel social para o pesquisador academicamente formado que se identificava profissionalmente com uma ciência particular e que era encorajado pela instituição universitária que o empregava a perseguir uma investigação independente¹³⁹. O salto de autonomização universitária e de especialização disciplinar ocorrido nos EUA no período coincide com o fortalecimento da autoridade científica do evolucionismo.

Em Harvard, o filósofo John Fiske, um dos grandes pensadores estadunidenses influenciados por Spencer, foi chamado, após 1869, para oferecer *lectures* em filosofia da ciência. Em Yale, a partir do fim da década de 1870, o sociólogo William Graham Sumner passou a utilizar os trabalhos de Spencer nos cursos que ministrou na instituição, fato que o levou a entrar em conflito, nos anos de 1879 e 1880, com o clérigo Noah Porter, que era o presidente da universidade. No caso da John Hopkins, que foi uma das primeiras instituições estadunidenses devotadas à pesquisa livre de obrigações com qualquer denominação religiosa, seu primeiro presidente, o geógrafo Daniel Coit Gilman, realizou um ato simbólico de desafio ao obscurantismo ao chamar o anatomista britânico Thomas Huxley, que foi um dos maiores defensores da teoria de Darwin¹⁴⁰ na Inglaterra desde a publicação de “A Origem das Espécies”, para proferir um discurso na cerimônia de inauguração da universidade¹⁴¹.

A recepção altamente favorável que a filosofia de Spencer recebeu nos EUA nas três últimas décadas do século XIX foi decisiva para que uma atmosfera intelectual de forte adesão ao Darwinismo Social se formasse no país. Hofstadter argumenta que as concepções filosóficas spencerianas eram admiravelmente apropriadas ao cenário estadunidense das décadas finais do século XIX, tanto por sua abrangência de escopo que alcançava quase tudo, desde os seres vivos mais simples até a política, criando assim uma grande síntese generalizadora, quanto por sua capacidade de satisfazer, com uma linguagem relativamente acessível, agnósticos e

¹³⁸ CRAVENS, Hamilton. *The Triumph of Evolution – The Heredity Environment Controversy 1900-1941*. John Hopkins University Press, Baltimore/London, 1988.

¹³⁹ Cravens, 1988, p. 10.

¹⁴⁰ Huxley ficou conhecido como “o buldogue de Darwin”.

¹⁴¹ Hofstadter, 1992 [1955], pp. 20-21.

teístas¹⁴², mesmo diante do fato de que a resistência às ideias evolucionistas por parte de setores religiosos ainda guardava certa força no período¹⁴³.

Dentre os destaques na produção de um pensamento social e político darwinista estadunidense entre o final do século XIX e o início do século XX estão, conforme já dito, os nomes de John Fiske e de William Graham Sumner. Fiske publicou a sua obra “*Outlines of Cosmic Philosophy*” em 1874 e, no primeiro volume dela, defendeu abertamente a teoria evolucionista de Darwin. No segundo volume, o filósofo tomou como ponto de partida uma explicação da seleção natural e da sobrevivência dos mais aptos e insistiu que o mecanismo seletivo era a principal – mas não a única – causa da evolução orgânica, mantendo em sua argumentação a ênfase no papel das adaptações diretas. De forma muito semelhante a Spencer, Fiske descreveu a evolução humana com otimismo, mas salientou, ainda que considerasse o progresso a lei da história, que nem toda mudança social é progressiva e que apenas algumas sociedades haviam obtido o patamar adequado de civilização¹⁴⁴.

Sumner foi um sociólogo que produziu seus trabalhos entre as décadas de 1880 e 1910¹⁴⁵. Assim como Fiske, esse pensador foi bastante influenciado por Spencer. O fundamento principal de seu trabalho foi a ideia de que o Darwinismo seria tão relevante para o entendimento da vida social quanto era para o entendimento do mundo orgânico. Porém, diferentemente de Spencer e Fiske, Sumner evitava o otimismo e era muito menos confiante na inevitabilidade do progresso do que os dois filósofos. Esse sociólogo acreditava que a existência dos seres humanos comportaria uma luta de duas faces. A primeira, denominada de “luta pela existência”, seria uma luta dos indivíduos para a obtenção dos meios de subsistência na natureza, e a segunda, chamada de “competição pela vida”, seria a competição entre os homens no esforço para a conquista de recursos limitados. Ambas as modalidades de luta seriam exacerbadas pelo crescimento populacional e elas não deveriam ser, em seu entendimento, mitigadas por reformas sociais. Sumner defendia que qualquer

¹⁴² Hofstadter, 1992 [1955], p. 31.

¹⁴³ Um dado importante para evidenciar a repercussão do trabalho de Spencer nos EUA refere-se às vendas de seus livros no país. Das primeiras publicações de suas obras na década de 1860 até 1903, o número de livros vendidos nos EUA ultrapassou a marca de 368 mil exemplares (HOFSTADTER, 1992 [1955], p. 34). Levando em conta as dimensões do mercado editorial da época, essa marca de vendas certamente é muito expressiva.

¹⁴⁴ Hawkins, 1998, pp. 106-107.

¹⁴⁵ Dentre as obras sociológicas mais extensas de Sumner destacam-se “*What Social Classes Owe to Each Other*”, de 1883 e “*Folkways: A Study of the Sociological Importance of Usages, Manners, Customs, Mores and Morals*”, de 1906.

interferência na lei natural da sobrevivência dos mais aptos só produziria uma indesejável sobrevivência dos não aptos¹⁴⁶.

O sociólogo ficou conhecido por uma oposição ferrenha às ideias socialistas, às políticas de bem-estar social e à interferência estatal. Sumner era inflexível ao dizer que a aparição do capital, entendido como o trabalho humano acumulado, representou um grande avanço para a civilização ao prover às pessoas alguma garantia contra a força da natureza. A espontaneidade natural de uma ordem capitalista que propicia a cooperação social instintiva e a concorrência não poderia, de acordo com ele, ser subvertida por esquemas socialistas que buscam redistribuir a riqueza¹⁴⁷.

O principal discípulo estadunidense de Spencer acreditava que, com seu trabalho, estaria alertando a sociedade de que ela encararia a alternativa entre a sobrevivência dos mais aptos e a sobrevivência dos não aptos. Isso o fez criticar os esforços humanitários que eram empreendidos para aliviar a pobreza e que, em seu entendimento, favoreceriam os piores membros da sociedade, rebaixando assim a vitalidade da civilização. Contra essa lei de ferro da natureza, para o sociólogo, não haveria apelo; coisas como igualdade, justiça ou direitos naturais eram vistas por ele como ficções; a sociedade deveria se desenvolver, em seu entendimento, a partir de suas próprias compulsões internas ao invés de artificialmente a partir das mentes de reformadores¹⁴⁸. A defesa crua de Sumner do individualismo e do *laissez-faire* com uma linguagem naturalista em moldes muito parecidos aos de Spencer lhe trouxe notoriedade como um dos principais – senão o principal – advogados do Darwinismo Social nos EUA entre o final do século XIX e início do século XX.

Esses usos ideológicos do Darwinismo Social para a legitimação da ordem social capitalista em termos liberais radicais foram acompanhados de um uso do léxico darwinista para a justificação do militarismo imperialista que começava a despontar com a ascensão dos EUA como potência mundial. Além da relação com as ideias políticas ultraliberais de Sumner e Fiske, o Darwinismo Social teve relações diretas com usos ideológicos não tão liberais que pregavam o fortalecimento nacional dos EUA para a conquista imperial e para a eventualidade da ocorrência de conflitos com outros países.

¹⁴⁶ Hawkins, 1998, pp. 109-110.

¹⁴⁷ Hawkins, 1998, pp. 110-112.

¹⁴⁸ Himmelfarb, 1996 [1959], p. 419.

A chegada do Darwinismo Social ao país se fundiu com uma experiência histórica que já trazia um passado de conflitos com grupos indígenas nas áreas fronteiriças de colonização e de racismo bastante arraigado associado à instituição da escravidão. O dogma da superioridade racial anglo-saxônica, que foi fruto de uma mistura de elementos nacionalistas e românticos que nasceram na Europa, não era um resultado de ideias biológicas darwinistas, no entanto, isso não impediu que o Darwinismo se tornasse, a partir do fim do século XIX, um instrumento importante nas mãos dos teóricos raciais imperialistas. A chegada das ideias darwinistas aos EUA, ao se fundir com os dogmas que já existiam no país, contribuiu para sustentar a crença na superioridade racial anglo-saxônica que obcecou muitos pensadores na segunda metade do século XIX¹⁴⁹.

A influência das ideias provenientes da Biologia começou a ser refletida muito claramente nas concepções da chamada “escola histórica anglo-saxônica”. A noção principal sustentada pelos pensadores identificados com essa corrente historiográfica era a de que as origens das instituições democráticas da Inglaterra e dos EUA poderiam ser traçadas através do passado das instituições primitivas das primeiras tribos germânicas¹⁵⁰. A mística do “anglo-saxonismo” e do Destino Manifesto teve um lado militarista e expansionista, assim como também teve ideólogos mais pacíficos¹⁵¹ que defendiam que uma aliança anglo-americana, justificada pela similaridade de instituições políticas dos dois países, poderia resultar em uma “era de ouro” de paz e liberdade universais¹⁵².

Esse culto do caráter racial anglo-saxônico ganhou força justamente em um momento em que uma grande massa de população imigrante bastante variada etnicamente começava a chegar aos EUA. Hofstadter acredita que tal culto ficou confinado aos anos de excitação da virada do século nos quais os EUA se envolveram em suas primeiras tentativas de expansão imperial para áreas mais distantes do mundo

¹⁴⁹ Hofstadter, 1992 [1955], pp. 172-173.

¹⁵⁰ Hofstadter, 1992 [1955], p. 173.

¹⁵¹ Entre as obras e pensadores de destaque na defesa do “anglo-saxonismo” estão “Comparative Politics” (1874) de E. A. Freeman, “Short History of Anglo-Saxon Freedom” (1890) de James K. Hosmes, “Political Science and Comparative Constitutional Law” (1890) de John W. Burgess, “The Winning of the West” (1899) e o discurso “The Strenuous Life” (1899), ambos escritos por Theodore Roosevelt e “Our Country: Its Possible Future and its Present Crisis” (1885) do reverendo Josiah Strong. Em relação aos pensadores que focaram seus trabalhos nas questões geopolíticas e militares que emergiam para os EUA no período, vale destacar o almirante Alfred T. Mahan, que escreveu “The Influence of Sea Power Upon History” (1890) e “The Interest of America in Sea Power” (1897) (HOFSTADTER, 1992 [1955]).

¹⁵² Hofstadter, 1992 [1955], p. 182.

e lembra que, ainda que tenha tido seus períodos de influência como doutrina de autoafirmação nacional, o seu peso como doutrina de uma ordem mundial anglo-saxônica teve efeitos muito efêmeros. O autor estabelece uma diferença entre a defesa cega da guerra e as ideias dos pensadores que refletiam sobre a necessidade de afirmação dos interesses nacionais estadunidenses lembrando que boa parte deles acreditava que não havia nada inerentemente desejável na guerra em si mesma. A maioria desses pensadores concordava com Spencer na tese de que o conflito militar teria sido bastante útil para desenvolver a civilização primitiva, mas que, no momento histórico da virada do século XIX para o século XX, teria perdido seu valor como um instrumento de progresso¹⁵³.

O discurso sobre os temas da guerra e da luta pela existência entre as nações se misturou, nos anos entre a Guerra Hispano-Americana e a Primeira Guerra Mundial, com uma apreensão sobre o futuro da civilização ocidental que foi bastante encorajada pela ascensão do movimento eugenista. Os eugenistas falavam de “degeneração racial”, do “suicídio de raças”, da “eficácia dos povos ocidentais” e mesmo sobre a eventualidade de um declínio do Ocidente. Os discursos alarmistas sobre um risco de decadência frequentemente se misturavam a exortações nacionalistas para reviver o caráter dos povos¹⁵⁴. O vocabulário darwinista da “luta pela existência”, da “sobrevivência dos mais aptos” e da “herança de variações úteis para a adaptação” foi mobilizado pelos eugenistas para essencializar as supostas características psicológicas das diversas raças que concorreriam perpetuamente pela dominação do globo. A fertilização cruzada da apologia ultraliberal da concorrência capitalista e do nacionalismo expansionista com o discurso eugenista deu ao Darwinismo Social uma enorme força ideológica ao longo de toda a Era dos Impérios.

As ideias de Darwin, de acordo com o vasto exame realizado pelo historiador Carl Degler, ditaram o quadro de referência fundamental dentro do qual os cientistas sociais estadunidenses do final do século XIX perseguiram seus esforços para entender a natureza e o comportamento humanos¹⁵⁵. A autoridade da tese evolucionista deriva,

¹⁵³ Hofstadter, 1992 [1955], pp. 183-184. Para esse autor, uma das exceções ao ideário que se distanciava do culto da guerra como um fim em si mesmo é o discurso “The Strenuous Life”, escrito por Theodore Roosevelt, no qual o homem que viria a governar os EUA entre 1901 e 1909 alertava seus compatriotas para o perigo da eliminação nacional na luta internacional pela existência.

¹⁵⁴ Hofstadter, 1992 [1955], pp. 184-185.

¹⁵⁵ DEGLER, Carl. *In Search of Human Nature – The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought*. New York/Oxford, Oxford University Press, 1991.

para Degler, do fato de que ela explicou, de forma bastante convincente, como as plantas e animais existentes teriam atingido as formas atuais. Para esse autor existe também, na teoria de Darwin, a ênfase no ambiente como uma fonte de mudanças – variações no clima, na disponibilidade de alimentos, presença de organismos concorrentes, etc. – às quais o organismo deveria se adaptar e isso foi, em sua leitura, crucial para que as nascentes ciências sociais estadunidenses internalizassem um quadro de referência simultaneamente biológico e ambiental para encaminhar seus problemas de pesquisa¹⁵⁶. A querela entre *nature* e *nurture*, isto é, entre explicações mais naturalistas do comportamento humano que focam nos aspectos biológicos inatos e explicações mais “ambientais” que enfatizam influências externas como a cultura, a socialização e a linguagem, é a questão fundamental da disputa epistemológica que se instaura na discussão intelectual desse período. E a problemática darwinista da relação entre organismos e ambientes na luta pela sobrevivência, em certo sentido, fornece a justificação científica que legitima essa questão como fundamental para as humanidades que se institucionalizavam academicamente¹⁵⁷.

Contudo, Degler lembra que havia autores que entendiam o evolucionismo de uma forma muito distinta da que era entendida pelos darwinistas sociais e cita casos como os dos importantes sociólogos Albion Small, Franklin A. Giddins, Charles Cooley e Edward Ross, para os quais a ciência social deveria, fundamentalmente, contribuir para moldar um mundo justo para os estadunidenses e a “evolução” era entendida como um sinônimo do progresso que encorajaria a cooperação e a coesão na sociedade, ao contrário do conflito entre grupos, como o Darwinismo Social enfatizava¹⁵⁸. A presença dessa diversidade de ideias torna um pouco mais nuançada e complexa a tese de que o Darwinismo Social exerceu uma hegemonia incontestada no campo intelectual estadunidense do período entre o fim do século XIX e o início do século XX. À força do conservadorismo político associado ao Darwinismo Social em suas facetas ultraliberal e imperialista se opuseram autores reformistas não conservadores que, embora respirassem a atmosfera darwinista que prevalecia, tiraram dela consequências muito distintas das ideias defendidas por figuras como Sumner e

¹⁵⁶ Degler, 1991, pp. 5-7.

¹⁵⁷ Como veremos no próximo item, a Geografia Humana encontrou, nesse período, um caminho bastante peculiar dentro dessa problemática epistemológica derivada do Darwinismo que influenciou o campo intelectual estadunidense como um todo.

¹⁵⁸ Degler, 1991, p. 13.

Fiske. Robert Bannister¹⁵⁹, em estudo no qual critica a visão historiográfica que postula que as ideias darwinistas foram utilizadas nos EUA, fundamentalmente, para impor a visão utilitarista do *laissez-faire*, chega a dizer que o Darwinismo impactou mais o pensamento social do país através do fomento à ideia reformista de que os homens deveriam transcender a natureza ao invés de seguir seus ditados do que em suas aplicações para a defesa de um discurso ultraliberal¹⁶⁰.

Essa variedade na recepção das ideias darwinistas não é exclusiva dos EUA e, tal como aponta Himmelfarb, os temas filosóficos, epistemológicos e políticos desencadeados pelas ideias darwinistas tiveram, inclusive, implicações para autores socialistas e anarquistas do final do século XIX, como são os casos de Plekhânov e Kropotkin e, inclusive, para o próprio Marx, que, em 1873, chegou a enviar uma cópia da segunda edição de “O Capital” para Darwin, além de ter declarado, em carta datada de 1861, escrita logo após ter lido “A Origem das Espécies”, que a obra magna do naturalista seria “uma base na ciência natural para a luta de classes na história”¹⁶¹.

O impacto do darwinismo como uma visão de mundo norteadora das concepções intelectuais que balizavam a ciência social estadunidense também se refletiu no papel que a ênfase na hereditariedade, tema bastante presente nas discussões sobre variações biológicas em “A Origem das Espécies”, teve para a discussão do período. O hereditarianismo desenvolveu relações diretas com as teses racistas que sustentavam que o comportamento de indivíduos ou grupos seria moldado por sua constituição biológica particular e que as diferenças entre as raças seriam tão profundas ao ponto de elas serem consideradas espécies distintas ao invés de simples variedades da espécie humana. Darwin, no entanto, salienta Degler, rejeitava a ideia de que as raças humanas seriam espécies distintas porque não compreendia como a seleção natural poderia ter separado as raças umas das outras, pois as diferenças físicas entre elas não pareciam ter nenhuma utilidade evolutiva especial¹⁶². De fato, para o naturalista, se levarmos em conta apenas os aspectos estritamente biológicos de sua teoria, a raça estava fora da evolução¹⁶³. Ainda assim, não é possível dizer que o

¹⁵⁹ BANNISTER, Robert. *Social Darwinism – Science and Myth in Anglo-American Social Thought*. Temple University Press, Philadelphia, 1979.

¹⁶⁰ Bannister, 1979, p. 10. O autor, inclusive, nesse mesmo trecho da obra, se refere ao Darwinismo Social como um “mito” que teria tido as suas proporções históricas aumentadas pela historiografia intelectual desenvolvida nos EUA. Bannister tem um posicionamento, em alguns aspectos, antitético ao de Hofstadter.

¹⁶¹ Himmelfarb, 1996 [1959], p. 421.

¹⁶² Conforme já demonstrado em nossos comentários sobre “The Descent of Man”.

¹⁶³ Degler, 1991, pp. 14-15.

trabalho de Darwin não dava margem para interpretações racistas, pois, como lembrado por Himmelfarb, o naturalista usou a expressão “raças favorecidas” no subtítulo de sua obra principal e, conforme sugerido por algumas cartas, a sua visão da realidade sociopolítica do século XIX comportava explicitamente a ideia de que existiriam raças humanas mais avançadas do que outras. A conclusão que pode ser extraída dessas observações de Degler e Himmelfarb é que a separação entre os aspectos puramente biológicos e os elementos sociopolíticos do pensamento de Darwin talvez não seja uma boa estratégia para compreendermos integralmente as implicações que a sua visão de mundo gerou.

Degler também lembra que, na última década do século XIX e no início do século XX, mesmo que grande parte dos cientistas sociais estadunidenses visse na raça um fator explicativo para as diferenças de comportamento entre os grupos humanos, em muitos casos, ela não era considerada a explicação primordial para tais diferenças. Entre os exemplos dessa ambivalência de, ao mesmo tempo, acreditar que existem certas características raciais inatas que determinariam o comportamento e, por outro lado, considerar o papel da socialização, da cultura e do “ambiente”, estão influentes sociólogos do período, como Frank Giddings, de Columbia, Edward Ross, da Universidade de Wisconsin e Charles Cooley, que era uma das figuras mais importantes do departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. A ambivalência a partir da qual os cientistas sociais tratavam a questão da relação entre raça e ambiente – entendido como um sinônimo de “ambiente social” – também tem origens, para Degler, na maneira pela qual Darwin tratava a tese lamarckista da herança dos caracteres adquiridos¹⁶⁴.

Lamarck acreditava que a mudança evolucionária aconteceria como uma consequência do esforço de um organismo para melhorar a sua situação em um dado ambiente e que essas mudanças nos padrões de comportamento para a adaptação ambiental poderiam ser transferidas para seus descendentes. Darwin, embora distinguísse a herança parental direta dos descendentes – que era, em seu entendimento, determinante para qualquer indivíduo – das características que eram adquiridas através da influência ambiental, não deixou de aceitar, ao menos parcialmente, essa tese lamarckista. Logo, prossegue Degler, se o próprio Darwin aceitava o princípio da herança dos caracteres adquiridos, os cientistas sociais que se

¹⁶⁴ Degler, 1991, pp.17-21.

consideravam darwinistas não precisavam ver nenhum conflito entre o seu engajamento com o Darwinismo e a sua crença de que os comportamentos ou hábitos poderiam ser herdados. Essa posição provocou uma ambiguidade para muitos cientistas, pois a tese lamarckista dos caracteres adquiridos, dentre os quais estaria incluído o comportamento, poderia, ao mesmo tempo, explicar porque, na leitura racista, os negros seriam “inferiores” aos brancos, mas também porque as diferenças observadas entre as raças não precisariam, necessariamente, ser permanentes, pois elas seriam decorrentes de diferenças no ambiente de socialização das duas raças. Também havia, nesse período, representantes da tese neolamarckista “pura”, isto é, intelectuais que não viam a biologia como um fator de limitação dos indivíduos, como foi o caso do sociólogo Lester Frank Ward, que acreditava que a maneira mais eficaz de “melhorar” as raças seria através de uma mudança no ambiente social que favoreceria a emergência de boas qualidades que, em sua leitura, poderiam ser transferidas para os descendentes¹⁶⁵.

Um marco importante da oposição às teses neolamarckistas foi, para Degler, a refutação científica feita, em 1889, pelo embriólogo darwinista alemão August Weismann (1834-1914). Este cientista mostrou que quaisquer mudanças que ocorressem no corpo ou no comportamento de um animal em seu tempo de vida não apareceriam em seus descendentes. Weismann concluiu isso a partir de experimentos em que cortou os rabos de camundongos e observou que essa modificação corporal não era transmitida para os descendentes em várias gerações; isso o levou a concluir que existe uma disjunção impenetrável entre hereditariedade e ambiente. Ward, de acordo com o historiador, conhecia e entendia as implicações do trabalho de Weismann e, ironicamente, a sua necessidade de se opor à posição do cientista alemão o fez concordar parcialmente com Spencer, pois ainda que o sociólogo estadunidense detestasse as versões mais duras do Darwinismo Social associadas à defesa sobrevivência dos mais aptos, das quais o trabalho do filósofo era a encarnação maior, ele aceitava a conclusão do erudito inglês de que a refutação da tese da herança dos caracteres adquiridos oferecida por Weismann estaria equivocada¹⁶⁶.

A aceitação crescente da genética mendeliana durante as primeiras décadas do século XX afetou decisivamente a autoridade científica da doutrina lamarckista dos caracteres adquiridos. O sucesso da concepção de hereditariedade de Weismann foi, de

¹⁶⁵ Degler, 1991, pp.19-21.

¹⁶⁶ Degler, 1991, p.22.

acordo com Charles Lenay, imenso, pois, a despeito de fortes resistências, ela permitiu a autonomização de um programa de pesquisa sobre a hereditariedade independentemente dos detalhes fisiológicos e embriológicos da realização dos caracteres no desenvolvimento embrionário. Essa distinção metodológica e teórica esteve na origem da genética e da distinção hoje existente entre genótipo e fenótipo¹⁶⁷. O enfraquecimento da crença nos caracteres adquiridos teve implicações científicas e políticas bastante significativas porque forneceu um estímulo ao movimento eugenista e enrijeceu o racismo de alguns cientistas sociais. Ao demonstrar que o ambiente social não poderia mudar os comportamentos, evocando um suposto peso da raça e da biologia, a nova genética do século XX deu ao racismo a base “científica” que faltava para refutar a tese lamarckista. O comportamento humano, que era explicado por muitos como uma derivação da raça, poderia então, pela primeira vez, ser tido como permanente e imutável. A conclusão retirada do experimento de Weismann pelos racistas foi a de que nem a educação, nem os melhoramentos no ambiente social ao longo do tempo, poderiam erradicar comportamentos antissociais ou gerar ações socialmente desejáveis¹⁶⁸.

Hamilton Cravens, outro intérprete importante das mudanças intelectuais do período, acredita que, como consequência da recepção favorável das ideias darwinistas nos EUA, cristalizou-se, nas primeiras décadas do século XX, uma controvérsia entre hereditariedade e ambiente – o “ambiente” normalmente sendo entendido como “ambiente social” – na disputa pela explicação da natureza e da conduta humanas que pautou decisivamente a discussão dos cientistas naturais e sociais estadunidenses. Para o autor, tal controvérsia representa um episódio distinto na história cultural do país. A controvérsia entre *nature* e *nurture* ocorrida nos EUA nas primeiras décadas do século XX, embora guarde relações diretas com as discussões transatlânticas do papel da hereditariedade e do ambiente na constituição dos indivíduos e das espécies que ocorreu na década de 1890, é, segundo o historiador, um fenômeno particular da ciência e da cultura estadunidense¹⁶⁹. Cravens ressalta o fato de que o movimento intelectual transacional provocado pelas ideias darwinistas a partir do final do século XIX teve, em virtude da situação nacional dos EUA, condições muito específicas de recepção que contribuíram para que os debates da Biologia surgidos na Europa fossem

¹⁶⁷ Lenay, 2004, p. 123.

¹⁶⁸ Degler, 1991, p.24.

¹⁶⁹ Cravens, 1988, p. XVII. **Obs.** A paginação em números romanos se refere ao prefácio, que difere da paginação do restante da obra.

codificados e transformados em uma controvérsia entre aqueles cientistas que enfatizavam mais a hereditariedade na explicação da natureza e da conduta humanas e aqueles que enfatizavam mais o ambiente¹⁷⁰.

Os avanços no trabalho científico experimental ocorridos na década de 1890 tornaram possível, pela primeira vez, segundo Cravens, com que os cientistas separassem a hereditariedade e o ambiente em suas explicações dos fenômenos evolucionários. Nos EUA, biólogos e psicólogos desenvolveram as possibilidades da ciência evolucionista ao ponto de criar uma *ciência experimental da natureza e da conduta humana*, com forte acento no peso da hereditariedade biológica, cujos praticantes acreditavam que poderiam prever ou controlar o comportamento do homem em sociedade¹⁷¹.

A emergência dessa abordagem científica evolucionista fortemente voltada para o controle social, representada por biólogos identificados com o movimento eugenista, como é o caso de Charles Davenport, e por psicólogos que trabalhavam com um quadro de referência naturalista, como Robert M. Yerkes, pioneiro na aplicação de testes de Q. I. e mensuração mental, está inserida nas mudanças mais amplas pelas quais a sociedade estadunidense passava. Os EUA, a partir do final do século XIX, se transformavam rapidamente de uma sociedade tradicional e rural em uma sociedade moderna e urbana. A partir desse período, várias novas questões, como a segregação social, a imigração, a pobreza, a delinquência, e toda uma discussão sobre as supostas “qualidades” inatas dos povos que viviam no país, começavam a se colocar. As tensões raciais e o avanço da segregação no sul dos EUA, junto com a migração massiva para as cidades do norte e a chegada de grandes contingentes de estrangeiros para o país acabaram precipitando um senso de urgência na percepção da população branca estadunidense. É justamente a essa demanda suscitada por mudanças sociais aceleradas que uma nova ciência do homem atenderia ao contribuir para a estabilidade e o controle social determinando quais seriam as “causas naturais” da conduta humana entre os diferentes grupos que compunham a população do país, fossem eles brancos, não brancos, nativos, imigrantes, pobres ou criminosos¹⁷².

¹⁷⁰ Veremos no capítulo 2 que a Geografia Humana de Ellsworth Huntington tem toda a sua discussão epistemológica condicionada por essa controvérsia.

¹⁷¹ Cravens, 1988, p. XVIII.

¹⁷² Cravens, 1988, pp. 8-9.

A contraposição a essas teses darwinistas e racistas ortodoxas, derivadas da crítica de Weismann ao lamarckismo, da força política que o movimento eugenista ganhava no início do século XX e das tensões raciais que existiam na sociedade estadunidense, ganhou certo ímpeto quando os trabalhos do antropólogo Franz Boas (1858-1942), intelectual nascido na Alemanha e radicado nos EUA, que trabalhou na Universidade de Columbia, começaram a ganhar repercussão.

Para Carl Degler, a influência de Boas sobre os cientistas sociais estadunidenses em questões raciais foi decisiva. Ao mesmo tempo em que a segregação racial estava sendo imposta no sul do país e em que a eugenia surgia como uma pretensa solução hereditária para os problemas sociais, o antropólogo empreendeu um ataque à ideia de que a raça seria a fonte primária das diferenças encontradas nas capacidades sociais ou mentais dos grupos humanos. Esse ataque foi feito, principalmente, através da articulação do conceito de *cultura* em sua obra. O principal esforço intelectual do antropólogo, que condensa os traços mais gerais de sua oposição à ideia de raça como um elemento explicativo do comportamento humano e de sua defesa da cultura como o caminho mais adequado para tal explicação, é o livro “The Mind of Primitive Man”, publicado em 1911¹⁷³, mesmo ano em que Charles B. Davenport, o principal eugenista dos EUA, publicava seu “Heredity in Relation to Eugenics”. A mensagem fundamental da principal obra do antropólogo era a ideia de que as diferenças de comportamento entre os grupos humanos seriam derivadas da cultura e não da capacidade biológico-racial inata. Boas sustentou que os chamados “selvagens” não diferiam em capacidade mental dos povos civilizados, mesmo que eles, em seu estado atual de existência, não tivessem produzido artefatos e realizações culturais tradicionalmente associados à vida civilizada¹⁷⁴.

Boas buscou refutar a crença generalizada nas primeiras décadas do século XX de que a raça (entendida como o conjunto de traços fenotípicos de um povo ou grupo humano) e a cultura estariam intrinsecamente relacionadas. Atrelada a essa ideia equivocada da indissociação entre a raça e a cultura, de acordo com o antropólogo, estaria também uma visão de superioridade dos povos civilizados em relação às chamadas “raças inferiores” que carregava o pressuposto implícito de que as conquistas alcançadas por uma civilização dependeriam somente, ou ao menos

¹⁷³ A obra sofreu reelaborações depois da publicação da primeira edição.

¹⁷⁴ Degler, 1991, pp. 61-62.

principalmente, da *capacidade racial inata*¹⁷⁵. O fato de a civilização europeia, no início do século XX, apresentar um desenvolvimento mais avançado em relação a outros povos se explica, de acordo com o autor, muito mais pelo acaso da história do que por uma suposta dotação racial inata dos povos do Velho Continente:

Em suma, parece que os acontecimentos históricos foram mais decisivos para guiar as raças para a civilização do que suas aptidões inatas e segue-se que as realizações das raças não autorizam, sem provas ulteriores, a presunção de que uma raça seja mais dotada que outras¹⁷⁶.

As conquistas alcançadas pela civilização ocidental não são, para Boas, por si só, prova satisfatória da habilidade mental excepcional da raça branca. A tese da habilidade excepcional dos povos europeus só faria sentido, segundo o antropólogo, caso se pudesse provar que existe alguma relação entre a forma anatômica e a mentalidade; como essa comprovação não existe, o autor é explícito ao dizer que “nem as conquistas culturais nem a aparência exterior oferecem uma base sólida para julgar a aptidão mental das raças”¹⁷⁷. Em virtude da inexistência de determinação racial inata na gênese dos padrões culturais, Boas defende que seria admissível tratar a humanidade como um todo e estudar os tipos culturais prescindindo da raça; isto é, colocando de lado qualquer especulação sem base científica que busca relacionar estrutura corporal e vida mental¹⁷⁸. A postura epistemológica boasiana representa uma antítese em relação ao hereditarianismo racial e à eugenia que, fortalecidos pela maneira como o evolucionismo chegou aos EUA a partir da década de 1890, postulavam uma interpretação determinista biológica rígida para as diferenças de comportamento que eram observadas entre os variados grupos étnico-raciais da sociedade estadunidense. A ênfase na cultura e nos processos de socialização para a explicação do comportamento humano representou a principal linha de resistência ao inatismo do evolucionismo naturalista que fundamentava o discurso racista da eugenia e as versões mais radicais do Darwinismo Social.

Dentre as reações ao determinismo biológico presente nas humanidades e nas Ciências Naturais nos EUA das primeiras décadas do século XX, também merece

¹⁷⁵ BOAS, Franz. *A Mente do Ser Humano Primitivo*. Petrópolis, Vozes, 2010 [1938], pp. 9-10.

¹⁷⁶ Boas, 2010 [1938], p. 17.

¹⁷⁷ Boas, 2010 [1938], p. 18.

¹⁷⁸ Boas, 2010 [1938], p. 18.

destaque o importante texto de Alfred Kroeber, um dos principais discípulos de Boas, intitulado “The Superorganic”, que foi publicado em 1917¹⁷⁹. Este texto busca demarcar o campo de estudo da cultura, da história e dos processos sociais como epistemologicamente autônomo em relação aos processos orgânicos e naturais. Para Kroeber, embora existisse na civilização ocidental uma distinção de longa data entre o *corpo* e a *alma*, o *físico* e o *mental* e entre o *orgânico* e o *social*, a distinção formal entre essas esferas da realidade ainda era, no início do século XX, recente. Na fase pela qual a história do pensamento passava no momento em que o antropólogo escrevia, havia, em seu entendimento, uma confusão entre o orgânico e o social provocada pela teoria da evolução¹⁸⁰.

O uso de analogias orgânicas derivadas do debate evolucionista para a compreensão dos fatos do crescimento cultural levaria, segundo Kroeber, a um colapso da necessária distinção entre a evolução orgânica e a evolução social. Essa distinção, que, para o autor, é óbvia, havia sido, em sua leitura, amplamente obscurecida nos últimos cinquenta anos em decorrência da força dos pensamentos ligados à ideia de evolução orgânica. Muitos aspectos da diferença entre o orgânico e aquilo que na vida humana não é orgânico são tão claros para Kroeber que mesmo uma criança poderia apreendê-los. O autor dá um exemplo bastante claro dessa distinção quando diz que – como é de conhecimento comum – os seres humanos são nascidos com certas capacidades, mas também adquirem outras capacidades ao longo da vida e não é necessário mostrar que, por um lado, nenhum ser humano nasce com o conhecimento inerente de uma tabuada, e que, por outro, as crianças de uma pessoa negra nascem negras através da operação de forças biológicas hereditárias¹⁸¹. Existe, para Kroeber, uma separação ontológica e epistemológica entre a dimensão orgânico-natural das determinações biológicas e a dimensão social e cultural do processo histórico:

(...) a evolução orgânica é essencialmente e inevitavelmente conectada com processos hereditários; a evolução social que caracteriza o progresso da

¹⁷⁹ KROEBER, Alfred. *The Superorganic*. American Anthropologist, New Series, Vol. 19, No. 2, 1917, pp. 163-213.

¹⁸⁰ Kroeber, 1917, p. 163.

¹⁸¹ Kroeber, 1917, pp. 164-165.

civilização, por outro lado, não é, ou não é necessariamente, amarrada a agências hereditárias¹⁸².

Kroeber faz referência à famosa frase de Aristóteles de que “O homem é um animal político” para ilustrar como o seu argumento de uma distinção absoluta entre o social e o orgânico tem raízes mais remotas no pensamento ocidental. Ele lembra que, desde então, a palavra “político” mudou de significado, e que, no início do século XX, aquilo que o pensador grego chamava de “político” ao afirmar que o homem é um animal político, passou a ser entendido, na realidade, como sinônimo de “social”. Logo, prossegue o antropólogo, existe algo de intelectualmente débil na tentativa de anular a distinção entre o social e o orgânico e tratar a civilização a partir da hereditariedade biológica¹⁸³. A pretensão explicativa global do evolucionismo representaria um movimento contrário àquilo que constitui o cerne do pensamento ocidental. O determinismo biológico que emerge na segunda metade do século XIX seria uma espécie de exceção em relação a essa longa tradição ocidental de distinção entre a natureza e o mundo social.

Além de aderir à tese boasiana de que as diferenças culturais entre as nações observadas no início do século XX não poderiam ser atribuídas a causas racialmente inerentes, isto é, organicamente fundadas¹⁸⁴, o autor se opõe frontalmente às teses eugenistas, que, em sua leitura, são fruto dessa confusão entre o biológico e social¹⁸⁵. Ele diz que “se os fenômenos sociais são apenas orgânicos, a eugenia está certa, e não há mais nada a dizer”, mas prossegue, e conclui que “se o social é algo mais do que orgânico, a eugenia é apenas um erro”¹⁸⁶. O social é, para Kroeber, uma esfera supraorgânica com dignidade ontológica e epistemológica própria que transcende a natureza e não pode ser tratada pelas Ciências Naturais de maneira adequada. A explicação da história e o entendimento do social devem ser buscados, portanto, a partir dos seus próprios resultados e não pelo padrão de qualquer outra atividade intelectual¹⁸⁷.

¹⁸² “(...) organic evolution is essentially and inevitably connected with hereditary processes; the social evolution which characterizes the progress of civilization, on the other hand, is not, or not necessarily, tied up with hereditary agencies” (KROEBER, 1917, p. 167).

¹⁸³ Kroeber, 1917, p. 180.

¹⁸⁴ Kroeber, 1917, p. 181.

¹⁸⁵ Kroeber, 1917, p. 188.

¹⁸⁶ Kroeber, 1917, p. 189.

¹⁸⁷ Kroeber, 1917, p. 207.

A essa reação dos antropólogos boasianos, dentre os quais, além de Kroeber, estavam figuras como Robert Lowie e Arthur Goldenweiser, somou-se, por volta da década de 1920, o reforço dos sociólogos que se opunham às doutrinas hereditárias extremas dos cientistas naturais estadunidenses. No entanto, o peso dos pressupostos epistemológicos evolucionistas era tão grande, que muitos deles, mesmo que não se rendessem à ideia de uma ciência naturalista do homem cujos praticantes poderiam prever e controlar o comportamento humano, não abandonaram perspectivas “neoevolucionárias” na evolução cultural. Essas perspectivas darwinistas residuais se misturavam com uma consistente distinção entre os níveis biológico e cultural da existência humana que autonomizava epistemologicamente as Ciências Humanas em relação às Ciências Naturais¹⁸⁸.

Entre as décadas de 1890 e 1920 a Sociologia desfrutou de uma significativa expansão institucional na educação superior estadunidense. A popularidade da disciplina, que era, no período, maior do que a da Antropologia, deve ser atribuída, segundo Cravens, ao profundo interesse dos estadunidenses mais educados por soluções “científicas” para os problemas sociais¹⁸⁹. A Universidade de Chicago, que estabeleceu o primeiro grande departamento de graduação em Sociologia do país, ao qual se associaram, no final do século XIX, Albion Small, Charles Henderson, George Vincent e William I. Thomas, e a Universidade de Columbia, onde se destacou o protagonismo de Franklin H. Giddings, foram as instituições pioneiras no desenvolvimento da disciplina nos EUA¹⁹⁰. Além desses sociólogos que trabalharam em Columbia e Chicago, também merecem menção Edward Ross, da Universidade de Wisconsin, e Charles Elwood, que trabalhou na Universidade do Missouri.

O debate entre esses sociólogos, estudado por Cravens em detalhes, demonstra que havia uma discussão sobre a necessidade de que a disciplina criasse uma autonomia em relação aos pressupostos evolucionistas e naturalistas que pautavam as outras disciplinas, como atesta a correspondência entre Giddings e Ross nos anos de 1901 e 1906 que é citada pelo historiador. De acordo com o autor, por volta da segunda metade da primeira década do século XX, começou a ficar claro, para a maior parte dos sociólogos acadêmicos do país, que eles não poderiam insistir que a sua ciência era uma ciência autônoma e continuarem, ao mesmo tempo, a se basear em

¹⁸⁸ Cravens, 1988, p. 121.

¹⁸⁹ Cravens, 1988, p. 123.

¹⁹⁰ Cravens, 1988, pp. 127-128.

analogias naturalistas e determinantes emprestados das Ciências Naturais evolucionistas. Mesmo um sociólogo como William Graham Sumner, que havia sido, como vimos, um dos principais expoentes estadunidenses do Darwinismo Social nas últimas duas décadas do século XIX, havia entrado em uma nova fase em sua carreira quando publicou, em 1906, sua obra “Folkways: A Study of the Sociological Importance of Usages, Manners, Customs, Mores and Morals”, que é notável pelo tom anti-naturalista e anti-hereditário de seus argumentos¹⁹¹.

É nesse conflito entre abordagens darwinistas mais duras e a emergência de uma proposta de explicação cultural para o comportamento humano, que emerge nos escritos de Franz Boas, Alfred Kroeber e de uma série de sociólogos, que está inserida a institucionalização da Geografia Humana nos EUA e, por extensão, o pensamento geográfico de Huntington e Semple. O quadro de referência epistemológico do Darwinismo e do Darwinismo Social teve uma amplitude de apropriação e circulação tão grande no campo intelectual estadunidense do período entre 1880 e 1920 que, em alguns momentos, ele se opõe à abordagem sociocultural para a explicação do comportamento humano ao enfatizar o peso da herança biológico-racial inata, em outros, ele se funde à abordagem sociocultural ao misturar essa explicação racista e biologizante mais dura com uma ênfase no peso da cultura, da educação e do processo de socialização, fornecendo assim uma abordagem híbrida, e, por fim, ele determina a estrutura de forças do campo intelectual a tal ponto que, mesmo as abordagens puramente culturalistas de Boas e Kroeber, só podem ser entendidas em oposição a essa corrente de pensamento.

A forma como as ideias de Darwin circularam para além do contexto espaço-temporal em que foram criadas evidencia que a abrangência de seu sistema explicativo, que foi amplamente favorecida pela grande repercussão dos trabalhos de Spencer nos EUA e pela secularização crescente da sociedade estadunidense, tornou a teoria da evolução um dado geral não apenas do campo intelectual estadunidense, mas também um elemento central do quadro ideológico de valores que caracterizou todo um período histórico. As interfaces do Darwinismo com o conservadorismo, com o ultraliberalismo, com o nacionalismo, com a eugenia e com posições reformistas mais moderadas são reveladoras da grande variedade das formas de apropriação política e epistemológica das ideias do naturalista inglês. A enorme repercussão de uma teoria

¹⁹¹ Cravens, 1988, pp. 143-144.

criada a partir de problemas de pesquisa empíricos específicos das Ciências Naturais acabou produzindo consequências políticas, sociais e intelectuais de largo alcance.

As Ciências Humanas, em seu período de institucionalização universitária, sofreram forte influência dos cânones epistemológicos que fundamentaram as Ciências Naturais. Dentre esses cânones, a partir da segunda metade do século XIX, a teoria da evolução se destacava indiscutivelmente. No caso específico da Geografia Humana, esse peso do naturalismo foi bastante explícito porque a disciplina tinha como definição de seu objeto de estudo, no período da virada do século XIX para o século XX, o estudo das chamadas relações homem-meio, ou colocando em outros termos, do papel que as condições naturais exerceriam na vida dos homens nas diferentes porções da superfície terrestre. A teoria da evolução fornecia, nesse contexto, a abstração de um sistema explicativo mais sofisticado que possibilitava com que a disciplina transcendesse a sua incipiência teórica. Diferentemente de outras disciplinas, como a Sociologia e a Antropologia, que já no início do século XX começavam a demarcar explicitamente a diferença entre as posturas epistemológicas para lidar com seus objetos de estudo e as posturas epistemológicas canônicas das Ciências Naturais, a Geografia reteve um forte viés naturalista para tentar lidar com seu objeto de estudo que atravessava a então emergente divisão entre as humanidades e ciências mais “duras”.

No próximo item abordaremos um pouco do papel que a internalização de posturas teóricas evolucionistas teve para que a Geografia Humana se institucionalizasse nos EUA com o objetivo de aprofundar nosso retrato das condições sociais a partir das quais as obras de Ellsworth Huntington e Ellen Semple foram produzidas. Toda a reflexão oferecida até aqui sobre o contexto intelectual e social no qual nasceram e se difundiram as ideias darwinistas sociais será, na próxima parte da tese, articulada com a discussão sobre a construção de um campo disciplinar específico em uma situação nacional particular. Entraremos, de agora em diante, no segundo plano de análise proposto em nossa introdução metodológica.

1.3 – O Darwinismo Social e a institucionalização da Geografia Humana nos EUA

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pelo nascimento dos primeiros contornos da divisão do trabalho intelectual que marcaria a produção de conhecimento ao longo de todo o século XX na maioria dos países ocidentais. A Geografia desse período foi caracterizada pela especificidade de um projeto intelectual que visava integrar aspectos humanos e naturais para a construção de uma ciência da superfície terrestre. Nesse contexto de intensificação da divisão do trabalho intelectual, a abrangência da disciplina, que herdava uma tradição holística e romântica vinda dos trabalhos produzidos por Humboldt e Ritter, colocava a sua legitimidade acadêmica em risco. A Geografia precisava, nas décadas finais do século XIX, de uma sistematização teórica que ultrapassasse a mera descrição integrada de elementos humanos e naturais da superfície terrestre e desse a ela legitimidade para que se institucionalizasse enquanto disciplina autônoma. A tese a ser desenvolvida é a de que, no caso estadunidense, essa demanda de legitimação se deu a partir da internalização das ideias darwinistas sociais e que os casos dos trabalhos de Huntington e Semple, duas figuras chave para o fortalecimento da Geografia Humana no país no início do século XX, são exemplares a esse respeito.

A Geografia, nas décadas anteriores ao final do século XIX, era praticada nos EUA por estudiosos isolados. Este fato refletia a ausência de institucionalização universitária da disciplina. Dentre esses estudiosos, se destacam os nomes de Louis Agassiz (1807-1873), Arnold Guyot (1807-1884), Nathaniel Southgate Shaler (1841-1906) e Daniel Coit Gilman (1831-1908). Conjuntamente a esses desenvolvimentos isolados, que eram basicamente focados no que contemporaneamente se denomina por “Geografia Física” e muito próximos da Geologia, até as últimas décadas do século XIX, a produção de conhecimento geográfico no país esteve bastante ligada às sociedades geográficas amadoras¹⁹², que abrigavam um público bastante variado, desde burocratas e políticos até acadêmicos, e à tradição dos *field surveys*, que produziam uma série de informações sobre o oeste estadunidense¹⁹³. Essa situação

¹⁹² SCHULTEN, Susan. *The Geographical Imagination in America (1880-1950)*. Chicago, University of Chicago Press, 2001, p. 69. Dentre essas sociedades estavam a *American Geographical Society* (AGS) e a *National Geographical Society* (NGS).

¹⁹³ Martin, 2005, p. 330.

revela a incipiência na profissionalização acadêmica da disciplina que perdurou nos EUA até as últimas décadas do século XIX.

O impulso que levaria à construção de um campo disciplinar específico nos EUA começou a ganhar força apenas na década de 1880, quando W. M. Davis (1850-1934), um geólogo de formação que foi decisivo para o fortalecimento da disciplina no país, se tornou professor de Geografia Física na Universidade de Harvard. Davis lecionou nessa universidade entre 1885 e 1912, ano no qual se aposentou. O geógrafo sofreu forte influência de Nathaniel Southgate Shaler durante seu período de formação. Shaler influenciou Davis ao enfatizar o hábito das observações de campo cuidadosas, a importância de ver o homem como parte da paisagem, o foco nos processos de mudança que caracterizam os fatores que compõem a superfície terrestre e a noção de que a Terra é uma base de recursos da qual o homem é dependente¹⁹⁴.

A concepção que Davis formulou da Geografia foi bastante determinada pela necessidade de distinguir a disciplina da Geologia. Para o autor, a Geografia teria que estudar, além da Fisiografia, que seria o estudo da ligação causal dos elementos naturais do ambiente, a chamada Ontografia, que buscaria explicar as ligações causais dos elementos do ambiente com seus habitantes. O alargamento do escopo da disciplina para o estudo dos elementos orgânicos da paisagem foi fundamental como estratégia de busca de uma identidade disciplinar para emancipar minimamente a Geografia em relação à Geologia¹⁹⁵. Davis ficou inicialmente conhecido pela proposição de seu conceito do “ciclo da erosão”, que foi apresentado primeiramente em 1884 e posteriormente revisado em 1899. Esse conceito se baseava na ideia de que a evolução das formas de relevo se daria em um ciclo que iria da juventude para a maturidade e finalmente para a senilidade. A proposição de uma teoria decorrente desse ciclo representava o esforço de Davis para buscar uma estrutura conceitual que transcendesse a mera agregação factual de informações e tornasse a Geografia uma ciência geral da Terra organizada sobre os modelos dinâmicos dos processos de formação do relevo¹⁹⁶.

Além desse esforço de busca de uma sistematização teórica e da afirmação da necessidade de que a Geografia se debruçasse sobre a relação homem-ambiente, Davis foi diretamente responsável pela criação da *Association of American Geographers*

¹⁹⁴ Martin, 2005, p. 341.

¹⁹⁵ Schulten, 2001, p. 75.

¹⁹⁶ Martin, 2005, pp. 346-347.

(AAG) em 1904. A criação dessa instituição foi um evento decisivo para a profissionalização disciplinar porque ela marcava uma ruptura com o amadorismo das sociedades geográficas até então existentes. O nascimento da AAG foi acompanhado pelo surgimento, entre os anos de 1899 e 1914, de cursos de Geografia em importantes instituições, como são os casos das universidades de Harvard, da Pennsylvania, de Yale e de Chicago. É importante ressaltar, contudo, que o fato de serem oferecidos cursos de Geografia não implicava, em muitos casos, na existência de departamentos de Geografia específicos¹⁹⁷. Esse crescimento da Geografia acadêmica que começa a ocorrer no início do século XX contrasta claramente com o final do século XIX, quando, segundo Geoffrey Martin, havia apenas cinco professores de Geografia nas universidades estadunidenses: W. M. Davis em Harvard, Ralph Tarr em Cornell, William Libbey Jr. em Princeton, George Davidson em Berkeley e Richard Elwood Dodge em Columbia¹⁹⁸.

Segundo o levantamento feito por Ray Whitbeck¹⁹⁹, enquanto, no ano de 1900, apenas 12 universidades estadunidenses estavam oferecendo cursos de Geografia, no ano de 1910, esse número cresceu para 32 instituições, que ofereciam um total de 142 cursos. Nesse mesmo ano, as universidades de Chicago e de Wisconsin já haviam matriculado mais de 700 estudantes em cursos de Geografia e a Universidade da Califórnia aproximadamente 600. Dentre os dados referentes à Geografia em 27 instituições no biênio 1916-1917, aquelas que mais ofereciam cursos da disciplina eram as universidades de Chicago (19 cursos), de Columbia (16 cursos), de Wisconsin (15 cursos), de Nebraska (15 cursos), de Harvard (14 cursos), da Califórnia (11 cursos), da Pennsylvania (10 cursos) e de Yale (10 cursos)²⁰⁰.

¹⁹⁷ Harvard, por exemplo, teve um departamento de “Geografia e Geologia” que foi extinto décadas depois, em 1948, com a permanência apenas da Geologia. A exceção no período em questão foi a Universidade de Chicago, que foi a primeira instituição do país a oferecer cursos de graduação e doutorado em um departamento específico de Geografia criado no ano de 1903. Em relação ao caso de Harvard, informações detalhadas sobre a extinção da Geografia estão em SMITH, Neil. *Academic War Over the Field of Geography: The Elimination of Geography at Harvard 1947-1951*. Annals of the Association of American Geographers. Vol. 77, No. 2, pp. 155-172, 1987. Sobre a criação de um departamento autônomo de Geografia na universidade de Chicago, reflexões relevantes estão em BUSHONG, Allen. *Geographers and Their Mentors: A Genealogical View of American Academic Geography*. In: BLOUET, Brian (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Hamden, Archon Books, 1981, pp. 193-220 e PATTISON, William. *Rollin Salisbury and the Establishment of Geography at the University of Chicago*. In: BLOUET, Brian (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Hamden, Archon Books, 1981, pp.151-163.

¹⁹⁸ Martin, 2005, 354.

¹⁹⁹ WHITBECK, Ray Hughes. *Geography in American and European Universities*. Journal of Geography, Vol.18, No.4, 1919, pp. 129-141.

²⁰⁰ Whitbeck, 1919, pp. 129-130. Esse autor também traz dados importantes sobre o conteúdo da oferta dos cursos. Em 1910, 70 dos 142 cursos oferecidos lidavam com os aspectos físicos da disciplina, 13

Davis, no primeiro discurso presidencial da AAG, proferido na Filadélfia, em dezembro de 1904²⁰¹, explicitou alguns dos problemas que, em seu entendimento, dificultavam o crescimento da disciplina:

A geografia como um tema de estudo maduro tem pouco reconhecimento nesse país. A maioria daqueles que dedicam seus anos maduros ao seu cultivo devotam seus esforços aos elementos dela que podem ser apreendidos pelos pupilos jovens. A maioria dos outros estudantes maduros de geografia também se ocupa de ciências associadas, como a geologia, a biologia e a história. De fato, a geografia se alarga amplamente à medida que amadurece, e alguns críticos temem que falte a ela a coerência essencial a uma ciência que deve manter uma sociedade unida²⁰².

A frouxa identidade disciplinar evidenciada pela porosidade às contribuições de outras ciências e a forte relação com as demandas do ensino escolar foram elementos que, para o primeiro presidente da AAG, dificultaram, no início do século XX, o reconhecimento da Geografia como “um tema de estudo maduro”. Além disso, Davis, ao propor que o acesso à associação ficasse restrito àqueles que “realizaram trabalho original em algum ramo da geografia”²⁰³, estabeleceu claramente uma demarcação da diferença entre a AAG e as sociedades geográficas não profissionais que existiam nos EUA. Outro elemento do discurso do geógrafo a ser notado, é o fato de que a sua publicação se deu, justamente, no *Bulletin da American Geographical Society*, que era a principal associação à qual a AAG se opunha ao impedir o acesso daqueles que não fossem cientistas profissionais.

com aspectos econômicos, 15 com estudos regionais, 7 com influências geográficas, 10 eram cursos para a formação de professores, e os 27 remanescentes eram cursos de pesquisa de campo e outros tipos de cursos variados. No biênio 1916-1917, os temas de cursos que eram mais oferecidos nas universidades com ensino da disciplina eram Geografia Física (com oferta em 27 instituições), Geografia Econômica ou Comercial (com oferta em 25 instituições), Meteorologia (com oferta em 17 instituições), Geografia da América do Norte (com oferta em 14 instituições), disciplinas de trabalho de campo e laboratório (com oferta em 13 instituições), Geografia da Europa (com oferta em 11 instituições), Geografia em relação à História (com oferta em 11 instituições) e Geografia da América do Sul (com oferta em 10 instituições) (WHITBECK, 1919, pp. 130-131).

²⁰¹ DAVIS, W. M. *The Opportunity for the Association of American Geographers*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 37, No. 2, 1905, pp. 84-86.

²⁰² “Geography as a subject of mature study has little recognition in this country. Most of those who give its mature years to its cultivation devote their efforts to such of its elements as can be apprehended by young pupils. Most of the other mature students of geography are also occupied with associated sciences, such as geology, biology or history. Indeed, geography broadens greatly as it matures, and some critics fear that it lacks the coherence essential to a science that is to hold a society together” (DAVIS, 1905, p. 84).

²⁰³ Davis, 1905, p. 85.

Boa parte dos membros que ingressaram na AAG em sua fundação não era composta por geógrafos de formação. Exceto pelo caso da Universidade de Chicago, no ano de 1904 ainda não havia departamentos específicos de Geografia que fornecessem, simultaneamente, cursos de graduação e doutorado, nas universidades dos EUA²⁰⁴. Essa situação tornava bastante escassa a oferta de geógrafos profissionais que pudessem fortalecer a associação. Isso fez com que ela fosse inicialmente constituída, de acordo com o balanço feito por Albert Perry Brigham²⁰⁵, na ocasião de seu aniversário de vinte anos, por cientistas de várias áreas que trabalhavam com aspectos geográficos de seus objetos de estudo, como era o caso dos climatologistas, zoólogos, botânicos, geólogos e fisiógrafos. No entanto, muitos desses membros, segundo Brigham, já estavam preocupados com questões especificamente disciplinares, como a filosofia da Geografia, a pesquisa regional em Geografia Econômica e em Etnologia, as explorações geográficas de viagem e o papel da Geografia para a educação básica²⁰⁶. O autor, ao dizer, sobre a fundação da AAG, que “poucos dos membros constituintes eram (...) reconhecidos oficialmente ou na consciência geral como sendo geógrafos, mas, ainda assim, era uma organização minuciosamente geográfica”²⁰⁷, deixa clara a tensão existente, na primeira década do século XX, entre a emergência de uma consciência disciplinar incipiente e a escassez de indivíduos e de instituições acadêmicas capazes de difundir uma formação disciplinar mais específica.

Os *Annals* da AAG, que se tornariam, posteriormente, a referência principal da produção acadêmica na Geografia estadunidense, só começaram a ser publicados em

²⁰⁴ Uma ponderação importante é lembrar que existe, na literatura referente ao período, menção confusa a dois “departamentos” de Geografia que foram criados em 1898 (antes, portanto, de Chicago); um na Universidade da Califórnia, em consequência da atuação de George Davidson, e outro na Universidade de Columbia, fundado por Richard Elwood Dodge e atrelado ao *Teachers College* da instituição, cujo foco era a formação de professores; a esse respeito ver o capítulo três de MARTIN, Geoffrey. *American Geography and Geographers – Toward Geographical Science*. New York, Oxford University Press, 2015. Apesar desse dado, o nosso entendimento é de que tais esforços de desenvolvimento disciplinar nessas instituições, de acordo com a nossa interpretação da descrição que é feita por Geoffrey Martin, não caracterizam departamentos disciplinares específicos. Berkeley e Columbia não ofereciam, antes de 1903, cursos de graduação e doutorado como Chicago oferecia. O que estamos entendendo por “departamento” de Geografia aqui não depende apenas da existência de uma designação formal como “departamento”, tal como existia em Columbia e Berkeley já em 1898, mas também da existência efetiva de quadros específicos capazes de fornecer uma formação disciplinar nos níveis de graduação e doutorado. Isso nos leva a enquadrar o caso de Chicago como, de fato, o primeiro departamento universitário efetivo de Geografia a surgir nos EUA, como sustenta o já mencionado texto de Pattison (1981).

²⁰⁵ BRIGHAM, Albert Perry. *The Association of American Geographers, 1903-1924*. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 14, No. 3, 1924, pp. 109-116.

²⁰⁶ Brigham, 1924, pp. 112-113.

²⁰⁷ Brigham, 1924, p. 112.

1911, sete anos após a fundação da associação. Até a segunda década do século XX, além da publicação do boletim da *American Geographical Society* que, em 1916, se transformaria na revista *Geographical Review*, a publicação geográfica que guardava alguma importância era o *Journal of School Geography*, que foi fundado em 1897 por Richard Elwood Dodge, então professor da Universidade de Columbia, com o objetivo de promover o ensino da disciplina nas escolas elementares e secundárias. Essa publicação, em 1902, se fundiria com o *Bulletin of the American Bureau of Geography*, para formar o *Journal of Geography*²⁰⁸. Os *Annals* da AAG foram a primeira publicação dos EUA a abrigar, majoritariamente, artigos acadêmicos decorrentes da produção de geógrafos universitários. É importante também pontuar que os debates sobre o papel da Geografia no currículo escolar se desenvolveram no país já a partir da década de 1890, como atesta a tese de Ellen Elizabeth Adams, que aborda algumas discussões ocorridas em 1894 na *National Education Association* referentes ao que deveria ou não ser incluído no currículo de Geografia²⁰⁹. Esse quadro sugere que as discussões acadêmicas referentes à especificidade epistemológica da Geografia, ao mesmo tempo em que tiveram o seu caminho aberto pela demanda escolar da disciplina, acabaram, por outro lado, tendo que se afirmar por oposição à excessiva simplicidade e ao caráter descritivo do ensino escolar destinado aos “pupilos jovens”.

Embora Harvard fosse o centro dos desenvolvimentos intelectuais de Davis na última década do século XIX e na primeira década do século XX, foi na Universidade de Chicago que surgiu, efetivamente, o primeiro departamento de Geografia do país no ano de 1903. A criação de um departamento em Chicago foi consequência da atuação de Rollin Salisbury (1858-1922), que também, assim como Davis, era um geólogo de formação. A emergência do estudo dos problemas humanos pensados a partir do enfoque das influências ambientais – que seria fortalecida, posteriormente, pelas importantes passagens pelo departamento de professores com interesses de pesquisa antropocêntricos focados na Geografia Econômica, como são os casos de Charles Colby, Harlan Barrows, Walter S. Tower e J. Paul Goode²¹⁰ – foi decisiva para o

²⁰⁸ ADAMS, Ellen Elizabeth. *Ellen Churchill Semple and American Geography in an Era of Imperialism*. Dissertation presented in Candidacy for the Degree of Doctor of Philosophy, Department of History, The College of William and Mary, 2011, pp. 85-86.

²⁰⁹ Adams, 2011, pp. 90-91.

²¹⁰ Colby foi o geógrafo que mais orientou teses de doutorado em Geografia nos EUA durante a primeira metade do século XX; o professor da Universidade de Chicago orientou, nesse período, 25 teses. Barrows assumiu a liderança do departamento de Chicago em 1919, sucedendo o fundador Rollin

surgimento da Geografia nessa instituição²¹¹. O crescimento das preocupações com a Geografia Humana teve, nesse período das duas primeiras décadas do século XX, um papel central para que a disciplina conquistasse condições de autonomia mínima em relação à Geologia. Além da emancipação em relação à Geologia, havia a necessidade de distingui-la, no estudo dos problemas humanos, de outras disciplinas das humanidades, e a manutenção da centralidade da questão da influência ambiental no estudo do homem acabou cumprindo essa função em um contexto de crescente divisão do trabalho intelectual.

Essa expansão da Geografia Humana também ficou evidenciada pelo surgimento, antes da Primeira Guerra Mundial, das pesquisas e da atuação institucional de Herbert E. Gregory em Yale e dos estudos de Geografia Comercial de Emory Johnson e J. Russell Smith na *Wharton School* da Universidade da Pennsylvania²¹², que se juntariam às contribuições pioneiras de Davis (que, apesar de ficar mais conhecido como fisiógrafo, preconizava o desenvolvimento do que chamou de “Ontografia”) e aos esforços empreendidos por Salisbury na criação do departamento em Chicago. A emergência dos estudos econômicos na disciplina, cujo destaque está nas pesquisas realizadas pelos geógrafos que trabalhavam nas universidades da Pennsylvania e de Chicago, teve um papel importante para aumentar o peso da Geografia Humana nos desenvolvimentos disciplinares acadêmicos.

Como os EUA vinham, após 1890, se tornando uma sociedade cada vez mais urbana na qual as empresas cresciam, muitos homens de negócios acreditavam que o seu conhecimento deveria abarcar a Geografia²¹³. Isso contribuiu para aumentar a oferta disciplinar em instituições que ofereciam formação em carreiras de orientação empresarial, como fica claro no caso da *Wharton School*, que era focada em comércio e finanças. A Geografia Comercial e Econômica era, no biênio 1916-1917, o tema da Geografia Humana com a maior quantidade de instituições com ofertas de cursos e, quando consideramos a disciplina como um todo, esse tema ficava atrás, no número de instituições que o ofertavam, apenas da quantidade de instituições que ofertavam

Salisbury, e, assim como Colby, teve grande importância na formação de doutores em Geografia na instituição, tendo orientado, na primeira metade do século XX, 24 teses de doutorado. Das 61 teses de Geografia defendidas em Chicago entre os anos de 1907 e 1946, 49 foram orientadas por Colby ou Barrows (BUSHONG, 1981, pp. 204-205). Dentre as figuras que doutoraram em Chicago, estão alguns dos autores de maior peso da Geografia estadunidense do século XX, como são os casos de Carl Sauer e Richard Hartshorne.

²¹¹ Pattison, 1981.

²¹² Martin, 2005, p. 340.

²¹³ Martin, 2015, p. 311.

disciplinas de Geografia Física²¹⁴, o que fez Geoffrey Martin observar que essa temática, no início do século XX, constituiu “uma intrusão sobre a prevalecente fisiografia davisiana”²¹⁵.

O crescimento da Geografia na universidade estadunidense seria reforçado, após esse primeiro período entre a década de 1890 e a Primeira Guerra Mundial, pelo avanço da disciplina em outras instituições a partir da década de 1920²¹⁶, dentre as quais vale destacar a Universidade de Clark, cujo departamento de Geografia, que foi chefiado por Wallace W. Atwood e começou a funcionar em 1921²¹⁷, se tornaria um dos principais centros de formação de doutores do país a partir de então, a Universidade de Michigan, que criou um departamento para a Geografia em 1923²¹⁸, a Universidade de Minnesota, onde a Geografia se estabeleceu em 1925²¹⁹ e a Universidade de Wisconsin, instituição que transformou, em 1921, o seu departamento de Geologia em um departamento de “Geologia e Geografia”²²⁰.

Após apresentar esse quadro institucional da expansão disciplinar entre as décadas de 1890 e 1920, o próximo passo consiste em abordar algumas das discussões teóricas mais relevantes presentes na Geografia do período. A nossa atenção recairá especialmente sobre a transição entre os esforços pioneiros em Harvard e Chicago e o período imediatamente posterior em que surge a primeira geração de geógrafos profissionais nos EUA que de fato possa caracterizar a existência de um campo minimamente autônomo, dentre os quais estão figuras que iniciaram suas carreiras antes da Primeira Guerra Mundial e que continuaram a trabalhar no campo no período

²¹⁴ Conforme vimos nos dados de Whitbeck (1919) anteriormente citados.

²¹⁵ Martin, 2015, p. 311.

²¹⁶ Uma comparação interessante em relação ao período de institucionalização acadêmica da Geografia nos EUA é com a Alemanha, país que foi pioneiro na presença da Geografia nas universidades, onde, já a partir de 1871, a criação de cátedras universitárias para a disciplina começa a se expandir. Antes de 1870, existiam apenas três cátedras universitárias de Geografia na Alemanha: Berlim, Göttingen e Breslau. A partir de 1871 as criações vão se sucedendo: Leipzig em 1871, Halle e Munique em 1873, Bonn e Estrasburgo em 1875, Königsberg e Marburg em 1876 e Kiel em 1878, além da criação, em 1886, da cátedra de Geografia Física da Universidade de Berlim, instituição que já tinha, desde a década de 1860, uma cátedra de Geografia Histórica. Estas informações estão em CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea*. Barcelona, Ediciones del Serbal, 2012 [1981], p.101. Na década de 1890, quando a Geografia começava a aparecer apenas timidamente nas universidades dos EUA, praticamente todas as universidades importantes da Alemanha, de acordo com Capel, já tinham ensino especializado da disciplina. O atraso dos EUA na expansão da disciplina no final do século XIX em relação aos desenvolvimentos europeus fica bastante claro quando comparamos o caso do país com o caso alemão.

²¹⁷ Martin, 2015, p. 174.

²¹⁸ Martin, 2015, p. 178.

²¹⁹ Martin, 2015, p. 184.

²²⁰ Martin, 2015, p. 190.

entre-guerras, como Mark Jefferson, Isaiah Bowman, Albert Perry Brigham, Ellsworth Huntington e Ellen Semple²²¹.

Para compreendermos melhor a teia de interdependências e as posições epistemológicas concorrentes que constituíam o campo de forças da emergente Geografia Humana estadunidense, serão reconstruídas, brevemente, as poucas tentativas de sistematização do escopo disciplinar que existiram nos EUA no período entre o ano de 1911, quando os *Annals* da AAG passaram a ser publicados e Semple lançou a sua principal obra, “Influences of Geographic Environment”, e o ano de 1923, um ano antes de Huntington publicar a terceira e definitiva versão de “Civilization and Climate”. Nesse período, ambos os autores ocuparam a presidência da associação; Semple fez seu discurso presidencial no final de 1921 e Huntington no final de 1923. Tradicionalmente, durante todo esse período, os discursos presidenciais, em boa parte dos casos, foram utilizados pelos presidentes eleitos para que expusessem, perante a associação, a sua visão geral da disciplina. A escolha por abordar a disputa intelectual a partir das posições epistemológicas expostas nos discursos presidenciais é decorrente do fato de que entendemos que tais discursos, por representarem a delegação, por parte de uma coletividade que constitui um campo, da tarefa de apresentar uma visão geral da disciplina a um indivíduo, evidenciam claramente a existência daquilo que Pierre Bourdieu²²² chamou de capital científico, isto é, de uma espécie de reconhecimento simbólico pelos pares²²³ que torna legítimas as posições daqueles que o detém dentro do universo particular de um campo. Abordaremos, a seguir, os discursos dos outros autores que, além de Huntington e Semple, tiveram peso para o debate sobre o papel da Geografia nos EUA e, mais adiante, nos capítulos dois e três da tese, comentaremos as posições específicas expostas nos discursos dos dois autores pensando-as na relação com as posições que serão aqui reconstruídas.

O primeiro discurso presidencial que merece menção, por fazer referência explícita à Geografia Humana, é o de Albert Perry Brigham²²⁴, que foi proferido em dezembro de 1914 e publicado no ano seguinte. O autor abre o discurso defendendo

²²¹ Martin, 2005, p. 355.

²²² BOURDIEU, Pierre. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa, Edições 70, 2008.

²²³ Bourdieu, 2008, p. 53.

²²⁴ BRIGHAM, Albert Perry. *Problems of Geographic Influence*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 5, 1915, pp. 3-25.

que o “coração da geografia” são os laços “infinitos em número” que atam a vida e a Terra e que levam às preocupações com o homem. Brigham diz que nenhum outro aspecto do objeto da Geografia é tão atraente como o da influência da Terra sobre a nossa espécie. Ele também faz referência ao fato de que os primeiros membros da AAG vieram, em grande parte, do campo da Geologia e que eles, de encontro em encontro, vinham marchando a passos largos em direção ao que chama de “objetivo humano da nossa ciência”²²⁵. Após defender a centralidade do problema da influência natural sobre o homem como a problemática definidora da disciplina como um todo, o geógrafo fala da importância da cooperação da disciplina com as outras disciplinas das humanidades, como a História e a Sociologia, lembrando que essas disciplinas também chegaram a tocar na questão geográfica das relações homem-ambiente. E, mais adiante, mesmo reconhecendo a necessidade de cooperação com as ciências afins, faz uma defesa explícita da especificidade do escopo disciplinar:

Nós não precisamos, no entanto, esperar que os historiadores ou os sociólogos desenvolvam de qualquer forma completa os princípios da ação ambiental. Eles admitem a necessidade desses princípios, mas não têm o tempo, ou talvez o interesse, para desenvolvê-los. Resta a nós colocar conteúdo na palavra ambiente, de forma que ela não seja negligenciada ou menosprezada, e em que o seu significado possa se tornar disponível em termos claros para todos²²⁶.

Brigham afirma a necessidade de explicitação do escopo disciplinar lembrando que, embora muitos membros iniciais da associação fossem geólogos, a meta central da Geografia está nos estudos humanos; isso reforça a hipótese já exposta de que o fortalecimento da Geografia Humana nos EUA foi fundamental como estratégia para que a disciplina se distinguisse da Geologia. Além da necessidade de distinção em relação à Geologia, esse trecho mostra a necessidade concomitante, defendida pelo autor, de que, através da ênfase na influência ambiental (que também é levantada pela História e pela Sociologia de forma lateral), a Geografia se distinga das outras disciplinas das humanidades.

Para robustecer a apologia dos estudos humanos na disciplina, o geógrafo faz a observação de que Ratzel nunca deixou seus leitores duvidarem de que estava se

²²⁵ Brigham, 1915, p. 3.

²²⁶ “We need not therefore expect the historians or the sociologists to develop in any full way the principles of environmental action. They admit the need of these principles, but have not the time, perhaps not the will, to develop them. It remains for us to put content into the word environment, so that it cannot be overlooked or slighted, and so that its meaning may become available in plain terms for all” (BRIGHAM, 1915, p.6).

movendo nos domínios de Darwin, e que, portanto, a disciplina, ao tratar da questão da influência geográfica, “deve estar em contato diário com os princípios da evolução”²²⁷. Logo a seguir, após apontar a filiação darwinista da obra do erudito alemão, o autor ressalta que o legado do autor de “A Origem das Espécies” tem um lugar decisivo na genealogia histórica do pensamento geográfico:

Humboldt, Ritter e Guyot deixaram as fundações da nossa geografia humana moderna, e então veio Darwin apontando o caminho do estudo frutífero para todas as ciências da natureza orgânica e do homem. Ratzel, no espírito de Darwin, manteve o desdobramento da geografia a par da antropologia, da história e das outras ciências humanas na última metade de século, e agora a Sra. Semple colocou todos os geógrafos em débito com ela com a expansão e precisão que ela adicionou ao trabalho de Ratzel²²⁸.

Brigham, depois de salientar que a teoria da evolução é o pressuposto que deve embasar a preocupação epistemológica com a influência geográfica sobre o homem, coloca Darwin como alguém que apontou o caminho de estudos para “todas as ciências da natureza orgânica e do homem” e deriva, parcialmente, os desenvolvimentos antropogeográficos de Ratzel e Semple da obra do naturalista inglês. O autor também faz menção a trabalhos de outros geógrafos europeus, como Halford Mackinder, J. A. Herbertson, George Chisholm, Paul Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Albrecht Penck²²⁹ e diz que essas contribuições, embora importantes, foram regionais na maior parte dos casos e que, portanto, tiveram menor escopo quando comparadas aos trabalhos de Humboldt, Ritter, Ratzel e Semple. O geógrafo faz aqui um claro reconhecimento do caráter distinto do esforço de Semple associando-o com a herança de Ratzel e Darwin.

O então presidente eleito da AAG ainda demonstra um grande domínio das discussões e autores que protagonizavam a emergente ciência social estadunidense da primeira década e meia do século XX. Aparecem no discurso citações do historiador Frederick Jackson Turner, de sociólogos como Frank Giddings, Albion Small e Lester Ward e do antropólogo Franz Boas. Essa apropriação dos trabalhos de uma gama

²²⁷ Brigham, 1915, p. 15.

²²⁸ “Humboldt, Ritter, and Guyot laid the foundations of our modern human geography, and then came Darwin, pointing the road to fruitful study for all the sciences of organic nature and of man. Ratzel, in the spirit of Darwin, kept the unfolding of geography abreast of the progress of anthropology, history and other human sciences in the last half-century, and now Miss Semple has placed all geographers in her debt in the expansion and precision which she has added to the work of Ratzel.” (BRIGHAM, 1915, p.18).

²²⁹ Brigham, 1915, p. 18.

variada de cientistas sociais caminha junto com a afirmação do abrangente objeto de estudo da Geografia que, em seu entendimento, consiste na elucidação da influência ambiental sobre o homem, incluindo o papel dos elementos físicos e orgânicos e a operação do que chama de fatores “histórico-sociais”²³⁰ junto a tais elementos.

Além disso, o geógrafo reconstrói algumas discussões existentes no período sobre as origens dos grupos raciais e sobre a influência psicológica do clima demonstrando assim estar a par da querela entre hereditariedade e ambiente com a qual se ocupavam antropólogos e biólogos do período. Ao final do discurso, afirma que uma “filosofia da história real não será escrita até que os fatores geográficos tenham um reconhecimento mais amplo e profundo”, mas ressalta que, apesar dessa posição de defesa do estudo influência geográfica sobre o homem, não nega a “supremacia do espírito humano”²³¹ sobre as forças naturais.

Outro momento relevante, porém, menos substancial na tentativa de definição do escopo da disciplina, é o discurso presidencial de Nevin Fenneman²³² na AAG, apresentado em dezembro de 1918, quatro anos após o intrincado discurso de Brigham. O discurso de Fenneman, que é mais breve que o de Brigham, se dedica a debater a questão da definição do domínio da Geografia, de sua repartição interna em subdisciplinas e o fato de que os geógrafos dependem, para a elaboração de seus estudos, dos conhecimentos especializados de disciplinas que lidam com aspectos mais delimitados da realidade. O apelo específico da Geografia é, para Fenneman, a necessidade da existência de uma “ciência sintética das áreas”²³³. Esse autor vê o empréstimo de conhecimentos de outras disciplinas como uma característica intrínseca da Geografia e diz que a única coisa que é “sempre geografia e nada mais”²³⁴ é o estudo das áreas em sua complexidade conhecido pelo rótulo de geografia regional. O geógrafo diz que:

(...) *as sementes estão no núcleo, e o núcleo é a geografia regional*, e é por isso que o objeto se propaga e mantém uma existência separada. Sem a geografia regional não há razão pela qual a geografia deva ser tratada como um ramo separado²³⁵.

²³⁰ Brigham 1915, p. 7.

²³¹ Brigham, 1915, p.25.

²³² FENNEMAN, Nevin. *The Circumference of Geography*. Geographical Review, Vol. 7, No.3, 1919, pp. 168-175.

²³³ Fenneman, 1919, p. 170.

²³⁴ Fenneman, 1919, p. 172.

²³⁵ “(...) *the seeds are in the core, and the core is regional geography*, and this is why the subject propagates itself and maintains a separate existence. Without regional geography there is no reason why geography should be treated as a separate branch” (FENNEMAN, 1919, p.172).

Fenneman – que demonstra um domínio muito menor do que Brigham das contribuições de outras disciplinas – defende que o estudo das regiões em sua inteireza, explicando as inter-relações dos fatores físicos, econômicos, raciais e históricos, entre outros²³⁶, que as constituem, é a única salvaguarda para que a disciplina não seja absorvida por outras disciplinas. Quando comparamos os discursos de Brigham e Fenneman encontramos algumas diferenças importantes. No caso do primeiro, o núcleo epistemológico da tarefa disciplinar está centrado na elucidação das influências geográficas sobre o homem, no caso do segundo, a definição do núcleo disciplinar está atrelada aos estudos regionais. Ambos têm a preocupação comum de delimitar a tarefa específica da Geografia e distingui-la de outras disciplinas. Brigham, ao trafegar livremente pelas contribuições de outras disciplinas das humanidades, insere a Geografia em uma problemática mais ampla de explicitação do peso que os fatores ambientais teriam na elaboração de uma filosofia da história, e, além disso, faz referência ao quadro epistemológico darwinista; já Fenneman, apesar de reconhecer a necessária apropriação interdisciplinar de conhecimentos que o geógrafo deve praticar, centra a disciplina nos estudos regionais e não apresenta nenhuma visão filosófica mais desenvolvida sobre a epistemologia da Geografia.

No final de 1919, um ano após o discurso de Fenneman, Charles Dryer também apresentou suas posições a respeito do que a disciplina deveria ser. Dryer introduz o seu discurso presidencial²³⁷ fazendo referência a certas mudanças que, em sua leitura, vinham ocorrendo no status da Geografia e da associação. Fundamental para essas mudanças teria sido, segundo o autor, a participação dos geógrafos no esforço empregado pelos EUA na Primeira Guerra Mundial, que havia terminado um ano antes:

A última guerra ensinou ao mundo, entre outras coisas, que a geografia é uma das ciências que têm uma aplicação prática sobre as questões mais amplas do mundo. Talvez pela primeira vez na história, os geógrafos foram

²³⁶Fenneman, 1919, p. 173.

²³⁷ DRYER, Charles. *The Development of Geographic Sense and Concept*. Annals of the Association of American Geographers, Volume 10, 1920, pp. 3-16.

convocados pelos conselhos da nação para desempenhar deveres que apenas homens com formação geográfica poderiam desempenhar²³⁸.

A menção ao trabalho dos geógrafos nos esforços de guerra a pedido do presidente Woodrow Wilson na instituição batizada de *Inquiry*, que foi uma divisão composta por *experts* de várias disciplinas que visava reunir conhecimentos que pudessem ser úteis para as operações militares estadunidenses na Primeira Guerra Mundial, e na Comissão de Paz de Paris, ao final do conflito, é tida por Dryer como evidência de que a Geografia não seria uma simples disciplina acadêmica, mas teria um papel a desempenhar nas “questões mais amplas do mundo”. O apelo à vocação prática do conhecimento geográfico, que responde a demandas geopolíticas estadunidenses, é usado, na abertura do discurso, para legitimar a necessidade da existência da disciplina. Dryer comenta sobre a participação dos geógrafos nos esforços de guerra antes de entrar no que chama de “tema especial” do discurso. O elogio à aplicabilidade prática do conhecimento geográfico aparece como uma espécie de prólogo à discussão mais acadêmica como se fornecesse uma camada de legitimação prévia para justificar o *ethos* dileitante de um debate teórico.

Após essa introdução, Dryer entra na discussão propriamente epistemológica – o “tema especial” – da definição do objeto disciplinar. Para o autor, o núcleo histórico e lógico da Geografia é o estudo da distribuição dos fenômenos; o problema é que esses fenômenos podem incluir tudo aquilo que é físico ou espiritual; isso torna a determinação daquilo que deve ou não ser estudado bastante difícil. O autor prossegue dizendo que “nenhum geógrafo nos dias atuais está contente com o mero conhecimento da distribuição estática no espaço” e que o espírito científico compele o profissional da disciplina em direção ao estudo da “dinâmica da distribuição” e a questões como “Onde está?”, “O quão grande é?”, “O que contém?” e “Como veio a ser o que é?”. A investigação sobre as causas da distribuição deveria ser a meta fundamental da Geografia para Dryer²³⁹.

O autor, após definir a disciplina como o estudo das causas da distribuição dos fenômenos, discute as influências recebidas pela Geografia de outras disciplinas. É

²³⁸ “The late war has taught the world, among other things, that geography is one of the sciences which have a practical bearing upon the largest affairs of the world. Perhaps for the first time in history, geographers have been summoned to the councils of the nation to perform duties which only men with geographical training can perform” (DRYER, 1920, p.3).

²³⁹ Dryer, 1920, pp. 6-7.

nesse trecho do discurso que o peso das inclinações darwinistas fica claro. Dryer usa três páginas para falar a respeito da influência da Biologia sobre a Geografia oferecendo uma digressão em que amarra as perguntas basilares de sua definição da disciplina com as concepções darwinistas do mundo orgânico. Após falar um pouco do desenvolvimento da Geografia no século XIX, o geógrafo diz que:

Enquanto isso, o fermento darwiniano não estava revolucionando apenas a biologia, mas o pensamento humano, e a geografia não poderia escapar da sua influência. A distribuição das plantas e animais em relação ao relevo, solo e clima e a sua adaptação a todos os tipos de elementos em seu ambiente abriu um novo e fascinante campo de pesquisa, que era reconhecido como sendo da própria essência da geografia. A ecologia, definida por Haeckel como “a ciência que trata das relações recíprocas entre organismos e o mundo externo”, apareceu para resolver alguns dos problemas mais complexos da biogeografia. Era capaz de dar ao menos uma resposta ampla e geral à questão de “Como essa planta ou animal veio a estar onde está?” e para iluminar a questão de “Como ela veio a ser o que é?”. À medida que as plantas e animais de alguma forma se tornaram mais ou menos completamente adaptados a seus ambientes, a sua existência em um dado ambiente se tornou, em si mesma, prova de suficiente adaptação para sobreviver; então, ao longo do mundo habitável, os homens estão conscientemente adaptando-se a variados ambientes. A sua cultura, ou seu tipo e grau de civilização, são determinados pelas possibilidades do ambiente e pela habilidade com a qual eles avaliam essas possibilidades. No campo da adaptação humana, o antropólogo, o sociólogo, o economista e o historiador são estudiosos incidentais e fizeram contribuições valiosas, mas o homem cuja função especial é cultivar esse campo é o antropogeógrafo. A frase geográfica mais notável que apareceu na língua inglesa no século XX é “controle fisiográfico e resposta orgânica” (...)²⁴⁰.

Dryer estabelece uma linha de continuidade entre a Biologia darwiniana, a Ecologia de Haeckel, a formulação davisiana da Geografia como o estudo do controle inorgânico e da resposta orgânica e as discussões antropogeográficas referentes à

²⁴⁰ “In the meantime the Darwinian leaven was revolutionizing not only biology but human thought, and geography could not escape its influence. The distribution of plants and animals in relation to relief, soil and climate and their adaptation to all sorts of elements in their environment, opened a new and fascinating field of research, which was recognized as being of the very essence of geography. Ecology, defined by Haeckel as ‘the science treating of the reciprocal relations of the organisms and the external world’, came in to solve some of the most complex problems of biogeography. It was able to give at least a broad general answer to the question, How came this plant or this animal to be where it is? And to throw some light on the question, How came it to be what it is? As plants and animals have in some way become more or less completely adapted to their environments their existence in a given environment being in itself proof of sufficient adaptation to survive; so throughout the habitable world, men are consciously adapting themselves to varied environments. Their culture, or kind and grade of civilization, is determined by the possibilities of the environment and by the ability with which they avail themselves of these possibilities. In the field of human adaptation the anthropologist, the sociologist, the economist and the historian are incidental students and make valuable contributions, but the man whose special business is to cultivate this field is the anthropogeographer. The most notable geographic phrase that has appeared in the English language in the 20th century is ‘physiographic control and organic response’ (...)” (DRYER, 1920, pp.7-8).

influência ambiental sobre o homem. É na discussão da relação entre seres vivos e ambiente, própria aos debates darwinistas e à Ecologia da segunda metade do século XIX, que se encontra, em seu entendimento, o fundamento epistemológico para justificar a Geografia do início século XX.

O autor acredita que, embora a Geografia seja um conhecimento extremamente antigo no pensamento ocidental, ela ainda não teria desenvolvido uma linguagem técnica suficientemente científica. Dryer chega a dizer que a Geografia “é uma centenária de cabelos brancos com o discurso de uma criança de dez anos”²⁴¹. E lembra que o uso dos mapas, embora importante para elucidar distribuições, não é suficiente para explicar as relações espaciais. O estudo das relações entre fenômenos é, para o geógrafo, o desdobramento lógico da preocupação com a explicação das distribuições.

O último argumento defendido por Dryer em seu discurso é a ideia de que a Ecologia, tal como formulada na segunda metade do século XIX, é a “filha mais nova nascida da geografia”, e de que a geografia estaria, rapidamente, se tornando uma “ecologia universal”²⁴², pois os métodos ecológicos seriam, em seu entendimento, aplicáveis ao homem. O método geográfico de estudo da influência ambiental sobre o homem deve, nessa leitura, ser buscado em uma transposição da noção ecológica da indissociação entre organismos e ambientes. O autor, assim como Brigham, acredita que a incorporação dos cânones epistemológicos ecológicos e darwinistas é o caminho para o desenvolvimento de um método geográfico mais consistente. Em seu discurso, Dryer, justamente após constatar a falta de linguagem técnica da disciplina e de apontar seu “déficit” de cientificidade, sugere a incorporação dos métodos ecológicos utilizados na Biologia chegando a afirmar que “a ecologia deve fazer pela geografia humana tanto quanto a geologia tem feito pela geografia física”²⁴³. Isso reforça a tese de que a incorporação do léxico biologizante e naturalista associado aos desdobramentos do Darwinismo do final do século XIX foi a estratégia fundamental a partir da qual a Geografia buscou se legitimar epistemologicamente nos EUA.

A consolidação definitiva da defesa do uso dos métodos ecológicos na Geografia Humana estadunidense aconteceu com o discurso presidencial apresentado em

²⁴¹ Dryer, 1920, p.14.

²⁴² Dryer, 1920, p. 15.

²⁴³ Dryer, 1920, p.16.

dezembro de 1922 por Harlan Barrows²⁴⁴. Este geógrafo, como já mencionado, foi uma das figuras mais importantes para o fortalecimento do departamento de Geografia da Universidade de Chicago durante a década de 1920. Assim como Dryer, Barrows lembra que apenas recentemente a geografia havia sido reconhecida nos EUA como “um tema apropriado para o ensino e pesquisa universitário, como uma ciência com verdades vitais para contribuir para o conhecimento humano e como uma arte que tem ampla aplicação às questões práticas”²⁴⁵.

Barrows faz referência ao fato de que o crescimento pelo interesse no estudo da Geografia nos EUA observado no início do século XX foi gerado, em grande medida, pelo fortalecimento da Geologia; disciplina que, em seu entendimento, contribuiu para facilitar a institucionalização da Geografia Física. De acordo com o autor, assim que a Geografia Física se institucionalizou uma crescente demanda para que a disciplina fosse “humanizada” ganhou força. Essa demanda ganhou uma resposta pronta e o centro de gravidade dentro do campo geográfico se moveu rapidamente do extremo físico para o extremo humano. Os geógrafos então, em número cada vez maior, passaram a definir o seu objeto como sendo, unicamente, o estudo das relações entre o homem e seu ambiente natural²⁴⁶. Barrows, que foi um importante protagonista dessa reorientação pela qual a Geografia estadunidense começava a passar no período do pós Primeira Guerra Mundial, fez um discurso que evidencia a sua consciência dessa mudança e do peso que ela teve para distinguir a disciplina da Geologia.

Após detectar a importância dessa reorientação, o geógrafo apresenta a sua definição do objeto de estudo da disciplina:

Assim definida, a geografia é a ciência da *ecologia humana*. As implicações do termo “ecologia humana” tornam evidentes o que eu acredito que, no futuro, será o objetivo da investigação geográfica. A geografia terá como objetivo tornar claros os relacionamentos existentes entre os ambientes naturais e a distribuição das atividades do homem²⁴⁷.

²⁴⁴ BARROWS, Harlan. *Geography as Human Ecology*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 13, No. 1, 1923, pp. 1-14.

²⁴⁵ Barrows, 1923, p.1.

²⁴⁶ Barrows, 1923, p.3.

²⁴⁷ “Thus defined, geography is the science of *human ecology*. The implications of the term ‘human ecology’ make evident at once what I believe will be in future the objective of geographic inquiry. Geography will aim to make clear the relationships existing between natural environments and the distribution and activities of man” (BARROWS, 1923, p.3).

Para o autor, a afirmação do conceito da Geografia como o estudo da ecologia humana ajudará a disciplina a resolver o tão discutido problema de sua sobreposição com os objetos de estudo de outras disciplinas. A Geografia, com o objetivo de mostrar as interações entre o homem e um ambiente complexo, deve, segundo Barrows, lidar com os vários elementos que compõem o ambiente; contudo, ela não deve explicar, necessariamente, a origem, o caráter e a ocorrência desses elementos ambientais, nem suas relações entre si, mas sim, examinar as respostas do homem a eles individualmente ou em combinação. O geógrafo acredita que um corpo de fatos e princípios nunca passaria de uma ciência a outra meramente pela sua aplicação em áreas terrestres. Barrows ilustra isso dizendo, por exemplo, que a Geografia definida como ecologia humana não se preocupará com a gênese e o desenvolvimento das formas terrestres, como faz a Fisiografia, mas sim com os ajustes do homem a tais formas terrestres como elementos do ambiente natural²⁴⁸.

Em seguida, Barrows parte para uma breve discussão das relações entre a Geografia e as outras disciplinas das humanidades. Após demarcar as diferenças do ponto de vista geográfico com a História e a Sociologia, o autor diz que a Geografia encontra, na assunção da ecologia humana como o centro das suas preocupações intelectuais, um campo pouco cultivado pelas outras disciplinas que lidam com a humanidade. Essa posição também faz com que Barrows sustente que a divisão sistemática básica da Geografia Humana seja uma tripartição entre a Geografia Econômica, que teria uma supremacia sobre as outras subdisciplinas por envolver o estudo da utilização direta dos recursos naturais, tema que explicitaria com bastante clareza o ajuste do homem ao ambiente, a Geografia Política e a Geografia Social. Após propor isso, o autor ainda defende a centralidade da Geografia Regional, por ela, em seu entendimento, ser o “ramo culminante” da ciência geográfica ao envolver fatos e princípios de todas as suas subdivisões sistemáticas²⁴⁹.

Todos os discursos presidenciais aqui analisados têm como preocupação central a afirmação e a delimitação da especificidade do objeto de estudo da Geografia e de seus fundamentos epistemológicos. Esse padrão observável nos discursos revela que havia, por parte dos agentes do incipiente campo disciplinar, um sentimento coletivo comum de que a Geografia precisava se afirmar como disciplina autônoma e

²⁴⁸ Barrows, 1923, p. 4.

²⁴⁹ Barrows, 1923, pp.7-8.

aprofundar o seu, até então, precário processo de profissionalização universitária. Dos discursos aqui reconstruídos e comentados, dois deles, os de Albert Perry Brigham e Chales Dryer, fazem referências explícitas ao legado de Darwin e aos desdobramentos evolucionistas gerados pela obra do naturalista inglês. Para ambos os autores, o legado darwinista para a epistemologia geográfica está na ênfase que o naturalista deu para a questão da relação entre organismos e ambientes que, quando transportada para o campo disciplinar da Geografia, foi abordada a partir da preocupação com o estudo das relações entre o homem e o ambiente natural. Essa abordagem “ecológica”, na verdade, já pode ser encontrada nos trabalhos precursores de Humboldt e Ritter do início do século XIX, contudo, o que o debate desses geógrafos estadunidenses das primeiras décadas do século XX sugere, é que o léxico darwinista e um de seus desdobramentos, que é a abordagem ecológica, ofereceu uma oportunidade de cientificização mais rápida da linguagem geográfica que, em um contexto de luta pela profissionalização disciplinar, serviu para incrementar a discussão epistemológica da Geografia legitimando-a como ciência particular.

Barrows é menos explícito do que Dryer e Brigham na exposição de suas filiações filosóficas extra-geográficas; todavia, sua concepção da Geografia como o estudo da “ecologia humana” também é fruto de uma transposição para a disciplina dos debates da Biologia da segunda metade do século XIX. O professor de Chicago é menos explícito do que Brigham e Dryer em sua adesão às ideias evolucionistas, ainda assim, a tentativa de “humanizar” o estudo da Ecologia, ciência que, tal como formulada por Haeckel, estudaria as relações entre organismos e suas condições externas, evidencia que o quadro de referência naturalista derivado da Biologia estrutura também as suas posições epistemológicas, mesmo que ele não faça menções explícitas a Darwin. O único dos autores que não é tão explícito na demonstração de adesão às ideias da Ecologia e da Biologia evolucionista é Fenneman, cujo discurso, dentre todos aqui analisados, é o que tem menos densidade filosófica e epistemológica.

Outro elemento comum aos discursos é a ênfase bastante clara no papel que a emergência dos estudos humanos na Geografia tem para facilitar a delimitação das suas fronteiras disciplinares com a Geologia. Nos casos de Barrows, Brigham e Dryer, o antropocentrismo no estudo geográfico é aquilo que garantirá consolidação da epistemologia disciplinar. Porém, ironicamente, dado o peso do quadro de referência darwinista sobre a ciência social estadunidense em processo de profissionalização

como um todo²⁵⁰, a própria Geografia Humana, ao se afirmar como ponta de lança para a autonomização disciplinar em relação à Geologia, teve que recorrer ao léxico naturalista da Biologia.

O surgimento de uma discussão epistemológica distinta dessas tentativas de forte teor darwinista na definição do escopo disciplinar teve como marco a publicação, em 1925, do texto “The Morphology of Landscape”²⁵¹, por Carl Sauer, geógrafo que havia se doutorado em Chicago e à época lecionava na Universidade da Califórnia. Sauer defende que a Geografia estabeleça “um sistema crítico que envolva a fenomenologia da paisagem”²⁵² elucidando a união dos seus elementos físicos e culturais. A paisagem é entendida como “a seção da realidade” que a disciplina deve considerar²⁵³. O autor já faz parte da segunda geração de geógrafos profissionais dos EUA. Isto, até certo ponto, explica a sua defesa de posições um pouco distintas das posições dos discursos presidenciais que foram comentados. Mas, é importante ressaltar que, ainda assim, a sua posição nesse texto, mesmo não sendo tão explicitamente darwinista quanto as de Brigham e Dryer, retém certa ênfase no valor das analogias organicistas.

A metade da década de 1920 marca o início da crise da epistemologia darwinista e do Darwinismo Social na Geografia Humana estadunidense²⁵⁴. Esse escrito de Sauer demarca simbolicamente o início da crise. Os trabalhos de Franz Boas, Alfred Kroeber e dos sociólogos estadunidenses, com sua ênfase na autonomia do cultural em relação ao biológico, começavam a provocar, a partir desse período, certa crise na epistemologia naturalista professada por parte dos geógrafos humanos nos EUA. Sauer, em virtude da influência que sofreu do pensamento antropológico²⁵⁵ e da ênfase no estudo da cultura presente em sua obra, acabou personificando claramente, no campo específico da Geografia Humana, esse conflito entre as abordagens naturalistas típicas do Darwinismo e as abordagens mais culturalistas que emergiam nas humanidades como um todo.

²⁵⁰ Tal como amplamente demonstrado por Cravens (1988) e Degler (1991).

²⁵¹ SAUER, Carl. *A Morfologia da Paisagem* [1925]. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2004.

²⁵² Sauer, 1998 [1925], p. 22

²⁵³ Sauer, 1998 [1925], p. 14.

²⁵⁴ Susan Schulten acredita que o crescente foco das Ciências Sociais na cultura, que começou a ganhar força na década de 1920 e colocou o Darwinismo Social em crise, forçou os geógrafos a buscar um novo quadro conceitual para a disciplina (SCHULTEN, 2001, p. 91).

²⁵⁵ A esse respeito ver DUNCAN, James. *O Supra-Orgânico na Geografia Cultural Americana*. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) *Introdução à Geografia Cultural*. Rio De Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

As interpretações existentes sobre a influência que o Darwinismo exerceu no período crítico de institucionalização acadêmica da Geografia nos EUA oscilam entre abordagens mais internalistas que versam sobre o papel que a teoria da evolução teve no pensamento de alguns autores e abordagens que procuram analisar as ideias evolucionistas endossadas pelos geógrafos sempre na relação com o peso dos elementos externos ao campo intelectual que teriam tido, de acordo com essa leitura, um papel decisivo na estruturação das posturas epistemológicas que marcaram o período.

Uma das interpretações internalistas mais ricas está no artigo escrito por Jurgen Herbst no início da década de 1960²⁵⁶. Herbst inicia sua interpretação histórica do desenvolvimento das ideias geográficas nos EUA falando brevemente sobre o trabalho de Arnold Guyot que foi, segundo o autor, o primeiro erudito a ocupar uma cadeira de Geografia universitária no país entre os anos de 1854 e 1880²⁵⁷. Guyot sofreu grande influência da filosofia natural alemã, especialmente dos trabalhos científicos de Humboldt e Ritter e das concepções filosóficas de Goethe e Hegel. Tal influência o levou a conceber a Terra como um organismo global que incluiria tanto o homem quanto a natureza e a enfatizar os estudos regionais. Esse transplante para os EUA de concepções filosóficas e epistemológicas herdadas do romantismo e da filosofia natural alemã começou, em sua leitura, a sofrer mutações com o surgimento dos trabalhos pioneiros de W.M. Davis que, como apontamos, foram decisivos para desencadear a institucionalização universitária da Geografia nos EUA entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX²⁵⁸.

Davis foi, de acordo com Herbst, o principal responsável pela substituição da abordagem influenciada pela filosofia natural alemã pela abordagem darwinista da teoria da evolução na Geografia estadunidense. Embora não discordasse totalmente da abordagem teleológica e romântica trazida por Guyot e de sua concepção da Terra entendida como um Todo unitário de aspectos orgânicos e inorgânicos, Davis acreditava que a teoria da evolução era o instrumento lógico que possibilitaria com que a Geografia fosse além do empirismo por fornecer princípios racionais que

²⁵⁶ HERBST, Jurgen. *Social Darwinism and the History of American Geography*. Proceedings of the American Philosophical Society. Vol. 105, No. 6, 1961, pp. 538-544.

²⁵⁷ Guyot nasceu na Suíça, mas passou grande parte sua carreira intelectual nos EUA, onde lecionou durante mais de duas décadas na Universidade de Princeton.

²⁵⁸ Herbst, 1961, pp. 539-540.

explicariam o desenvolvimento das formas terrestres e das formas de vida. O princípio da seleção natural poderia ser aplicado para explicar a relação entre o ambiente físico e seus aspectos orgânicos, incluído o homem. Essa relação foi compreendida pelo fundador da AAG como uma relação de controle inorgânico e resposta orgânica. A disciplina obteria assim, através da introjeção da teoria da evolução, uma racionalização científica que explicaria as relações causais entre os elementos geográficos²⁵⁹.

Quando Davis trouxe sua teoria da evolução para a disciplina estava se movendo de um interesse inicial na Geografia como uma ciência natural sistemática em direção a um interesse na inclusão dos aspectos humanos na disciplina. Ao focar sua atenção nas relações causais entre elementos orgânicos e inorgânicos, o geógrafo, segundo Herbst, pavimentou o caminho para a ascensão do determinismo ambiental que, em sua leitura, quando aplicado ao estudo do homem, se tornou uma versão geográfica do Darwinismo Social. Com Davis, a Geografia estadunidense reafirmou seu interesse abrangente no estudo integrado dos elementos naturais e humanos da Terra, porém, não basearia mais seus esforços intelectuais no estetismo cosmológico de Humboldt ou na filosofia natural teleológica de Ritter e Guyot, mas sim no dogma científico da evolução²⁶⁰.

A teoria da evolução, ao transcender sua aplicação para além dos campos aos quais a sua origem esteve historicamente associada, se converteu, conforme já argumentado, em um padrão de pensamento estruturador das mentalidades nos EUA em todo o período entre o final do século XIX e o início do século XX. O poder de sistematização explicativa global das ideias darwinistas exerceu decisiva atração e foi fundamental para que os esforços de construção de um campo disciplinar específico da Geografia realizados por Davis tivessem êxito. A fragilidade epistemológica e a incipiência institucional da disciplina acabaram impondo esse apelo à legitimidade social carregada pela teoria da evolução. O recurso a essa teoria esteve ligado a dois

²⁵⁹ Herbst, 1961, p. 540. Para uma apreciação do papel que a Teologia Natural teve na fundamentação filosófica do discurso geográfico do século XIX anterior à difusão do evolucionismo ver LIVINGSTONE, David. *Natural Theology and Neo-Lamarckism: The Changing Context of Nineteenth-century Geography in the United States and Great Britain*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 74, No.1, 1984, pp. 9-28. Ao comparar os casos do discurso geográfico pré-darwinista que se desenvolveu nos EUA e na Grã-Bretanha, Livingstone converge com a hipótese de Herbst de que a teoria da evolução contribuiu para uma gradativa substituição da Teologia Natural a partir das últimas décadas do século XIX.

²⁶⁰ Herbst, 1962, pp. 540-541.

elementos decisivos que moldaram as condições sociais de possibilidade²⁶¹ que se impunham aos geógrafos para a consolidação acadêmica da disciplina. A primeira condição de possibilidade era a necessidade de acertar as contas com as tradições anteriores da disciplina, que já portavam a ênfase na necessidade de integração holística dos fenômenos da natureza e da cultura que constituem a realidade da superfície terrestre. A segunda condição era a adaptação da disciplina a um contexto de cientificização crescente dos conhecimentos e de enrijecimento da divisão do trabalho intelectual, que a obrigava a buscar uma sistematização teórico-explicativa que transcendesse a mera agregação descritiva de informações referentes às áreas terrestres. A internalização das ideias evolucionistas pela disciplina no caso estadunidense do período é uma resposta à imposição dessas duas condições sociais de possibilidade que tornavam bastante problemática a consolidação institucional da Geografia.

Herbst acredita que a Geografia sofreu um impacto mais duradouro do Darwinismo Social do que outras disciplinas das Ciências Humanas nos EUA que, já no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, vinham se distanciando dessa corrente de pensamento. Essa permanência tardia da Geografia na problemática darwinista social da influência ambiental decorre, em seu entendimento, do fato de que os geógrafos, diferentemente de outros cientistas sociais, passaram as primeiras décadas do século XX tentando explicar as conexões íntimas entre os fenômenos humanos e naturais nas regiões terrestres. A peculiaridade epistemológica de ter que lidar com um objeto de estudo híbrido entre a natureza e a cultura trouxe muitas dificuldades para que a Geografia pudesse acompanhar os desenvolvimentos epistemológicos de outras Ciências Humanas e abandonasse o referencial explicativo evolucionista do Darwinismo Social²⁶².

²⁶¹ Entendemos aqui a expressão “condições sociais de possibilidade” como o conjunto das condições epistemológicas e institucionais que caracterizavam o campo intelectual estadunidense do período dentro do qual a especificidade do campo disciplinar em construção da Geografia está inserida. A distinção feita entre os dois elementos decisivos que constituíram as condições sociais de possibilidade para a institucionalização da Geografia nos EUA decorre de nossa preocupação em elucidar a interpenetração de características específicas de um campo disciplinar incipiente e em processo de construção com uma característica bastante importante que abrange o campo intelectual estadunidense do período como um todo, que é o grande prestígio do qual desfrutou a teoria da evolução.

²⁶² Herbst, 1961, pp. 543-544. Esse autor também lembra que nos casos dos países da Europa continental, especialmente na França e na Alemanha, os geógrafos não sofreram uma influência tão forte do Darwinismo Social nesse período quanto os seus pares estadunidenses. Ao caso de Ratzel, certamente essa observação de Herbst não se aplica.

Outra leitura internalista importante sobre o impacto do Darwinismo Social na Geografia estadunidense do período é oferecida no artigo escrito por J. A. Campbell e David Livingstone na década de 1980²⁶³. Os autores propõem a substituição do termo “Darwinismo Social” pelo termo “Neo-Lamarckismo” por o considerarem mais adequado para a compreensão de como as ideias provenientes da Biologia influenciaram a Geografia de língua inglesa do período entre o fim do século XIX e o início do século XX. Essa substituição terminológica é justificada por Campbell e Livingstone quando afirmam que os neolamarckistas – ao defenderem que os organismos são diretamente e não indiretamente modificados pelo ambiente e que tais modificações seriam herdadas por seus descendentes – tornaram a teoria da evolução mais adequada às necessidades de uma disciplina que tinha no centro de sua problemática intelectual o estudo da influência ambiental²⁶⁴.

Apesar de utilizarem o rótulo “Neo-Lamarckismo” em detrimento do termo “Darwinismo Social”, os autores lembram que o *revival* seletivo das ideias lamarckistas ocorrido no pensamento do final do século XIX foi usado muito frequentemente para complementar ao invés de contrapor a teoria da seleção natural de Darwin²⁶⁵. Já vimos anteriormente como a internalização parcial da hipótese lamarckista de que a influência ambiental cumpre um papel na adaptação e nas modificações da estrutura dos organismos foi importante para que Darwin chegasse à sua formulação de que a aleatoriedade das variações entre os indivíduos de uma população guarda certo grau de independência em relação ao ambiente. Mesmo diante desse posicionamento da independência parcial do organismo na produção de variações aleatórias, o naturalista inglês nunca deixou de observar que a influência ambiental exercia um papel na constituição das características dos seres vivos. O pensamento de Darwin se diferenciava do de Lamarck e, ao mesmo tempo, comportava uma dose moderada das posições científicas do erudito francês.

A observação de Campbell e Livingstone sobre o Neo-Lamarckismo não é, de forma alguma, surpreendente. Apesar de reconhecermos a importância da questão levantada pelos autores, acreditamos que o rótulo “Darwinismo Social”, ao ser entendido de forma abrangente como denominador de um conjunto de teorias sobre a

²⁶³ CAMPBELL, J. A. and LIVINGSTONE, David. *Neo-Lamarckism and the Development of Geography in the United States and Great Britain*. Transactions of the Institute of British Geographers, Vol. 8, No. 3, 1982, pp. 267-294.

²⁶⁴ Campbell e Livingstone, 1982, pp. 267-268. O próprio progressivismo da teoria da evolução universal de Spencer é rotulado por Campbell e Livingstone como “neolamarckista”.

²⁶⁵ Campbell e Livingstone, 1982, p. 268.

sociedade humana que recorrem a esquemas de desenvolvimento evolucionário e a analogias orgânicas, tal como proposto por Hofstadter, já abarca aquilo que Campbell e Livingstone chamam de “Neo-Lamarckismo”. Isso torna desnecessária, em nosso entendimento, uma mudança terminológica na classificação desse fenômeno intelectual.

Na reconstituição histórica das figuras importantes para o desenvolvimento da Geografia estadunidense do final do século XIX e do início do século XX que sofreram decisiva influência do evolucionismo aparecem menções comentadas de Campbell e Livingstone aos trabalhos de Nathaniel Southgate Shaler, W.M. Davis, Albert Perry Brigham, Ellen Semple, Ellsworth Huntington e do historiador Frederick Jackson Turner. Nessa gênese do Darwinismo na Geografia estadunidense traçada pelos autores, Shaler, que foi professor de Davis em Harvard e exerceu “uma influência formativa na geografia estadunidense moderna”²⁶⁶, aparece como uma figura importante que trouxe pioneiramente as discussões evolucionistas para o campo disciplinar ainda em processo de nascimento. Davis também tem, assim como seu professor, seu papel destacado e, no final da análise referente aos EUA, aparecem Ellen Semple, Albert Perry Brigham e Ellsworth Huntington, que são os autores mais explicitamente ligados à Geografia Humana.

O ordenamento cronológico oferecido pelo texto de Campbell e Livingstone mostra como a problemática darwinista da relação entre organismo e ambiente, que era o quadro de referência epistemológico dos trabalhos de Geologia e Geografia Física de Shaler e Davis, passou a ser também o fundamento da Geografia Humana praticada por Semple, Brigham e Huntington. Esse extravasamento de posturas filosóficas e epistemológicas provenientes de problemas de pesquisa surgidos nas Ciências Naturais para os estudos da Geografia Humana estadunidense que se consolidava no início do século XX teve importância decisiva para provocar o atraso da disciplina em reconhecer que o estudo dos aspectos humanos deveria se orientar em função de princípios distintos dos princípios orientadores do estudo dos aspectos naturais. O Darwinismo Social foi a principal causa disso.

Uma das principais leituras internalistas referentes ao impacto das ideias darwinistas no pensamento geográfico do período crítico de institucionalização da

²⁶⁶ Campbell e Livingstone, 1982, p. 271.

disciplina está no clássico artigo escrito por David Stoddart em 1966²⁶⁷. Este geógrafo argumentava, na década de 1960, que muito do trabalho geográfico desenvolvido nos últimos 100 anos teria inspiração explícita ou implícita nas ideias de Darwin e lembrava que a observação dos fatos da distribuição geográfica e da configuração espacial das regiões terrestres foi fundamental para que o naturalista inglês formulasse a sua teoria. Stoddart acredita que a teoria de Darwin não é simplesmente uma teoria da evolução, mas, sobretudo, uma teoria preocupada com a descoberta de um mecanismo através do qual as variações nas plantas e animais pudessem ser seletivamente preservadas levando a modificações nas espécies através da herança biológica. Na Geografia, contudo, diz o autor, Darwin foi interpretado fundamentalmente como um defensor da evolução concebida como um processo contínuo de mudança em uma perspectiva temporal longa. Foi nesse sentido que muitos cientistas sociais se apropriaram das ideias do naturalista após 1860 e o tema que seria, para Stoddart, o centro da teoria de Darwin, a dizer, a aleatoriedade das variações individuais nos organismos, foi completamente negligenciado em grande parte dessas apropriações²⁶⁸.

Esse autor acredita que quatro temas provenientes da Biologia e das ideias de Darwin podem ser considerados contribuições significativas para o pensamento geográfico: a ideia de mudança ao longo do tempo, a ideia de organização, a ideia da luta e da seleção e o caráter aleatório das variações na natureza²⁶⁹. A noção de uma evolução ao longo do tempo foi fundamental para que Davis, em seu artigo de 1899 sobre o ciclo do relevo, trouxesse para a Geomorfologia uma visão cíclica da compreensão do desenvolvimento das formas terrestres. A chave dessa postura teórica de Davis era a ideia de uma mudança geomorfológica irreversível ao longo do tempo. É dessa ideia que deriva a analogia biológica do envelhecimento do relevo no ciclo davisiano. A ênfase na transformação das formas terrestres ao longo do tempo também foi muito importante nos trabalhos da Geografia Humana do início do século XX, especialmente, segundo Stoddart, no caso da abordagem paisagística de Carl Sauer²⁷⁰.

Em relação à ideia de “organização”, Stoddart a entende, no caso da influência exercida pela Biologia sobre o pensamento geográfico, como associada à noção

²⁶⁷ STODDART, David. *Darwin's Impact on Geography*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 56, No. 4, 1966, pp. 683-698.

²⁶⁸ Stoddart, 1966, pp. 683-684.

²⁶⁹ Stoddart, 1966, p. 684.

²⁷⁰ Stoddart, 1966, pp. 685-686.

ecológica de que existem inter-relacionamentos e conexões entre todos os seres vivos e seu respectivo ambiente²⁷¹. Essa concepção foi difundida nos trabalhos do naturalista alemão Ernst Haeckel (1834-1919)²⁷², um dos principais cientistas da segunda metade do século XIX. Haeckel utilizava o termo “ecologia” desde 1869 e posteriormente, já no início do século XX, surge, segundo Stoddart, como uma derivação, a expressão “ecologia humana”. Essa expressão era utilizada para denominar o estudo da relação homem-ambiente pensada a partir da preocupação com a explicação do lugar do homem na “rede da vida” ou na “economia da natureza”. A simplicidade da noção de ecologia humana concebida como um quadro de referência metodológico afirmado em termos fundamentalmente biológicos teve, para o autor, a sua formulação mais acabada no já mencionado discurso presidencial de Harlan Barrows, intitulado “Geography as Human Ecology”²⁷³.

Além dessa manifestação do pensamento ecológico bastante influenciado pelos problemas de pesquisa trazidos por Darwin no caso dos EUA, Stoddart lembra que a analogia biológica da Terra e de suas regiões concebidas como organismos já vinha sendo empregada no pensamento geográfico desde as contribuições de Humboldt e Ritter, eruditos que escreveram seus trabalhos antes que o naturalista inglês publicasse “A Origem das Espécies”. A teoria da seleção natural e as discussões sobre a adaptação ecológica dos organismos que ela trouxe acabaram reforçando uma matriz de pensamento organicista que já vinha se manifestando no pensamento geográfico alemão desde o início do século XIX. Fora dos EUA, o autor destaca que os trabalhos de Paul Vidal de La Blache na França e de J.A. Herbertson na Inglaterra também sofreram influência dessas analogias organicistas na interpretação das áreas terrestres e ainda lembra que, na Alemanha, Friedrich Ratzel defendia, em suas reflexões devotadas à Geografia Política, que a qualidade orgânica de um Estado dependeria de sua organização e da interdependência de suas partes²⁷⁴.

A aplicação das noções de luta e seleção, tão importantes para o Darwinismo, também deixou uma marca importante na Geografia Humana. Stoddart lembra que essas noções foram aplicadas tanto para o equacionamento do problema da influência ambiental sobre os grupos humanos como nas discussões de Geografia Política. Os

²⁷¹ Stoddart, 1961, p. 684.

²⁷² Haeckel teve importante papel na popularização do Darwinismo na Alemanha e exerceu influência inclusive sobre Ratzel.

²⁷³ Stoddart, 1966, pp. 688-689. As aspas desse trecho são todas empregadas pelo autor.

²⁷⁴ Stoddart, 1966, pp. 691-692.

casos de Ellsworth Huntington e Ellen Semple nos EUA, do australiano Griffith Taylor e do britânico Henry Fleure evidenciam, para o autor, a importância que a aplicação dessas ideias teve nos estudos sobre povos, raças, civilizações e populações em escala mundial conduzidos por esses eruditos. No caso específico da Geografia Política, Ratzel fez amplo uso dessas noções em seu artigo de 1896 no qual desenvolveu uma teoria sobre as sete leis do crescimento dos Estados da qual derivou seu poderoso conceito de *Lebensraum*²⁷⁵.

A abordagem que destoa das três leituras internalistas apresentadas até aqui é representada pelo importante texto publicado pelo geógrafo marxista Richard Peet na metade da década de 1980²⁷⁶. Esse autor entende que a chegada das ideias darwinistas sociais na disciplina em seu período crítico de institucionalização acadêmica se deu através do interesse epistemológico no determinismo ambiental²⁷⁷. Peet acredita que o determinismo ambiental de forte teor evolucionista que marcou a Geografia do período é um caso clássico de transformação do discurso científico em mera ideologia de legitimação dos eventos históricos de conquista imperial e de conflito entre potências que marcaram o final do século XIX e o início do século XX²⁷⁸.

Para o autor, Spencer foi o grande sistematizador da filosofia darwinista social. A influência das ideias do filósofo inglês na disciplina se deu principalmente através de Ratzel na Alemanha e de Semple nos EUA. Esses dois geógrafos foram, em seu entendimento, os principais articuladores da filosofia spenceriana na disciplina. O determinismo ambiental que Peet acredita estar manifesto na obra desses dois autores é, em suas palavras, “a contribuição da Geografia para a ideologia darwinista social” que forneceria “uma explicação naturalista de quais sociedades foram mais aptas na luta imperial pela dominação do mundo”²⁷⁹. O processo geopolítico de disputa interimperial e de conquista de sociedades que atingiu o seu ápice na Primeira Guerra

²⁷⁵ Stoddart, 1966, pp. 692-693. Em relação ao último dos quatro elementos a partir dos quais a influência das ideias biológicas na Geografia poderia ser analisada, que é a questão da aleatoriedade das variações individuais dos organismos, Stoddart não menciona conexões explícitas existentes entre esse aspecto do pensamento de Darwin e estudos de geógrafos específicos. A função desse quarto elemento em seu texto é, na realidade, muito mais apontar um desvio do núcleo central das preocupações de Darwin nas apropriações que foram realizadas de sua obra por cientistas sociais (dentre os quais se destacam os geógrafos e os antropólogos evolucionistas) do que buscar eventuais conexões entre a discussão da aleatoriedade das variações individuais e as posturas epistemológicas das Ciências Humanas do final do século XIX e início do século XX.

²⁷⁶ PEET, Richard. *Social Origins of Environmental Determinism*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 75, No. 3, 1985, pp. 309-333.

²⁷⁷ Discutiremos mais adiante sobre até que ponto faz sentido qualificar os trabalhos de Huntington e Semple a partir desse termo bastante controverso.

²⁷⁸ Peet, 1985, p. 310.

²⁷⁹ Peet, 1985, p. 310.

Mundial trouxe, segundo o geógrafo, vários temas importantes que eram bastante apropriados para a análise geográfica, como a questão das supostas origens ambientais da “superioridade” de certas civilizações, das bases locacionais do poder imperial e da história espacial da expansão neocolonial²⁸⁰.

Peet tem toda a sua argumentação sustentada pelo pressuposto marxista de que as ideias de qualquer campo científico particular são inteiramente determinadas pela necessidade ideológica de legitimação dos interesses dos grupos sociais dominantes. Nesse tipo de leitura, a especificidade de qualquer campo particular de atividade intelectual aparece sempre como um epifenômeno de uma realidade social que o ultrapassa. Essa realidade é, para o autor, constituída pela ascensão das disputas imperialistas entre as grandes potências ocidentais que ocorre entre o fim do século XIX e o início do século XX e pelas necessidades ideológicas de legitimação do capitalismo industrial como forma de organização social dentro de cada país.

Embora demonstre amplo conhecimento do conteúdo das ideias expressas por Spencer, Ratzel e Semple, Peet tende a reduzi-las, dada a importância das analogias organicistas e das noções evolucionistas presentes no pensamento dos três autores, a meras tentativas de legitimação do capitalismo imperial travestidas de ciência. A interpretação de Peet subordina toda a dimensão do conteúdo interno dos textos dos autores e da especificidade do campo disciplinar da Geografia a um processo socioeconômico e geopolítico que transcende o campo intelectual. Mesmo concordando com a importância de pensar as relações entre o Darwinismo Social na Geografia e o contexto histórico mais amplo que caracterizou toda a Era dos Impérios, acreditamos que a leitura de Peet tende a certo mecanicismo.

Uma característica marcante de algumas interpretações marxistas referentes ao desenvolvimento do pensamento geográfico ocorrido nesse período é justamente essa ânsia em querer denunciar as “espúrias” articulações entre o discurso disciplinar e as necessidades sistêmicas do capitalismo. Esse tipo de leitura muito frequentemente reduz a complexidade semântica das ideias geográficas a um mero reflexo das metamorfoses da superestrutura ideológica da sociedade. O peso de certas formas específicas de marxismo em alguns setores da pesquisa geográfica após a década de 1970 tem empobrecido a interpretação do passado da disciplina²⁸¹. Peet impôs à

²⁸⁰ Peet, 1985, p. 315.

²⁸¹ No caso brasileiro, esse peso tem se refletido, por exemplo, no desinteresse que muitos estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação têm pelo conhecimento de ideias, obras e autores

interpretação das ideias darwinistas sociais presentes na disciplina a sua convicção de que a única matriz teórica a partir da qual a realidade pode ser entendida é aquela baseada no aparato conceitual do materialismo histórico. Isso conferiu um forte tom de indignação moral ao seu argumento que não combina muito com a necessidade de compreensão mais distanciada²⁸² da articulação entre o discurso geográfico e o contexto macro-histórico do período.

Essa abordagem na historiografia disciplinar endossada por Peet também aparece em um texto publicado nos anos 1980 por David Harvey²⁸³, o nome mais importante da Geografia marxista de língua inglesa desde então. Harvey defende o pressuposto de que a história da disciplina não pode ser entendida independentemente da história da sociedade na qual as práticas da Geografia estão inseridas. A ascensão das formas mercantis, industriais e, posteriormente, financeiras do capitalismo, ao incrementar progressivamente a integração espacial da economia mundial sob a hegemonia político-econômica do Ocidente demandou, em seu entendimento, a cristalização de novas formas de conhecimento geográfico²⁸⁴. Um momento histórico decisivo dessa cristalização foi justamente, segundo o autor, a emergência do imperialismo final do século XIX²⁸⁵ que coincide, conforme vimos, com o início do processo de institucionalização acadêmica da Geografia. Após denunciar o que chama de “forte conteúdo ideológico” da disciplina na “era burguesa”²⁸⁶, Harvey, ao final do texto, atrela a sua defesa da adesão a pressupostos marxistas na historiografia disciplinar – que deve, para o autor, fundamentalmente, desvendar o papel que discurso geográfico teria tido para legitimar a reprodução das relações sociais capitalistas – à tarefa de afirmar um “Manifesto Materialista Histórico”²⁸⁷ cujas tarefas consistiriam em coisas como a criação de “uma geografia aplicada do povo”, a

fundamentais para a tradição geográfica anteriores à Segunda Guerra Mundial. Como o marxismo (à exceção de esforços isolados, como os de Elisée Reclus e Karl Wittfogel) só ganhou ímpeto na disciplina após a década de 1960, fica parecendo, na narrativa canônica que é reproduzida, que o pensamento geográfico de mais profundidade e qualidade intelectual só surgiu depois desse período. O mais grave nisso tudo é a crença equivocada, bastante comum entre os geógrafos brasileiros, de que só após a introjeção do marxismo é que a disciplina teria despertado para a reflexão teórica.

²⁸² Quando falamos em “compreensão distanciada” não estamos sugerindo nada próximo de uma “neutralidade”, até porque toda narrativa histórica é interessada e a neutralidade é uma impossibilidade prática. O distanciamento ao qual nos referimos é uma atitude intelectual que coloca a denúncia moral em segundo plano e que prioriza o papel do entendimento das condições sociais de possibilidade que contribuíram para que o Dawinismo Social tivesse força na Geografia do período.

²⁸³ HARVEY, David. *On the History and Present Condition of Geography: An Historical Materialist Manifesto*. The Professional Geographer, Vol. 36, No. 1, 1984, pp. 1-11.

²⁸⁴ Harvey, 1984, p. 1.

²⁸⁵ Harvey, 1984, p. 3.

²⁸⁶ Harvey, 1984, p. 3.

²⁸⁷ Harvey, 1984, p. 9.

aceitação de um comprometimento metodológico duplo com a “integridade científica” e a “não neutralidade” e, por fim, a definição de “um projeto político que vê a transição do capitalismo para o socialismo em termos histórico-geográficos”²⁸⁸.

Os casos de Peet e Harvey aqui descritos são sintomáticos da tendência problemática, qualificada por Henry Aay como “presentismo”²⁸⁹, de sujeitar a consideração do passado da disciplina à adesão de uma proposta epistemológica particular a ser assumida no presente. Os dois pioneiros da Geografia marxista de língua inglesa não veem sentido na separação entre as suas posturas epistemológicas referentes ao que acreditam que o discurso geográfico “deve ser” e a consideração do passado disciplinar. Historiografia disciplinar, crítica teórica e projeto político “revolucionário” são, para Harvey e Peet, inseparáveis. Embora o pressuposto marxista da indissociabilidade entre a reprodução material da sociedade e as formas de conhecimento que os grupos humanos criam tenha grande relevância como um *insight* poderoso para a pesquisa em História da Geografia, não acreditamos que a historiografia da disciplina deva se sujeitar à prática política e à intervenção teórica nos debates do presente. As posições de Harvey e Peet evidenciam claramente que nos anos 1980 não havia ainda uma profissionalização mais consistente da história disciplinar.

O movimento intelectual provocado pelos debates darwinistas foi decisivo para que a Geografia buscasse um quadro teórico que justificasse a sua institucionalização universitária nos EUA no período entre 1890 e 1920. O grande capital científico²⁹⁰ do qual desfrutou a teoria da evolução no campo intelectual estadunidense acabou provocando a imposição de uma estratégia de legitimação da especificidade disciplinar pautada na introjeção das ideias evolucionistas. A noção de uma mudança cumulativa que ocorreria em uma vasta escala de tempo, a problemática da relação entre organismo e ambiente e o uso do léxico da “seleção” e da “luta” foram fundamentais para que a racionalização epistemológica disciplinar ganhasse ímpeto²⁹¹.

²⁸⁸ Harvey, 1984, pp. 9-10.

²⁸⁹ Aay, 1981, p. 292.

²⁹⁰ O conceito de “capital científico” aqui empregado é o de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2008, p. 53). Embora o autor empregue o termo quando se refere a agentes individuais do campo científico, acreditamos que ele também pode servir para designar o reconhecimento social desfrutado por uma teoria científica, como é o caso da teoria da evolução.

²⁹¹ Tal como argumentado por Stoddart (1966).

A articulação entre a especificidade da Geografia e a força que as ideias darwinistas tiveram no campo intelectual como um todo será essencial para entendermos a constituição recíproca de texto e contexto²⁹² nas análises das obras de Huntington e Semple. É importante lembrar que entre os textos dos geógrafos que analisaremos e o contexto sócio-histórico mais amplo dentro do qual eles se inseriram se interpôs a especificidade de um campo disciplinar em construção²⁹³ que buscava constituir condições de *autonomia relativa*, tal como Bourdieu emprega essa expressão²⁹⁴. O fato de que esse campo visava, no período em questão, a explicação da relação homem-meio/natureza-cultura/sociedade-natureza e de sua manifestação nas regiões terrestres, acabou criando uma afinidade eletiva importante com os problemas epistemológicos que a Biologia evolucionista da segunda metade do século XIX trazia. A internalização das ideias evolucionistas que tiveram força no campo científico como um todo se deu a partir das necessidades intelectuais particulares envolvidas na construção de um campo disciplinar específico. Essas necessidades epistemológicas e a sua articulação com as concepções darwinistas do período no caso da Geografia estadunidense foram discutidas ao longo desse item.

Iremos agora, nos capítulos dois e três da tese, oferecer uma apreciação de como essa amarração entre o Darwinismo Social, a construção de um campo disciplinar específico e as ideias de Huntington e Semple se manifestou nas obras escolhidas para a nossa análise e nas trajetórias desses dois geógrafos.

²⁹² O apelo à inserção das ideias geográficas em contextos intelectuais mais amplos presente nas reflexões de Livingstone (2008 [1992]) e Berdoulay (2003 [1981]) será fundamental como pressuposto de método na tentativa de reconstruir as ideias dos autores levando em conta essa constituição recíproca.

²⁹³ Tal como formulado por Bourdieu (2003;2008).

²⁹⁴ Bourdieu, 1968, p. 106.

Capítulo 2 – Ellsworth Huntington e o Darwinismo Social em “Civilization and Climate”

2.1 – Elementos da trajetória de Huntington

Ellsworth Huntington publicou a maior parte de suas obras e artigos durante o período das primeiras décadas do século XX no qual a Geografia consolidava a sua institucionalização acadêmica nos EUA. O autor sofreu influência decisiva de W.M. Davis e exerceu um papel importante no desenvolvimento do que o último chamou de “Ontografia”²⁹⁵. Seus posicionamentos epistemológicos que, como veremos, foram bastante influenciados pelo Darwinismo Social, contribuíram para a elaboração de uma teoria geográfica da história que levasse em conta o papel do ambiente natural no desenvolvimento dos diversos povos, dos grupos raciais e da civilização como um todo. Esses posicionamentos produziram grande polêmica e frequentemente lhe renderam o rótulo de “determinista”.

Os primeiros anos da vida acadêmica de Huntington foram dedicados essencialmente ao estudo do clima e à busca de evidências das mudanças climáticas. Os temas climáticos aparecem e reaparecem ao longo de toda a sua obra e, muito frequentemente, a questão de sua eventual influência sobre o processo civilizatório é o elo unificador do equacionamento do problema geográfico da relação entre homem e meio em seus escritos. Dentre as principais obras que procuraram tratar questões geográficas a partir dessa problemática se destacam “The Pulse of Asia” (1907), “Palestine and Its Transformation” (1911), “World Power and Evolution” (1919) e “Civilization and Climate” (1915/1924)²⁹⁶. O caso de “Civilization and Climate”, que é a obra escolhida para a nossa análise mais detalhada, é peculiar porque ela teve a primeira edição em 1915 e uma terceira edição estendida que foi publicada em 1924. A versão de 1924 será utilizada como referência por apresentar de forma mais extensa e acabada o pensamento de Huntington do que a versão de 1915. Escolhemos essa obra para compor o problema de pesquisa da tese porque ela aglutina de maneira

²⁹⁵ Huntington foi um dos muitos estudiosos influenciados por Davis. O fundador da AAG contribuiu para formar dezenas de estudantes de Geologia, Geomorfologia e Geografia entre as décadas de 1880 e 1910, dentre os quais, além de Huntington, vale destacar Robert DeC. Ward, Ralph Tarr, Albert Perry Brigham, Mark Jefferson, Walter S. Tower, Isaiah Bowman e John K. Wright (MARTIN, 2015, pp. 139-140).

²⁹⁶ MARTIN, Geoffrey. *Ellsworth Huntington – His Life and Thought*. Hamden, Archon Book, 1973, p. XIV. **Obs.** As citações com números romanos referem-se à paginação do prefácio que difere da paginação do restante da obra.

exemplar alguns dos pressupostos filosóficos e epistemológicos darwinistas sociais que marcaram a Geografia estadunidense do período e que permearam, em certa medida, toda a obra de Huntington²⁹⁷.

Esse interesse pelas relações entre homem e clima foi seguido, já na década de 1920, pela preocupação com o que chamava de “qualidade dos povos”. Isso o levou a se aproximar de ideias claramente eugenistas. Seu interesse nesses temas ficou evidenciado em trabalhos como “The Character of Races” (1924), “Tomorrow’s Children: The Goal of Eugenics” (1935) e “Mainsprings of Civilization” (1945), que foi sua última grande obra²⁹⁸. A preocupação principal que atravessou toda a prolífica produção de Huntington é questão da origem, da distribuição e da realização da civilização. O clima, a “qualidade dos povos” e a cultura formavam, para o geógrafo, a tríade fundamental de causação do progresso humano²⁹⁹. Essa tríade, que concilia seus interesses pela cultura com sua precoce paixão pelo estudo do clima e com as concepções eugenistas nas quais acreditava, é base de sua teoria geográfica da história e do método a partir do qual compreendeu o processo civilizatório.

Huntington nasceu em Galesburg, Illinois, no ano de 1876. O geógrafo frequentou escolas no Maine e em Massachusetts até se graduar pelo *Beloit College*, em Wisconsin, onde estudou entre 1893 e 1897³⁰⁰. Os cursos que compuseram sua grade nessa instituição cobriam temas variados como estudos de Línguas Antigas e Vernáculas, Matemática, Retórica, Estudos Bíblicos, Anatomia, Botânica, Química, Literatura Inglesa, Geologia e Física³⁰¹. O caráter fortemente interdisciplinar dessa sua primeira experiência acadêmica reflete claramente como a divisão do trabalho intelectual ainda era bastante incipiente nos EUA no período. Em 1897, após se formar, Huntington foi convidado para ser assistente do presidente do *Euphrates College*, uma instituição de ensino localizada na cidade de Harpoot³⁰², no leste da Turquia, que havia sido criada pela *American Board of Comissions for Foreign Missions*, um conselho de missionários cristãos que estabeleceu no final do século

²⁹⁷ No próximo item isso ganhará relevo quando a análise estiver concentrada nos aspectos internos da obra em questão.

²⁹⁸ Martin, 1973, p. XIV.

²⁹⁹ Martin, 2005, p. 360.

³⁰⁰ VISHNER, S. S. *Memoir to Ellsworth Huntington, 1876-1947*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 38, No. 1, 1948, pp. 38-50, p. 39.

³⁰¹ Martin, 1973, p. 7.

³⁰² Martin, 1973, p. 11.

XIX escolas de formação nesse país³⁰³. Foi no período em que esteve no *Euphrates*, entre 1898 e 1901, que Huntington lecionou pela primeira vez Geologia e Geografia³⁰⁴. Essa experiência muito distante de sua terra natal deu a Huntington a possibilidade de realizar jornadas de exploração pelo Oriente Médio das quais extraiu observações e anotações sobre os elementos geográficos da região que marcariam seus interesses científicos pelos próximos anos de sua trajetória intelectual.

Em 1901, quando ainda estava em Harpoot, Huntington ficou sabendo, através de cartas, que havia conseguido uma vaga para estudar em Harvard com uma bolsa que cobriria os anos acadêmicos de 1901 e 1902³⁰⁵. Foi ali que seu contato mais sistemático com o ensino acadêmico de Geologia e Geografia Física se deu. Durante esse período, Huntington teve contato direto com W. M. Davis e Nathaniel Southgate Shaler, duas figuras individuais bastante importantes para o fortalecimento da Geografia acadêmica nos EUA.

Enquanto esteve em Harvard, Huntington frequentou cursos de Geologia, Mineralogia e Paleontologia para obter um *Master of Arts Degree* junto ao departamento de Geologia. Nessa fase de sua trajetória acadêmica, o autor ainda produziu vários artigos derivados das observações feitas no período em que passou no Oriente Médio, dentre os quais se destacam dois estudos sobre o rio Eufrates que foram publicados no *The Geographical Journal*, a revista da *Royal Geographical Society* inglesa e no *Bulletin of the American Geographical Society*, publicação ligada a uma das mais influentes sociedades geográficas dos EUA³⁰⁶. O interessante a ser notado é que a cultura de explorações geográficas realizadas em viagens, que esteve historicamente associada ao amadorismo das sociedades geográficas que antecederam as associações acadêmicas de geógrafos mais profissionalizados, teve um papel importante na recepção inicial dos artigos de Huntington. Isso evidencia também a fragilidade institucional que a Geografia ainda tinha nesse período.

Em 1903, logo após passar esse primeiro período em Harvard, o geógrafo partiu para outra expedição asiática, dessa vez para conhecer partes da Ásia Central. Huntington participou dessa expedição graças às suas relações já bastante estreitas com Davis. O financiamento da empreitada foi feito pela *Carnegie Foundation*. O objetivo dessa expedição era coletar informações sobre o passado e o presente das

³⁰³ Martin, 1973, p. 15.

³⁰⁴ Martin, 1973, p. 16.

³⁰⁵ Martin, 1973, pp. 27-29.

³⁰⁶ Martin, 1973, p. 30.

condições geográficas da região e procurar vestígios arqueológicos. Davis ficaria responsável pela parte geográfica do trabalho envolvido na expedição e selecionou Huntington para ser seu assistente³⁰⁷. As observações que o autor fez nessa viagem foram importantes para fortalecer seu interesse no estudo da relação entre processos históricos e condições geográficas, com especial ênfase no clima.

Huntington retornou aos EUA em 1904 e se dedicou a escrever sobre as observações de sua viagem. Dentre os escritos decorrentes de suas observações de viagem estava um artigo que tratava de evidências de uma dessecação progressiva do clima na Ásia, que foi apresentado no primeiro encontro da AAG em dezembro desse ano. Já no ano seguinte, em 1905, o geógrafo partiu para mais uma expedição na Ásia da qual extrairia informações que se tornariam a base de “The Pulse of Asia”, sua primeira grande obra, publicada em 1907³⁰⁸. Essa terceira viagem ao continente passou pelo Sinai, pela Península Arábica, pela Índia e pela cordilheira do Himalaia. Davis manteve correspondência pessoal com Huntington no período da viagem e publicou alguns excertos dessas cartas no *Bulletin* da AGS. A viagem também rendeu a publicação de vários artigos³⁰⁹.

Em “The Pulse of Asia”³¹⁰, Huntington se vale de sua experiência de campo na Ásia, especialmente nas vastas áreas de clima árido da Ásia Central, para ilustrar a sua tese de que os elementos geográficos, sobretudo o clima, seriam a base do processo histórico. Além disso, o autor afirma a identidade da Geografia como disciplina específica que, ao mesmo tempo em que teria, em sua leitura, um objeto próprio, estaria integrada às outras disciplinas que buscam explicar a realidade do homem:

As ciências antropológicas também estão vinculadas pelo princípio unificador da evolução. Geografia, antropologia, história e sociologia formam um grupo antropológico que possui uma unidade tão grande quanto aquela das ciências biológicas, embora isso tenha sido percebido apenas há poucos anos. O homem médio pensa na geografia, a mais velha de todas as ciências, como um estudo de mapas e descrições empíricas de lugares e povos de garotos de escola. Ele se esquece de que os líderes do pensamento geográfico foram muito além disso e estão começando a ver que a sua ciência não lida apenas com a *distribuição* das formas orgânicas e

³⁰⁷ Martin, 1973, p.33.

³⁰⁸ Martin, 1973, pp. 46-47.

³⁰⁹ Martin, 1973, p. 60. Dentre esses artigos estão HUNTINGTON, Ellsworth. *The Rivers of Chinese Turkestan and the Dessication of Asia*. The Geographical Journal, Vol. 28, No. 4, 1906, pp. 353-367, HUNTINGTON, Ellsworth. *The Vale of Kashmir*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 38, No. 11, 1906, pp. 657-682 e HUNTINGTON, Ellsworth. *The Border Belts of the Tarim Basin*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 38, No. 2, 1906, pp. 91-96.

³¹⁰ HUNTINGTON, Ellsworth. *The Pulse of Asia*. Boston and New York, Houghton Mifflin Company, 1907.

inorgânicas no espaço, mas com a *relação*, tanto direta quanto indireta, do grupo completo de formas orgânicas habitando qualquer parte da superfície terrestre com as formas inorgânicas na mesma região. A geografia, de acordo com a nova visão, nos conta não apenas quais formas de plantas e animais vivem juntas em dependência mútua, mas também porque os habitantes humanos de uma dada região possuem certos hábitos, ocupações e características mentais e morais, e porque eles adotaram certa forma de organização social³¹¹.

Huntington salienta, nas suas considerações gerais da introdução da obra que, mesmo que afirme ver a Geografia como a base de todas as outras “ciências antropológicas”, isso não implica em uma adesão à crença de que os processos físicos explicariam todas as qualidades do homem. Tais processos, segundo o autor, não poderiam explicar a vida, a mente ou os ideais humanos³¹². Há uma clara tensão entre a ênfase no peso dos elementos geográficos para a compreensão do curso da história e o reconhecimento de que os elementos humanos que a movem são distintos de meras forças provocadas pela influência do ambiente. O autor usa, ao apresentar a problemática da obra, a sua experiência de campo como justificativa para a assunção de uma postura teórica quando diz que os quatro anos em que viveu na Turquia e os três anos nos quais viajou pela Ásia Central o convenceram da “importância da base geográfica no estudo das ciências antropológicas”³¹³. O livro, que foi o primeiro publicado pelo autor, seria, nas suas próprias palavras, “uma tentativa de descrever a Ásia Central de forma a mostrar a relação da geografia com a história e com as ciências relacionadas” e a retratar “a imensa influência que as mudanças do clima exerceram sobre a história”³¹⁴.

A escolha da Ásia Central não foi gratuita. Em virtude do rigor da aridez climática dessa enorme área, Huntington a entendia como uma espécie de laboratório para comprovar a sua inclinação teórica favorável à ênfase no peso dos elementos

³¹¹ “The anthropological sciences are also bound together by the unifying principle of evolution. Geography, anthropology, history and sociology form an anthropological group possessing a unity as great as that of the biological sciences, although this has been perceived only within a few years. The average man thinks of geography, the oldest of all sciences, as a schoolboy study of maps and of empirical descriptions of places and people. He forgets that the leaders of geographic thought have gone far beyond this, and are beginning to see that their science deals not only with the *distribution* of organic and inorganic forms in space, but also with the *relation*, both direct and indirect, of the entire group of organic forms inhabiting any part of the earth’s surface to the organic forms in the same region. Geography, according to the new view, tells us not only what forms of plants and animals live together in mutual dependence, but also why the human inhabitants of a given region possess certain habits, occupations, and certain mental and moral characteristics, and why they have adopted a certain form of social organization” (HUNTINGTON, 1907, pp. 1-2).

³¹² Huntington, 1907, pp. 3-4.

³¹³ Huntington, 1907, p. 6.

³¹⁴ Huntington, 1907, p. 6.

físicos na história. O geógrafo lembra que desde o Mar Cáspio em sua porção ocidental até o oeste da Manchúria, na China, a Ásia Central é dominada por desertos e, apesar da enorme variedade de povos que ali viviam (como os afegãos, persas, mongóis e cantões), todos eles manifestariam uma unidade de caráter, pois, apesar das diferenças, teriam em comum o fato de carregarem “a marca de um clima árido”³¹⁵. A temática das supostas relações existentes entre o ambiente físico e o “caráter dos povos” é recorrente em toda a obra de Huntington.

Em 1906, ao retornar aos EUA após o fim da expedição que resultaria na publicação de “The Pulse of Asia”, Huntington passou a procurar uma colocação na universidade. Em carta datada desse ano, Davis expressou preocupação com a necessidade de colocação profissional de Huntington em seu retorno³¹⁶. O professor de Harvard fez menção às possibilidades de emprego que o geógrafo poderia ter em seu país de origem, dentre as quais estariam, em seu entendimento, um posto como editor ou bibliotecário na *American Geographical Society*, ou mesmo uma vaga no *Ypsilanti State Normal College*, onde Mark Jefferson lecionava; contudo, no caso dessa última vaga, Davis julgava-a pouco apropriada, pois considerava que Huntington merecia um posto mais prestigioso do que um emprego em um *State College*. Diante dessa situação, o professor de Harvard procurou alguns acadêmicos de seu círculo de relações em busca de uma vaga para Huntington e, ao entrar em contato com Herbert Gregory, chefe do departamento de Geologia da Universidade de Yale, conversou sobre a possibilidade de empregar o geógrafo nessa instituição. Pouca pesquisa havia sido realizada pelos geógrafos estadunidenses sobre a Ásia ou sobre a noção de dessecação climática. Gregory precisava de um geógrafo para ministrar um curso sobre Ásia em Yale e se convenceu de que Huntington era um dos poucos pesquisadores no país aptos a fazê-lo. O chefe do departamento de Geologia de Yale ofereceu então uma posição para Huntington como instrutor. O geógrafo aceitou, porém, ficou bastante descontente porque a posição de instrutor lhe permitiria obter apenas um salário bastante modesto. Huntington começou a trabalhar em Yale em 1907 e manteve ligações com essa instituição até 1947, ano de sua morte³¹⁷.

O momento de retorno aos EUA, no ano de 1906, também marcaria um dos episódios mais controversos da trajetória de Huntington, que foi a sua tentativa de

³¹⁵ Huntington, 1907, p.7.

³¹⁶ Carta de W.M. Davis a Ellsworth Huntington, 15 de abril de 1906. Huntington Papers, Series III, Box 25, Folder 389.

³¹⁷ Martin, 1973, pp. 70-73.

obter um título de doutorado pela Universidade de Harvard. Huntington esteve ligado a essa instituição por um segundo período nos anos de 1906 e 1907, justamente alguns meses antes de começar a trabalhar em Yale. Como o geógrafo já tinha a essa altura uma significativa produção de artigos decorrente de suas observações de viagem e uma apreciação bastante positiva de Davis sobre a qualidade de seus trabalhos, resolveu tentar obter um doutorado pela principal universidade do país. Huntington entregou uma breve tese e alguns diagramas que buscavam correlacionar estratos de rochas de diversas regiões do mundo com as variações climáticas observadas durante as glaciações do período Permiano. Esse trabalho tinha o objetivo de testar a precisão dos métodos estratigráficos e paleontológicos a partir dos quais a datação das formações geológicas era determinada. Para dar suporte à sua candidatura, Huntington também apresentou como suplementação à tese alguns artigos já publicados e outros não publicados referentes a aspectos fisiográficos da Ásia e à relação entre o clima e a história³¹⁸.

Em um primeiro exame preliminar, em fevereiro de 1907, o geógrafo foi aprovado por unanimidade, no entanto, em maio do mesmo ano, no exame final, Huntington foi reprovado. Esse revés surpreendeu bastante Davis, que escreveu uma carta ao geógrafo alguns dias depois do resultado final demonstrando perplexidade pela decisão de Harvard e reafirmando sua convicção sobre a alta qualidade do trabalho de seu ex-aluno. Curiosamente, isso não afetou a sua contratação pela Universidade de Yale, pois logo após a reprovação, ao ser comunicado por Huntington sobre o ocorrido, Gregory escreveu ao último reafirmando seu interesse em tê-lo como instrutor na instituição³¹⁹.

Das cartas que foram encontradas nos *Huntington Papers* referentes ao episódio da reprovação no doutorado, duas, em especial, oferecem pistas sobre as motivações dos examinadores da tese de Huntington para que tenham tomado tal decisão. A primeira delas é a de Robert De C. Ward, datada do ano de 1908³²⁰, escrita em resposta a uma carta previamente enviada pelo geógrafo. O climatologista diz a Huntington que, mesmo que a sua tese fosse referente a questões específicas do clima asiático, isso não eliminaria a necessidade de que ele fosse capaz de responder a questões de climatologia geral. De C. Ward considerou que o examinado não havia

³¹⁸ Martin, 1973, pp. 61-62.

³¹⁹ Martin, 1973, pp. 63-66.

³²⁰ Carta de Robert De C. Ward a Ellsworth Huntington, 19 de março de 1908. Huntington Papers, Series III, Box 25, Folder 396.

sido capaz de responder essas questões de forma satisfatória e ressaltou que “elas não eram, de forma alguma, questões difíceis”. Na segunda carta³²¹, também datada de 1908, John E. Wolff, que era professor de Mineralogia e Petrologia na mesma universidade, alegou que, para a reprovação de Huntington, pesou a sua falta conhecimento de alguns aspectos de Geologia Histórica relacionados à tese.

Como a reprovação de Huntington ocorreu a partir da avaliação de dois professores especializados em temas particulares das Ciências Naturais, ela pode ser lida, em uma chave bastante particular, como um alerta das deficiências que a orientação epistemológica da Geografia como uma disciplina de síntese poderia ter ao se apropriar dos conhecimentos de disciplinas mais especializadas. Embora Huntington tenha estudado relações entre estratos de rochas e variações climáticas, o autor também agregou, junto aos materiais para a obtenção do título de doutorado, escritos que tratavam da relação entre o clima e a história. No contexto de enrijecimento da divisão trabalho intelectual do início do século XX nos EUA, a excessiva abrangência de interesses intelectuais demonstrada por Huntington talvez tenha entrado em choque com a tecnicidade dos conhecimentos especializados de Climatologia e Geologia dos membros da banca.

As peculiaridades dessa reprovação evidenciadas nas cartas dos examinadores mostram a dificuldade que a Geografia tinha para obter a sua emancipação epistemológica e institucional em relação à Geologia e às ciências mais próximas de seu objeto de estudo, como é o caso da Climatologia. A orientação cada vez maior de Huntington em direção a temas que relacionassem o clima e os grupos humanos, ocorrida a partir da década de 1910, reforça a hipótese de que a tímida consolidação institucional da Geografia nos EUA nesse período dependeu da afirmação da centralidade da Geografia Humana. A persistente preocupação do autor em estudar as relações entre o homem e o clima é fruto de uma tentativa de manter a distinção da Geografia em relação às Ciências Naturais e, ao mesmo tempo, salvar o projeto epistemológico de um escopo disciplinar abrangente que foi herdado das tradições do século XIX.

Huntington começou a trabalhar na Universidade de Yale em 1907, após aceitar a oferta do posto de trabalho que Herbert Gregory, através da mediação de Davis, lhe ofereceu. Foi por essa instituição que o geógrafo, após a reprovação em

³²¹ Carta de John E. Wolff a Ellsworth Huntington, 31 de março de 1908. Huntington Papers, Series III, Box 25, Folder 396.

Harvard, acabou obtendo o seu título de doutorado, em 1909. Ao chegar a New Haven em 1907, Huntington se deparou com uma instituição que, embora extremamente prestigiosa, não possuía um departamento específico de Geografia. Os geógrafos que ali trabalhavam formavam uma parte minoritária do departamento de Geologia. A Geografia em Yale havia, até o final do século XIX, sido apenas praticada por Daniel Coit Gilman, que, entre 1863 e 1872, desfrutou de uma *professorship* em Geografia Física e Política e, posteriormente, por William Brewer, que lecionou Geografia Física entre o início da década de 1890 e 1898³²². Em 1898, o curso de Brewer foi transferido para Herbert Gregory e seu nome foi alterado para “Environmental Influences on Man” por sugestão de William Graham Sumner, que sentia necessidade de tal curso para complementar a sua prática docente³²³. O fato de que um dos principais intelectuais que foi responsável pela difusão do Darwinismo Social nos EUA tenha aberto o caminho para que um curso sobre o tema central da nascente Geografia Humana existisse em Yale é sintomático para pensarmos nas afinidades eletivas em termos de posturas epistemológicas que caracterizam a obra de Huntington.

Gregory vinha, desde a primeira década do século XX, contratando geógrafos para fortalecer a disciplina em Yale. O chefe do departamento de Geologia trouxe além de Huntington em 1907, Isaiah Bowman em 1905, Hiram Bingham em 1907, Angelo Heilprin e Leonard M. Tarr em 1903, Avard Bishop em 1904 e George Surface e Theodore Boggs em 1908³²⁴. O que chama atenção nesse *staff* geográfico é que, à exceção de Huntington e Bowman, nenhum dos outros contratados na primeira década do século XX se tornaria um autor de grande projeção no campo disciplinar. Isso sugere que Yale não teve um papel tão central na institucionalização da Geografia Humana nos EUA como tiveram Chicago e Harvard, em que pese o enorme capital simbólico associado a essa universidade. A projeção da Geografia em Yale deveu-se, em grande medida, a Huntington, pois Bowman, o outro geógrafo de peso que passou pela instituição, se retiraria do departamento de Geologia em 1915 e não retornaria mais a trabalhar na universidade.

Gregory foi o principal responsável pela existência de um esforço geográfico no departamento de Geologia de Yale no início do século XX. Quando ele abandonou

³²² Martin, 1973, p. 71.

³²³ Martin, 1973, p.71. Essa informação foi retirada por Martin de uma compilação sobre a história do departamento de Geologia de Yale organizada por Gregory, onde aparece um memorando do período com esses detalhes.

³²⁴ Martin, 1973, pp. 71-72.

o comando do departamento devido a questões de saúde em 1909 e o passou para o paleontólogo e geólogo Charles Schuchert, a Geografia começaria, então, a perder força na instituição. Com a reforma do currículo de Yale em 1911, o número de estudantes que escolhiam frequentar os cursos de Geografia diminuiu. No período entre 1907 e 1911, inicialmente, Huntington lecionou a disciplina “Geography of Asia”, compartilhou “Physical and Commercial Geography” com Gregory e Bowman, ofereceu “Geographic Controls in History” com Bowman e compartilhou “Geology with Field and Laboratory Work” com o geólogo Joseph Barrell. Em 1909, ministrou “Geography of Europe” e dividiu “Anthropogeography” com Bowman, curso que substituiria “Geographic Controls in History”. Huntington passava o período da primavera e verão afastado da universidade para realizar trabalhos de campo e só dava aulas durante um período específico do ano. Essa prioridade à realização de trabalhos de campo, a partir dos quais o geógrafo escrevia artigos e livros, acabou colocando o estudo e a pesquisa na frente do ensino e tornou a consolidação de Huntington como um professor em Yale bastante problemática³²⁵.

Durante o primeiro período em Yale, entre 1907 e 1914, o geógrafo, após publicar “The Pulse of Asia” em 1907, produziu um fluxo de artigos, discursos públicos e *papers*³²⁶, além de ter sido eleito, pela primeira vez, vice-presidente da AAG em 1913. Durante esse período, Huntington desenvolveu duas ideias que se tornaram muito associadas às suas pesquisas. A tese de que existem pulsações climáticas no tempo histórico – ou seja, de que as variações climáticas são relevantes para o estudo da escala temporal humana e não apenas para a história natural – e a noção de que existiria um “ótimo climático” para o homem, independentemente dos grupos raciais³²⁷. Essas ideias contribuíram para que o esforço de colocar o estudo da história humana em uma abordagem ambiental, uma das temáticas centrais da Geografia Humana desde, pelo menos, o final do século XIX, ganhasse ares de teorização mais sofisticada.

Em 1909, Huntington voltou novamente ao Oriente Médio em uma expedição de oito meses para o deserto sírio e a Palestina parcialmente financiada pela *Harper's*

³²⁵ Martin, 1973, pp. 73-75.

³²⁶ As publicações de Huntington nesse período tratam de temas muito variados. Muitas delas tratam de seu período de explorações na Ásia, como, por exemplo: HUNTINGTON, Ellsworth. *The Depression of Turfan, in Central Asia*. *The Geographical Journal*, Vol. 30, No. 3, 1907, pp. 254-273 e HUNTINGTON, Ellsworth. *The Historic Fluctuations of Caspian Sea*. *Bulletin of the American Geographical Society*, Vol. 39, No. 10, 1907, pp. 577-596,

³²⁷ Martin, 1973, p. 77.

Magazine, que era uma revista popular com a qual o geógrafo contribuía escrevendo artigos de divulgação científica³²⁸. O seu livro de 1911, “Palestine and Its Transformation”, foi o principal resultado dessa viagem. Entre 1910 e 1913, o geógrafo continuou a viajar e passou vários períodos no sudoeste dos EUA, no México e na América Central, onde pesquisou ruínas arqueológicas e realizou estudos paleoclimáticos baseados na interpretação dos anéis encontrados nos troncos das árvores. Esses estudos resultaram em outro livro intitulado “Climatic Factor as Illustrated in Arid America”, de 1914³²⁹. Apesar da prolífica produção do autor nesses anos, nenhum desses livros, que tratam de questões bastante específicas, teve um papel tão importante para a sistematização teórica de largo alcance pela qual ficou conhecida a sua obra como teria “Civilization and Climate”, que teve a sua primeira edição (que sofreria, posteriormente, alterações que culminariam na edição de 1924) no ano de 1915.

Huntington, após ingressar em Yale, também procurou obter o título de doutorado que lhe havia sido negado pela banca examinadora de Harvard. No início de 1909, sob a tutela de Gregory, o geógrafo fez uma solicitação para a obtenção do título de *Doctor of Philosophy* à universidade. Foram submetidos para avaliação certificados de proficiência em línguas e sete das publicações de Huntington, das quais todas tratavam de temas de Climatologia e Geologia, exceto uma, que consistia em uma descrição do povo *Kurgan*, que vivia no oásis de Merv³³⁰, na Ásia Central. A banca julgadora foi composta por Gregory e pelos geólogos Joseph Barrell e Charles Schuchert. O título de doutor foi conferido a Huntington em julho de 1909 e, no ano seguinte, ele foi promovido ao nível de professor assistente³³¹.

Ainda assim, a administração de Yale mantinha uma desconfiança em relação ao trabalho de Huntington, pois o geógrafo não era muito conhecido pelos estudantes, seu desempenho na sala de aula era considerado insatisfatório e os cursos que ministrava não tinham uma grande demanda. Essa desconfiança ficou manifesta quando Huntington fez, em abril de 1912, um pedido para ser promovido a uma

³²⁸ Além da *Harper's*, Huntington também contribuiu em diversas ocasiões com a *National Geographic Magazine*.

³²⁹ Visher, 1948, p. 40. Os estudos de Huntington no sudoeste dos EUA renderam a publicação de um par de artigos sequenciais: HUNTINGTON, Ellsworth. *The Fluctuating Climate of North America, Part I – The Ruins of Honokam*. *The Geographical Journal*, Vol. XL. No. 3, 1912, pp. 264-280 e HUNTINGTON, Ellsworth. *Part II – The Succession of Civilization*. *The Geographical Journal*, Vol. XL, No. 4, 1912, pp. 392-411.

³³⁰ Que fica no atual Turcomenistão.

³³¹ Martin, 1973, pp. 79-80.

*professorship*³³². Diante do pedido do geógrafo, E. S. Dana, que era professor do departamento de Geologia, enviou cartas para R.S. Woodward, que era presidente da *Carnegie Foundation*, Eduard Bruckner, da Universidade de Viena e para o geógrafo alemão Albrecht Penck, inquirindo os três a respeito de suas opiniões sobre o trabalho de Huntington. Os três criticaram Huntington em suas respostas. Woodward disse que considerava o método do geógrafo ingênuo e que via com ceticismo sua tendência de pular de um campo para outro em suas pesquisas, Bruckner considerava as investigações de Huntington sobre variações climáticas da Ásia inadequadas e Penck alegou que o solicitante da promoção colocava seus pensamentos na frente dos fatos³³³.

Em fevereiro de 1913, Dana comunicou a Huntington que a sua contratação em Yale deveria se estender por mais dois anos e que ele desfrutaria de um aumento salarial. Contudo, no outono de 1914, a questão de seu emprego foi reaberta. Arthur Twining Hadley, que era o reitor da universidade à época, em virtude da insatisfação de Huntington com o fato de não ter sido promovido, definiu um comitê para analisar a questão da promoção do geógrafo. O comitê votou contra a promoção de Huntington e então, no fim de 1914, ele se desligou da universidade³³⁴.

A dificuldade de Huntington em obter uma promoção em Yale justamente no período em que a Geografia experimentava certo crescimento nas universidades estadunidenses ilustra como a tímida expansão da disciplina teve que se deparar com resistências a respeito de sua legitimidade acadêmica. A excessiva abrangência de seus interesses intelectuais era mal vista por alguns de seus pares. O choque entre essa amplitude de escopo na obra de Huntington e a crescente divisão do trabalho intelectual nos EUA, que é representada, entre outras coisas, pela dificuldade de aceitação que seu trabalho tinha por parte de acadêmicos com interesses de pesquisa mais especializados, como são os casos dos membros da banca que o reprovou em Harvard e dos respondentes da carta de E. S. Dana, foi um obstáculo à afirmação da autoridade científica de sua obra.

Após o desligamento de Yale, que encerraria seu primeiro ciclo na instituição, Huntington trabalhou, em 1918, junto ao exército estadunidense em virtude da entrada

³³² Martin, 1973, p. 85.

³³³ Martin, 1973, pp. 85-87.

³³⁴ Martin, 1973, pp. 89-90.

do país, no ano anterior, na Primeira Guerra Mundial³³⁵. Os serviços governamentais envolveram 52 geógrafos em vários órgãos. A contribuição de Huntington se deu na *Military Intelligence Division* do exército³³⁶. Antes de trabalhar para o exército, o geógrafo já manifestava grande interesse em contribuir para o esforço de guerra, como atesta a sua correspondência com Davis em 1917, que era, à época, *chairman* do Comitê de Pesquisa do *National Research Council*. Em carta datada do mês de abril daquele ano³³⁷, Huntington diz a Davis que dois temas o preocupam: “o progresso da geografia como um todo” e a “conexão da geografia com a guerra presente”. Novamente, assim como nos já mencionados discursos presidenciais de Charles Dryer e Harlan Barrows, a preocupação com o desenvolvimento disciplinar aparece atrelada às questões práticas. Sobre o progresso disciplinar, Huntington diz que:

Nós devemos equiparar a ciência da geografia a um grande continente rodeado por muitos outros continentes. Desde os primeiros tempos, as margens do continente da geografia são bem conhecidas e precisamente mapeadas. De tempos em tempos, pessoas de outros continentes, geólogos, historiadores, economistas, botânicos, fisiologistas, têm vindo para o continente da geografia e têm feito seus assentamentos lá. Eles têm chamado a si mesmos de geógrafos, têm aderido às sociedades geográficas, mas, na maioria dos casos, seus corações ainda estão na terra natal. Os poucos que se tornaram cidadãos reais do novo continente penetraram para dentro da terra nos domínios da geografia regional e da geografia humana, no sentido de uma geografia regional na qual o homem é o centro. Ainda assim, esses homens ainda estão, em larga medida, permeados pelo espírito do continente de onde vieram. Apenas alguns cresceram de fato na terra da própria geografia. Esses homens, junto com os geógrafos que foram naturalizados de outras ciências, são tão poucos em número que não há dúvida de que a maior parte da terra permanece inexplorada³³⁸.

³³⁵ Os EUA declararam guerra à Alemanha em 6 de abril de 1917 e à Áustria-Hungria em 7 de dezembro do mesmo ano. Geoffrey Martin lembra que, com a declaração de guerra, muitas das trocas intelectuais entre os geógrafos estadunidenses e alemães foram subitamente encerradas. O autor cita cartas de Davis nas quais o geógrafo lamenta o comportamento dos geógrafos alemães e a ruptura de relações imposta pela guerra (MARTIN, 2015, p. 529).

³³⁶ Martin, 1973, p.146.

³³⁷ Carta de Ellsworth Huntington a W. M. Davis, 4 de Abril de 1917. Huntington Papers, Series III, Box 37, Folder 909.

³³⁸ “We may liken the science of geography to a great continent surrounded by many other continents. From the earliest times the shores of the continent of geography have been well known and accurately mapped. From time to time persons from the other continents, geologists, historians, economists, botanists, physiologists, have come to the continent of geography and have made settlements there. They have called themselves geographers, they have joined together in geographical societies, but in most cases their hearts have still been in the home land. The few who have become real citizens of the new continent have penetrated inland into the realms of regional geography and human geography in the sense of a regional geography in which man is centered. Yet even these men have to a large degree been permeated by the spirit of the continents whence they came. Only a handful have actually grown up in the land of geography itself. These men together with geographers who have been naturalized from other sciences are so few in number that it is no wonder that most of the land still remains unexplored.”

Após apontar que faltaria, em seu entendimento, uma quantidade mais significativa de indivíduos engajados com a proposta disciplinar específica, dada a presença importante de cientistas vindos de outras disciplinas na formação da Geografia acadêmica nos EUA, Huntington fala da sua relação com as concepções davisiananas e sobre o papel que espera que a *expertise* dos geógrafos assuma no esforço de guerra:

Em vista dessas condições eu não me sinto incomodado sobre o futuro da geografia. Eu estou certo de que dentro de uma geração ou duas ela encontrará seu verdadeiro lugar, não meramente nas nossas escolas básicas, mas também nas nossas universidades e na vida da nação como um todo. Eu acredito, de longe, que a coisa mais importante a ser feita na ciência da geografia é uma grande série de estudos regionais que deve centrar-se em torno do homem. Com o objetivo de fazer isso, um enorme montante de investigação estatística é necessário. Eu acredito que a geografia é uma ciência da estatística³³⁹.

Eu lembro-me bem de uma conversa com você na qual você disse que a sua grande contribuição para a geografia foi o estudo das formas terrestres e de seu arranjo como parte de uma ciência bem ordenada. O próximo passo, você disse, era fazer a mesma coisa para as respostas orgânicas. Eu acredito que você estava claramente certo. À sua ideia principal eu não tenho nada novo a adicionar exceto a ênfase reiterada sobre o fato de que a geografia nunca terá seu lugar legítimo no mundo até que os geógrafos reconheçam que o seu trabalho, embora descritivo em parte, é fundamentalmente estatístico³⁴⁰.

(...) parece a mim que uma das melhores coisas que podemos fazer é auxiliar os oficiais e homens do nosso exército e marinha fornecendo um entendimento detalhado daquelas regiões onde há chance de conflito³⁴¹.

³³⁹ “In view of these conditions I do not feel at all disturbed about the future of geography. I am certain that within a generation or two it will find its true place not merely in our common schools, but in our universities and in the life of the nation at large. I believe that by far the most important thing to be done in the science of geography is the preparation of a great series of regional studies which shall center around man. In order to do that, an enormous amount of statistical investigation is necessary. I believe that geography is a science of statistics (...).”

³⁴⁰ “I well remember a conversation with you in which you said that your great contribution to geography had been the study of land forms and their arrangement as part of a well-ordered science. The next step, you said, was to do the same thing for organic responses. I believe that you are exactly right. To your main idea I have nothing new to add except reiterated emphasis upon the fact that geography will never take its rightful place in the world until geographers themselves recognize that their work, though descriptive in part, is fundamentally statistical”.

³⁴¹ “(...) it seems to me that one of the best things we can do is to assist in giving the officers and men of our army and navy a thorough understanding of those regions where there is chance of conflict”.

Huntington, na mesma carta, faz menção a temas bastante distintos, como a delimitação da especificidade disciplinar, a discussão sobre a presença da Geografia nas universidades e o papel que os geógrafos poderiam desempenhar realizando estudos regionais minuciosos das áreas de conflito ou potencial conflito, chegando, inclusive, a mencionar países e regiões que mereceriam ser estudados³⁴². O geógrafo havia enviado junto com essa carta a Davis um plano de estudos com sugestões gerais que também foi enviado para outro membro do *National Research Council*, que era George E. Hale. Huntington disse a Hale³⁴³ que se voluntariava a oferecer seus serviços para o país por quanto tempo a guerra durasse e que seu trabalho visava tanto o avanço do conhecimento científico quanto a obtenção da vitória no conflito.

Geoffrey Martin acredita que Isaiah Bowman, que havia convidado Huntington em 1917 para realizar pesquisas para o governo sobre temas de interesse da guerra na *American Geographical Society*, foi o responsável pelo encorajamento dos militares para a incorporação do geógrafo ao exército estadunidense. Huntington havia, inicialmente, declinado do convite de Bowman em virtude da iminência de seu casamento. Em maio de 1918, no entanto, Huntington recebeu uma carta do capitão J. Walter Goldthwaith na qual o militar dizia que a sua divisão necessitava de um especialista em Ásia e o questionava se ele teria interesse em integrá-la. O geógrafo foi comissionado capitão e começou a trabalhar em junho de 1918 em uma subseção de monografias ligada à *Military Intelligence Division*. O trabalho consistia em reunir informações sobre os países nos quais os EUA estavam envolvidos em operações militares e incorporá-las em monografias, manuais e mapas. Huntington permaneceu em Washington trabalhando até o verão de 1919³⁴⁴. Em setembro daquele ano, ele voltaria a Yale.

O período entre 1915 e 1919 é bastante importante na trajetória do autor. Ele publicou, em 1915, a primeira edição de “*Civilization and Climate*”, obra que depois seria estendida e republicada em uma nova edição em 1924. Nessa obra, Huntington oferece o primeiro desenvolvimento sistemático mais completo de sua teoria do processo civilizatório baseado na tríade composta por herança biológica, cultura e clima. Em 1919, o geógrafo publica “*World Power and Evolution*” que, em grande

³⁴² O geógrafo menciona a França, a Bélgica, o oeste da Alemanha, os Balcãs, os litorais da Grã-Bretanha, da França e da Noruega, Constantinopla e, curiosamente, o México.

³⁴³ Carta de Ellsworth Huntington a G. E. Hale, 4 de abril de 1917. Huntington Papers, Series III, Box 38, Folder 948.

³⁴⁴ Martin, 1973, p. 150.

medida, resulta da sua experiência trabalhando no exército durante a Primeira Guerra Mundial. Essa publicação é uma tentativa de pensar as questões geopolíticas do poder mundial à luz da teoria evolucionista do processo civilizatório que havia sido desenvolvida em “Civilization and Climate”. Os esforços intelectuais incorporados em “Civilization and Climate” (1915/1924) e em “World Power and Evolution” são, em linhas gerais, continuações da mesma problemática. A projeção de sua obra cresceu significativamente durante esses anos.

Nesse período, mesmo estando desligado de suas atividades universitárias como professor, Huntington manteve conversas com representantes de Yale que acabariam levando à sua recontração para iniciar atividades no segundo semestre de 1919. Foi possível verificar, em seu arquivo, a presença de três cartas datadas de dezembro de 1916 nas quais o geógrafo conversa com Anson Phelps Stokes, figura que ocupava um importante cargo administrativo em Yale, que revelaram que, logo após a sua saída da universidade, Huntington continuou mantendo uma correspondência na qual discutia possibilidades de recontração. Na primeira das três cartas³⁴⁵, Stokes diz que houve certo atraso para que os dois encaminhassem a discussão de uma futura “permanent appointment” para o geógrafo. O administrador da instituição, após mencionar uma discussão ocorrida no Conselho da Universidade, onde se decidiu pela criação de uma nova categoria dentre aqueles que são contratados como professores, os chamados “Associates with Professorial Rank”, que se distinguiriam dos professores com dedicação integral a Yale, diz o seguinte:

A ideia é colocar no grupo dos professores o Presidente, os Reitores e os professores titulares que estão dedicando praticamente todo o seu tempo a seus vários deveres com a faculdade. O segundo grupo terá funcionários administrativos e vários acadêmicos que, por uma razão ou outra, não são membros de nenhuma das várias instâncias de governo da Universidade. Minha esperança e crença é que esse grupo terá em tempo vários homens de distinção real no campo da ciência que estão se dedicando amplamente à pesquisa, mas que têm poucos deveres de rotina na Universidade.

Logo em seguida, Stokes pergunta se Huntington está favoravelmente disposto a considerar uma proposta da universidade para uma contratação mediante uma

³⁴⁵ Carta de Anson Phelps Stokes a Ellsworth Huntington, 5 de dezembro de 1916. Huntington Papers, Series III, Box 36, Folder 889.

titulação de membro associado, que lhe daria um posto universitário sem o mesmo grau de comprometimento de um *full professor*. A obrigação de Huntington, na proposta de Stokes, seria dar um curso ou ministrar de três a quatro *lectures* ao ano e, em troca, a universidade poderia desfrutar das publicações do geógrafo pela *Yale University Press*, a editora da instituição. O geógrafo respondeu a Stokes alguns dias depois expressando estar feliz pelo fato de que a administração de Yale manifestou interesse em tê-lo novamente e mencionando o valor que a ligação com a universidade tinha para ele³⁴⁶. Huntington aceitou a proposta, mas disse que não poderia retornar imediatamente a New Haven por conta da situação de saúde de seus pais. O geógrafo também ponderou a respeito da questão de como seria a sua atividade na universidade nesse novo vínculo institucional:

Se eu voltar a Yale eu quero sentir que cumpro um papel real na vida da Universidade e que estou fazendo algo que chame a minha lealdade para com a instituição. Ao mesmo tempo, eu sinto, como nunca antes, o valor absoluto do tempo de alguém, se esse alguém faz a investigação científica mais efetiva. Eu penso se haverá alguma forma pela qual eu poderia dar um curso de graduação que poderia requerer um número relativamente pequeno de *lectures*, mas que me deixaria ter relações próximas com estudantes que estão fazendo trabalho avançado sobre problemas envolvendo a relação do ambiente físico com a geologia, geografia, economia, história ou psicologia³⁴⁷.

Huntington deixa clara a tensão existente entre o tempo necessário para a realização das suas pesquisas e a sua dedicação secundária à docência nessa resposta a Stokes. Na primeira passagem por Yale, entre 1907 e 1914, ele havia passado vários períodos viajando para a realização de pesquisas de campo no sudoeste dos EUA, na Europa, na Ásia e no México que o afastaram da sala de aula. A vocação prática das explorações geográficas e dos trabalhos de campo entrava em conflito com as exigências de dedicação à vida acadêmica. Huntington, mesmo assim, via como satisfatório seu retorno a Yale. O geógrafo se sentia livre para deixar a instituição caso

³⁴⁶ Carta de Ellsworth Huntington a Anson Phelps Stokes, 11 de dezembro de 1916. Huntington Papers, Series III, Box 36, Folder 889.

³⁴⁷ “If I come back to Yale I want to feel that I have a real part in the life of the University, and that I am doing something which calls out my loyalty to the institution. At the same time I feel as never before the value of absolute control of one’s time if one is to do the most effective scientific investigation. I wonder whether there is some way whereby I could give a graduate course that would require a relatively small number of set lectures but would let me have intimate relations with students who were doing advanced work upon problems involving the relation of physical environment to geology, geography, economics, history or psychology”.

seu salário não fosse razoavelmente aumentado como Stokes havia prometido que poderia ocorrer após a recuperação econômica da universidade no período pós Primeira Guerra. Curiosamente, o autor poderia ter tido um salário mais satisfatório em outros lugares. William Hobbs, da Universidade de Michigan, Mark Jefferson, do *State Normal College* de Michigan e Lawrence Martin, da Universidade de Wisconsin convidaram Huntington para assumir *professorships* em suas respectivas instituições. O geógrafo declinou de todas essas propostas. Além disso, quando a Universidade de Minnesota lhe ofereceu um posto de trabalho bastante atrativo, o geógrafo também recusou³⁴⁸.

Quando Huntington retornou a Yale, no outono de 1919, as circunstâncias financeiras criavam grande pressão sobre seu trabalho. Com a situação salarial insatisfatória que o afligia nos anos seguintes a seu retorno, o geógrafo dividia seu tempo entre a escrita de artigos, de manuais paradidáticos e a realização de palestras para manter-se financeiramente. A década de 1920 marcaria também uma redução significativa da presença da Geografia em Yale. Embora em abril de 1920 um comitê do Conselho da Universidade tenha recomendado o estabelecimento de um departamento de Geografia, a empreitada foi abortada por alegadas dificuldades financeiras da instituição. Os únicos cursos de Geografia existentes em Yale no período dos primeiros anos da década de 1920 eram “Economic Geography”, de Avard Bishop, e “Climatology”, que era ministrado por Huntington. No segundo semestre de 1922, Ralph Gabriel, do departamento de História, inaugurou um curso intitulado “Historical Geography of North America”³⁴⁹. Esse declínio da Geografia em Yale contrastava com os esforços de estabelecimento da disciplina que foram realizados na primeira década do século XX por Herbert Gregory e com a consolidação, na década de 1920, da Geografia em outras instituições, como as universidades de Chicago, Clark, Wisconsin, Michigan e da Califórnia.

A década de 1920 foi também uma das mais produtivas em termos de publicações para a trajetória de Huntington. Nessa década, o geógrafo refinou a hipótese das variações climáticas em relação ao homem e elaborou sínteses mais desenvolvidas de sua teoria do processo civilizatório³⁵⁰. Além de publicar, em 1924, a

³⁴⁸ Martin, 1973, pp. 159-160.

³⁴⁹ Martin, 1973, pp. 160-161.

³⁵⁰ Dentre os inúmeros textos publicados por Huntington nessa década, merecem destaque dois estudos de caso sobre o México e a Austrália: HUNTINGTON, Ellsworth. *The Relation of Health to Racial Capacity: The Example of Mexico*. The Geographical Review, Vol. XI, No. 2, 1921 e HUNTINGTON,

edição definitiva de “Civilization and Climate” e a obra dedicada a questões raciais “The Character of Races”, Huntington publicou “The Pulse of Progress” em 1926, “The Human Habitat” em 1927 e escreveu mais de 70 textos curtos, entre artigos e capítulos de livros. Foi nessa década em que a ruptura definitiva com a Geologia e a afirmação da Geografia Humana como estratégia de delimitação da identidade disciplinar se consolidou nos EUA. Nos anos 1920, as preocupações com a filosofia da história, as filiações com ideias eugenistas e as posturas epistemológicas darwinistas sociais começaram a ficar bastante claras na obra do geógrafo.

Huntington, ao atingir o auge da repercussão de seu trabalho, foi eleito presidente da AAG para o ano de 1924 e, em discurso presidencial proferido em dezembro de 1923, intitulado “Geography and Natural Selection”³⁵¹, as concepções epistemológicas darwinistas sociais que estruturavam seu discurso geográfico foram expostas aos membros da associação. No discurso, o geógrafo propôs uma definição da disciplina como a “ciência que descreve e mapeia os fenômenos da superfície da Terra com o propósito de descobrir como a distribuição de um conjunto de fenômenos está relacionada à de outros”³⁵². Após definir a tarefa essencial da Geografia, e salientar a importância do estudo da distribuição de aspectos físicos e da ocupação humana, Huntington coloca como o ápice das preocupações intelectuais da disciplina o estudo do que chama de “distribuição do caráter e das realizações humanas”:

O ponto mais alto da geografia é alcançado quando nós somos capazes de explicar por que certos tipos de caráter humano, certas manifestações do intelecto e mesmo certas linhas de progresso e estágios de civilização são localizados em várias partes do mundo³⁵³.

O autor faz referência, nesse discurso, à “Civilization and Climate”, ao alegar que essa obra teria demonstrado que o clima exerce uma profunda influência sobre a saúde e a energia humanas e, portanto, sobre a habilidade de um povo em realizar progresso. Após fazer referência a uma de suas principais obras e delinear as tarefas

Ellsworth. *Natural Selection and Climate in Northern Australia*. The Economic Record (The Journal of the Economic Society of Australia), Vol. 5, No. 9, 1929, pp. 185-101.

³⁵¹ HUNTINGTON, Ellsworth. *Geography and Natural Selection – A Preliminary Study of the Origin and Development of Racial Character*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 14, No.1, 1924c, pp. 1-16.

³⁵² Huntington, 1924c, p. 1.

³⁵³ “The pinnacle of geography is reached when we are able to explain why certain types of human character, certain manifestations of genius, and hence certain lines of progress and stages of civilization are localized in various parts of the world” (HUNTINGTON, 1924c, p.1).

essenciais que a Geografia deve enfrentar, Huntington diz que o “caráter de um povo”, às vezes, pode mudar rapidamente e ser mais plástico e menos fixo do que comumente se supõe. Muitas dessas mudanças no “caráter dos povos”, que, em alguns casos, são atribuídas a mudanças de ambiente ou à ascensão de grupos de indivíduos portadores de um nível de habilidades intelectuais incomum, se devem, para o autor, à seleção natural³⁵⁴.

Após essa introdução, Huntington passa o restante do texto do discurso dando exemplos de como o que entende por “seleção natural” – apropriando-se assim de um conceito darwiniano importante – pode operar nos casos de vários países e regiões do mundo, como a Austrália, a Islândia, o Hawaii, a Califórnia, a Dinamarca, a província australiana de Queensland, a Indochina e a China. Huntington emprega a expressão “seleção natural” de forma bastante plástica para entender a formação e as mudanças no “caráter dos povos”. O caso de um dos itens do texto, intitulado “Natural Selection in Australia”, é bastante ilustrativo dessa elasticidade no emprego conceitual. O autor faz alegações genéricas sobre a população australiana ao sustentar que ela é “notavelmente homogênea”, “extremamente próspera” e “desfruta de boa saúde fenomenal”³⁵⁵. Por “homogêneo”, o geógrafo está fazendo referência ao fato de que o povo da maior ilha da Oceania é quase totalmente britânico em sua origem. A explicação da prosperidade e da “boa saúde” dos australianos reside, em sua leitura, na seleção natural. Os habitantes do país são diferentes da média dos povos da Grã-Bretanha porque sofreram, segundo Huntington, uma “seleção” em três aspectos³⁵⁶.

O primeiro aspecto é a saúde, pois as dificuldades para migrar entre países tão distantes tornariam as pessoas com saúde mais frágil hesitantes na hora de decidir se deslocar para a Austrália. Desse modo, o contingente populacional de britânicos que chegou para povoar o território australiano já teria sofrido uma espécie de filtragem seletiva, que eliminaria aqueles com condições fisiológicas mais frágeis e favoreceria aqueles com melhor saúde, deixando assim, para a ilha da Oceania, um grande contingente populacional saudável, que seria mais saudável do que a média dos habitantes da Grã-Bretanha. As dificuldades impostas pela migração em deslocamentos de grande distância seriam um primeiro momento de operação da “seleção natural”.

³⁵⁴ Huntington, 1924c, pp. 1-2.

³⁵⁵ Huntington, 1924c, p. 2.

³⁵⁶ Huntington, 1924c, pp.4-5.

O segundo filtro de “seleção natural” seria a disponibilidade de capital, pois a viagem envolve custos econômicos para a passagem e automaticamente exclui da possibilidade de sua realização aqueles que não tiveram, segundo o geógrafo, a “habilidade” para poupar dinheiro suficiente e viabilizar a migração. E, por fim, o terceiro tipo de seleção seria baseado no que Huntington chama de “caráter moral e temperamento”. A empreitada migratória de longa distância exigiria, em seu entendimento, um nível de coragem, iniciativa e disposição que apenas uma parte da população britânica, de onde se originaram grande parte dos contingentes migratórios que foram para a Austrália, teria.

O geógrafo dá vários outros exemplos de outras localidades e processos migratórios ao longo do discurso, mas o núcleo de sua argumentação sempre gira em torno da aplicação da ideia geral de que esses deslocamentos populacionais ilustrariam com clareza a relevância do conceito de “seleção natural” para a Geografia. Mesmo ao explicar processos de caráter socioeconômico, Huntington acredita estar diante da operação dos princípios evolucionistas de favorecimento de grupos e indivíduos que herdaram características úteis à adaptação e do descarte, na luta pela existência, dos indivíduos que não têm características adaptativas favoráveis. Os elementos econômicos e psicológicos necessários à explicação das migrações são todos nivelados em um mesmo aparato conceitual naturalizante/biologizante. No caso em questão, aqueles que têm uma saúde menos frágil, que possuem mais recursos econômicos e uma disposição psicológica favorável à empreitada migratória, são vistos como os favorecidos pela “seleção natural”. O autor – assim como Albert Perry Brigham, Charles Dryer e Harlan Barrows em seus respectivos discursos presidenciais – expõe um programa epistemológico para a disciplina apoiado explicitamente em fundamentos teóricos darwinistas.

A década de 1920, especialmente os anos entre 1926 e 1929, também foi marcada pelas tentativas de Huntington para criar um departamento de Geografia em Yale que o levaram a entrar em conflito com a administração da universidade. Durante o ano de 1927, o geógrafo trocou uma série de cartas com J. R. Angell, então presidente da instituição. Em uma das mais longas dessas cartas, datada de outubro daquele ano³⁵⁷, Huntington, além de expressar insatisfação com a situação da Geografia em Yale, queixou-se de seu baixo status institucional na universidade como

³⁵⁷ Carta de Ellsworth Huntington a J. R. Angell, 22 de outubro de 1927. Huntington Papers, Series III, Box 58, Folder 2047.

um *Research Associate*, ressaltou que teve que recusar estudantes de outras partes do mundo que queriam estudar com ele em virtude da ausência de condições de fomento à disciplina na instituição e pediu a contratação de mais geógrafos:

Para começar com o menos importante, a posição de Research Associate não se desenvolveu ao longo das linhas contempladas quando eu a aceitei. O resultado é que minha posição é anômala e insatisfatória. Este é o resultado natural da mudança de administração quando o Presidente Hadley se aposentou e das dificuldades financeiras da Universidade³⁵⁸.

A segunda condição é o adiamento continuado de qualquer programa adequado quanto à geografia na Universidade de Yale. Aqui, novamente, nenhuma culpa é atribuída a qualquer indivíduo. A dificuldade de encontrar o homem certo e de financiá-lo é responsável. Isso, no entanto, não me livrou do incômodo e da humilhação constante de ser obrigado a pedir desculpas pela universidade e de fazer explicações embaraçosas para futuros alunos que querem fazer um trabalho avançado comigo, mas para os quais não há cursos preparatórios. Todos os anos envio esses alunos para outras universidades. É também uma constante fonte de desconforto ter de explicar aos meus colegas de outras universidades e a visitantes estrangeiros distintos que desejam ver o nosso 'Instituto Geográfico' que a geografia praticamente não é reconhecida em Yale³⁵⁹.

A situação marginalizada à qual a disciplina estava submetida em Yale, fato que era refletido no baixo status institucional de pesquisador associado atribuído a Huntington, que o distinguia dos membros do *staff* universitário que possuíam uma dedicação mais integral à instituição, era de difícil aceitação para o geógrafo. Essa fragilidade institucional o impedia de participar mais ativamente da formação de novos geógrafos porque Yale não oferecia cursos suficientes que pudessem compor um currículo geográfico básico. Huntington também se mostrou bastante desapontado

³⁵⁸ "To begin with the least important, the position of Research Associate has not developed along the lines contemplated when I accepted it. The result is that my position is anomalous and unsatisfactory. This is the natural result of the change of administration when President Hadley retired and of the financial difficulties of the University".

³⁵⁹ "The second condition is the continued postponement of any adequate program as to geography in Yale University. Here again no blame attaches to any individual. The difficulty of finding the right man and of financing him are responsible. That however, has not relieved me of the constantly recurring annoyance and humiliation of being obliged to apologize for the university and make embarrassing explanations to prospective students who want to do advanced work with me, but for whom there are no preparatory courses. Each year I send such students away to other universities. It is also a constant source of discomfort to have to explain to my colleagues in other universities and to distinguished foreign visitors who wish to see our 'Geographical Institute' that geography is practically unrecognized at Yale".

com a sua situação salarial, chegando a dizer, nessa mesma carta, que os proventos que recebia por sua atividade na universidade não eram suficientes para pagar as despesas que tinha com seu escritório – seus trabalhos demandavam a elaboração de tabelas e gráficos, além, é claro, de uma comunicação constante por cartas com um grande número de pesquisadores – nem para sustentar a sua família, o que o obrigava a realizar uma série de outras atividades para ganhar dinheiro.

Embora tenha mencionado, nessa carta, a possibilidade de que as suas relações com a Universidade de Yale fossem rompidas e tenha feito referência a ofertas de emprego financeiramente mais atrativas que havia recebido, Huntington nutria esperanças de que a administração pudesse atender a, ao menos, algumas de suas demandas; pois, apesar da grande insatisfação, tinha interesse em permanecer na instituição. No ano seguinte, em 1928, Angell escreveu a Huntington³⁶⁰ dizendo que recomendaria à administração da universidade um aumento salarial para ele e que, caso tal aumento fosse insatisfatório ao ponto de o geógrafo julgar impraticável a continuação de sua relação de trabalho com a instituição, lamentaria muito o seu afastamento de Yale. Huntington respondeu a Angell³⁶¹ afirmando que aceitaria o aumento salarial, mas ressaltou que o faria no entendimento de que a sua liberdade de organizar o seu trabalho na universidade em harmonia com a necessidade de realizar outros trabalhos para sustentar a sua família continuaria existindo. Quando o seu aumento de salário para o outono seguinte foi votado e Huntington formalmente comunicado, na primeira metade de 1929, o geógrafo, mais uma vez, afirmou que, ainda que aceitasse o aumento salarial, estava insatisfeito por não ter tido uma mudança de status institucional e que a sua dedicação à universidade continuaria ocorrendo apenas em períodos parciais do ano³⁶².

Na década de 1930 Huntington publicou “Tomorrow’s Children: The Goal of Eugenics” (1935) e “Seasons of Birth: Its Relation to Human Abilities” (1938), que são produtos diretos de sua adesão às ideias eugenistas. Essa adesão, em nosso entendimento, é um desdobramento das afinidades epistemológicas com o Darwinismo Social que o autor já mostrava desde o início de sua trajetória. A ênfase no papel das supostas diferenças biológicas inatas que, segundo as teses racistas endossadas por

³⁶⁰ Carta de J.R. Angell a Ellsworth Huntington, 17 de março de 1928. Huntington Papers, Series III, Box 61, Folder 2183.

³⁶¹ Carta de Ellsworth Huntington a J.R. Angell, 21 de março de 1928. Huntington Papers, Series III, Box 61, Folder 2183.

³⁶² Carta de Ellsworth Huntington a J.R. Angell, 2 de maio de 1929. Huntington Papers, Series III, Box 63, Folder 2279.

muitos cientistas sociais estadunidenses das primeiras décadas do século XX, explicariam as diferenças de comportamento entre os grupos étnicos, exerceu influência decisiva sobre toda a produção intelectual do geógrafo. Esse envolvimento com a eugenia o levaria a ser presidente da *American Eugenics Society* entre os anos 1934 e 1938³⁶³, já no fim de sua vida³⁶⁴.

O pequeno livro publicado por Huntington em 1935³⁶⁵ é, na realidade, um panfleto de divulgação política. Ao falar sobre o objetivo da eugenia, o geógrafo afirmou que ela representaria “a descoberta de que o homem é capaz de guiar a sua própria evolução” e a comparou, em termos de importância evolucionária para a nossa espécie, às invenções das ferramentas, da fala, da escrita e da agricultura; a eugenia, em seu entendimento, seria a etapa mais avançada do processo evolutivo e, talvez, “a maior de todas” as invenções do espírito humano³⁶⁶. O autor sustentou que:

Agora, pela primeira vez, através do uso científico dos princípios genéticos e dos processos sociais, o homem é capaz, conscientemente e intencionalmente, de selecionar os tipos de seres humanos que irão sobreviver. Portanto, finalmente, ele se torna mestre de si mesmo³⁶⁷.

³⁶³ Martin, 1973, p. XIV.

³⁶⁴ Nos *Huntington Papers* foi encontrado um folheto da *American Eugenics Society* datado de 1931 no qual eram descritos os objetivos da organização: “promover a inclusão da eugenia como uma parte dos cursos oferecidos aos estudantes no sistema escolar”; “disseminar a educação popular a respeito dos fatos estabelecidos da eugenia através da imprensa, de palestras, exposições, panfletos e livros”; “encorajar o registro dos traços físicos e mentais nas genealogias familiares”; “prevenir a procriação de pessoas socialmente inadequadas por causa de herança defeituosa e encorajar a elaboração de leis para a esterilização eugênica”; “segregação de potenciais pais que são socialmente inadequados por causa da herança defeituosa”; “regulação da imigração de acordo com as recomendações do *Committee on Selective Immigration*”; “fomentar conteúdo eugenista nas leis relacionadas ao casamento”. O folheto foi localizado em *Huntington Papers*, Series IV, Box 27, Folder 271-B. Um outro elemento interessante dessa pasta do arquivo, é que nela foram encontradas correspondências do geógrafo com outras organizações, especialmente com o *Population Reference Bureau* (do qual Huntington era integrante do conselho nos anos 1930), a *American Genetic Association* (que, no timbre das suas cartas, carregava a inscrição “Eugenics-Heredity-Breeding”, logo abaixo do nome da associação), a *Population Association of America* (da qual Huntington fez parte do corpo de diretores) e a *The Human Betterment Foundation*. Essas organizações, ao que tudo indica, tinham relações muito próximas com a *American Eugenics Society*, o que sugere que a ascensão da genética e da demografia (ciência muito atrelada às preocupações com o controle de natalidade à época) nas primeiras décadas do século foi fundamental para fortalecer a eugenia nos EUA.

³⁶⁵ HUNTINGTON, Ellsworth. *Tomorrow's Children: The Goal of Eugenics*. New York, John Wiley & Sons Inc., London, Chapman & Hall Limited, 1935.

³⁶⁶ Huntington, 1935, pp. 103-104.

³⁶⁷ “Now, for the first time, through the scientific use of genetic principles and social processes, man is able consciously and purposefully to select the types of human beings that will survive. Thus at long last he becomes master of himself” (HUNTINGTON, 1935, pp. 104-105).

“Tomorrow’s Children: The Goal of Eugenics”, cujo texto é quase inteiramente estruturado na forma de perguntas e respostas, como se fosse uma espécie de questionário extenso, é dividido em cinco partes que visam explicar para um público mais amplo o que são as ideias eugenistas e quais são as suas aplicações sociais. Na segunda parte da obra, por exemplo, intitulada “Aplicação aos problemas da população”, o geógrafo apresenta as noções de eugenia “negativa” e eugenia “positiva”³⁶⁸, que consistem, respectivamente, na ideia de que é necessário desestimular a procriação daqueles indivíduos, raças ou famílias que supostamente teriam, por determinação genética e “condições ambientais”, menor saúde e menor probabilidade de acesso à educação, e de estimular a procriação daqueles indivíduos, raças ou famílias que, teoricamente, teriam “herança desejável” (no sentido biológico) e maior probabilidade de desfrutar de boa educação³⁶⁹. O proselitismo ideológico da eugenia tinha relações diretas com os estudos populacionais (que estiveram frequentemente associados às demandas de controle de natalidade) que também contribuíram, no período, para fortalecer a inclinação da ciência estadunidense à promoção de técnicas de controle social.

O envolvimento de Huntington com o movimento eugenista estadunidense é um dos elementos mais importantes para compreendermos a sua atuação intelectual durante a década de 1930. Após essa década, em 1945, dois anos antes de sua morte, Huntington publicou a sua obra derradeira, “Mainsprings of Civilization”, que sintetiza, de forma exaustiva, toda a teoria geográfica da civilização desenvolvida pelo autor desde o início do século XX. Contudo, àquela altura, com os resultados nefastos da Segunda Guerra Mundial e com a consolidação definitiva da separação metodológica entre as humanidades e as Ciências Naturais nos países ocidentais, o Darwinismo Social e a eugenia perderiam autoridade científica como formas legítimas de entendimento da realidade.

O amálgama entre o pensamento eugenista, a concepção evolucionista do processo civilizatório e as tensões geopolíticas que marcaram a primeira metade do século XX, tão importante para compreender a vitalidade do Darwinismo Social nesse período, fica bastante evidente quando analisamos a trajetória de Huntington. Sua trajetória errática se deu paralelamente a um contexto marcado pela tentativa de

³⁶⁸ Huntington, 1935, p. 35

³⁶⁹ A eugenia, como vimos, é fruto, em grande medida, do peso que a ortodoxia do discurso da Biologia moderna tinha nos EUA nas primeiras décadas do século XX.

consolidação de um campo disciplinar específico. Isto sugere que a adesão à autoridade científica e social trazida pelo evolucionismo foi uma estratégia importante para a legitimação intelectual da Geografia como disciplina acadêmica nos EUA. Pretendemos clarificar essa estratégia a partir da análise interna de alguns aspectos filosóficos e epistemológicos presentes no texto da edição de 1924 de “Civilization and Climate”, uma das principais obras do autor, que foi publicada no período mais prolífico de sua trajetória. Essa análise será o foco do próximo item do capítulo.

2.2 – Análise de “Civilization and Climate”

No prefácio à edição de 1915 de “Civilization and Climate”, Huntington alega que a obra é um produto do que chama de “nova ciência da Geografia”. Essa “nova” disciplina, em seu entendimento, teria como objetivo comparar a distribuição de elementos físicos e orgânicos para determinar o quanto os fenômenos vitais dependem do ambiente geográfico. O geógrafo acredita que entre os dados da realidade que devem ser mapeados, o “caráter humano tal como expresso na civilização”, é um dos elementos cuja distribuição espacial mais necessita de explicações. Para isso, Huntington diz que devem ser consideradas questões como a raça, a religião e as instituições de um lado e, de outro lado, a localização geográfica, os climas, os solos e as condições físicas em geral. Na cooperação desses vários fatores estaria a chave explicativa da distribuição espacial da civilização. Após fazer essa breve definição do que considera ser o problema central da “nova” disciplina da Geografia, o autor diz que “Civilization and Climate” é uma obra focada no estudo das relações entre os aspectos humanos, como os já mencionados, e um aspecto físico específico – o clima – com o objetivo de elucidar os mecanismos que afetam a distribuição da civilização na superfície terrestre³⁷⁰.

Em artigo publicado dois anos antes, em 1913³⁷¹, no qual Huntington expõe a sua posição sobre alguns problemas metodológicos decorrentes da fragilidade epistemológica da disciplina, o autor alegou que a “verdadeira natureza” da Geografia não era muito bem entendida até então, especialmente nos EUA. Como qualquer outra

³⁷⁰ Huntington, 1915, p. V. **Obs.** Nas citações de “Civilization and Climate” nas edições de 1915 e 1924 os números romanos indicam a paginação dos prefácios que é diferente da paginação do restante dos livros.

³⁷¹ HUNTINGTON, Ellsworth. *The New Science of Geography*. Bulletin of the American Geographical Society. Vol. 45, No. 9, 1913, pp. 641-652.

ciência, ela incluiria, de acordo com o geógrafo, três estágios. O primeiro estágio seria o empírico, que consistiria meramente na agregação de um grande corpo de fatos não relacionados; o segundo estágio, sistemático, seria dedicado à classificação e organização desses fatos em categorias definidas; enquanto que o terceiro, denominado de estágio explicativo, seria dedicado à explicação dos fatos e à determinação das leis que os governam³⁷². A fragilidade epistemológica principal da disciplina era, para Huntington, a sua dificuldade de coordenar a enorme quantidade de fatos geográficos e, conseqüentemente, encontrar as suas leis. Embora muitos eruditos tivessem sido, até o início do século XX, chamados de geógrafos, apenas alguns deles, em seu entendimento, haviam se dedicado ao esforço de classificação sistemática e uma menor quantidade ainda ao estágio explicativo final da ciência. Isto, mais do que qualquer coisa, tornaria compreensível, para o autor, a existência da ideia falaciosa de que a Geografia é “puramente descritiva” e de que faltaria a ela as qualidades de uma ciência de fato³⁷³. Essa disposição para o trabalho teórico de largo alcance, que visa alçar a Geografia à fase explicativa de seu desenvolvimento como ciência, é central para compreendermos a ousada empreitada intelectual de Huntington a partir da segunda década do século XX.

No prefácio à edição estendida de “Civilization and Climate”, publicada em 1924, ao sistematizar os pressupostos centrais que haviam delineado até então seu esforço intelectual, Huntington afirma que:

Na primeira edição a herança, o ambiente físico e a cultura eram reconhecidos como os três fatores principais na determinação da distribuição da civilização. O ambiente físico, é claro, foi tratado amplamente por ser o tema principal do livro. Suficiente foi dito sobre a cultura humana para mostrar que eu reconheço totalmente a sua importância, especialmente como uma explicação da diferença entre a América aborígine e o Velho Mundo. A herança, no entanto, foi negligenciada. Na edição presente recebe uma boa ênfase, especialmente no primeiro capítulo, que é quase inteiramente novo³⁷⁴.

³⁷² Huntington, 1913, p. 641.

³⁷³ Huntington, 1913, pp. 643-644.

³⁷⁴ “In the first edition inheritance, physical environment, and culture were recognized as the three main factors in determining the distribution of civilization. Physical environment was of course treated fully, since it is the main subject of the book. Enough was also said about human culture to show that I fully appreciate its importance, especially as an explanation of the difference between aboriginal America and the Old World. Inheritance, however, was dismissed briefly. In the present edition it receives a good deal of emphasis, especially in the first chapter, which is almost wholly new” (HUNTINGTON, 1924a, p.XVI).

E no primeiro capítulo da mesma edição, o geógrafo explicita as duas linhas de investigação que compõem o seu objeto de pesquisa:

Esse livro foi escrito porque duas linhas recentes de investigação aparentemente se combinam para explicar ao menos parte das contradições que têm se mostrado tão enigmáticas até então. Em primeiro lugar, um estudo prolongado das variações climáticas do passado e do presente levou à conclusão de que o clima do passado foi diferente do presente³⁷⁵.

A segunda linha de investigação que originalmente levou à escrita desse livro foi um estudo das condições climáticas sob as quais os povos das raças europeias tiveram condições de realizar mais trabalho e ter mais saúde. Essa investigação levou à conclusão de que o princípio do ótimo climático se aplica ao homem tanto quanto às plantas e animais. De acordo com esse princípio, cada espécie viva tem a melhor saúde e é mais ativa sob certas condições definidas de temperatura, umidade, movimento dos ventos, nebulosidade, variabilidade e luz solar, ou, mais exatamente, sob certas combinações dessas condições. Qualquer distanciamento das condições ótimas leva a um decréscimo da atividade e da eficiência³⁷⁶.

Na delimitação do objeto de estudo da Geografia apresentada por Huntington ao início da obra a epistemologia darwinista aparece como o quadro de referência fundamental. No prefácio da edição de 1915, o autor fala em comparação das distribuições de elementos físicos e orgânicos para compreender a influência do ambiente geográfico sobre os “fenômenos vitais”. O “caráter humano tal como expresso na civilização” aparece como o ponto culminante da evolução orgânica dos “fenômenos vitais” a serem investigados pela disciplina. A colocação do problema de estudo das relações entre fenômenos físicos e orgânicos por Huntington torna clara a sua ideia de que a civilização humana e sua cultura são, na realidade, produtos de um processo progressivo de complexificação evolutiva dos “fenômenos vitais” da natureza. A necessidade de pensar as raças, as instituições sociais e as religiões sempre em relação aos aspectos naturais e à localização geográfica torna o pressuposto

³⁷⁵ “This book has been written because two recent lines of investigation apparently combine to explain at least part of the contradictions which have hitherto proved so puzzling. In the first place a prolonged study of past and present climatic variations led to the conclusion that the climate of the past was different from that of the present” (HUNTINGTON, 1924a, p. 5).

³⁷⁶ “The second line of investigation which originally led to the writing of this book was a study of the climatic conditions under which people of European races are able to accomplish the most work and have the best health. This investigation led to the conclusion that climatic optima applies to man quite as fully to plants and animals. According to this principle each living species has the best health and is most active under certain definite conditions of temperature, humidity, wind movement, storminess, variability, and sunlight, or, more exactly, under certain combinations of these conditions. Any departure from the optimum conditions leads to a decrease of activity and efficiency” (HUNTINGTON, 1924a, p. 6).

evolucionista da unidade físico-orgânica entre a espécie humana e o restante dos elementos da Terra bastante propício à justificação da existência da “nova ciência da Geografia”.

Quando cotejamos essa definição elaborada pelo geógrafo com as definições apresentadas nos discursos presidenciais da AAG da década de 1910 e do início da década de 1920 que foram analisados anteriormente é possível concluir que, mesmo que existam nuances e diferenças entre a definição de Huntington e a definição da disciplina como o estudo das condições que ligam a Terra à vida por parte de Albert Perry Brigham, como o estudo das causas da distribuição dos fenômenos proposto por Charles Dryer e como uma forma de “ecologia humana” por Harlan Barrows, ainda assim, é possível perceber que todas essas definições aparentemente “concorrentes” estão inseridas no mesmo quadro de referência epistemológico evolucionista e organicista. Logo, a posição do autor de “Civilization and Climate” pode ser entendida como uma espécie de “arquétipo” das concepções que embasavam a discussão teórico-metodológica do campo da Geografia estadunidense como um todo nas três primeiras décadas do século XX. As diferenças de superfície e de vocabulário escondem um mesmo acordo implícito de adesão à visão de mundo do evolucionismo.

Nas observações do prefácio à edição de 1924, ao afirmar que a herança, o ambiente físico e a cultura são os “três fatores principais na determinação da distribuição da civilização” Huntington está replicando, em grande medida, a problemática do estudo das relações entre organismos e ambiente que esteve no cerne das preocupações de pesquisa de Darwin e da Biologia do século XIX como um todo. A transferência de características herdadas, tema clássico do debate darwinista, é pensada por Huntington tanto no sentido biológico como no sentido cultural e comportamental.

O ambiente físico, que também teve um papel decisivo nos debates sobre modificações na estrutura interna dos organismos e que se tornou o centro da querela entre os darwinistas ortodoxos e os chamados “neolamarckistas”, tem o seu papel ressaltado e um apelo especial pelo fato de que a tradição geográfica que já vinha desde os românticos alemães salientava a importância da compreensão das relações entre homem e meio. A fertilização cruzada dos debates darwinistas sobre a herança biológica e dos debates ecológicos sobre a relação organismo-ambiente³⁷⁷ com a

³⁷⁷ O impacto dessas duas tradições da Biologia sobre o pensamento geográfico foi, como vimos, tratado no texto de Stoddart (1966).

tradição geográfica de preocupação com o estudo da relação homem-meio dá a essa formulação de Huntington o amálgama de linhas de pensamento distintas que fundamenta suas posturas epistemológicas.

O terceiro elemento elencado por Huntington como determinante na distribuição da civilização, que é a cultura, demonstra que a sua concepção não é apenas uma concepção darwinista, mas, sobretudo, uma concepção darwinista social. O geógrafo aposta em uma interdependência estrita entre a cultura, a herança e o ambiente físico como princípio de método para a explicação do processo civilizatório. Essa interdependência fica explícita no tom confuso e ambíguo em que Huntington emprega o termo “herança”, que pode ser compreendido tanto no sentido biológico mais duro de transferência de características orgânicas de alguns indivíduos para outros como no sentido de uma herança psicológica e comportamental que perpetua a cultura. A conceituação do Darwinismo Social como uma postura filosófica e epistemológica caracterizada pela aplicação da explicação naturalista da teoria da evolução à compreensão dos elementos sociais e psicológicos que constituem a condição humana³⁷⁸ se adequa perfeitamente à ambiguidade pela qual Huntington usa o termo “herança”.

Essa tripartição metodológica do objeto da Geografia elaborada pelo geógrafo aglutina a tensão entre as explicações naturalistas focadas na biologia, na raça e no ambiente físico e as explicações mais centradas na cultura e no processo de socialização que marcou as Ciências Humanas nos EUA nas três primeiras décadas do século XX³⁷⁹. Essa tensão, em decorrência da especificidade dos problemas epistemológicos com os quais a Geografia lidava, acabou tendo um efeito bastante produtivo porque a concepção clássica da disciplina como o estudo da relação homem-meio, herdada das tradições do século XIX, já colocava, de forma antecipada, o problema da tensão entre o naturalismo e o antropocentrismo. O Darwinismo, tal como expresso na engenhosa elaboração metodológica de Huntington, trouxe à tona, no pensamento geográfico do início do século XX, um problema mais antigo com uma roupagem epistemológica diferente.

O foco do livro, que é a tentativa de demonstrar como o clima, um dos elementos mais importantes do ambiente físico, poderia interferir no processo que levou as raças europeias a realizar “mais trabalho” e a ter “mais saúde”, revela o

³⁷⁸ Tal como proposta por Hawkins (1998).

³⁷⁹ Abordada detalhadamente nos já mencionados trabalhos de Degler (1991) e Cravens (1988).

atravessamento de concepções biológicas evolucionistas e de juízos morais que caracteriza o pensamento de Huntington. A capacidade de gerar excedente econômico é colocada em paralelo à condição biológica de ter “mais saúde” para hierarquizar a posição das raças europeias em relação a outros grupos étnicos. A propensão para a realização de “mais trabalho” encontra respaldo explicativo na noção de que as raças humanas herdariam, por transferência biológica, certas atitudes psicológicas que favoreceriam ou não o progresso na dominação da natureza. Essa formulação de Huntington aglutina a tríade que caracteriza sua teoria do processo civilizatório: a herança, por enfatizar o papel da diferença de comportamento supostamente inata das raças europeias em relação a outras raças, o ambiente físico, por sugerir que certos climas são mais propícios ao surgimento de indivíduos que realizem “mais trabalho” e a cultura, por propor que diferenças comportamentais estão diretamente ligadas à herança e ao ambiente.

Para que o autor chegasse a uma investigação focada mais especificamente nas relações entre civilização e clima seu interesse no estudo das pulsações climáticas, que já estava presente, como vimos, desde o início de sua trajetória intelectual, foi fundamental. A noção de “pulsações” é bastante importante em seu pensamento climático. Quando Huntington usa essa expressão, procura ressaltar o papel das vicissitudes das condições climáticas em oposição à ideia de que o clima sofre uma mudança progressiva em apenas uma direção. A assunção da hipótese das pulsações climáticas é central na proposição de sua ousada hipótese as relações entre clima e história:

Se a mudança do clima do passado para o presente foi marcada por pulsações ao invés de por uma progressiva mudança em apenas uma direção e se houve certos períodos de mudança rápida e de grandes, embora temporários, extremos, como parece altamente provável, a correspondência entre eventos históricos e vicissitudes climáticas pode ser mais estreita do que se poderia crer de outra forma. De fato, assim que eu formulei um esboço preliminar da curva das mudanças climáticas durante os tempos históricos, se tornou visível que muitas das grandes nações da antiguidade ascenderam ou declinaram em harmonia com condições favoráveis ou desfavoráveis do clima³⁸⁰.

³⁸⁰ “If the change from the climate of the past to that of the present has been marked by pulsations rather than by a progressive change in only one direction and if there have been certain periods of rather rapid change and of great, though temporary, extremes, as seems highly probable, the correspondence between historic events and climatic vicissitudes may be closer than otherwise seem credible. Indeed, as soon as I had framed a preliminary outline of the curve of climatic changes during historic times, it appeared as though many of the great nations of antiquity had risen or fallen in harmony with favorable or unfavorable conditions of climate” (HUNTINGTON, 1924a, p. 11).

Huntington defende que o declínio e a queda das civilizações estão relacionados às pulsações climáticas. Embora essa hipótese seja central no livro, é importante ressaltar que o autor jamais isola o clima da sua reflexão sobre a cultura e a herança, que são os outros dois elementos importantes em sua tríade de causação do progresso. A acusação de que seu pensamento encerra um determinismo climático estreito não se sustenta, porque a herança e a cultura são tidas como tão importantes quanto o clima. O peso do naturalismo da epistemologia darwinista social na reflexão do geógrafo sobre os aspectos culturais gera a tentação simplista de qualificá-lo como “determinista”. Essa leitura simplista tem dificuldade de diferenciar a consideração do papel dos aspectos naturais no estudo dos grupos sociais da ideia errônea de que tais aspectos exerceriam uma determinação unilateral sobre o destino dos homens.

Ao tentar delimitar a influência do clima sobre o processo civilizatório na introdução da obra, Huntington recorre a uma analogia organicista. O autor compara a civilização humana à vida de uma árvore. Da mesma forma que uma árvore precisaria de um bom clima, um bom cultivo e uma boa alimentação para ter saúde e permitir o amplo desenvolvimento dos frutos que dela derivam, a civilização dependeria de uma herança mental, física e de saúde que seria transferida de uma geração à outra. O geógrafo acredita que ao lado da herança biológica, os principais fatores que determinam a saúde de um grupo social são o clima, a comida, as doenças parasitárias e o estágio de cultura. Esses quatro elementos, que em sua leitura teriam para os grupos humanos uma função análoga ao cultivo adequado para uma árvore, selecionariam alguns grupos para a preservação e outros para a destruição e o seu poder de causar mutações seria uma das principais forças de determinação da herança³⁸¹.

O geógrafo também propõe uma tripartição entre os tipos de influências que o clima exerce:

Em primeiro lugar, o clima tem um efeito direto sobre a saúde e a atividade do homem. Em segundo, tem um forte efeito indireto, porém imediato, através da comida e de outros recursos, através dos parasitas e através do modo de vida. Em terceiro, pelos seus efeitos diretos e indiretos combinados no passado foi um importante fator – alguns diriam o mais importante – para causar migração, mistura racial e seleção natural; e talvez

³⁸¹ Huntington, 1924a, pp. 2-3.

tenha algo a ver com a produção de variações que os biólogos chamam de mutações. Logo, tem um efeito poderoso sobre a herança³⁸².

O clima aparece aqui como um elo de unificação da explicação que abrange a saúde, a herança biológica e as migrações que causam mistura racial. O autor acredita que a sobrevivência ou a extinção de populações humanas são processos de “seleção natural”. Nessa passagem, o peso do léxico da Biologia em suas ideias é explícito. A linguagem evolucionista se torna, em seu discurso, a forma científica mais adequada para explicar o homem. E mesmo quando afirma que a religião, a educação, o governo, os costumes e as instituições formam um grupo de influências sociais cujo poder para a explicação do processo civilizatório é incomensurável, reconhecendo assim que só a ênfase na herança puramente biológica não é suficiente para o entendimento dos grupos humanos, Huntington não deixa de lembrar que esses aspectos têm sobre o homem o mesmo efeito que o cultivo tem para uma orquídea³⁸³, reforçando assim o peso das analogias organicistas em seu pensamento.

Essa amplitude semântica do léxico darwinista social guarda um elemento bastante paradoxal. Por um lado, ela fornece um sistema explicativo global capaz de lidar com o caráter híbrido de natureza e cultura dos fenômenos geográficos, por outro, coloniza a explicação dos fenômenos culturais com uma linguagem biologizante e naturalizante. A heterogeneidade de fenômenos com os quais a Geografia lida e a grande abrangência de seu objeto de estudo tornaram a explicação globalizante do universo e da vida trazida pelo Darwinismo Social muito atrativa para a disciplina.

A abrangência do escopo da Geografia e a ênfase no papel dos aspectos ambientais na história levaram Huntington a afirmar que uma “verdadeira filosofia da história” deveria incorporar uma síntese dos efeitos que o clima exerce relacionando-a aos “fatores puramente humanos” como as instituições, os costumes e as ideias³⁸⁴. O autor dá um exemplo dessa tentativa de fornecer uma filosofia da história ao propor

³⁸² “In the first place climate has a direct effect upon man’s health and activity. Second, it has a strong indirect but immediate effect through food and other resources, through parasites, and through mode of life. Third, by its combined direct and indirect effects in the past it has been a strong factor – some would say the strongest – in causing migration, racial mixture, and natural selection; and it may have had something to do with producing variations which the biologists call mutations. Thus it has had a powerful effect upon inheritance” (HUNTINGTON, 1924a, p. 3).

³⁸³ Huntington, 1924a, p. 1.

³⁸⁴ Huntington, 1924a, p. 29.

um hipotético ciclo de mudanças político-econômicas que guardariam relação direta com as variações climáticas:

Para resumir toda a hipótese da relação do clima com a civilização, aqui estão os fatores como eu os vejo no presente. A maioria das partes do mundo está tão bem povoada que qualquer mudança econômica adversa tende a causar dificuldades, doenças e uma alta taxa de mortalidade; as migrações se seguem entre os povos mais enérgicos e aventureiros. Talvez as causas mais comuns de dificuldades econômicas sejam as variações no tempo ou no clima que levam a cultivos ruins ou à escassez de alimento e água para os animais. Tais dificuldades econômicas quase inevitavelmente levam a distúrbios políticos e isso novamente é uma causa potente das migrações. As pessoas que migram forçadamente se expõem a dificuldades e seus números diminuem até que apenas um grupo seletivo de qualidade elevada incomum permaneça. Tais povos, seja como invasores de guerra ou em pequenos bandos, entram em um país novo. Eles podem encontrá-lo bastante populoso e meramente se impõem como uma nova classe dominante, como parece ter acontecido várias vezes na Índia, ou eles podem encontrá-lo esvaziado de pessoas como na Ática. Quando o período de estresse climático está terminado e o clima melhora, os recém-chegados dominantes possuem não apenas uma herança forte incomum, mas são estimulados por boas condições econômicas incomuns e por condições melhoradas de saúde e energia. Além disso, na medida em que a população está apta a permanecer abaixo do ponto de saturação, desde que o clima melhora, os padrões de vida tendem a crescer e a ficar relativamente elevados. Portanto, muitas pessoas se libertam da mera necessidade de ganhar a vida e têm a oportunidade de se dedicar ao desenvolvimento de novas ideias na literatura, na arte, na ciência, na política e em outras linhas de progresso. A coincidência repetida entre períodos de clima melhorado e períodos de progresso cultural parece dever-se não apenas ao estímulo direto do clima, como eu supus na primeira edição desse livro, mas àquele estímulo combinado a uma elevada herança racial devido à seleção natural³⁸⁵.

³⁸⁵ “To sum up the whole hypothesis of the relation of climate to civilization, here are the factors as I see them at present. Most parts of the world are so well populated that any adverse economic change tends to cause distress, disease, and a high death rate; migration ensues among the more energetic and adventurous people. Perhaps the commonest cause of economic distress is variations in weather or climate which lead to bad crops or to dearth of grass and water for animals. Such economic distress almost inevitably leads to political disturbances and this again in a potent cause of migrations. The people who migrate perforce expose themselves to hardships and their numbers diminish until only a selected group of unusually high quality remains. Such people, either as warlike invaders or in small bands, enter a new country. They may find it well populated and merely impose themselves as a new ruling class, as seems to have happened several times in India, or they may find it depleted of people as in Attica. When the period of climatic stress is ended and the climate improves, the dominant newcomers not only possess an unusually strong inheritance, but are stimulated by unusually good economic conditions and improved conditions of health and energy. Moreover since the population is apt to remain below se saturation point so long as the climate improves, the standards of living tend to rise and to become relatively high. Thus many people are freed from the mere necessity of making a living and have the opportunity to devote themselves to the development of new ideas in literature, art, science, politics, and other lines of progress. The repeated coincidence between periods of improving climate and periods of cultural progress appears to be due not only to the direct stimulus of climate, as I supposed in the first edition of this book, but to that stimulus combined with a high racial inheritance due to natural selection” (HUNTINGTON, 1924a, pp.27-28).

Essa passagem mostra o papel de síntese que o clima cumpre na teoria do processo civilizatório do autor. Esse elemento do ambiente físico permite o estabelecimento de ligações explicativas entre os mais variados fenômenos, desde a escassez ou abundância de alimentos, até a estabilidade ou instabilidade política. O melhoramento das condições climáticas chegaria, na formulação do autor, a estimular o surgimento de boas condições econômicas, de saúde e de energia, assim como os problemas de produção agrícola gerados por climas desfavoráveis poderiam agravar problemas econômicos que desencadeariam distúrbios políticos. Essas situações de adversidade produzem, segundo o autor, propensões às migrações e à conquista de alguns povos por outros povos. Embora ressalte o papel decisivo do clima nesse trecho, o autor lembra, no final da formulação, que a coincidência historicamente observável entre períodos de clima melhorado e períodos de progresso cultural deve-se ao estímulo atmosférico combinado a uma elevada herança racial decorrente da seleção natural. O progresso civilizatório é, para Huntington, produto de uma mistura de herança racial (em que as raças dominantes sobrevivem e as raças dominadas perecem ou tornam-se condenadas a ser dominadas) e condições climáticas que contribuem para a “seleção natural”. A mescla de vocabulário biológico que fala sobre relações organismo-ambiente e herança parental com preocupações geográficas de explicação da relação homem-meio é marcante nesse trecho.

Em um dos capítulos mais polêmicos de “Civilization and Climate”, intitulado “Race or Place”, ao tentar ilustrar empiricamente o amálgama entre herança biológico-racial, clima e cultura que estrutura a sua teoria, Huntington compara a produção de riqueza nas fazendas do norte e do sul dos EUA. O autor constata a existência de uma diferença de produtividade enorme entre as duas regiões nos anos de 1900 e 1920, assim como entre as fazendas de brancos e negros em cada uma das regiões consideradas individualmente. De acordo com os dados que apresenta, a produção dos fazendeiros brancos é maior em ambas as regiões quando comparada à produção dos fazendeiros negros. Após expor essa tabela, o geógrafo passa a buscar explicações para os dados nela apresentados. Em seu entendimento, há nesse contraste de produtividade um enorme peso do componente racial que resultaria de uma longa herança que favoreceria comportamentos distintos em ambas as raças³⁸⁶. Além desse

³⁸⁶ Huntington chega a dizer que características como a “iniciativa”, a “inventividade”, a “versatilidade” e o “poder de liderança” seriam típicas da raça germânica, enquanto o “bom humor”, a “paciência”, a “lealdade” e a propensão ao “auto-sacrifício” seriam típicas dos negros (HUNTINGTON, 1924a, p. 35).

componente, o outro elemento importante é o clima, que, segundo o autor, explicaria a grande diferença entre as fazendas do norte e do sul que eram cultivadas por membros do mesmo grupo racial³⁸⁷.

Mesmo reconhecendo o peso do componente racial e climático para o contraste entre o norte e o sul dos EUA, Huntington também salienta a importância de elementos históricos que foram decisivos para essa desigualdade de produtividade nas fazendas das duas regiões no início do século XX. O modelo social da escravidão, a ausência de ferrovias e estradas e a dificuldade de desenvolvimento do setor manufatureiro, também teriam, em seu entendimento, tornado o sul menos produtivo e rico do que o norte. No entanto, o geógrafo, mesmo assim, ressalta que todos esses elementos históricos dependeram diretamente das condições climáticas e de herança racial e que a escravidão não teria, em grande medida, florescido no norte como floresceu no sul porque, em virtude das características do clima da primeira região, ela não seria lucrativa³⁸⁸.

Essa abordagem que mistura as ênfases climática e racial com análise histórica e sociológica é muito recorrente ao longo do livro. Por causa dessa recorrência, entendemos que a qualificação de Huntington como um determinista ambiental é bastante problemática. Seu esforço é muito mais direcionado para a elaboração de uma filosofia da história que leve em conta, junto com os fatores sociológicos e culturais, os fatores biológico-raciais e ambientais, do que para um simples determinismo unilateral. Problematizar a classificação de Huntington como determinista não significa, necessariamente, fechar os olhos para o peso que as posturas naturalistas têm em sua obra, como fica evidente em sua argumentação sobre a relação entre o clima e a escravidão nos EUA ou sobre os comportamentos dos grupos raciais que seriam, em sua leitura, transferidos por herança biológica inata. A teoria desenvolvida em “Civilization and Climate” é uma mistura de preocupação histórico-sociológica com discurso biológico evolucionista que visa produzir uma abordagem geográfica do processo civilizatório.

A extensão das características das raças germânicas aos anglo-saxônicos sugere uma filiação de Huntington com a tese da ancestralidade germânica dos povos de língua inglesa que marcou o que Hofstadter (1992 [1955]) chamou de “anglo-saxonismo”, corrente ideológica que foi fundamental, como vimos, para o fortalecimento da identidade nacional dos EUA durante o auge do Darwinismo Social.

³⁸⁷ Huntington, 1924a, pp. 40-41.

³⁸⁸ Huntington, 1924a, p. 40.

O termo “determinismo”, historicamente, em seus usos no discurso geográfico de língua inglesa, aparece, tal como apontado por Gordon Lewthwaite³⁸⁹, frequentemente associado à expressão “environmentalism”³⁹⁰, que significou, a depender do contexto, tanto o conceito determinista de que o ambiente teria um poder de controle sobre o curso da ação humana, quanto uma designação para a definição da Geografia como o estudo dos relacionamentos entre o homem e o ambiente terrestre³⁹¹. Essa equivalência lexical do termo “determinismo” com a definição “ambientalista” da disciplina torna o seu significado muito pouco claro. Se entendermos que “determinismo” é sinônimo de causalidade unilateral de um elemento (seja o ambiente, o clima, a economia, a cultura e etc.) na determinação da realidade, não é possível enquadrar Huntington como “determinista”, pois sua interpretação geográfica do processo civilizatório é baseada num modelo que leva em conta, simultaneamente, a herança biológica, o ambiente e a cultura; ou seja, não é orientada em função de uma única causa. Contudo, se entendermos o “determinismo” como a atribuição indevida de peso causal a um elemento – no caso do autor, o ambiente físico com grande ênfase no clima – que não necessariamente negligencia outros elementos, mas que dá certo poder de sobreposição explicativa de determinado elemento em relação a outros elementos, é possível, então, falar em “determinismo”³⁹². O geógrafo de Yale é “determinista” apenas nesse segundo sentido.

Além de todo esse debate sobre as relações entre sociedade, herança biológico-racial e clima, Huntington também enfrentou em “Civilization and Climate” o problema de explicar a distribuição geográfica da civilização³⁹³ em escala mundial. O autor observa uma correspondência entre a distribuição da civilização e do que chama de “energia climática”³⁹⁴. A “energia climática” é um conceito que expressa, para o geógrafo, a relação direta entre o clima e a capacidade que certos grupos raciais teriam para manter uma conduta economicamente mais produtiva e mentalmente mais “ativa”. Huntington acredita que o clima teria um “ótimo físico” e um “ótimo mental”.

³⁸⁹ LEWTHWAITE, Gordon. *Environmentalism and Determinism: A Search for Clarification*. Annals of the Association of American Geographers. Vol. 56, No. 1, 1966, pp. 1-23.

³⁹⁰ Em tradução livre “ambientalismo”.

³⁹¹ Lewthwaite, p. 3.

³⁹² O termo mais adequado para qualificar a obra de Huntington seria algo como “determinismo com preservação da orientação metodológica multicausal”.

³⁹³ A explicação dessa distribuição foi baseada, como veremos logo adiante, na adesão a uma conceituação muito particular para o termo “civilização”.

³⁹⁴ Huntington, 1924a, p. 240.

O “ótimo físico” nunca deveria cair abaixo de 38°F (3,3 C°) e o “ótimo mental” nunca deveria subir acima de 64°F (17, 7 C°); esses parâmetros dariam ao clima “ótimo” uma média de 51°F (10, 5 C°). As temperaturas ideais dessa faixa são encontradas, lembra o autor, em cidades localizadas nos países ocidentais avançados, como Nova York, Londres e Paris³⁹⁵.

Além da temperatura média, o geógrafo considera que a forma como as mudanças de temperatura ocorrem também é importante como fator estimulante. Os climas que possuem mudanças rápidas e constantes de um dia para o outro produziram, em seu entendimento, mais estímulos do que os climas com longos períodos sem variação³⁹⁶. O fundamento dessa hipótese de que as variações rápidas em curtos períodos de tempo aumentariam a “energia climática” é um gráfico mostrado em um dos capítulos da obra³⁹⁷ que foi feito com base na coleta de dados sobre a eficiência de trabalhadores industriais e estudantes nos EUA em dias em que houve grande variação de temperatura em relação ao dia anterior e em dias em que houve pouca ou nenhuma variação de temperatura em relação ao dia anterior. Os dados mostraram maior produtividade nos dias em que trabalhadores e estudantes se deparavam com uma variação mais brusca de temperatura, desde que essas variações não a colocassem fora da faixa “ótima” entre 38°F e 64°F³⁹⁸.

Huntington definiu essas condições climáticas ideais e, com base na observação de sua correlação com a ocorrência geográfica da civilização, construiu um mapa que buscava explicitar o patamar evolutivo das variadas regiões do mundo. Para realizar tal empreitada, o autor conta que, em 1913, enviou uma carta endereçada a pessoas de 27 países das mais variadas partes do mundo, incluindo geógrafos, etnólogos, historiadores, homens de negócios, funcionários coloniais, viajantes e educadores. Na carta, que é citada integralmente por Huntington em um dos capítulos da obra³⁹⁹, o geógrafo fala de seu objetivo de preparar um mapa mostrando a distribuição geográfica das características que geralmente são mais reconhecidas como indicadoras do patamar de civilização de uma região. Dentre essas características, estão termos vagos como “poder de iniciativa”, “capacidade de formular novas ideias”, “poder de autocontrole”, “altos padrões de honestidade de moralidade” e

³⁹⁵ Huntington, 1924a, p. 220.

³⁹⁶ Huntington, 1924a, pp. 220-222.

³⁹⁷ Intitulado “Work and Weather”.

³⁹⁸ Huntington, 1924a, p. 140.

³⁹⁹ Intitulado “The Distribution of Civilization”.

“poder para liderar e controlar outras raças”. Essas qualidades encontrariam expressão em “elevados ideais”, no “respeito pela lei”, na “habilidade para desenvolver sistemas filosóficos”, na “estabilidade e honestidade de governo”, em “um altamente desenvolvido sistema educacional” e na “capacidade de dominar as partes menos civilizadas do mundo”⁴⁰⁰.

Huntington solicitou aos encarregados de responderem a carta que dividissem a lista das regiões do mundo que a acompanhava em dez grupos em uma escala de 0 a 10 em que o grupo 10 incluiria regiões de “caráter muito elevado”, que são as regiões onde as características já mencionadas seriam encontradas em elevado grau, e o grupo 1, o mais baixo, que incluiria as regiões em que os aspectos indicadores de civilização ocorreriam em nível mais baixo. O geógrafo disse aos destinatários da carta que o mapa que seria elaborado com base nas respostas do questionário visava clarificar, nas discussões geográficas, históricas, sociológicas e econômicas, a ênfase sobre as qualidades morais e mentais que dominam a civilização presente nas várias nações do mundo. Além disso, segundo o autor, a empreitada buscava determinar de maneira mais satisfatória o quanto tais qualidades morais e mentais são influenciadas pelo ambiente físico, pela raça, pelo desenvolvimento, pelas variações biológicas e por outras causas⁴⁰¹.

O autor dividiu o mundo em 185 regiões que deveriam ser distribuídas hierarquicamente nos 10 grupos. Cada grupo, segundo as regras que estabeleceu, não deveria conter menos de 15 nem mais de 25 regiões⁴⁰². Após o envio da carta com a solicitação, Huntington recebeu respostas de 137 pessoas. Dentre as pessoas que não responderam a carta, a maioria esmagadora não era estadunidense. Dentre os destinatários estadunidenses e ingleses, 90% responderam a carta. Da totalidade dos respondentes, por volta de apenas um terço respondeu fazendo as classificações conforme o método sugerido por Huntington. O geógrafo ressalta que, além das classificações enviadas por uma parte dos respondentes, também recebeu cartas de grande valor que continham sugestões para a elaboração do mapa. Entre as cartas de retorno enviadas, estavam cartas de pessoas que não contribuíram com a classificação,

⁴⁰⁰ Huntington, 1924a, pp. 241-242.

⁴⁰¹ Huntington, 1924a, pp. 242-243.

⁴⁰² Huntington, 1924a, p. 243.

mas que se esforçaram para explicar suas razões e sugeriram formas através das quais a empreitada do autor poderia ser melhorada⁴⁰³.

Um dado bastante importante é a procedência geográfica das cartas com contribuições para a classificação seguindo o método de Huntington. Embora tivesse enviado cartas para pessoas de todas as regiões do globo, os países cujos respondentes mais contribuíram com classificações foram os EUA e a Grã-Bretanha. Os dois países de língua inglesa foram seguidos de contribuições numericamente muito menos significativas de outros países como Alemanha, China, Japão, Itália, França, Portugal, Espanha, Rússia, Holanda, Noruega e Suécia⁴⁰⁴. A concentração em poucos países da procedência geográfica das cartas usadas para a classificação é digna de nota.

Foram encontradas, no arquivo do geógrafo, algumas cartas referentes à elaboração do mapa de “Civilization and Climate”, tanto daqueles que responderam ao questionário quanto daqueles que não o responderam. Isso demonstra a variedade de reações que outros intelectuais, de dentro e de fora da disciplina, tiveram em relação à proposta de classificação quantitativa do grau de civilização das áreas do mundo elaborada por Huntington. Essa variedade é sintomática da mescla de aceitação e resistência que caracterizou a recepção da sua obra. Analisaremos algumas dessas cartas para entendermos melhor os termos e as justificativas para tais adesões e resistências.

No caso dos geógrafos, foram encontradas cartas com respostas de J.A. Herbertson, Hiram Bingham, Harlan Barrows, Walter S. Tower, Ray Whitbeck, Mark Jefferson, Richard Elwood Dodge, Martha Krug Genthe e J. Russell Smith.

Herbertson, que lecionava na *School of Geography* da Universidade de Oxford, e foi um dos principais nomes da Geografia britânica do início do século XX, respondeu ao pedido de Huntington⁴⁰⁵ justificando a sua decisão de não colaborar com a classificação das regiões do mundo. O britânico alegou que, quanto mais olhava para a grande lista de lugares que o geógrafo estadunidense gostaria que fossem classificados de acordo com o padrão de civilização, mais se sentia incapaz de fazer algo satisfatório. Herberston disse também a Huntington que, se ele meramente tentasse elaborar um mapa de produtividade e atividade econômica, algo até poderia ser feito. Logo em seguida a essa sugestão, o geógrafo de Oxford reafirmou que não

⁴⁰³ Huntington, 1924a, p. 247.

⁴⁰⁴ Huntington, 1924a, pp. 248.

⁴⁰⁵ Carta de J. A. Herbertson a Ellsworth Huntington, 10 de fevereiro de 1914. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 41.

poderia rotular as regiões do mundo da forma como o seu colega estadunidense desejava.

Hiram Bingham que, em 1913, quando o questionário foi enviado, lecionava junto com Huntington em Yale, também enviou uma carta⁴⁰⁶ justificando a sua não participação na proposta de classificação. Bingham disse que:

Há duas razões, talvez três, pelas quais me sinto obrigado a recusar seu pedido. Em primeiro lugar, sou muito mais ignorante do que você imagina. Seria uma absoluta loucura tentar classificar, como você sugeriu, as raças do mundo mostrando a distribuição de suas características sem muito mais pesquisa, estudo e reflexão (...)⁴⁰⁷.

Em segundo lugar, eu duvido do valor de um mapa baseado em nada mais do que nas opiniões dos mais altamente competentes geógrafos gerais e antropólogos. Uma média dos palpites feitos por homens bastante inteligentes realmente não leva a lugar nenhum⁴⁰⁸.

A empreitada generalista de Huntington é tida como uma impossibilidade prática por Bingham que, assim como Herberston, vê como pretensiosa e impraticável uma classificação em escala global. A recusa em responder ao questionário, também aparece nas respostas de Harlan Barrows⁴⁰⁹ e Walter S. Tower⁴¹⁰, ambos, à época, professores em Chicago. Barrows disse que seria impossível para ele realizar um estudo que permitisse responder ao questionário e que qualquer classificação que enviasse teria pouco valor. Tower, além de recusar o pedido, também ressaltou a dificuldade imposta pela magnitude da tarefa proposta por Huntington:

Eu não sei exatamente o que dizer em resposta à sua carta de alguns dias atrás. Para ser franco, estou um pouco chocado com a magnitude da tarefa que você me pede para realizar. Meu contato pessoal com essas partes do

⁴⁰⁶ Carta de Hiram Bingham a Ellsworth Huntington, 8 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

⁴⁰⁷ “There are two reasons, perhaps three, why I feel obliged to decline your request. In the first place, I am far more ignorant than you imagine. It would be the height of folly for me to attempt to classify, as you have suggested, the races of the world, showing the distribution of their characteristics without far more research, study and thought (...).”

⁴⁰⁸ “In the second place, I doubt the value of a map based on anything else than the opinions of the most highly competent general geographers and anthropologists. An average of guesses made by fairly intelligent men really does not lead anywhere”.

⁴⁰⁹ Carta de Harlan Barrows a Ellsworth Huntington, 14 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

⁴¹⁰ Carta de Walter S. Tower a Ellsworth Huntington, 8 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

mundo me parece tão limitado que sou levado a duvidar se minha avaliação de diferentes localidades valeria alguma coisa⁴¹¹.

(...) parece-me que muitos erros estão fadados a entrar no trabalho e que, não importa quanto esforço você coloque nele, é mais ou menos certo que os resultados serão insatisfatórios. É claro que suponho que você será um juiz melhor do que qualquer outra pessoa, já que ninguém mais terá todas as informações que virão até você. Em todo caso, porém, estarei muito interessado em conhecer o progresso e o resultado final da tentativa. Se tal coisa pudesse ser feita ou pudesse ser feita com precisão efetiva, seria indubitavelmente uma coisa excelente. Devo confessar, no entanto, que ainda sou muito cético sobre o valor do que será reunido⁴¹².

No caso da carta de Tower, uma ambiguidade maior aparece em relação ao esforço de Huntington, pois, ao mesmo tempo em que esse geógrafo demonstra ceticismo em relação à abrangência da empreitada, ele reconhece que a possibilidade de que algo como o mapa de civilização fosse feito com “precisão efetiva” teria grande valor. Richard Elwood Dodge⁴¹³, que lecionava no departamento de Geografia do *Teachers College* da Universidade de Columbia, também respondeu justificando o porquê de sua não participação no questionário:

Eu lamento não poder ajudá-lo e que, talvez, a primeira etapa de tal investigação seja um acordo quanto aos elementos que entram em um resumo das civilizações e aos valores relativos que esses diversos elementos devem receber em um total de cem por cento do ponto de vista da influência e importância mundial⁴¹⁴.

Dodge questiona a dificuldade de definir objetivamente quais seriam os elementos que demonstrariam a existência de um grau mais ou menos avançado de

⁴¹¹ “I do not know exactly what to say in reply to your letter of a few days ago. To be perfectly frank, I am somewhat appalled by the magnitude of the task that you ask me to undertake. My personal acquaintance with these parts of the world I feel to be so limited that I am led to doubt whether my estimation of different localities would be worth anything at all”.

⁴¹² “(...) seems to me that so many errors are bound to enter into the work that, no matter how much labor you personally put into it, the results are more or less certain to be unsatisfactory. Of that, of course, I suppose you will be a better judge than anybody else, since no one else will have all the information which will come to you. In any event, however, I shall be very much interested in knowing the progress and the final outcome of the attempt. If such a thing could be done or can be done with effective accuracy, it would undoubtedly be an excellent thing. I must confess, however, that I still am very skeptical about the value of what will be gathered.”

⁴¹³ Carta de Richard Elwood Dodge a Ellsworth Huntington, 14 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

⁴¹⁴ “I regret that I can not help you and that perhaps the first stage in such investigation as this ought to be an agreement as to the elements that enter into a summary of civilizations, and as to the relative values that these several elements ought to be given in a hundred percent total from a standpoint of world-wide influence and importance.”

civilização. O número de cartas de geógrafos que não quiseram responder ao questionário de Huntington é significativo e o padrão argumentativo de justificativa das recusas é bastante claro. O traço mais marcante desse padrão é a alegação de incapacidade para classificar as regiões do mundo concomitantemente a um questionamento da validade do método e dos pressupostos da classificação de Huntington, como fica claro nas respostas de Herbertson, Bingham, Barrows, Tower e Dodge.

Dentre os geógrafos que aceitaram participar da classificação, foram encontradas as cartas de Ray Whitbeck, Mark Jefferson, J. Russell Smith e Martha Krug Genthe. Nos casos de Whitbeck⁴¹⁵ e Jefferson⁴¹⁶ as respostas foram curtas, resumindo-se a pontuar que os dois realizaram a classificação, mas que tiveram também dificuldades; Jefferson, inclusive, chegou a dizer que acreditava que as suas respostas não teriam grande valor. Genthe⁴¹⁷ comentou que, além de ter dificuldades na hora de classificar as áreas de níveis mais baixos, temia ter sido mais influenciada por considerações meramente geográficas do que pelas considerações culturais que Huntington parecia preferir como critério classificatório. Já Smith⁴¹⁸, que trabalhava na Universidade da Pennsylvania, embora tenha participado e enviado a classificação, disse que ficou com a sensação de “despotismo tirânico ao pegar um país em sua mão e decidir se ele ficaria no grupo bárbaro, semibárbaro ou selvagem”.

Mesmo aqueles geógrafos que aceitaram enviar respostas para a classificação do mapa de civilização o fizeram com certa resistência e ceticismo, no entanto, é possível notar que existe, tanto da parte daqueles que participaram da classificação quanto dos que não participaram uma ambiguidade em relação ao esforço de Huntington. Ainda que vissem a elaboração do mapa e seus pressupostos metodológicos com muito ceticismo, os geógrafos que se comunicaram com o autor de “Civilization and Climate” tinham certo reconhecimento da importância do esforço de síntese em Geografia Geral que Huntington realizava. A consciência dos problemas inerentes à tarefa empreendida pelo autor aparece, concomitantemente, ao

⁴¹⁵ Carta de Ray Whitbeck a Ellsworth Huntington, 4 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

⁴¹⁶ Carta de Mark Jefferson a Ellsworth Huntington, 4 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

⁴¹⁷ Carta de Martha Krug Genthe a Ellsworth Huntington, 23 de fevereiro de 1914. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

⁴¹⁸ Carta de J. Russell Smith a Ellsworth Huntington, 3 de julho de 1914. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

reconhecimento da grandiosidade da sua empreitada de pensar a Geografia como uma forma de estudo da civilização a partir da abordagem das relações homem-ambiente.

Dentre os não geógrafos, foram encontradas cartas de antropólogos bastante importantes do início do século XX como Franz Boas, Alfred Kroeber, Robert Lowie e Roland Dixon, além do economista e antropólogo William Ripley. Nenhum desses cientistas sociais aceitou realizar a classificação proposta por Huntington. Boas⁴¹⁹, que à época era um dos cientistas sociais mais importantes do país e que lecionava no departamento de Antropologia da Universidade de Columbia, justificou seu posicionamento fazendo menção ao problema da subjetividade envolvida na hierarquização de povos e culturas:

Eu li a sua carta com algum cuidado e pensei o máximo possível sobre o assunto. Eu me sinto, no entanto, bastante incapaz de cumprir o seu pedido, por várias razões.

Tem sido meu esforço, em meus estudos antropológicos, seguir os mesmos princípios estabelecidos para as ciências naturais; e a primeira condição de progresso é, portanto, eliminar o elemento do valor subjetivo; não que eu deseje negar que existem valores, mas parece-me necessário eliminar a combinação peculiar entre o desenvolvimento de formas culturais e a intrusão da ideia da nossa avaliação de seu valor que nada tem a ver com essas formas⁴²⁰.

Após dizer isso, Boas prossegue e fala, no encerramento da breve carta, que Huntington, ao fazer o mapa, apenas obterá uma agregação de valores subjetivos que poderiam, em si mesmos, ser objeto de estudos interessantes, mas que não dariam nenhuma resposta à questão que o geógrafo tentava responder. A tensão entre a posição relativista e culturalista de Boas – autor que, conforme mencionado, se opôs frontalmente à ideia de que existiriam diferenças de dotação racial inata entre os povos do mundo e defendeu que as diferenças existentes entre os povos ocidentais e não

⁴¹⁹ Carta de Franz Boas a Ellsworth Huntington, 5 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

⁴²⁰ “I have read over your letter with some care, and given as much thought to the matter as I could. I feel, however, quite unable to comply with your request, for several reasons.

It has been my endeavor, in my anthropological studies, to follow the same principles that are laid down for natural sciences; and the first condition of progress is therefore to eliminate the element of subjective value; not that I wish to deny that there are values, but it seems to me necessary to eliminate the peculiar combination of the development of cultural forms and the intrusion of the idea of our estimate of their value which has nothing to do with these forms. It seems to my mind that in doing so these obtain subjective values, which in themselves may be the subject of interesting studies, but which do not give any answer to the question that you are trying to solve”.

ocidentais decorreriam do acaso da história e não de determinações biológicas, separando assim os conceitos de raça e cultura – e a crença de Huntington na possibilidade de mensuração objetiva do patamar civilizatório das partes do mundo impediu que o antropólogo aceitasse como legítima a forma de classificação proposta pelo geógrafo. Outro momento importante dessa divergência epistemológica entre a abordagem de Huntington e as posturas teóricas dos antropólogos está na carta de resposta de Alfred Kroeber⁴²¹, o discípulo direto de Boas que lecionava, à época, na Universidade da Califórnia. Kroeber defende que as causas últimas de qualquer fenômeno histórico-social são intrinsecamente humanas, o que o faz minimizar o papel da biologia e do ambiente e o coloca, assim, em oposição à abordagem de Huntington. A resposta do antropólogo ao autor de “Civilization and Climate” assemelha-se claramente às posturas teóricas que ele afirmaria, pouco tempo depois, em seu artigo “The Superorganic”, que seria publicado em 1917.

Robert Lowie⁴²², que lecionava Antropologia no *American Museum of Natural History*, declinou do pedido de forma breve dizendo que se considerava leigo para fazer a classificação. William Ripley⁴²³, que lecionava no departamento de Economia de Harvard, disse que a proposta de Huntington não carregava nenhuma possibilidade de chegar a “resultados científicos” e que “aplicar o método geográfico a um conjunto de estatísticas e à generalização frouxa pode produzir graves erros”. Roland Dixon⁴²⁴, antropólogo que também lecionava em Harvard, foi talvez o cientista social que fez as críticas mais duras à proposta de Huntington:

Parece a mim que você está tentando fazer uma coisa que é, em sua essência, impossível, e que um mapa baseado em julgamentos do tipo que você pede não poderia ter qualquer valor real. Em primeiro lugar, as coisas a julgar são extremamente difíceis de avaliar. Em segundo lugar, não consigo ver que valor pode advir das opiniões médias de muitas pessoas sobre regiões sobre as quais elas nada sabem. Em terceiro lugar, seu esquema exclui inteiramente os numerosos outros fatores além do

⁴²¹ Carta de Alfred Kroeber a Ellsworth Huntington, 6 de dezembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

⁴²² Carta de Robert Lowie a Ellsworth Huntington, 6 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

⁴²³ Carta de William Ripley a Ellsworth Huntington, 3 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

⁴²⁴ Carta de Roland Dixon a Ellsworth Huntington, 9 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

ambiente. Não se leva em conta o tempo, a mudança de ambiente, etc., que são elementos do problema complexo a ser resolvido⁴²⁵.

(...) você tem empurrado a questão do meio ambiente muito além da sua possível influência legítima. Em alguma ocasião, quando tivermos a chance de conversar sobre as coisas, eu gostaria de apontar onde tenho certeza que você cometeu erros ao considerar este fator como o único ou o principal fator⁴²⁶.

Dixon entende que o trabalho de Huntington é baseado em um determinismo ambiental estreito e, assim como na crítica de Kroeber, tende a ver na proposta do geógrafo uma negligência com os fatores não ambientais. A resistência dos antropólogos ao método de Huntington para classificar quantitativamente o padrão de civilização das áreas do mundo reflete, em grande medida, a já mencionada tensão entre as explicações com forte peso da biologia e do ambiente, típicas do Darwinismo Social, e as explicações culturalistas, que abordam os aspectos humanos e sociais da realidade em função da própria cultura, sem recorrer a aspectos racial-biológicos. A separação metodológica e ontológica entre cultura e natureza, que começava a se fortalecer na Antropologia estadunidense do início do século XX, era incompatível com as posturas epistemológicas de Huntington.

Na obra, Huntington enfatiza, durante a exposição do procedimento que seguiu para elaborar o mapa, que privilegiou alguns aspectos em detrimento de outros em sua formulação do conceito de “civilização” que utilizou como critério. O autor lembra que deu pouco peso para o lado estético da natureza humana, e se defende afirmando que, historicamente, toda nação que ascendeu a patamares elevados em outros aspectos (não estéticos) da civilização experimentou períodos de grande desenvolvimento na arte, na literatura, na arquitetura e na ciência. Para o geógrafo, o desenvolvimento desses aspectos estéticos é uma consequência da presença dos quesitos civilizatórios que utilizou em seu questionário⁴²⁷. Além de fazer menção, no

⁴²⁵ “It seems to me that you are trying to do a thing which is in its essence impossible, and that a map based on judgements of the sort you ask for could not be of any real value. In the first place the things to judge are exceedingly difficult to appraise. In the second place, I cannot see what value can accrue from the averaged opinions of many persons about regions that they know nothing about. In the third place, your scheme leaves out entirely the very numerous other factors beside the environment. No account is taken of time, change of environment etc. all of which are elements in the complex problem to be solved.”

⁴²⁶ “(...) you have been pushing the question of environment far beyond its possible legitimate bearing. Some time when we get the chance to talk things over, I should like to point out where I am sure you have made mistakes in regarding this one factor as the only or main factor”.

⁴²⁷ Huntington, 1924a, p. 251.

texto de “Civilization and Climate”, à já comentada crítica de Franz Boas, Huntington alega ter recebido uma carta de um antropólogo italiano que questiona os parâmetros culturalmente situados a partir dos quais o geógrafo elaborou o seu conceito de “civilização”, lembrando que o padrão de civilização ao qual o autor adere para basear seu julgamento é essencialmente europeu, e de um antropólogo inglês que diz que características como “autocontrole”, “altos padrões de honestidade e moralidade” e “respeito pela lei”, tidas como indicadoras de um alto grau de civilização por Huntington, são encontradas também em povos selvagens, como é o caso dos indígenas dos EUA⁴²⁸.

O geógrafo reconhece a força desses comentários, mas, mesmo assim, mantém sua posição de que os aspectos nos quais se baseou para definir a civilização guardam uma abrangência mundial. Huntington argumenta em resposta a essas críticas, que as características que são consideradas por ele como indicadoras de um grau elevado de civilização estiveram presentes no passado em muitos povos não europeus. Essas características não foram, segundo o autor, historicamente restritas à Grécia e Roma antigas, mas também fizeram parte da Palestina, da Índia, do Egito, da Mesopotâmia, da China e da civilização Maia. O autor acredita que a única razão para considerar o padrão de civilização por ele delineado como um padrão “europeu” é o fato de que, na época em que escreveu a obra, no início do século XX, a Europa era o seu grande expoente. Em sua leitura, embora a definição de “civilização” que ofereça seja imperfeita, ela inclui, indiscutivelmente, qualidades que são da maior importância para fazer com que uma nação imprima sua marca no mundo⁴²⁹.

Após responder a essas críticas que apontam um teor etnocêntrico em seu conceito de civilização, Huntington explica o procedimento que seguiu para organizar as 50 contribuições cujas classificações foram realizadas de acordo com os quesitos do questionário. Como houve um predomínio de contribuições vindas dos EUA, o autor decidiu dividir essas contribuições em 5 grupos: o grupo estadunidense, que ofereceu 25 contribuições; o grupo britânico, que ofereceu 7 contribuições; o grupo dos europeus germânicos, que ofereceu 7 contribuições; o grupo dos europeus latinos, que ofereceu 6 contribuições e o grupo dos asiáticos, que ofereceu 5 contribuições. Para evitar desigualdades de peso no resultado decorrentes do número de contribuições

⁴²⁸ Huntington, 1924a, p. 254. As cartas desses dois antropólogos não foram encontradas nos *Huntington Papers*.

⁴²⁹ Huntington, 1924a, pp. 254-256.

diferentes de cada grupo, no cálculo da média do índice de civilização de cada país, foi utilizada a média de cada um dos grupos e todos os grupos tiveram, portanto, o mesmo peso para a elaboração da média geral. Huntington justifica esse procedimento dizendo que todos são afetados por preconceitos e tendem a colocar a sua região de origem em um número mais alto do que o correto. Ele argumenta que, ao dar o mesmo peso a 5 grupos diferentes que são animados por ideais distintos, o efeito do preconceito racial seria eliminado⁴³⁰.

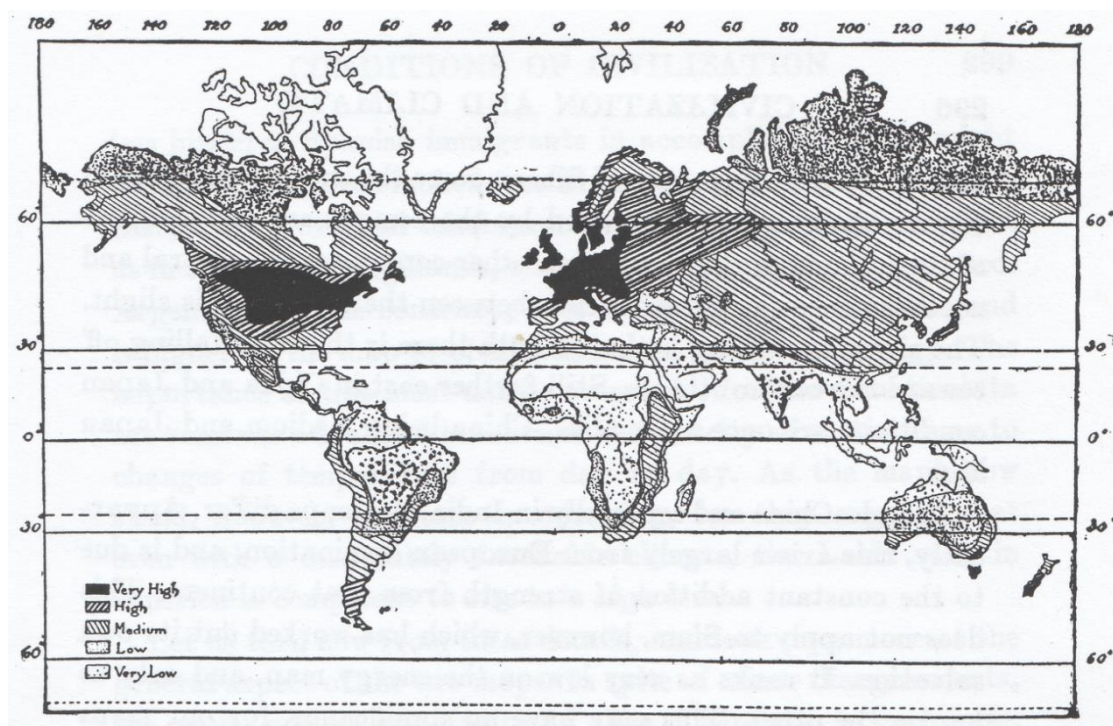


Figura 1 – Mapa de distribuição da saúde e da energia humana com base no clima (HUNTINGTON, 1924a, p. 295).

⁴³⁰ Huntington, 1924a, p. 256.

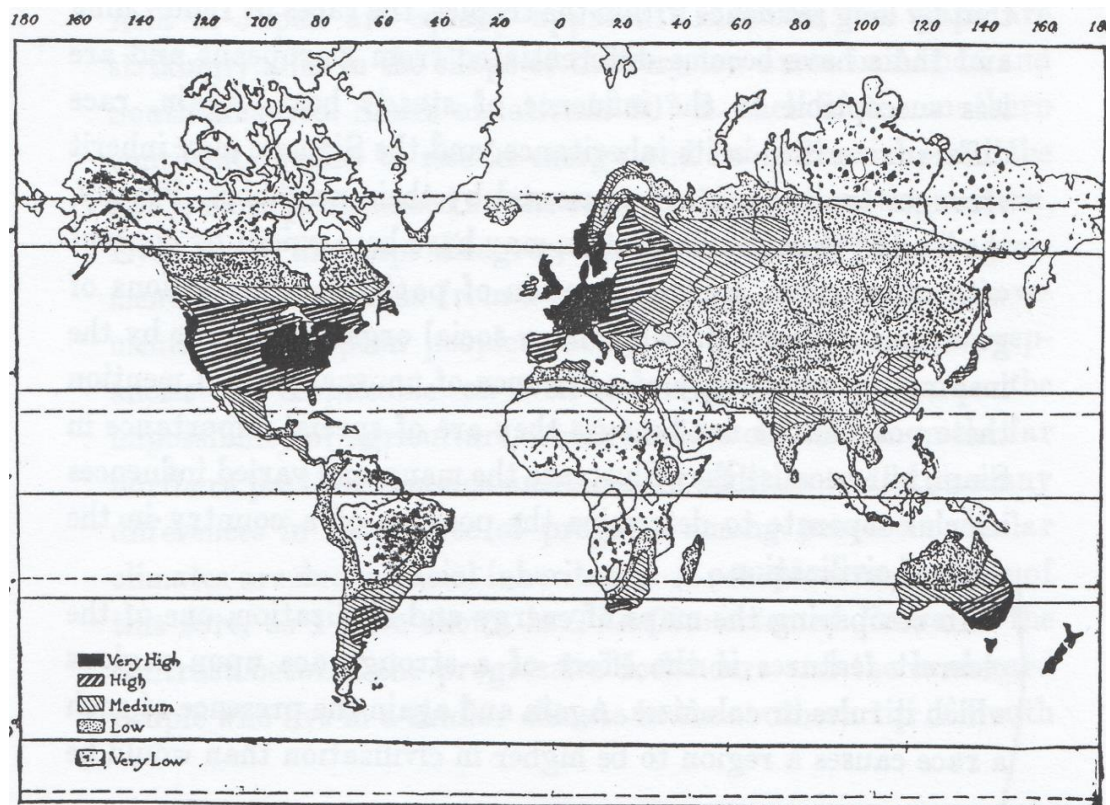


Figura 2 – Mapa mundial de distribuição da civilização elaborado por Huntington a partir das respostas de seu questionário (HUNTINGTON, 1924a, p.295).

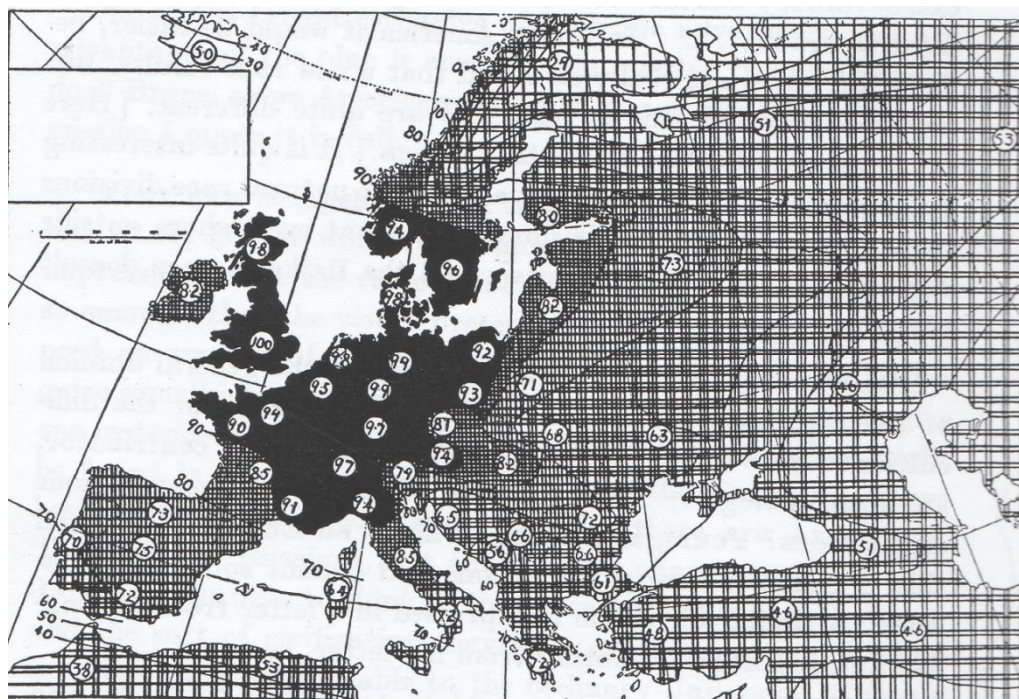


Figura 3 – Mapa do índice de civilização da Europa de acordo com a escala de 0 a 10 das respostas à carta de Huntington (HUNTINGTON, 1924a, p. 257).

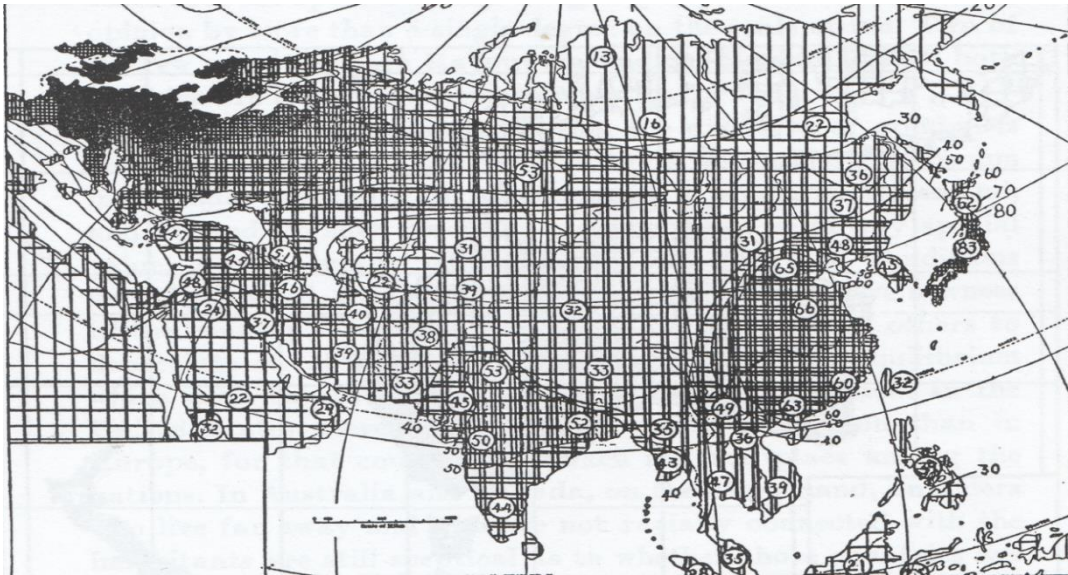


Figura 4 – Mapa do índice de civilização a Ásia de acordo com a escala de 0 a 10 das respostas à carta de Huntington (HUNTINGTON, 1924a, p.259)

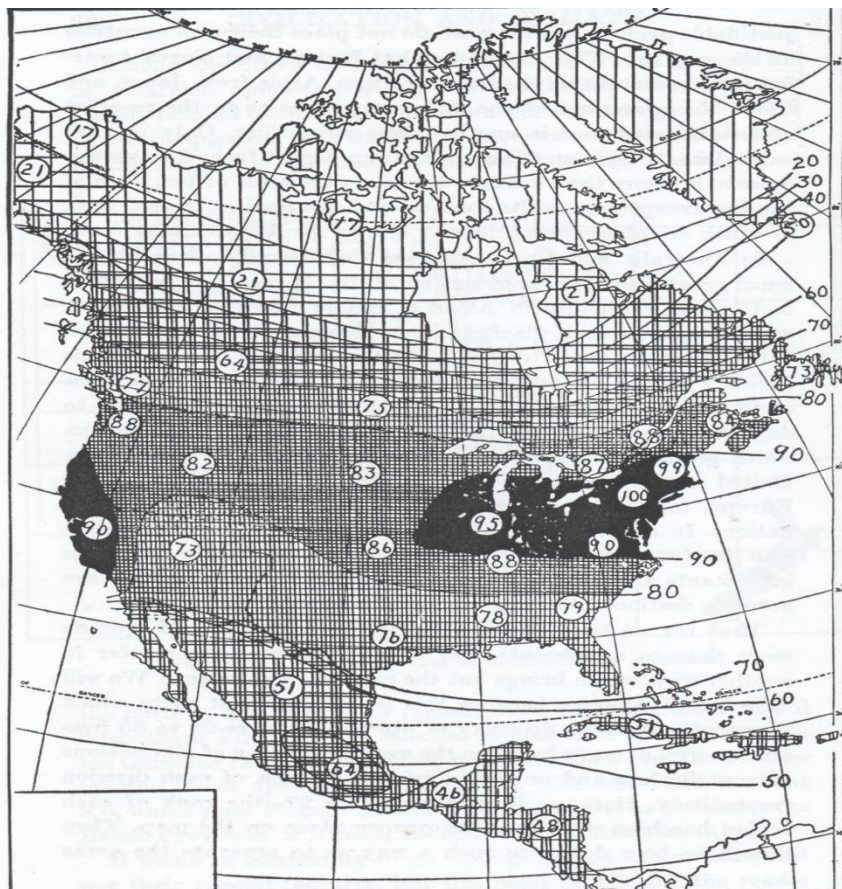


Figura 5 – Mapa do índice de civilização das Américas do Norte e Central de acordo com a escala de 0 a 10 das respostas à carta de Huntington (HUNTINGTON, 1924a, p.265).



Figura 6 – Mapa do índice de civilização da América do Sul de acordo com a escala de 0 a 10 das respostas à carta de Huntington (HUNTINGTON, 1924a, p.262).

O resultado dos mapas elaborados com base na classificação dos respondentes da carta de Huntington evidencia claramente que existia uma percepção compartilhada de que as áreas de maior concentração urbano-industrial de países ocidentais com grande peso geopolítico como os EUA, a França, a Alemanha e a Inglaterra teriam um índice de “civilização” mais elevado. As regiões mais importantes desses países apresentam, invariavelmente, uma classificação acima de 9 na escala de 0 a 10 proposta na carta. Essas regiões contrastam com os indicadores mais baixos que são atribuídos aos países da América Latina, da África e da Ásia (à exceção do Japão), como é possível observar no mapa da figura 2. Essas três grandes áreas do globo aparecem sempre classificadas como portadoras de um nível de civilização “médio” (“medium”), “baixo” (“low”) ou “muito baixo” (“very low”).

Certamente, essa avaliação positiva das regiões mais ricas da Europa Ocidental e dos EUA guarda uma relação direta com a realidade geopolítica que caracterizou a Era dos Impérios, período em que um conjunto restrito de potências ocidentais controlava mais da metade das áreas terrestres, especialmente colônias na África e na Ásia. A amarração entre as questões imperiais nas quais estavam envolvidos os países de língua inglesa durante esse período e o conhecimento geográfico direcionado ao debate sobre o clima é fundamental⁴³¹. David Livingstone sustenta que as discussões de questões climáticas feitas pelos geógrafos ao longo do final do século XIX e do início do século XX estiveram profundamente inseridas na problemática imperial e foram frequentemente conduzidas a partir do que chama de “linguagem diagnóstica do julgamento étnico”. Para esse autor, a linguagem da evolução política e moral era, nesse período, uma parte importante da gramática da discussão climatológica⁴³². Huntington, ao fundir suas preocupações sobre a origem e a distribuição da civilização com a busca da determinação das características de um clima “ideal” que favoreceria a “energia” e a “atividade” dos homens, é um expoente claro dessa fusão entre discussão climatológica e linguagem diagnóstica do julgamento étnico.

Quando o autor de “Civilization and Climate” centra sua narrativa em uma explicação do processo civilizatório que recorre à herança biológica, ao clima e à cultura, todo o trabalho cartográfico acaba sendo direcionado para uma tentativa de regionalização hierarquizada do “caráter” dos diversos grupos raciais. Livingstone

⁴³¹ Um dos capítulos de “Civilization and Climate” é dedicado à questão da adaptação do homem branco nos trópicos. Esse tema emergiu no período fundamentalmente em virtude das necessidades coloniais.

⁴³² Livingstone, 2008 [1992], p. 221.

lembra que a ideia de que o clima deixaria uma marca indelével na constituição racial, não apenas fisiologicamente, mas também psicologicamente e moralmente, foi uma premissa compartilhada por grande parte da Geografia de língua inglesa do período. Nessas circunstâncias epistemológicas, segundo o autor, a empreitada cartográfica se transformou em uma criação retórica e persuasiva que visava justificar a autoridade das asserções de seus praticantes⁴³³ que eram baseadas, muito frequentemente, no emprego de uma “economia moral do clima”⁴³⁴.

“Civilization and Climate” é a obra de Huntington na qual a síntese de sua teoria da civilização aparece de forma mais explícita e sistemática. Entre a primeira edição de 1915 e a edição de estendida de 1924 existem algumas diferenças. Enquanto na primeira edição o capítulo de abertura do livro faz referência fundamentalmente à hipótese mais geral de que existiria “certo tipo peculiar de clima que prevalece onde quer que a civilização seja avançada”⁴³⁵ e aborda apenas lateralmente a questão racial e da seleção natural, no mesmo capítulo da edição de 1924 – que possui, aproximadamente, três vezes a extensão do primeiro capítulo da edição de 1915 –, a problemática da herança racial e da seleção natural aparece ilustrada com uma longa digressão sobre a operação desses elementos na história da civilização. A publicação de 1915 tem treze capítulos, enquanto que a edição de 1924 possui dezoito, incluindo um capítulo com estudos de caso sobre a América aborígine e a Austrália, o qual não consta na primeira edição. Tais mudanças refletem, em grande medida, o crescimento do interesse de Huntington pelos temas raciais a partir da década de 1920. O autor, ao reconhecer, em 1924, que não teria dado suficiente atenção à questão da herança biológica na primeira edição⁴³⁶, sinaliza essa transição de interesses intelectuais em sua busca pela elaboração de uma filosofia da história de escopo global, cuja compreensão do fenômeno da civilização se daria, fundamentalmente, à luz do léxico totalizante do Darwinismo Social.

Além de todo o esforço de elaboração de uma teoria geográfica da história epistemologicamente fundamentada nos debates darwinistas sobre a relação organismo-ambiente e no pensamento racial que essencializava certas características comportamentais dos grupos humanos como supostamente derivadas da herança biológica, o pensamento de Huntington, tal como expresso na obra aqui analisada,

⁴³³ Livingstone, 2008 [1992], pp. 224-225.

⁴³⁴ Livingstone, 2008 [1992], p. 231.

⁴³⁵ Huntington, 1915, p. 9.

⁴³⁶ Huntington 1924a, p. XVI.

estava sustentado em um conceito bastante particular de “civilização”. A concepção de uma situação de desigualdade evolutiva entre a Europa e os EUA de um lado e o resto do mundo de outro é corroborada pelo uso daquilo que Norbert Elias⁴³⁷ entende ser a função geral do conceito de civilização, que é, em sua leitura, a de expressar “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”⁴³⁸. A filosofia darwinista social, com sua abrangência spenceriana que possibilitou o surgimento de uma ideia de “evolução universal”, ao se misturar com a necessidade imperial de demarcar uma diferença hierárquica entre o Ocidente e o resto e a uma preocupação com a fundamentação geográfica de uma teoria da história, é a grande matriz teórica que sustenta todo o discurso científico presente em “Civilization and Climate”.

No próximo item da tese, analisaremos duas obras publicadas por Huntington no período entre 1915 e 1924 que tratam de problemáticas complementares às questões tratadas em “Civilization and Climate”: “World Power and Evolution”, de 1919 e “The Character of Races”, de 1924. Após a análise dessas duas obras, cuja ênfase recairá, no caso da primeira, sobre a relação entre as posturas teóricas evolucionistas do autor e algumas questões geopolíticas do início do século XX, e, no caso da segunda, sobre o peso do pensamento racial e do hereditarianismo biológico que marcam o seu discurso, será oferecida uma apreciação bastante pontual da síntese teórica que o geógrafo elaborou em “Mainsprings of Civilization”, sua última obra, publicada em 1945. O objetivo desse item é fornecer um balanço panorâmico da continuidade que certos temas, que transcendem o caso específico da obra “Civilization and Climate”, tiveram ao longo da obra de Huntington.

2.3 – Evolução, raça e as “molas” da civilização

“World Power and Evolution”, obra publicada por Huntington em 1919, justamente no período entre as edições de 1915 e 1924 de “Civilization and Climate”, é, em grande medida, uma continuação da problemática da relação entre civilização, herança biológica e ambiente que caracterizou a obra analisada no item anterior. A

⁴³⁷ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Volume 1: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011 [1939].

⁴³⁸ Elias, 2011 [1939], p. 23.

diferença fundamental entre a obra de 1919 e a de 1915 reside no fato de que “World Power and Evolution” procura abordar a relação do ambiente físico com o que Huntington chama de “progresso humano” a partir de um enfoque temporal, enquanto que, em “Civilization and Climate”, a mesma questão havia sido, segundo o autor, abordada em sua relação com o espaço⁴³⁹. Para além dessa demarcação de uma diferença entre uma leitura espacial e uma leitura temporal que diferenciaria as duas obras, o livro publicado em 1919 tem, de fato, como problemática fundamental, a tentativa de pensar as questões geopolíticas do poder mundial que emergiam com o final da Primeira Guerra Mundial à luz do esquema explicativo evolucionista que Huntington já vinha esboçando em suas obras anteriores. “World Power and Evolution” é uma peça de análise geopolítica conjuntural temperada com raciocínios temporais de largo escopo que visa inserir a análise da situação do poder mundial entre as nações do início do século XX no discurso teórico mais amplo do Darwinismo Social.

A experiência da Primeira Guerra Mundial permeia parcelas importantes do livro e explica, em grande medida, algumas de suas discussões mais relevantes. No capítulo que abre a obra, intitulado “The Chart of Evolution”, Huntington refere-se à Grande Guerra como um momento no qual “o barco do progresso humano bateu em uma rocha”. Para o geógrafo, ainda que o curso da evolução tivesse trazido a humanidade para certo estágio de desenvolvimento, haveria, no início do século XX, um grande número de povos “intelectualmente tão fracos ou indolentes” que estariam ao ponto de caírem, facilmente, sob o domínio de nações mais fortes, assim como, no plano interno de alguns países, classes dominantes seriam capazes de persuadir seus compatriotas de que a busca do poder mundial é a única alternativa à decadência⁴⁴⁰.

Essa situação de luta entre as nações que teve o seu resultado no conflito deflagrado em 1914 fez Huntington se perguntar sobre o que é que teria falhado para que uma guerra de tais proporções ocorresse. O autor questiona se a falha em evitar o estado de coisas que levou à guerra teria ocorrido na educação, na religião, na filantropia ou no Estado, e conclui que nenhuma dessas agências sociais pode ser responsabilizada, pois, em sua leitura, elas não podem desempenhar seus papéis a menos que a ciência venha ajudá-las. No entanto, essa ciência não é qualquer ciência

⁴³⁹ Huntington, 1919, p. 7.

⁴⁴⁰ Huntington, 1919, p. 16.

para Huntington, mas sim a ciência biológica cuja substância é a evolução⁴⁴¹. Para o autor, os princípios darwinistas, na segunda década do século XX, ainda haviam sido aplicados apenas escassamente aos grandes problemas envolvidos na evolução das raças, nações e ideais⁴⁴². A tentativa de aplicação das ideias darwinistas à análise das questões do poder mundial entre as nações é o objetivo fundamental da obra.

A guerra representou, para o geógrafo, uma grande crise na “maravilhosa fábrica de civilização” da sociedade moderna e expôs a brutalidade do homem em toda a sua nudez. Huntington, vocalizando o *ethos* prático de uso da ciência para o controle social que marcou toda a sua trajetória, delineia três formas de intervenção para que tal “fábrica social” corrija o seu curso evolutivo: a melhora nos sistemas de religião, educação, filantropia e governo; a atribuição de um peso maior ao que chama de “grande problema da eugenia”, pois, em seu entendimento, as crianças dos EUA deveriam ter uma “boa herança”, e, enfim, o que chama de “saúde”, elemento que se colocaria entre a herança e a educação, e que estaria relacionado ao que chama de “lamentável” e “ameaçadora” falha dos membros mais competentes da comunidade em se reproduzir e manter a sua proporção entre a população geral⁴⁴³. A preocupação com o estímulo à procriação de determinados grupos e com a imposição de restrições à procriação de outros grupos, isto é, com a eugenia positiva e negativa, entra no cálculo geopolítico do autor, que vê a saúde da população também como uma questão de escala global que afeta o poder das nações.

A intervenção no processo evolutivo, possibilitada pela panaceia da aplicação dos princípios da ciência biológica eugenista é, para Huntington, aquilo que pode oferecer uma solução ao adoecimento da “fábrica social” que contribuiu para desencadear a guerra. Curiosamente, não fica claro se a preocupação primordial do geógrafo é pensar em estratégias de aplicação da ciência biológica para corrigir o curso do processo evolutivo ou se a sua ênfase prioritária recai sobre as medidas eugenistas que, em sua leitura, fortaleceriam o poder geopolítico dos EUA enquanto nação específica. Ambas as preocupações se misturam e em alguns trechos é difícil saber se o autor está mais preocupado em propor aplicações da eugenia que, supostamente, contribuiriam para evitar um novo conflito mundial, ou em elaborar

⁴⁴¹ Huntington, 1919, p. 17.

⁴⁴² Huntington, 1919, pp. 17-18.

⁴⁴³ Huntington, 1919, p. 19.

estratégias biológico-sociais que poderiam resolver problemas internos da sociedade estadunidense e, conseqüentemente, aumentariam a projeção geopolítica do país.

Após apresentar nesse capítulo uma série de dados sobre a situação de saúde das crianças em várias partes do mundo, Huntington afirma que boa parte do “mal moral, social e político no mundo tem sua raiz em condições desfavoráveis de saúde”. Em sua leitura, o que mais a nossa espécie precisa é de um “material humano melhor”⁴⁴⁴. Essa ênfase na “saúde”, termo que é utilizado, frequentemente, como um sinônimo para a defesa de um “aperfeiçoamento” da espécie, pois designa, em seu discurso, fundamentalmente, a defesa do melhoramento da herança biológica, é típica do pensamento eugenista do período. O geógrafo acredita que é necessário estudar a saúde da população não como um fim em si mesmo, mas como uma porta de entrada para o entendimento de fenômenos sociais, econômicos e militares mais amplos. A biologia é vista como o termômetro científico do estado da civilização.

O caso de maior destaque nessa problemática mais geral abordada pela obra, que cuja ênfase se explica, em grande medida, pela conjuntura do pós-guerra que determinou o seu conteúdo, é o da Alemanha, nação que, para Huntington, empregou a força mental e corporal da sua população sem as salvaguardas que decorrem do que chama de “tipo correto de educação”. Os alemães forneceram um exemplo, segundo o geógrafo, de como a aplicação mal direcionada da energia e da saúde de uma população podem “virar o mundo de cabeça para baixo”⁴⁴⁵. Ao falar sobre a conjunção de fatores que, de acordo com o seu esquema explicativo evolucionista de inserção do fenômeno humano na dimensão mais ampla da história natural, teria produzido a ascensão geopolítica alemã, o autor diz que:

A Alemanha fornece um exemplo de energia nervosa como aquela que é tanto o orgulho como o perigo dos Estados Unidos. Ela também fornece um exemplo da agressividade que fez com que Roma dominasse um império tão amplo. Tanto o nervosismo quanto a agressividade parecem ser amplamente questões de clima, não apenas na Alemanha, mas também nos Estados Unidos e em Roma. Uma nação com a herança alemã, com o clima alemão e a posição geográfica alemã, está destinada a se expandir. Nós devemos constatar que o papel cumprido por aquele país e também por todos os outros beligerantes na Grande Guerra corresponde estritamente

⁴⁴⁴ Huntington, 1919, p. 22.

⁴⁴⁵ Huntington, 1919, p. 23.

com o que nós deveríamos esperar da saúde e do clima com base nos nossos estudos prévios⁴⁴⁶.

O desdobramento das teses referentes à “energia climática” expostas em “Civilization and Climate” nas análises geopolíticas de “World Power and Evolution” é muito claro. Para Huntington, existe um destino, biologicamente e climaticamente determinado, que teria levado a Alemanha a se expandir. A comparação entre o país europeu e os EUA é constante em seu discurso. A potência da América do Norte teria, em seu entendimento, uma “energia nervosa” expansionista tão perigosa quanto a Alemanha. Toda nação que foi estimulada por um “clima energizante” espalhou, segundo o autor, o seu poder para as regiões vizinhas, e, portanto, a Alemanha não poderia ser uma exceção, pois “ela está destinada a agir de acordo com os princípios biológicos que têm guiado a ação de toda raça sobre a face da Terra”⁴⁴⁷. Huntington não defende que a Alemanha seja destruída, mas propõe que seria necessário:

(...) de alguma forma derrotá-la e envergonhá-la até que ela reconheça que a única salvação para ela mesma e para o mundo está em possibilitar com que as suas propensões biológicas sejam direcionadas para motivos mais elevados. Esse é hoje o grande problema do mundo⁴⁴⁸.

O geógrafo, apesar de expressar grande preocupação com a conduta específica da Alemanha, também considera que os EUA possuem propensões biológicas semelhantes às do país europeu, as quais decorreriam, em sua leitura, do fato de que “nós e os nossos ancestrais remotos habitaram um ambiente favorável à atividade mental”. No futuro, a luta entre as nações inevitavelmente continuará, mas, para Huntington, ela mudará a sua forma. À medida que a guerra se tornar mais rara e o comércio mais internacional, a grande disputa das nações será pela busca daquilo que

⁴⁴⁶ “Germany furnishes an example of nervous energy like that which is both the pride and the danger of the United States. It also furnishes an example of the aggressiveness which caused Rome to wield so wide an empire. Both the nervousness and the aggressiveness appear to be largely matters of climate, not only in Germany, but in the United States and Rome. A nation with the German inheritance, the German climate, and the German geographical position is bound to expand. We shall find that the part played by that country and also by all the other belligerents in the Great War corresponds closely with what we should expect from the health and climate on the basis of our previous studies” (HUNTINGTON, 1919, pp. 23-24).

⁴⁴⁷ Huntington, 1919, p. 24.

⁴⁴⁸ “(...) somehow to defeat her and shame her until she recognizes that the only salvation for herself and the world lies in allowing her biological propensities to be directed by higher motives. That is today the world’s greatest problem” (HUNTINGTON, 1919, p. 24).

poderia produzir um tipo de povo “mais forte não apenas fisicamente, ou mesmo mentalmente, mas também moralmente”⁴⁴⁹. A evolução física da saúde e a evolução mental caminham juntas para o autor de “World Power and Evolution”.

A compreensão da situação geopolítica global do pós Primeira Guerra Mundial por Huntington é inteiramente moldada pelos pressupostos epistemológicos da corrente do Darwinismo Social cujo foco é a tentativa de aplicar um léxico biológico à análise das disputas interimperiais entre as grandes potências; nesse sentido, em sua obra de 1919, o geógrafo está próximo tanto das correntes darwinistas mais identificadas com a defesa da intervenção científica visando o controle social, das quais a eugenia é a manifestação mais extrema, quanto da tentativa de utilizar o referencial teórico evolucionista para elaborar análises geopolíticas sobre a “luta pela existência” entre as nações⁴⁵⁰.

O peso que o envolvimento dos EUA na guerra teve no pensamento de Huntington é evidenciado pela análise que o autor faz das forças que protagonizaram o conflito no capítulo intitulado “Germany and Her Neighbors”. Nessa parte do livro, o geógrafo diz abertamente que:

Os princípios desenvolvidos neste volume têm uma aplicação direta à Grande Guerra. As páginas da história mostram que, no longo prazo, o resultado das guerras está em acordo com a saúde e a energia do povo⁴⁵¹.

Além de reafirmar a importância da “saúde” e da “energia” como fatores decisivos no conflito bélico, Huntington salienta que o que chama de “caráter racial” é inquestionavelmente mais importante em relação à guerra do que em outros temas, e dispara dizendo que “está se tornando evidente que muito do que nós chamamos de caráter racial é realmente o efeito do ambiente físico agindo sobre geração após

⁴⁴⁹ Huntington, 1919, p. 24.

⁴⁵⁰ No caso da corrente intervencionista de controle social, Huntington se enquadra claramente no retrato do Darwinismo Social oferecido por Cravens (1988), já no caso da corrente darwinista associada às interpretações evolucionistas da situação geopolítica do início do século XX, o geógrafo se situa em uma das linhas de força principais que essa corrente de pensamento, segundo Hofstadter (1992 [1955]), teve nos EUA no período entre a Guerra Hispano-Americana e a Primeira Guerra Mundial. O amálgama dessas duas correntes é bastante explícito em “World Power and Evolution”.

⁴⁵¹ “The principles developed in this volume have a direct application to the Great War. The pages of history show that in the long run the outcome of wars is in accord with the health and energy of the people” (HUNTINGTON, 1919, p. 227).

geração”⁴⁵². O autor matiza um pouco essa posição posteriormente quando diz que, além da saúde e da energia, outros elementos, como o caráter dos comandantes, as vantagens da topografia e a disponibilidade de suprimentos, dominariam os detalhes da maioria dos combates; o papel cumprido pela saúde e pela energia só poderia ser estimado de forma justa a partir de uma visão compreensiva de décadas ou séculos⁴⁵³.

Huntington, ao discutir essa temática geral, traz à tona a questão do patamar no qual a Alemanha estaria em referência ao clima. O geógrafo diz que o clima alemão é muito superior àquele dos inimigos que estavam ao leste e ao sul do país na guerra. Para ilustrar isso, são reproduzidos no livro os dois mapas de “Civilization and Climate” que mostram a correspondência geográfica entre a “distribuição mundial da civilização” e a “distribuição da energia humana com base no clima”⁴⁵⁴. São oferecidas também apreciações pontuais sobre a energia e o caráter dos principais inimigos da Alemanha no conflito, especialmente a Rússia, os EUA, a Inglaterra e a França. A Rússia, em seu entendimento, apesar da enorme extensão territorial, teria em seu clima, com longos invernos frios e uma enorme variação de estação a estação, e em sua população, majoritariamente composta por camponeses ou pessoas dependentes diretamente da agricultura, uma grande desvantagem em relação à Alemanha⁴⁵⁵. As nações que estariam na mesma classe da Alemanha, com climas estimulantes e povos de caráter nacional do mesmo patamar civilizatório, seriam a França, a Inglaterra e os EUA. Quando a guerra terminou, essas quatro nações emergiram, segundo o autor, com “prestígio intacto”, na medida em que o prestígio depende da determinação com a qual elas lutaram. Tal prestígio seria de se esperar, para o geógrafo, com base no clima e na energia de cada um desses países⁴⁵⁶.

Apesar de ter trabalhado do lado oposto na guerra, Huntington fez uma série de elogios à Alemanha, dizendo que, embora os alemães fossem enganados por seu “falso sistema de educação”, eles estavam convencidos de que “o seu sistema estava certo” e de que o primeiro dever do homem era “submeter a sua vontade e o seu próprio prazer à edificação do Estado”. Essa concepção nacionalista, para Huntington, mesmo podendo estar certa ou errada, é sinal de grande força de espírito e de poder de resistir, que é, em seu entendimento, a maior das qualidades em uma luta que testa os poderes

⁴⁵² Huntington, 1919, p. 227.

⁴⁵³ Huntington, 1919, p. 228.

⁴⁵⁴ Huntington, 1919, pp. 229-230.

⁴⁵⁵ Huntington, 1919, pp. 231-233.

⁴⁵⁶ Huntington, 1919, p. 235.

de uma nação até os seus limites. A homogeneidade racial do país, somada ao fato de estar unido sob um único governo e ao “estímulo de um dos melhores climas em todo o mundo”⁴⁵⁷, explicam, para o geógrafo, a enorme força que os alemães, mesmo sendo derrotados, demonstraram na guerra.

O elogio à Alemanha custou a Huntington a indisposição de um alto membro do exército estadunidense, o coronel John Dunn, que ocupava um cargo na diretoria da *Military Intelligence Division*, onde o geógrafo trabalhou durante a guerra. Dunn, em memorando datado de dezembro de 1918⁴⁵⁸, disse que Huntington deveria alterar algumas pequenas partes para publicar a obra. O militar sugeriu que o autor deveria modificar o trecho no qual diz que “a Alemanha agiu exatamente de acordo com aquilo que poderia ser esperado na base do seu clima” de forma a evitar que esse argumento soasse como uma aprovação dos malfeitos do país europeu na guerra. O coronel também se opôs à comparação que Huntington fez do “prestígio intacto” com o qual teriam terminado a guerra tanto os EUA, a Inglaterra e a França quanto a Alemanha. Dunn não queria que a Alemanha fosse, em suas palavras, comparada “tão favoravelmente com os exércitos dos seus inimigos”. Contudo, o fato é que Huntington, mesmo com essa tentativa de censura do exército, manteve as duas observações na obra⁴⁵⁹.

A obra também possui outros capítulos com temas análogos às discussões abordadas em “Civilization and Climate”, como é o caso do capítulo dois, que trata das relações entre a saúde da população e os indicadores econômicos, e do capítulo cinco, que aborda a relação entre saúde e clima. Existem ainda, em “World Power and Evolution”, alguns capítulos dedicados aos debates evolucionistas próprios da biologia nos quais Huntington lida com uma série de questões de história natural da Terra e da sua relação com a evolução das espécies e do homem. A mistura de discussões geopolíticas com temas darwinistas – que, inclusive, transcendem as humanidades – em um mesmo volume revela o teor spenceriano do trabalho do geógrafo. Essa configuração dos capítulos nos leva a concluir que, para Huntington, a evolução geopolítica das nações e a evolução mental dos povos são apenas estágios de um processo universal mais amplo que ultrapassa o mundo humano e social, o que

⁴⁵⁷ Huntington, 1919, pp. 238-239.

⁴⁵⁸ Memorando do Coronel John M. Dunn a Ellsworth Huntington, 23 de dezembro de 1918. Huntington Papers, Series V, Box 44, Folder 331. Tudo indica que Huntington, por ter sido comissionado capitão, submeteu o manuscrito do livro ao exército para saber se o seu conteúdo não entraria em conflito com o discurso oficial da instituição.

⁴⁵⁹ Na edição original de 1919 essas duas observações estão, respectivamente, nas páginas 229 e 235.

aproxima, certamente, a sua postura filosófica da noção spenceriana de “evolução universal”.

A obra “The Character of Races”, publicada por Huntington no ano de 1924, também trata de temáticas complementares às temáticas de “Civilization and Climate”. O objetivo de Huntington nessa obra é aplicar o conceito darwiniano de “seleção natural” para demonstrar como esse processo, junto com a influência do clima, pode contribuir para modificar o que o autor chama de “caráter humano”⁴⁶⁰. Para Huntington, a “seleção natural” operaria, frequentemente, ao longo da história humana, através da pressão provocada pela superpopulação e pelas migrações⁴⁶¹. O livro é, certamente, a contribuição mais explícita do geógrafo para a discussão racial que ocorria nas primeiras décadas do século XX nos EUA e na maior parte dos países ocidentais.

No capítulo em que Huntington situa o objeto de estudo da obra, cujo título é “Racial Character and Natural Selection”, o autor faz toda uma incursão nos debates raciais que o precederam no século XIX e que ocorriam contemporaneamente à publicação da obra. O geógrafo afirma que há um século ou dois foi amplamente sustentado que todas as raças e todos os indivíduos seriam igualmente dotados pela natureza. Mesmo que houvesse diferenças de caráter e mentalidade, se supunha que elas fossem devidas inteiramente à educação. E então, em algum momento do século XIX, livros como o de Gobineau⁴⁶² apareceram, segundo o autor, para convencer o mundo de que tanto mentalmente quanto fisicamente as raças claramente difeririam entre si. Para Huntington, a teoria da evolução reforçou as conclusões de autores como o pensador francês. De acordo com tal teoria, é quase inevitável, segundo o geógrafo, que não apenas diferentes raças devam estar em diferentes estágios de desenvolvimento físico assim como de desenvolvimento mental, mas também que elas se desenvolveram em linhas distintas⁴⁶³. Essa posição que, para o autor, seria uma

⁴⁶⁰ Huntington, 1924b, p. IV. **Obs.** a paginação em números romanos refere-se à paginação do prefácio que difere da paginação do restante da obra.

⁴⁶¹ Huntington, 1924b, p. VII.

⁴⁶² Huntington faz referência ao “Essai sur l’inégalité des races humaines”, publicado por Arthur de Gobineau em duas edições de 1853 e 1855.

⁴⁶³ Darwin, conforme abordado no capítulo 1 da tese, não acreditava que as raças humanas seriam espécies distintas; contudo, como demonstrado por Himmelfarb (1996 [1959]), o naturalista, ao mesmo tempo em que postulava a unidade da espécie humana (como fica claro em “The Descent of Man”), também acreditava na existência de raças mais e menos avançadas. Nesse sentido, o Darwinismo Social expresso na obra de Huntington aglutina uma tensão que já estava presente no pensamento do próprio Darwin.

derivação das implicações do evolucionismo, foi reforçada, em sua leitura, por Mendel com a explicação que esse cientista ofereceu dos mecanismos pelos quais os traços individuais são transmitidos dos pais para a criança e por Francis Galton, o pai do movimento eugenista, que insistiu na ênfase na hereditariedade⁴⁶⁴.

A preocupação de Huntington com a temática racial se deve tanto à situação global de efervescência das questões raciais atreladas ao imperialismo e à dominação ocidental do mundo quanto às tensões raciais internas da sociedade estadunidense, que, nas primeiras décadas do século XX, passavam por um recrudescimento em decorrência da migração negra para as cidades do norte do país e do aumento da presença de imigrantes do sul e do leste europeu em sua composição demográfica. A clivagem entre o *establishment* anglo-saxão associado à origem de Huntington e da maioria esmagadora dos cientistas estadunidenses do período e outros grupos raciais fica bastante clara quando o geógrafo diz que “o mundo está vibrando com questões raciais”, que “as várias raças (...) estão começando a olhar com desconfiança umas para as outras como nunca antes” e constata, com apreensão, que “há uma feroz demanda pelos direitos das minorias raciais” e que existem “rumores de que grandes e devastadoras guerras raciais estão sendo preparadas para a próxima geração”. Para o autor, essa situação de tensão carregaria o “grande perigo” de que “os valores raciais mais avançados” pudessem ser irrevogavelmente submergidos por aqueles de “mais baixo calibre”⁴⁶⁵.

Nesse contexto social, político e ideológico mais amplo da década de 1920, Huntington sustenta que a questão de saber se a concepção das diferenças raciais que era então defendida estaria certa ou errada iria cumprir um papel decisivo na história das próximas gerações. Tendo em vista a urgência dessa discussão, o geógrafo diz que é de primeira importância entender o que é o caráter racial, como ele veio a existir, e se ele seria algo inerente ou o resultado do ambiente⁴⁶⁶. Além de ressaltar a importância do que chama de “caráter mental e moral” na diferenciação entre as raças, Huntington pondera que, mesmo que no sentido mais estrito as raças devam ser definidas apenas em termos da hereditariedade, certos “fatores geográficos” como o clima, a alimentação e as ocupações também têm um efeito para mudar as “características raciais”. Esses fatores fazem com que as pessoas cresçam com certos

⁴⁶⁴ Huntington, 1924b, p. 1.

⁴⁶⁵ Huntington, 1924b, p. 2.

⁴⁶⁶ Huntington, 1924b, pp. 3-4.

hábitos e, segundo o autor, selecionam certos tipos humanos para a preservação e eliminam outros⁴⁶⁷.

As condições físicas do ambiente junto com as condições sociais como a religião, a língua, o governo, a educação e os costumes locais cumprem, para Huntington, um grande papel na determinação do “caráter de um povo” e impactam, inclusive, a sua herança biológica. O caráter de grupos específicos da humanidade depende então, segundo o geógrafo, da tríade formada pela herança, pelo ambiente físico e pelo ambiente social⁴⁶⁸. Logo, o objetivo fundamental do livro é:

(...) tentar mostrar o quanto esses dois tipos de ambiente selecionam certos tipos de caráter para a preservação ou destruição e, portanto, fazem com que certas características mentais se tornem uma parte permanente da herança racial⁴⁶⁹.

Huntington utiliza determinadas expressões em sentidos bastante peculiares. “Herança racial” significa, além da herança estritamente biológica, um comportamento psicológico que é transferido de geração a geração; “caráter de um povo” ou “caráter racial” designa formas de mentalidade coletiva que estão relacionadas à socialização e à cultura de um grupo humano, mas que também são, em parte, biologicamente determinadas por via hereditária e selecionadas pela influência exercida pelo ambiente geográfico. Quando o autor diz que o ambiente pode contribuir para selecionar determinados tipos de caráter – isto é, de comportamentos humanos – e que determinadas características mentais podem se tornar uma “parte permanente da herança racial” (herança que pode ser biológica ou psicológica dependendo do contexto) a confusão terminológica serve justamente ao seu propósito de demonstrar a indissociabilidade de biologia, ambiente e cultura. Esse uso livre e frouxo da linguagem e dos conceitos é uma consequência direta das posições teóricas mais gerais de Huntington.

Em “The Character of Races” é apresentada uma hipótese abrangente baseada em conceitos biológicos que busca explicar as diferenças físicas e mentais inerentes

⁴⁶⁷ Huntington, 1924b, p. 6.

⁴⁶⁸ Huntington, 1924b, p. 6.

⁴⁶⁹ “(...) attempt to show how far these two types of environment select certain kinds of character for preservation or destruction and thus cause certain mental characteristics to become a permanent part of the racial inheritance” (HUNTINGTON, 1924b, p. 6).

que, supostamente, existiriam entre as raças. A hipótese tem três linhas de força: as mutações raciais dos tipos humanos, que podem ser repentinas ou pequenas com desvios gradativos do tipo padrão em uma direção definida; a mistura racial e a seleção natural. Huntington acredita que um entendimento claro das mutações e desvios ainda não havia sido obtido àquela altura, mas, por outro lado, ressalta que já existia muito conhecimento sobre a seleção natural e a mistura racial. Esses dois últimos processos seriam aqueles para os quais poderíamos recorrer, segundo o geógrafo, para procurar uma explicação das diferenças inatas que distinguiriam as raças entre si. Por conseguinte, o outro objetivo da obra, diz Huntington, é tentar investigar as relações existentes entre migração, mistura racial e seleção natural e descobrir como esses três processos cooperam com mutações e desvios para promover a ascensão do caráter das raças ou dos estoques raciais⁴⁷⁰. Os princípios explicativos de uma abordagem biogeográfica darwinista devem ser explicitamente aplicados ao estudo das diferenças de psicologia coletiva existentes entre os diversos povos e grupos raciais, pois, para o autor, o homem está sujeito às mesmas leis de herança que os animais “tanto fisicamente quanto mentalmente”⁴⁷¹.

A obra possui capítulos com estudos específicos sobre diversos grupos nacionais e raciais como os chineses, os judeus, os estadunidenses, as raças europeias, entre outros. Para demonstrar como Huntington maneja esse referencial teórico darwinista mais amplo que compreende seleção, mutação e migração e o mescla com a sua tese triádica sobre a civilização, que envolve uma explicação integrada de herança biológica, ambiente e cultura, vale fazer menção a um caso específico que o autor apresenta em “The Character of Races”. O estudo em questão trata do caso da Islândia. A apreciação oferecida pelo geógrafo sobre a formação do caráter do povo dessa ilha do Atlântico norte é elucidativa para entendermos o funcionamento de seu sistema teórico.

O autor inicia o capítulo no qual apresenta tal estudo afirmando que um dos principais efeitos do ambiente islandês sobre a sua população é a alta taxa de mortalidade dos homens jovens em decorrência da importância que, historicamente, as profissões marítimas têm na ilha. Huntington usa isso para levantar a questão do efeito que esse fato teria no caráter racial da população e lembra que a alta mortalidade de homens jovens é, na Islândia, um fator seletivo contínuo e inexorável. Isso faria com

⁴⁷⁰ Huntington, 1924b, p.7.

⁴⁷¹ Huntington, 1924b, p.19.

que os pais das novas gerações no país fossem, principalmente, aqueles cujas vidas, mesmo diante dos riscos do mar, foram preservadas por serem cuidadosos, alertas, fortes, rápidos, capazes de cooperar com seus companheiros, observadores do vento e das ondas e capazes de tirar conclusões corretas em face do perigo e da morte. Indubitavelmente, para o geógrafo, algo desse caráter psicológico já teria se tornado parte da herança racial nórdica antes que alguns povos escandinavos tivessem migrado para a Islândia, mas parece, em sua leitura, que essas qualidades se tornaram mais e mais entranhadas através da seleção natural desencadeada pela vida dos pescadores naquelas águas distantes do norte⁴⁷².

Huntington acredita também que o clima da Islândia teria tido um papel direto na determinação do caráter do país e indireto na determinação da herança. A temperatura islandesa flutua, segundo o autor, entre a média que parece ser a melhor para a atividade mental, além de possuir uma variabilidade bastante favorável⁴⁷³. O autor lembra que, há mil anos, a Islândia teria começado a sua história com um grupo rigidamente selecionado de migrantes vindos da Europa que chegou à ilha. Em nenhum lugar, até onde se sabe, um grupo de pessoas ficou tão isolado por mil anos. Tendo em vista isso, o geógrafo acredita que três grandes fatos parecem se destacar na história islandesa. O primeiro fato é o que chama de “persistência do caráter racial”. Em seu entendimento, os primeiros islandeses estavam acima da média da sua raça e de quase qualquer raça em habilidade intelectual, e, da mesma forma, os islandeses modernos estariam também acima da média da sua raça. O segundo fato, é que o islandês do início do século XX é, para Huntington, diferente de seus ancestrais. O islandês moderno teria uma menor intensidade de atividade, menor iniciativa, maior senso de autopreservação e, provavelmente, maior tendência à atividade intelectual em oposição à atividade física quando comparado com os seus ancestrais. Esse dado, em larga medida, seria, para o geógrafo, o resultado da “seleção natural” através da qual os mais ousados e aventureiros homens jovens do passado foram mortos em sua atividade marítima. O terceiro fato é que, na história islandesa, existe uma constante repetição cíclica de expansão e retração civilizacional em resposta a um clima mutável⁴⁷⁴.

⁴⁷² Huntington, 1924b, pp. 287-288.

⁴⁷³ Huntington, 1924b, p. 290. Essa média e essa variabilidade são justamente aquelas que Huntington definiu como estando no “ótimo climático” da zona temperada exposto em “Civilization and Climate”.

⁴⁷⁴ Huntington, 1924b, pp. 298-299. O autor reconstrói, nesse capítulo, uma série de eventos históricos da Islândia nos séculos XI, XIV, XV, XVII, XVIII e XIX e postula a existência de um padrão de

As concepções epistemológicas do autor de “The Character of Races” são constituídas por uma mescla muito peculiar de posições próprias ao pensamento racial do século XIX e posturas teóricas características do Darwinismo Social do início do século XX. O movimento intelectual mais amplo da história da ideia de raça no Ocidente tem, de acordo com o exame do tema feito por Michael Banton⁴⁷⁵, três momentos fundamentais: o discurso dos chamados “tipologistas raciais”, que ganha força entre o início e meio do século XIX, o Darwinismo Social, que emerge após a década de 1870, e as abordagens sociológicas da questão das relações raciais que foram iniciadas pelos sociólogos estadunidenses das primeiras décadas do século XX, cujo grande destaque é o pioneirismo de Robert Park⁴⁷⁶.

O século XIX inaugurou, de forma definitiva, a existência de um discurso mais sistemático sobre o tema da raça no pensamento ocidental. Nesse século, o termo “raça” passou a qualificar, segundo Banton, uma *qualidade física intrínseca* de determinados grupos humanos. Embora a definição do termo permanecesse incerta, os povos do mundo passaram, a partir de então, a ser vistos como biologicamente diferentes e as pessoas começaram a pensar que a humanidade estava dividida em raças. Havia, portanto, uma necessidade de explicar a razão das diferenças raciais e de descobrir a natureza da raça. A raça passou a ser socialmente utilizada como uma categoria para organizar a percepção que as pessoas tinham dos diferentes grupos humanos. Esse processo de “racialização” das populações, isto é, de atribuição de características raciais aos diversos grupos humanos, foi intensificado, em grande medida, pelas lutas políticas que caracterizaram o século XIX, especialmente aquelas associadas ao colonialismo europeu que emergiria após 1875⁴⁷⁷.

A doutrina da tipologia racial do século XIX, expressa por uma variedade de autores⁴⁷⁸, baseava-se na ideia de que as variações na constituição e no comportamento dos indivíduos deveriam ser explicadas como a expressão de diferentes tipos biológicos subjacentes de natureza permanente e na crença de que tais diferenças determinariam as variações nas culturas das populações humanas. Essas

relacionamento direto, de longa duração, entre o florescimento ou colapso civilizacional da ilha e a existência de condições climáticas favoráveis ou desfavoráveis.

⁴⁷⁵ BANTON, Michael. *A Ideia de Raça*. Lisboa, Edições 70, 2010 [1977].

⁴⁷⁶ Banton, 2010 [1977], p. 21.

⁴⁷⁷ Banton, 2010 [1977], pp. 31-32.

⁴⁷⁸ Dentre os quais estão, segundo Banton, Robert Knox, Gustav Klemm, J. C. Nott, George R. Gliddon, Louis Agassiz e Arthur Gobineau, que é citado por Huntington em “The Character of Races”.

duas concepções estavam amarradas à ideologia de que as diferenças nos tipos humanos revelariam uma superioridade dos europeus e de que os conflitos entre nações e indivíduos de diferentes tipos teriam a sua origem em caracteres inatos⁴⁷⁹.

Huntington oscila entre essa crença no inatismo biológico que determinaria fisicamente os comportamentos dos grupos raciais típica do século XIX e a sua orientação epistemológica darwinista de ênfase na plasticidade das raças desencadeada pela seleção natural, pelas mutações e pelas migrações. Ao mesmo tempo em que defende, no caso de sua análise da Islândia, a existência de traços mentais biologicamente transferidos que teriam contribuído para formar o “caráter racial” da população do país, o autor faz referência à migração que estaria na origem dos habitantes da ilha, ao ajuste comportamental que teria sido provocado pelo ambiente – que teria promovido, inclusive, a “seleção natural” de determinados tipos psicológicos em detrimento de outros – e às influências culturais vindas da Europa, especialmente o cristianismo.

O Darwinismo Social, para Banton, também via, assim como a doutrina da tipologia racial do século XIX, as relações entre raças diferentes como biologicamente determinadas, mas de um modo muito menos mecânico. O elemento mais característico da concepção das relações raciais do ponto de vista darwinista social é, para esse autor, a reivindicação de que tais relações seriam caracterizadas por um antagonismo que deveria ser entendido em termos de sua função evolutiva⁴⁸⁰. Huntington dá mostras claras de adesão a essa concepção do antagonismo racial como um desencadeador do processo evolutivo na leitura darwinista que faz dos conflitos entre as nações na Primeira Guerra Mundial que expõe em “World Power and Evolution”. Essa confusa mistura de crenças no inatismo racial com concepções darwinistas que enfatizam as mutações promovidas pela seleção natural nos traços físicos e na psicologia dos povos que caracteriza o pensamento de Huntington é sintomática do fato de que algumas discussões do Darwinismo Social foram compreendidas nos EUA das primeiras décadas do século XX como uma disputa para decidir se o comportamento humano seria determinado primordialmente pela hereditariedade ou pelo ambiente⁴⁸¹ e da própria ambiguidade do evolucionismo a esse respeito.

⁴⁷⁹ Banton, 2010 [1977], p. 68.

⁴⁸⁰ Banton, 2010 [1977], p. 136.

⁴⁸¹ Tal como argumentado por Cravens (1988).

A última obra de Huntington, “Mainsprings of Civilization”, publicada em 1945, momento no qual a crise das concepções do Darwinismo Social nas Ciências Humanas estadunidenses – que vinha ganhando força desde, pelo menos, a década de 1930 – já havia enfraquecido significativamente a influência dessa corrente de pensamento no campo intelectual do país, é uma síntese exaustiva de sua teoria do processo civilizatório. O livro, que tem mais de 600 páginas, compila todas as hipóteses sobre a relação entre a evolução orgânica e cultural, a hereditariedade e o ambiente físico que o geógrafo desenvolveu ao longo de sua trajetória e as justapõe com meticulosos estudos de caso que ilustram as suas concepções teóricas mais gerais.

O livro tem três grandes partes. A primeira parte, intitulada “The Background of Civilization”, tem como objetivo oferecer uma síntese das principais fases do processo evolucionário para demonstrar a forma pela qual as suas primeiras fases prepararam o caminho para a evolução da cultura humana. A segunda parte, chamada “Heredity”, tem como tese principal a ideia de que a verdade, em relação à questão do peso da herança biológica na história, não está nem no ponto de vista racista daqueles que defendem o mito nórdico de superioridade racial, nem na posição dos antropólogos que defendem que a herança biológica dos traços mentais não tem significado cultural. Nessa parcela da obra, diz Huntington, um estudo da ação seletiva das migrações, do nomadismo, da religião e de outros fatores na história, levou à elaboração do conceito de “kiths”, que designa grupos de pessoas com uma cultura e uma linguagem similares que teriam o costume de casar entre si. As características desses grupos, para o autor, são dependentes tanto da hereditariedade, quanto da cultura⁴⁸². A terceira parte, denominada “Physical Environment and Human Activity”, é dedicada a oferecer um panorama do estudo do ambiente físico, incluindo o clima, a dieta, a densidade populacional, entre outros elementos, e de tudo que eles significam em relação às doenças, à eficiência, à agilidade mental e ao caráter nacional dos povos⁴⁸³.

Huntington, em “Mainsprings of Civilization”, suaviza as teses racistas expostas em obras como “The Character of Races” e nos seus livros de divulgação

⁴⁸² O efeito desses grupos na história, para Huntington, parece se destacar explicitamente em tipos humanos diversos como os nômades árabes, os parsis da Índia, os islandeses, os puritanos da Nova Inglaterra, os judeus, os quakers, os junkers, os mongóis e muitos outros povos (HUNTINGTON, 1959 [1945], p.7).

⁴⁸³ Huntington, 1959 [1945], p. 7.

eugenista quando alega ser cético em relação ao mito da superioridade nórdica e defende que a herança biológica dos indivíduos tenha promeminência explicativa em relação à raça dos grupos ⁴⁸⁴, contudo, fica bastante claro que a crença na existência de povos mais e menos avançados e na determinação biológica de certos traços culturais dos grupos humanos – em oposição direta às posições dos antropólogos boasianos – que marcou toda a sua obra, ainda era endossada no escrito de 1945. Um aspecto do livro que merece atenção é a refinada discussão sobre o conceito de civilização que Huntington traz. Refletindo sobre o significado desse conceito, o autor diz que:

É difícil dar uma definição precisa da civilização, determinar o ponto exato no qual a cultura humana passou do barbarismo para a civilização. Tal definição nem é necessária para os propósitos desse livro. Todo mundo reconhece que em algumas partes do mundo as pessoas são selvagens, enquanto que em outras elas têm uma forma atrasada de civilização. Nós mesmos afirmamos ser altamente civilizados, mas, daqui a mil anos, nossos métodos atuais de guerra, de exploração humana, de perda de recursos preciosos e a falta de planejamento familiar indubitavelmente serão considerados bárbaros. Em geral, pode ser dito que a civilização começa quando as pessoas aprendem a praticar a agricultura, vivem em comunidades permanentes, estabelecem uma forma definida de governo e adquirem a arte da escrita. A civilização, portanto, é um processo assim como uma condição. É um processo de tornar pessoas civilizadas. Se a civilização é uma coisa boa, os selvagens precisam do processo para que eles possuam a condição. Nós possuímos a condição, mas precisamos de mais do processo com o objetivo, por exemplo, de nos livrarmos da guerra. Em outras palavras, embora nós vivamos em certo estágio de civilização, existem inumeráveis estágios abaixo de nós e acima de nós. É difícil saber onde eles começam e nenhum homem sabe onde eles irão terminar ⁴⁸⁵.

⁴⁸⁴ Huntington, 1959 [1945], p. 49.

⁴⁸⁵ “It is difficult to give a precise definition of civilization, to fix the exact point at which human culture passes from barbarism to civilization. Nor is such definition necessary for the purposes of this book. Everyone recognizes that in some parts of the world the people are savages, whereas in others they have a low form of civilization. We ourselves claim to be highly civilized, but a thousand years hence our present methods of war, human exploitation, waste of precious resources, and lack of planned parenthood will doubtless be considered barbarous. In general, it may be said that civilization begins when people learn to practice agriculture, live in permanent communities, establish a definite form of government, and acquire the art of writing. Civilization, however, is as process as well as a condition. It is the process of making people civilized. If civilization is a good thing, savages need the process so that they may possess the condition. We possess the condition, but need more of the process in order, for example, to get rid of war. In other words, although we live in a certain stage of civilization, there are innumerable stages below us and above us. It is hard to tell where they begin, and no man knows where they will end” (HUNTINGTON, 1959 [1945], pp.14-15).

A demarcação entre o Ocidente avançado e o resto da humanidade, que é recorrente nos usos do conceito de “civilização”⁴⁸⁶ na obra do geógrafo, aparece mais uma vez em “Mainsprings of Civilization”. A visão clássica do imperialismo de que os selvagens precisam de “civilização” aparece, nesse trecho, junto ao reconhecimento de que, mesmo as nações mais civilizadas, não se livraram completamente de tendências regressivas, especialmente da guerra. Esse lamento do autor certamente é explicado pela data de publicação da obra, que coincide com o último ano da Segunda Guerra Mundial. Após essa digressão, Huntington afirma, categoricamente, que o “fato supremo da história” é a “marcha persistente adiante através de umas poucas linhas fundamentais”⁴⁸⁷. O geógrafo acredita que a ação das “molas fundamentais”⁴⁸⁸ da civilização – a hereditariedade, o ambiente e a cultura – implicaria na inevitabilidade de uma marcha ascendente. A concepção teleológica de uma evolução física, orgânica e cultural inevitável, isto é, de uma “marcha adiante” que desencadearia o progresso da civilização, é uma versão do século XX para a teoria da evolução universal de Spencer. É a transfiguração do discurso do filósofo inglês em teoria geográfica da história.

Além dessa influência spenceriana, é relevante destacar que o geógrafo Oskar Spate apontou, em texto escrito alguns anos após a morte de Huntington⁴⁸⁹, a similaridade entre as preocupações expostas em “Mainsprings of Civilization” e o trabalho do influente historiador britânico Arnold Toynbee (1889-1975) em sua monumental obra “A Study of History”, cujos doze volumes começaram a aparecer em 1934 e se prolongaram até 1961. Para Spate, tanto Huntington em sua obra derradeira quanto Toynbee em seus extensos volumes tinham como preocupação intelectual fundamental a tentativa de traçar um padrão na história⁴⁹⁰. A busca por ciclos de longa duração que poderiam evidenciar os elementos que contribuíram para o florescimento e o colapso das civilizações é marcante tanto nos escritos do geógrafo estadunidense quanto nos do historiador britânico. Toynbee foi uma das influências intelectuais tardias de Huntington, como é possível constatar por uma carta que o geógrafo, em seu último ano de vida, escreveu para o historiador, na qual, ao comentar

⁴⁸⁶ Conforme foi possível observar a partir da leitura da obra de Norbert Elias (2011 [1939]) que aborda o uso desse conceito ao longo da história europeia.

⁴⁸⁷ Huntington, 1959 [1945], p. 15.

⁴⁸⁸ Que seria a tradução mais adequada para a expressão “mainsprings” que aparece no título da obra.

⁴⁸⁹ SPATE, O. H. K. *Toynbee and Huntington: A Study in Determinism*. The Geographical Journal, Vol. 118, No. 4, 1952, pp. 406-424.

⁴⁹⁰ Spate, 1952, p. 406.

sobre as relações entre as questões tratadas em “Mainsprings of Civilization” e a obra de Toynbee, disse ter sido “grandemente estimulado” por seu trabalho. Para Huntington, Toynbee está “absolutamente correto ao dizer que, à medida que a civilização progride, a importância relativa dos fatores puramente físicos se torna menor por causa da grande acumulação de bagagem cultural”, contudo, apesar dessa concordância e da afinidade que os dois tinham em sua preocupação mútua de buscar padrões de longa duração temporal, parece, ao geógrafo, que o britânico teria esquecido “a parte física muito completamente” em sua consideração da história⁴⁹¹.

Huntington manteve a sua posição de que os aspectos biológicos e ambientais cumprem um papel decisivo na história mesmo no fim da vida. O autor reconhece, na obra de 1945, que a história deve dedicar mais tempo ao estudo de questões culturais do que à herança biológica e ao ambiente físico, porém, afirma que o fato de que as atividades culturais se agigantaram nos últimos séculos não deve nos fazer esquecer de que elas são dependentes da herança e do ambiente⁴⁹². Essa insistência no peso dos elementos biológicos e ambientais é decorrência direta do fato de que a Geografia, em seu período crítico de institucionalização acadêmica entre 1880 e 1920, tinha, não apenas no caso de Huntington, mas também no de outros geógrafos, uma ênfase explícita na reflexão sobre o papel do ambiente na elaboração de uma filosofia da história.

A preocupação com a constituição da autonomia disciplinar da Geografia dentro do campo intelectual estadunidense é fundamental para compreender a forma como Huntington olha para essa problemática mais ampla do estudo da civilização⁴⁹³. A consideração da história à luz da relação do homem com a natureza – representada pelo ambiente físico e pela biologia – é, ao longo de sua trajetória, uma espécie de garantia da especificidade do olhar disciplinar geográfico. A amplitude de escopo da obra de Huntington se constituiu a partir de uma disposição intelectual inteiramente relacionada à necessidade de construção de um campo disciplinar específico em busca do estabelecimento de condições de *autonomia relativa*⁴⁹⁴. O Darwinismo Social foi o referencial epistemológico fundamental que permitiu ao autor amarrar, em um sistema teórico coerente que transcende o discurso disciplinar, a larga abrangência da sua

⁴⁹¹ Carta de Ellsworth Huntington a Arnold Toynbee, 9 de abril de 1947. Huntington Papers, Series III, Box 100, Folder 4295.

⁴⁹² Huntington, 1959 [1945], pp. 20-21.

⁴⁹³ A longa luta institucional do geógrafo em Yale para dar status departamental para a disciplina é a evidência mais clara disso.

⁴⁹⁴ A expressão é de Bourdieu (1968).

Geografia Humana no contexto de expansão institucional das humanidades na universidade estadunidense e de intensificação da divisão do trabalho intelectual que caracterizou as primeiras décadas do século XX.

Capítulo 3 – Ellen Semple e o Darwinismo Social em “Influences of Geographic Environment”

3.1 – Elementos da trajetória de Semple

Ellen Churchill Semple nasceu em 1863, durante a Guerra Civil, em Louisville, no estado do Kentucky. A origem social elevada da geógrafa lhe possibilitou um acesso precoce à educação formal. Sua primeira experiência intelectual mais significativa ocorreu quando deixou Louisville para estudar no *Vassar College*, localizado na cidade de Poughkeepsie, em Nova York, onde estudou entre 1878 e 1883. Semple obteve um *Bachelor of Arts Degree* por essa instituição. O currículo do período em que esteve no *Vassar* era composto por temas variados que incluíam História, Economia e estudos de línguas clássicas e modernas. Após essa primeira experiência acadêmica, a autora voltou para Louisville, onde passou a lecionar na escola privada da qual sua irmã era proprietária. Semple preparava estudantes abastados da cidade para os exames de ingresso nos *colleges* dos EUA⁴⁹⁵.

A experiência no *Vassar College*, instituição que tinha, durante a década de 1870, boa reputação pela alta qualidade da educação que oferecia e que recebia estudantes de todo o país e até de fora dos EUA, alargou o seu círculo social e fez com que Semple conhecesse um grupo bastante cosmopolita de mulheres jovens. Após obter o seu bacharelado e lecionar na escola privada de sua irmã em Louisville durante a década de 1880, a autora retornou ao *Vassar College* para obter um *Master Degree* em 1891. O período entre o bacharelado e o mestrado passado por Semple no Kentucky foi marcado pela inserção da geógrafa nos círculos intelectuais que existiam em Louisville e pelo início de seu contato mais sistemático com trabalhos de Economia, Sociologia e Geografia. Sua primeira experiência de leitura da obra de Friedrich Ratzel, ocorrida durante essa parte da sua trajetória, foi fundamental para que seu interesse pela disciplina começasse a ganhar força⁴⁹⁶.

A experiência com a obra de Ratzel foi decisiva para que Semple realizasse o seu mestrado em 1891. Alguns anos antes, em 1887, a geógrafa viajara para Londres, onde conheceu Duren James Henderson Ward (1851-1942), um doutor recém-formado

⁴⁹⁵ KEIGHREN, Innes. *Bringing Geography to Book – Ellen Semple and the Reception of Geographical Knowledge*. London/New York, J. B. Tauris, 2010, pp. 12-13.

⁴⁹⁶ COLBY, Charles. *Ellen Churchill Semple*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 23, 1933, pp. 229-240, p. 231.

pela Universidade de Leipzig que lhe recomendou o estudo de Ratzel, erudito que ministrava cursos de Geografia na universidade onde se doutorara. Semple pegou emprestada de Ward uma cópia do primeiro volume da “Antropogeografia” (1882) de Ratzel e, após permanecer seis meses estudando a obra, acabou ficando influenciada pelas ideias do geógrafo alemão. O mestrado feito por Semple no *Vassar College* foi uma espécie de etapa preparatória antes que sua experiência formativa mais decisiva ocorresse na Alemanha. A dissertação apresentada por Semple tratava da escravidão e foi intitulada “Slavery: A Study in Sociology”. Durante esse período do mestrado, Semple manteve correspondência com Ward, na qual falava de temas de teor ratzeliano, como a questão da evolução e da influência dos vários tipos de ambiente sobre as sociedades. Assim que terminou o mestrado em 1891, Semple viajou a Leipzig para estudar com Ratzel⁴⁹⁷.

As principais universidades alemãs, no final do século XIX, atraíam pessoas de muitos outros países. Contudo, era permitido apenas aos homens frequentar as *lectures*, seminários e obter titulações. Apesar dessa interdição à presença das mulheres nas universidades, havia, em casos específicos, algumas possibilidades pontuais de acesso à educação. Durante o período no qual Semple estudou na Universidade de Leipzig, entre 1891 e 1892, e, posteriormente, em 1895, nenhum título de doutorado havia sido atribuído a uma mulher, assim como não era permitido a elas que se matriculassem na instituição. Ainda assim, as mulheres poderiam pedir a um professor permissão para serem aceitas em suas aulas e, progressivamente, as barreiras à sua presença na universidade começavam a cair. Isto era evidenciado, por exemplo, pelo fato de que a geógrafa Martha Krug-Genthe, a única mulher, além de Semple, a figurar entre os 48 membros originais de fundação da AAG, ter obtido o seu doutorado em 1901 pela Universidade de Heidelberg sob a orientação de Alfred Hettner⁴⁹⁸.

Mesmo tendo estudado alemão por seis anos nos EUA, Semple passou seus primeiros três meses em Leipzig hospedada com uma família local para poder dominar melhor a língua. Essa preparação linguística seria muito importante porque sua admissão para estudar em Leipzig dependeria de suas habilidades de persuasão e negociação, pois a instituição só aceitava que mulheres frequentassem os cursos

⁴⁹⁷ Keighren, 2010, p. 14.

⁴⁹⁸ BUSHONG, Allen. *Ellen Churchill Semple 1863-1932*. Geographers Biobibliographical Studies, Vol. 8, 1984, pp. 87-94, p. 88.

mediante pedidos diretos à direção da faculdade. O pedido de Semple teve êxito e a geógrafa conseguiu permissão para frequentar o seminário geográfico de Ratzel. Os debates que a autora teve com o erudito alemão durante esse primeiro período de um ano e meio na Alemanha foram fundamentais para a articulação posterior de seu pensamento antropogeográfico. Dentre essas discussões, a geógrafa relatou que as reflexões sobre a importância do estilo da escrita nos trabalhos antropogeográficos foram fundamentais, pois Ratzel ressaltava, segundo a autora, que como a disciplina deveria, assim como a História, ter o homem no centro de sua abordagem, sua linguagem também deveria resguardar certo teor literário. Semple concordava com isso e acreditava que esse “charme” trazido pelo uso de uma linguagem mais literária poderia facilitar a difusão da Antropogeografia nos EUA⁴⁹⁹. Após passar esse período na Alemanha entre 1891 e 1892, Semple voltou novamente a Leipzig em 1895 para estudar mais uma vez com Ratzel⁵⁰⁰.

Em 1897, ao retornar aos EUA após seu segundo período de estudos na Alemanha, Semple começaria a publicar seus primeiros trabalhos. A geógrafa contribuiu para o *Journal of School Geography*, nesse mesmo ano, com a publicação do artigo “The Influence of Appalachian Barrier upon Colonial History”⁵⁰¹. Este texto, que é o primeiro desenvolvimento da interpretação geográfica da história estadunidense a ser publicado pela autora, apareceria novamente como um dos capítulos mais importantes de seu primeiro livro, que seria lançado em 1903⁵⁰². A revista na qual ele foi publicado, fundada por Richard Elwood Dodge, que, posteriormente, em 1902, seria fundida com o *Bulletin of the American Bureau of Geography*, para formar o *Journal of Geography*, teve um papel importante para promover o ensino da disciplina nas escolas elementares e secundárias e nas universidades. Dodge contribuiu para, no contexto nacional estadunidense, difundir a definição da Geografia como uma ciência que tinha no relacionamento do homem com a Terra o seu tema central e fomentar a relação da disciplina com outros temas escolares, especialmente com a História⁵⁰³. O fato de que Semple publicou a sua primeira contribuição substancial à disciplina no ano inaugural dessa revista,

⁴⁹⁹ Keighren, 2010, p. 15.

⁵⁰⁰ Colby, 1933, p. 232.

⁵⁰¹ SEMPLE, Ellen. *The Influence of Appalachian Barrier upon Colonial History*. *Journal of School Geography*, 1897, I: pp. 33-41.

⁵⁰² No terceiro item deste capítulo da tese a interpretação geográfica da história dos EUA elaborada por Semple receberá uma interpretação detalhada.

⁵⁰³ Adams, 2011, pp. 85-87.

considerando, através método do antropogeográfico, o impacto de uma formação de relevo – os Apalaches – na ocupação do território dos EUA durante o período colonial, sinaliza claramente que a profissionalização acadêmica e a inserção escolar da disciplina ganharam ímpeto pela afirmação das afinidades entre a Geografia e a História em oposição à ideia de que a disciplina se resumiria a uma mera descrição dos elementos fisiográficos de uma região ou paisagem.

Sua segunda publicação importante foi o artigo “The Anglo-Saxons of the Kentucky Mountains”⁵⁰⁴, que apareceu no *The Geographical Journal* em 1901⁵⁰⁵. Nesse texto, Semple aplica o método antropogeográfico para descrever como se deu o processo histórico de formação de uma população geograficamente e culturalmente isolada nas áreas montanhosas do leste do Kentucky, seu estado de origem. A geógrafa argumentou, no artigo, que, ao mesmo tempo em que esse isolamento geográfico teria propiciado a manutenção de um estoque racial anglo-saxônico “puro”, também teria contribuído para o retardamento no processo civilizatório da população do estado⁵⁰⁶. Nessa publicação, que possui um método bastante similar ao do texto de 1897, em meio à exaustiva descrição das características étnicas, culturais, sociológicas, econômicas e até psicológicas dos habitantes do Kentucky e de sua relação com o isolamento geográfico provocado pela localização do estado e por seu relevo montanhoso, já aparecem observações metodológicas que clarificam o papel que as concepções darwinistas cumprem na obra de Semple:

É uma lei da biologia o fato de que um ambiente de isolamento provoque a preservação de um tipo pela exclusão de toda a mistura que poderia eliminar características distintivas. Nessas comunidades isoladas nós encontramos, portanto, o estoque anglo-saxônico mais puro em todos os EUA⁵⁰⁷.

⁵⁰⁴ SEMPLE, Ellen. *The Anglo-Saxons of the Kentucky Mountains – A Study in Anthropogeography*. Bulletin of the American Geographical Society, 1910 [1901], v. 42, n. 8, pp. 561-594.

⁵⁰⁵ O *The Geographical Journal* era a revista da *Royal Geographical Society*, da Grã-Bretanha. Esse artigo também seria republicado nos EUA, em 1910, no *Bulletin* da *American Geographical Society*.

⁵⁰⁶ Keighren, 2010, pp. 31-32.

⁵⁰⁷ “It is a law of biology that an isolation environment operates for the preservation of a type by excluding all intermixture which would obliterate distinguishing characteristics. In those isolated communities, therefore, we find the purest Anglo-Saxon stock in all the United States” (SEMPLE, 1910 [1901], p.566).

Semple elogiou a “excelência” da herança anglo-saxônica de seu estado de origem no artigo e refletiu sobre como o ambiente montanhoso foi um fator de limitação no desenvolvimento físico e social de sua população impedindo que desfrutasse do potencial civilizatório que estaria, supostamente, presente na sua herança genética. O isolamento geográfico e os obstáculos geomorfológicos são fundamentais em todo quadro de referência explicativo que estruturou seu estudo e o ambiente acabou se tornando a base fundamental a partir da qual as peculiaridades da sociedade das montanhas seriam explicadas. A capacidade da autora em demonstrar a relevância da influência ambiental como um referencial explicativo para questões culturais e demográficas teve certo impacto em uma situação nacional em que a Geografia Humana apresentava um desenvolvimento ainda bastante incipiente na primeira década do século XX. A similaridade entre as suas preocupações intelectuais e as de Huntington também já é bastante clara desde essa etapa de sua trajetória intelectual, pois o problema das relações entre herança biológico-racial e condições ambientais é o referencial epistemológico que estruturou seus primeiros investimentos intelectuais na construção de um campo disciplinar antropogeográfico nos EUA.

O primeiro livro de Semple, “American History and Its Geographic Conditions”, foi publicado no ano de 1903. A recepção favorável de seu artigo sobre o Kentucky acabou criando uma situação favorável para que a autora escrevesse uma obra buscando considerar a história dos EUA a partir do ponto de vista antropogeográfico. A obra abordou, em grande medida, uma discussão sobre os fatores ambientais que teriam, no entendimento de Semple, condicionado as guerras, as migrações, o desenvolvimento comercial, a localização das cidades, a provisão dos transportes e o comércio exterior dos EUA ao longo de sua história. *American History*, curiosamente, foi publicado no mesmo ano em que outro geógrafo, Albert Perry Brigham, publicou um livro tratando do mesmo tema, intitulado “Geographic Influences in American History”. Apesar da similaridade temática, os autores chegam a conclusões distintas. Semple tomou como base a influência de fatores ambientais individuais sobre o histórico da ocupação dos EUA, enquanto Brigham ofereceu uma abordagem mais regional ao considerar a combinação de fatores geográficos em províncias fisiográficas específicas⁵⁰⁸.

⁵⁰⁸ Keighren, 2010, pp. 33-34.

Os interesses intelectuais de Semple foram favorecidos pela emergência de uma abordagem geográfica da história estadunidense entre alguns acadêmicos, especialmente Frederick Jackson Turner, autor que já havia proposto, em 1893, no artigo “The Frontier in American History”, apresentado no encontro da *American Historical Association* daquele ano, a tese da centralidade da geografia e da conquista territorial como elementos formadores do caráter nacional estadunidense. A abundância territorial dos EUA e o espírito de conquista próprio à expansão da fronteira teriam, para essa interpretação, uma relação direta com o entranhamento dos valores do individualismo e da democracia liberal na sociedade estadunidense. Em dezembro de 1907 Semple participou do encontro da *American Historical Association* em Madison e apresentou um *paper* intitulado “Geographic Location as a Factor in History”,⁵⁰⁹ na sessão que foi organizada por Turner. Nessa sessão participaram também os historiadores Orin Libby e Ulrich Phillips. Nas considerações introdutórias do evento, Turner chamou atenção para a falta de estudos que explorassem as relações entre a Geografia e a História nos EUA e salientou que, em seu entendimento, o país oferecia um laboratório fértil para o estudo das interações entre o homem e o seu ambiente⁵¹⁰.

O encontro de 1907 foi marcado pela manifestação de resistência, protagonizada por George Lincoln Burr, da Universidade de Cornell, à interpretação geográfica da história defendida por Semple. A ênfase da geógrafa no papel decisivo que a localização de um povo ou país teria como “fato geográfico supremo em sua história”⁵¹¹, fez com que Burr, ao discutir os artigos da sessão da qual participaram Semple, Turner, Libby e Phillips, argumentasse que, embora a geografia fosse um fator na história, ela seria apenas *um* fator, pois na história, o resultado não poderia ser inferido, em hipótese alguma, de um único fator⁵¹². Essa percepção de Burr de que o discurso geográfico da autora estaria impondo um determinismo sobre a interpretação da história, se somaria à objeção apresentada por outro historiador, George Burton Adams, que em seu discurso presidencial na *American Historical Association*,

⁵⁰⁹ SEMPLE, Ellen. *Geographical Location as a Factor in History*. Bulletin of the American Geographical Society. Vol. XL, No. 2, 1908, pp. 65-81. Este artigo, que foi lido no encontro da *American Historical Association* em 1907 e publicado no boletim da *American Geographical Society* no ano seguinte constituiria, poucos anos depois, o quinto capítulo de “Influences of Geographic Environment”.

⁵¹⁰ Adams, 2011, pp. 110-111.

⁵¹¹ Semple, 1908, p. 65.

⁵¹² *The Meeting of the American Historical Association at Madison*. The American Historical Review, Vol. 13, No. 3, 1908, pp. 433-458, p. 436.

publicado dois anos depois, em 1909⁵¹³, afirmou que o direito dos historiadores ao campo estaria sendo atacado por estudiosos de outras disciplinas, dentre as quais se incluiria a Geografia, que teria desencadeado, para Burton Adams, um movimento “agressivo em espírito” contra a História. Os geógrafos, segundo o autor, ao fazerem afirmações excessivamente abrangentes, estariam tentando oferecer “uma explicação completa da história” na qual a civilização ou a falta dela seria determinada pelos entornos físicos e pelo clima⁵¹⁴. A intensificação da divisão do trabalho intelectual entre as humanidades nos EUA na primeira década do século XX contribuiu para fomentar essa percepção, por parte de alguns historiadores, de que a Antropogeografia de Semple postularia uma interpretação determinista para a história estadunidense.

American History fechou o primeiro ciclo da trajetória intelectual de Semple e estabeleceu para a autora um lugar distintivo na nascente Geografia Humana estadunidense. A obra desfrutou de ampla aceitação como um texto padrão para cursos de Geografia Histórica dos EUA e alargou bastante a esfera de influência da geógrafa⁵¹⁵. O texto foi lido por departamentos de educação em vários estados, colocado nas bibliotecas da marinha estadunidense⁵¹⁶ e recebeu uma série de resenhas elogiosas em jornais⁵¹⁷, dentre as quais se destacam as várias notas e reportagens que a obra recebeu na imprensa de Louisville, cidade natal da autora, além de menções em publicações de cidades importantes como Chicago, Boston e Nova York, incluindo, no caso da última, uma breve resenha publicada no *The New York Times*, o jornal mais importante do país⁵¹⁸.

Ainda na esteira da repercussão de *American History*, Semple publicou, em 1904, um breve artigo no *Journal of Geography*⁵¹⁹ no qual apresentou as suas posições a respeito do papel que o ensino da Antropogeografia deveria ter nas escolas. A complementaridade entre a Geografia e a História, na qual a primeira é entendida

⁵¹³ ADAMS, George Burton. *History and the Philosophy of History*. The American Historical Review, Vol. 14, No. 2, 1909, pp. 221-236.

⁵¹⁴ Adams, 1909, p. 225.

⁵¹⁵ Colby, 1933, p. 233.

⁵¹⁶ BAUGH, Ruth. *Ellen Churchill Semple – The Lady of American Geography*, 1961. Semple Papers, Box 6, Folder 7. Texto não publicado encontrado no arquivo da geógrafa.

⁵¹⁷ Como foi possível atestar pela presença de um livro de recortes de jornais da época encontrado nos *Semple Papers*.

⁵¹⁸ *The Great influence of Geographical Conditions on American History and Commerce*. The New York Times Saturday Review of Books and Art, 28 de novembro de 1903. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

⁵¹⁹ SEMPLE, Ellen. *Emphasis Upon Anthro-Geography In Schools*. Journal of Geography Vol. 89, No. 5, 1904 [1904], pp. 208-211. A edição aqui citada é a republicação do artigo original de 1904 feita em 1990.

como “o estudo da terra e de seu efeito sobre o seu povo”, e a segunda como o estudo do povo no qual a terra é um “fator potente e essencial” em seu “desenvolvimento econômico, político e social” é utilizada, nesse texto, como justificativa para a presença da disciplina nas escolas. Semple, além de enfatizar o papel complementar dos estudos geográficos e históricos e argumentar em favor do uso de mapas para o ensino de princípios antropogeográficos aos jovens, demonstra preocupação em ressaltar o valor educativo da Geografia. Tal valor transcende, em seu entendimento, a mera enumeração de detalhes factuais e reside na interpretação científica das correlações⁵²⁰. A demanda universitária de expansão da Geografia acadêmica caminhava, no início do século XX, junto às discussões sobre a sua função escolar.

A recepção favorável à primeira obra de Semple se seguiu à etapa de sua trajetória que seria dedicada à escrita do principal livro de sua carreira, “Influences of Geographic Environment”, cuja publicação ocorreria no ano de 1911. Com a morte de Ratzel, em 1904, a autora começou a trabalhar na empreitada de elaboração de uma obra que comunicasse os princípios antropogeográficos de seu mentor intelectual para o mundo de língua inglesa. Pouco antes de sua morte, o próprio Ratzel encarregou Semple de difundir as suas ideias no mundo anglófono. A geógrafa entraria, então, em um período de sete anos de trabalho que resultaria na publicação de sua principal obra. No ano de 1904, que marcou a criação da AAG, Semple participou de uma homenagem a Ratzel no 8º Congresso Geográfico Internacional, que foi realizado em Washington. Esse evento foi uma oportunidade importante para mostrar aos geógrafos estrangeiros o trabalho geográfico que já vinha sendo realizado nos EUA⁵²¹. A necessidade de profissionalizar a Geografia como disciplina acadêmica autônoma era imperativa nesse período. Enquanto a Geografia Física já tinha alguns cursos que eram oferecidos em universidades da costa leste desde o final do século XIX, como é o caso de Harvard, a Geografia Humana ainda enfrentava uma situação de grande incipiência em seu desenvolvimento no país. Essa situação favoreceu decisivamente a formação de um quadro de recepção bastante favorável para os esforços pioneiros de Semple.

Em 1906, Rollin Salisbury, o líder do departamento de Geografia de Chicago, convidou Semple para oferecer uma *visiting lecturership* em sua universidade⁵²². O departamento de Chicago, criado em 1903, teve um papel decisivo para a

⁵²⁰ Semple, 1990 [1904], pp. 208-209.

⁵²¹ Keighren, 2010, p. 35.

⁵²² Colby, 1933, p. 233.

institucionalização da disciplina nos EUA e, como já citado, foi o primeiro do país a abrigar a Geografia autonomamente. Semple lecionou em anos alternados em Chicago entre 1906 e 1924. Salisbury era um geólogo de formação que tinha uma visão davisiana da disciplina. A corrente de preocupação com o homem a partir de uma perspectiva ambiental que começava a surgir na Geografia Humana, representada, no caso de Chicago, por Harlan Barrows, que ingressou no departamento em 1904 e se tornaria um *full professor* em 1914, exerceu bastante atração sobre Salisbury. De acordo com Ellen Elizabeth Adams, os cursos que Semple ofereceria a partir de 1906 seriam amplamente baseados em *American History* e serviriam para complementar aqueles que já eram ministrados por Barrows desde 1904⁵²³. O que chama atenção é que, mesmo atendendo diretamente aos interesses de pesquisa que começavam a se fortalecer em Chicago, Semple tenha sido contratada para fazer parte do departamento apenas em tempo parcial ao longo dos anos.

Apesar de lecionar por períodos parciais, a entrada de Semple em Chicago evidencia a autoridade científica que seu trabalho já tinha na metade da primeira década do século XX. O curso ministrado pela geógrafa no departamento, intitulado “Some Principles of Anthropogeography”, foi pensado para ser uma introdução à sua perspectiva antropogeográfica apoiada no trabalho que já havia realizado até então. A oportunidade de Semple para apresentar suas ideias a uma audiência de estudantes que foi a primeira nos EUA a receber uma educação explicitamente geográfica no nível de graduação teve valor não apenas para moldar o conteúdo subsequente de seu trabalho, mas também para influenciar aspectos da abordagem de pesquisa que a Geografia Humana como um todo teria posteriormente nos EUA⁵²⁴. O fato de Chicago ter sido o primeiro departamento de Geografia separado a existir nos EUA somado ao esforço que os geógrafos vinham fazendo para se distinguir dos geólogos durante esse período criou condições para que a autora exercesse um papel pioneiro no fortalecimento da disciplina no país. O estudo dos aspectos humanos da Geografia teve um papel decisivo para a construção da especificidade epistemológica do campo disciplinar nos EUA em oposição à Geologia. Nesse contexto, o trabalho antropogeográfico de Semple encontrou um terreno fértil para a sua difusão.

Quando não estava lecionando em Chicago, Semple dividia seu tempo entre Louisville e as montanhas do estado de Nova York, lugares onde trabalhou na escrita

⁵²³ Adams, 2011, p. 295.

⁵²⁴ Keighren, 2010, pp. 38-39.

de “Influences of Geographic Environment” sem interrupção. Em 1907, Semple já havia feito progresso significativo na redação de *Influences* e estava pronta para comunicar alguns de seus desenvolvimentos. Além de contribuir com um artigo para o encontro anual da *American Historical Association* a convite de Frederick Jackson Turner, a autora publicou dois artigos no *Bulletin* da AGS falando sobre fronteiras geográficas que formariam o sétimo capítulo de *Influences*⁵²⁵. Na correspondência mantida por Semple durante a pesquisa e a escrita de sua principal obra a autora manifestava o seu desejo de que o livro fosse visto como algo mais do que uma reafirmação dos princípios de Ratzel. Entre 1908 e 1910, a geógrafa continuou pesquisando, escrevendo e apresentando suas conclusões parciais à medida que *Influences* ia tomando forma⁵²⁶. Em 1908, Semple publicou em duas partes o escrito que constituiria o capítulo referente aos povos costeiros da obra no *The Geographical Journal*⁵²⁷, o capítulo que trataria da abordagem antropogeográfica para os oceanos e os mares fechados no *bulletin* da *American Geographical Society*⁵²⁸, e, no final do ano, apresentou “The Operation of Geographic Factors in History” no encontro anual da *Ohio Valley Historical Association*, que formaria a base do primeiro capítulo de *Influences*. Ao fim da primeira década do século XX, o trabalho de Semple no livro se aproximava da completude⁵²⁹.

A publicação de “Influences of Geographic Environment” em 1911 rendeu a Semple um crescimento de sua autoridade intelectual tanto dentro quanto fora dos EUA. A autora foi convidada para lecionar durante um período no verão de 1912 na Universidade de Oxford. Seu trabalho foi tão bem recebido em terras inglesas que ela acabou sendo convidada a retornar para Oxford para lecionar novamente no verão de 1914. *Influences* desfrutou de razoável repercussão nos meios intelectualizados e chegou, inclusive, a ter resenhas publicadas em jornais voltados para um público mais amplo. Além dessas resenhas em jornais, o livro recebeu atenção nas publicações acadêmicas mais especializadas, dentre as quais se destacam as resenhas de George

⁵²⁵ SEMPLE, Ellen. *Geographical Boundaries – I*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 29, No. 7, 1907, pp. 385-397 e SEMPLE, Ellen. *Geographical Boundaries – II*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 39, No. 8, 1907, pp. 449-463.

⁵²⁶ Keighren, 2010, p. 41.

⁵²⁷ SEMPLE, Ellen. *Coast Peoples*. The Geographical Journal, Vol. 31, No. 1, 1908, pp. 72-90 e SEMPLE, Ellen. *Coast Peoples (Continued)*. The Geographical Journal, Vol. 31, No. 2, 1908, pp. 170-187.

⁵²⁸ SEMPLE, Ellen. *Oceans and Enclosed Seas: A Study in Anthro-Geography*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 40, No. 4, 1908, pp. 193-209.

⁵²⁹ Keighren, 2010, p. 41.

Chisholm no *The Journal of Geography*, de Ray Hughes Whitbeck no *Bulletin da American Geographical Society*, de Orin Libby na *The American Historical Review* e de H. J. Fleure na revista *The Geographical Teacher*. A obra também foi resenhada por pelo sociólogo Alvan Alonzo Tenney, na revista *Political Science Quarterly*, por George Byron Roorbach, nos *Annals of the American Academy of Political and Social Science* e pelo economista Edward Van Dyke Robinson, na *The American Economic Review*. O livro de Semple, ao ser comentado por Fleure e Chisholm, dois dos mais importantes geógrafos britânicos do início do século XX, e em publicações de outras disciplinas, como a Economia, a Ciência Política e a História, acabou tendo a sua circulação interdisciplinar e internacional favorecida.

A resenha mais longa de todas é de George Chisholm⁵³⁰. Esse geógrafo britânico, na primeira frase da resenha, dá a sua sentença sobre a obra de Semple afirmando que “Deve haver pouca hesitação em dizer que esse é o trabalho mais notável que apareceu em inglês para o tema ao qual é dedicado”⁵³¹. Após essa atribuição de um status excepcional à obra da geógrafa, Chisholm comenta muito brevemente um a um os capítulos da obra, além de ressaltar o aperfeiçoamento que Semple teria, em sua leitura, oferecido ao sistema de Ratzel e de comparar o esforço intelectual da autora à obra “History of Civilization in England” (1857) de Henry Thomas Buckle. H. J. Fleure⁵³², outro geógrafo britânico, destacou que os trabalhos de Semple sobre o Kentucky e outros temas já haviam despertado expectativa na Europa em relação às próximas contribuições da autora à disciplina e lembrou o imenso leque de temas tratados pela geógrafa de forma exaustiva em *Influences*, sustentando que, embora Semple tivesse em Ratzel a sua referência máxima, a obra da estadunidense traria “resultados independentes” decorrentes da vastidão de suas leituras e pesquisas. Fleure diz que “é impossível dar qualquer sumário do livro, pois a sua maior parte consiste em exemplos ilustrando proposições brevemente afirmadas”⁵³³.

Ray Whitbeck⁵³⁴, em sua breve resenha, ressaltou o “prodigioso montante de trabalho” realizado por Semple na obra. O geógrafo afirma que qualquer um que tente

⁵³⁰ CHISHOLM, George. *Miss Semple on the Influences of Geographic Environment*. The Geographical Journal, Vol. 39, No. 1, 1912, pp. 31-37.

⁵³¹ Chisholm, 1912, p.31.

⁵³² FLEURE, H. J. *The Influences of Geographic Environment. A Review of Miss Semple Work*. The Geographical Teacher, Vol. 7, No. 1, 1913, pp. 65-68.

⁵³³ Fleure, 1913, pp. 65-66.

⁵³⁴ WHITBECK, Ray Hughes. *Influences of Geographic Environment, on the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography by Ellen Churchill Semple*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 43, No. 12, 1911, pp. 937-939.

estimar o peso das influências geográficas sobre a história ou o desenvolvimento de um povo tentará abordar o impossível, pois as influências geográficas sobre o curso da história são, em seu entendimento, bastante complicadas. Whitbeck lembra que a autora fez certas generalizações sobre a influência geográfica na história sem deixar de manter a reserva e o cuidado a respeito delas⁵³⁵. O resenhista também elogiou a massa de referências empregadas por Semple ao longo de *Influences*:

Uma coisa que impressiona o leitor é a enorme amplitude de leitura, a verificação infundável das referências, a busca e a pesquisa, a filtragem e refiltragem de material envolvidas na preparação da pesquisa. Existem, aproximadamente, 1500 citações de autoridades. O capítulo sobre povos insulares é seguido, sozinho, por 223 referências. Os geógrafos do mundo de língua inglesa agradecerão a Sra. Semple por gerações por seu esplêndido trabalho ao preparar essa bibliografia⁵³⁶.

Além de mencionar a extensão do referencial bibliográfico no qual está escorado o estudo de Semple, Whitbeck elogia o método que a geógrafa segue nos capítulos da obra ao destacar os princípios gerais e, logo em seguida, ilustrá-los por exemplos empíricos abundantes. Para o resenhista, isso é um atestado do rigor metodológico do trabalho da autora. O padrão elogioso das resenhas de Chisholm, Fleure e Whitbeck se repete na resenha do historiador Orin Libby⁵³⁷. Este intelectual, discípulo de Frederick Jackson Turner, demonstra grande aceitação da abordagem geográfica para o desenvolvimento dos povos proposta por Semple ao reforçar que a autora, embora tenha a sua preocupação centrada nas influências geográficas, jamais deixa de reconhecer que o homem é um “agente ativo” que recebe “sucessivos incrementos de poder dos vários ambientes físicos nos quais ele está localizado”. Libby também, assim como os resenhistas geógrafos, ressalta a enorme quantidade de fontes consultada por Semple e a “meticulosa acumulação de evidências em cada detalhe do tema” que dão ao trabalho da geógrafa “um caráter distintamente

⁵³⁵ Whitbeck, 1911, p. 938.

⁵³⁶ “One thing that impresses the reader is the enormous breadth of reading, the endless verifying of references, the search and research, the sifting and resifting of material, involved in the preparation of the book. There are nearly 1,500 citations of authorities. The chapter on Island Peoples alone is followed by 223 references. The geographers of the English Speaking World will thank Miss Semple for a generation to come for her splendid work in preparing this bibliography” (WHITBECK, 1911, p. 938).

⁵³⁷ LIBBY, Orin. *Influences of Geographic Environment, on the Basis of Ratzel's System of Anthropogeography by Ellen Churchill Semple*. The American Historical Review, Vol. 17, No.2, 1912, pp. 355-357.

enciclopédico”. O discípulo de Turner chega a comparar a interpretação geográfica da história àquela que era oferecida pelos sociólogos e economistas, e ainda afirma que a Geografia estaria sofrendo por sua separação da História⁵³⁸.

A resenha do sociólogo Alvan Alonzo Tenney⁵³⁹ mescla elogios e críticas ao trabalho de Semple. Tenney afirma que a literatura em língua inglesa a respeito de influências geográficas sobre o homem, à exceção da história da Inglaterra de Buckley, publicada no meio do século XIX, parecia, no início do século XX, fragmentária e insatisfatória, e que, a publicação de *Influences*, vinha preencher uma lacuna na literatura científica anglo-americana que há muito tempo existia. O sociólogo também reconhece que o serviço prestado pela geógrafa com sua extensa obra havia ultrapassado uma simples reafirmação dos princípios ratzelianos. No entanto, ao analisar as afirmações teóricas e o escopo de *Influences* expostos na introdução da obra, Tenney alega que Semple enfatiza excessivamente o papel de termos como o “ambiente geográfico” e a “raça” e negligencia o que o sociólogo chama de um “terceiro fator” para explicar a relação entre a sociedade e o espaço geográfico que é o que denomina de “conhecimento”. O conhecimento seria, em seu entendimento, o que explicaria as similaridades sociais, econômicas e históricas entre povos, sintetizadas, nas palavras de Tenney, pela expressão “similaridades institucionais”. Essas similaridades, em sua leitura, emergiriam através de contatos culturais entre povos que provocariam a imitação das instituições de algumas coletividades humanas por outras⁵⁴⁰.

O resenhista aponta o que entende ser uma negligência de Semple com mecanismos de imitação cultural através dos quais as instituições se difundiriam e demonstra grande ceticismo com o método da autora de *Influences*. O método de Semple consiste em estudar povos de diferentes grupos raciais que viveram em condições geográficas similares e manifestaram desenvolvimento histórico-social similar para tentar entender até que ponto as condições geográficas tiveram algum peso em tais desenvolvimentos. Tenney acredita que essa empreitada leva, muito possivelmente, a uma ênfase excessiva nos aspectos fisiográficos. No entanto, o resenhista reconhece que o livro foi bem sucedido em apresentar muitas evidências

⁵³⁸ Libby, 1912, p. 355.

⁵³⁹ TENNEY, Alvan Alonzo. *Influences of Geographic Environment, on the Basis of Ratzel's System of Anthro-geography by Ellen Churchill Semple*. Political Science Quarterly, Vol. 27, No. 2, 1912, pp. 345-348.

⁵⁴⁰ Tenney, 1912, p. 346.

disponíveis que contribuíssem para fortalecer o campo de estudos das influências geográficas sobre o homem:

O leitor que espera encontrar no volume uma sucinta e bem coordenada afirmação de princípios e uma teoria bem construída na qual há uma apresentação adequada da importância das várias influências geográficas sobre o homem em relação umas às outras, junto com sua importância como um todo em relação a outras influências, ficará desapontado. Por outro lado, aquele que busca por ilustrações específicas de classes particulares de influências ou por discussão crítica de hipóteses e princípios relacionados a essas classes particulares, encontrará ambas em abundância. O livro, portanto, está longe de ser um mero catálogo de fatos grosseiramente classificados; é, antes, notavelmente bem escrito e, no principal, uma tentativa bem sucedida de apresentar toda a evidência disponível dentro do seu campo⁵⁴¹.

A ambivalência da resenha de Tenney, na qual críticas metodológicas e conceituais aparecem junto ao reconhecimento de que o livro reúne muitas hipóteses e evidências da influência do ambiente geográfico sobre o homem, difere bastante do tom laudatório da curta resenha de George Byron Roorbach⁵⁴². Esse resenhista vai além de Chisholm ao dizer que o livro “deve ser considerado a contribuição mais valiosa ao tema da antropogeografia já publicada”. Roorbach também menciona o aperfeiçoamento que Semple fez do sistema ratzeliano ao adicionar materiais originais e exalta a grande amplitude de escopo da obra. Além de considerar que a contribuição de Semple contém um grande exame do vasto campo de estudos da influência ambiental sobre o homem, o resenhista sustenta que *Influences* é uma “boa ilustração do significado e do valor da geografia científica”⁵⁴³. A resenha do economista Edward Van Dyke Robinson⁵⁴⁴ também fala sobre a independência e a originalidade de *Influences* em relação ao trabalho de Ratzel e sentencia que a obra de Semple é “o

⁵⁴¹ “The reader who expects to find in the volume a succinct and coordinated statement of principles and a well-constructed theory in which there is adequate presentation of the importance of various geographical influences on man in relation to each other, together with their importance as a whole in relation to other influences, will be disappointed. On the other hand, the searcher for specific illustrations of particular classes of influence or for critical discussion of hypotheses and principles relating to these particular classes will find both in abundance. The book however, is far from being a mere catalogue of facts roughly classified; it is rather a remarkably well written and, in the main, successful attempt to present all available evidence within its field” (TENNEY, 1912, p.348).

⁵⁴² ROORBACH, George Byron. *Influences of Geographic Environment on the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography by Ellen Churchill Semple*. The Annals of American Academy of Political and Social Science, Vol. 41, Efficiency in City Government, 1912, pp. 350-351.

⁵⁴³ Roorbach, 1912, p. 350.

⁵⁴⁴ ROBINSON, Edward Van Dyke. *Influences of Geographic Environment on the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography by Ellen Churchill Semple*. The American Economic Review, Vol. 2, No. 2, 1912, pp. 338-340.

primeiro e único tratamento adequado em inglês das respostas humanas ao ambiente”. A grande variedade de fontes nas quais está apoiado o trabalho da geógrafa – com apropriação de literatura não apenas da Geografia, mas também da Antropologia, da Economia e da História – contribuiu, para Robinson, para que Semple produzisse um “trabalho realmente monumental”. A única crítica pontual feita pelo economista é em relação ao fato de que a autora utilizou mais literatura de Geografia e Antropologia do que de Economia e História, e que a literatura utilizada das duas últimas disciplinas estaria longe de representar, em sua leitura, a situação dessas ciências no início do século XX. Robinson considerou que a literatura histórica e econômica utilizada por Semple poderia ser mais atualizada⁵⁴⁵.

Nas resenhas acadêmicas aqui comentadas é possível identificar padrões de recepção muito claros que demonstram a imagem pública de *Influences* que surgiu logo após o seu lançamento. Todos os resenhistas atestam a excepcionalidade do livro de Semple e observam a vasta amplitude do escopo de sua obra. A rarefação de trabalhos em língua inglesa com a extensão e o fôlego de *Influences* é mencionada em várias das resenhas. Em algumas delas, como são os casos das resenhas de Chisholm, Roorbach e Robinson, a obra de Semple aparece como a mais importante contribuição já feita em língua inglesa⁵⁴⁶ ao tema das influências geográficas sobre o homem. A única resenha que apresenta críticas mais duras é a de Tenney⁵⁴⁷; todas as outras são explicitamente elogiosas e evidenciam o capital simbólico que a autora passou a desfrutar entre geógrafos e não geógrafos com a publicação da sua principal obra.

Influences recebeu resenhas também de jornais e revistas não especializados. Essas resenhas foram encontradas em um livro de recortes que compõe os *Semple Papers*, o arquivo da geógrafa. Os jornais e revistas não especializados, de maneira geral, apresentaram resenhas mais breves do que as revistas especializadas. O jornal *Boston Evening Transcript*⁵⁴⁸ destacou o aperfeiçoamento do sistema de Ratzel feito pela geógrafa e o seu método de comparar povos compostos por grupos raciais distintos, em etapas de desenvolvimento cultural diferentes, que viveram em

⁵⁴⁵ Robinson, 1912, pp. 338-339.

⁵⁴⁶ Roorbach chega, inclusive, a dizer que é a maior contribuição ao tema da Antropogeografia já publicada, sem especificar se é a maior apenas no mundo de língua inglesa.

⁵⁴⁷ E mesmo Tenney reconhece a excepcionalidade do esforço de Semple.

⁵⁴⁸ *Boston Evening Transcript*, 5 de julho de 1911. *Semple Papers*, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

ambientes geográficos similares. A revista *Review of Reviews*⁵⁴⁹, de Nova York, lembrou que a autora, com a publicação da obra, ofereceu uma versão da Antropogeografia ratzeliana “adaptada à mente anglo-americana”. A publicação *Independent*⁵⁵⁰, também nova-iorquina, soltou uma breve nota lembrando, assim como a revista anteriormente citada, da importância de *Influences* para a difusão da perspectiva antropogeográfica ratzeliana no mundo de língua inglesa e, além disso, salientou que muito do livro de Semple poderia ser de interesse dos “biólogos que se preocupam com problemas de distribuição e ecologia dos organismos”.

Em outra resenha nova-iorquina, da revista *The Nation*⁵⁵¹, a obra é saudada como um “livro notável” e “um dos poucos produtos da ciência contemporânea americana que poderia, seguramente, desafiar o melhor do que já foi apresentado nesse campo por qualquer cientista estrangeiro”. Para esse resenhista, *Influences* transformaria Semple em uma das poucas mulheres no mundo que estaria lado a lado dos nomes masculinos mais importantes da ciência. O trabalho da geógrafa, para a resenha da *The Nation*, é um “modelo de arranjo lógico” no qual a autora demonstra “controle infalível sobre o seu objeto”. O esforço de Semple é visto pela revista como algo que terá uma “profunda e penetrante” influência e como tendo, inclusive, superado o trabalho de Buckle em relação ao corpo de evidências reunido. Ao apontar a convincente amarração lógica existente entre os quatro primeiros capítulos, que tratam da consideração geral sobre a operação dos fatores geográficos na história, da delimitação das classes de influências geográficas, do exame das relações da sociedade e do Estado com a terra e da reflexão sobre os movimentos e migrações dos povos, e os capítulos que tratam da operação de fatores geográficos mais específicos, como o clima, as montanhas, os rios e as planícies, o resenhista exalta as qualidades da forma textual do livro, ao dizer que Semple não apenas “pensa claramente”, mas também “escreve claramente” e ainda elogiar a capacidade que a autora tem para reunir uma massa de fatos de forma estilisticamente agradável.

O *Chicago Evening Post*⁵⁵² mencionou alguns breves aspectos da trajetória de Ratzel e enfatizou, assim como em várias outras resenhas já citadas, a importância do contato direto de Semple com o erudito alemão para falar dos interesses intelectuais da estadunidense. O resenhista do jornal de Chicago também lembrou que a geógrafa já

⁵⁴⁹ *Review of Reviews*, Julho de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

⁵⁵⁰ *Independent*, 3 de agosto de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

⁵⁵¹ *The Nation*, 21 de dezembro de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

⁵⁵² *Chicago Evening Post*, 10 de novembro de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

havia se notabilizado pela publicação de “American History and Its Geographic Conditions”, contudo, criticou que um trabalho de “tremenda importância” como *Influences* tivesse, em seu entendimento, ilustrações cartográficas de má qualidade. Ainda assim, o realce da qualidade e do peso da obra domina o discurso dessa resenha, que termina afirmando que o livro deveria despertar o interesse não apenas dos geógrafos, mas também de antropólogos, economistas e historiadores, pois representaria uma “adição extremamente valiosa” a essas quatro ciências.

A publicação *The Survey*⁵⁵³, também de Chicago, soltou uma breve nota na qual, após mencionar a importância de *Influences* para a difusão das ideias ratzelianas de forma adaptada à “mente anglo-americana”, enfatizou que a obra não era, de forma alguma, acessível a um público “popular”, mas sim um “tratado amplamente abrangente” que nenhum estudioso da influência da Terra sobre o homem poderia ignorar. O *Boston Herald*⁵⁵⁴, em tom semelhante ao do *Chicago Evening Post*, ressaltou o valor interdisciplinar da obra de Semple ao salientar o quão impossível seria estudar História, Sociologia e mesmo Política se elas não fossem “iluminadas e completadas pela ciência do homem em relação ao seu ambiente geográfico”. Além de falar também sobre a apropriação, modificação e aperfeiçoamento que a geógrafa fez do trabalho de Ratzel, o resenhista do *Boston Herald* recordou que o tratamento do tema das influências geográficas por Semple é, assim como o de seu mentor alemão, “abertamente evolucionário”.

A resenha da revista *The Christian Register*⁵⁵⁵, assim como boa parte das resenhas até aqui citadas, também mencionou a adaptação feita por Semple do sistema ratzeliano para o mundo de língua inglesa, citou vários dos inúmeros temas específicos tratados na obra, situou o esforço da geógrafa na tradição deixada por Buckley e, ao final, vaticinou que o volume era “a mais completa exibição de fatos e teorias a ser encontrada em língua inglesa” no tema das influências ambientais sobre o homem. As revistas *The Outlook*⁵⁵⁶, de Nova York e *Book Review Digest*⁵⁵⁷ publicaram breves notas sobre *Influences* lembrando, assim como várias outras resenhas, do papel de Ratzel para a elaboração das ideias da obra e da originalidade da contribuição de

⁵⁵³ *The Survey*, 9 de dezembro de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

⁵⁵⁴ *Boston Herald*, 2 de setembro de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

⁵⁵⁵ *The Christian Register*, 3 de Agosto de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

⁵⁵⁶ *The Outlook*, 15 de julho de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

⁵⁵⁷ *Book Review Digest*, julho de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

Semple; e a *Literary Digest*⁵⁵⁸ destacou, também em nota curta, que *Influences* cobria um “amplo campo de informação” e era uma produção intelectual “meticulosa”.

Essa reconstituição de alguns aspectos das resenhas de publicações especializadas e não especializadas mostra que a percepção de excepcionalidade e de refinamento direcionada à obra mais importante de Semple era, no início da segunda década do século XX, um fenômeno intersubjetivo facilmente observável. Os juízos atribuídos a *Influences* – “esplêndido trabalho”, “trabalho mais notável que apareceu em inglês para o tema ao qual é dedicado”, “boa ilustração do significado e do valor da geografia científica”, “o primeiro e único tratamento adequado em inglês das respostas humanas ao ambiente”, “modelo de arranjo lógico” e etc. – deixam claro que Semple obteve um significativo ganho de autoridade científica com a publicação do livro.

Dos comentários e críticas que surgiram a respeito do livro décadas após a sua publicação, o mais importante é o artigo publicado por John K. Wright em 1962⁵⁵⁹. Este autor inscreve a obra magna de Semple no que chama de genealogia da “velha família” dos “Ambientalistas”, cuja linhagem pode, em sua leitura, ser traçada até os escritos de Homero, Hipócrates, Heródoto e outros pensadores antigos; e, além disso, lembra que nos EUA já havia eruditos que propunham uma abordagem semelhante à abordagem da geógrafa desde, pelo menos, o século XVIII⁵⁶⁰. Wright acredita que Semple não discutiu criticamente a confiabilidade de muitas das inúmeras fontes que utilizou na obra e que a autora tratou interpretações elaboradas por outros autores como se fossem fatos⁵⁶¹. O geógrafo é bastante crítico em relação à tendência de Semple em usar asserções muito categóricas na afirmação de seus princípios antropogeográficos gerais e à recorrência com que advérbios e expressões adverbiais como “inevitavelmente”, “sempre” ou “em todo lugar” aparecem no vocabulário da geógrafa em detrimento de expressões mais modestas como “talvez” ou

⁵⁵⁸ *Literary Digest*, 2 de março de 1912. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

⁵⁵⁹ WRIGHT, John K. *Miss Semple's "Influences of Geographic Environment" Notes Toward a Bibliography*. *Geographical Review*, Vol. 52, No. 3, 1962, pp. 346-361.

⁵⁶⁰ Wright, 1962, pp. 346-347.

⁵⁶¹ Wright, 1962, pp. 347-348.

“possivelmente”⁵⁶². A assertividade teórica das afirmações generalistas de Semple é mal vista por Wright.

O autor, após colocar em xeque a excepcionalidade, o rigor metodológico e a originalidade de Semple – qualificativos que foram, como já demonstrado, amplamente mobilizados na retórica das resenhas que surgiram logo após a publicação da obra – traz evidências quantitativas importantes a respeito do peso que *Influences* exerceu sobre a Geografia de língua inglesa ao reportar os resultados de um questionário sobre a obra que enviou, em 1961, cinquenta anos após a sua publicação, para 58 geógrafos, dentre os quais estavam 44 estadunidenses, 13 britânicos e 1 francês, cuja faixa etária variava entre 25 e 82 anos de idade. Dentre os destinatários, dos 53 que responderam o questionário, apenas três alegaram não ter lido o livro de Semple. O período do passado no qual houve o último contato com a obra, a frequência e a intensidade da leitura e o tamanho da parcela do livro que os respondentes alegaram ter lido eram bastante variáveis. Além disso, o questionário de Wright também perguntava o que os respondentes sabiam do uso que havia sido feito de *Influences* nas universidades e *colleges* estadunidenses e britânicos, e as respostas, embora bagunçadas, demonstravam, para o autor, um uso surpreendentemente espalhado do livro não apenas antes da Segunda Guerra Mundial, mas também depois⁵⁶³.

Após a publicação de *Influences*, Semple, nos anos entre 1914 e 1918, passou por várias instituições. Em 1914, depois de lecionar pelo segundo breve período em Oxford, a geógrafa retornou aos EUA e trabalhou no *Wellesley College* durante o ano acadêmico de 1914-15 e na Universidade do Colorado no verão de 1916. Em 1915 apareceu o seu primeiro artigo sobre a região mediterrânea⁵⁶⁴, que seria o tema da sua última grande obra. Desse período em diante, o estudo dessa parte do mundo tomou a maior parte de seu tempo como pesquisadora. Semple havia viajado bastante pela Europa e pesquisado material sobre a região nas bibliotecas de Paris, Londres e Roma. O livro sobre o Mediterrâneo, sua última grande obra, que seria publicada apenas em 1931, é o resultado desse terceiro grande período produtivo de sua trajetória⁵⁶⁵.

⁵⁶² Wright, 1962, p. 349.

⁵⁶³ Wright, 1962, p. 348.

⁵⁶⁴ Semple, Ellen. *Barrier Boundary of the Mediterranean Basin and Its Northern Breaches as Factors in History*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 5, 1915, pp. 27-59.

⁵⁶⁵ Colby, 1933, p. 235.

O trabalho de Semple foi parcialmente interrompido nos anos em que os EUA estiveram envolvidos na Primeira Guerra Mundial. Entre dezembro de 1917 e o final de 1918 a geógrafa realizou estudos especiais para o governo estadunidense. Esses estudos foram feitos na sede da *American Geographical Society*, em Nova York, instituição que ofereceu, a convite de Isaiah Bowman, suas instalações ao governo do país. O trabalho da geógrafa na cidade acabou proporcionando a oportunidade para que lecionasse na Universidade de Columbia durante o verão de 1918⁵⁶⁶. A organização governamental da qual Semple participou durante esses anos, o *Inquiry*, foi um grupo de pesquisa criado a pedido do presidente Woodrow Wilson após a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial. O objetivo dessa organização era reunir informações para serem usadas em uma eventual conferência de paz futura. A contribuição da *expertise* dos geógrafos, em decorrência do redesenho das fronteiras políticas que ocorreria com a desintegração dos impérios alemão, austro-húngaro e otomano, foi fundamental para o *Inquiry*⁵⁶⁷.

Semple trabalhou nessa instituição governamental examinando reivindicações conflitantes na fronteira entre a Itália e a Áustria e realizando estudos sobre a Mesopotâmia⁵⁶⁸. No arquivo da geógrafa, foi possível encontrar um longo texto de mais de cinquenta páginas, intitulado “The Partition of Asiatic Turkey”⁵⁶⁹, datado de abril de 1918, que consiste em uma descrição exaustiva das características étnicas, demográficas, fronteiriças e, em alguns casos, hidrológicas das variadas regiões do Império Otomano, que se desintegraria com o desfecho do conflito, e seria dividido em novos Estados. Havia um conflito entre as potências vitoriosas na guerra, especialmente entre a Grã-Bretanha e a França, pelo controle das áreas do Oriente Médio liberadas do domínio turco. Além disso, existia uma demanda de harmonização entre as novas fronteiras políticas que seriam criadas e a distribuição geográfica do mosaico de grupos étnicos que compunham os enormes territórios anteriormente controlados pelos otomanos.

A criação de novas fronteiras políticas na Europa, em decorrência da desintegração do Império Austro-Húngaro e da derrota alemã, também era uma demanda importante das potências vitoriosas. Era preciso enfraquecer o poderio

⁵⁶⁶ Colby, 1933, p. 235.

⁵⁶⁷ Adams, 2011, pp. 225-226.

⁵⁶⁸ Adams, 2011, p. 234.

⁵⁶⁹ SEMPLE, Ellen. *The Partition of Asiatic Turkey*, 1918. Semple Papers, Box 5, Folder 8.

militar da Alemanha e garantir a criação de novos Estados na Europa Central e nos Balcãs. As duas contribuições geográficas de Semple ao *Inquiry*, tanto a discussão sobre a nova fronteira austro-italiana como a delimitação de fronteiras para a criação de novos Estados nas áreas anteriormente otomanas, foram em temas geopolíticos de extrema importância que emergiram com o fim da Primeira Guerra Mundial. Embora o *Inquiry* tenha falhado em produzir uma paz duradoura, ele contribuiu para fortalecer a Geografia estadunidense ao legitimá-la como uma disciplina que teria algo a contribuir para os interesses políticos e econômicos dos EUA no mundo⁵⁷⁰.

Após o fim da guerra, a autora retornou à normalidade de sua pesquisa e escrita e nos anos de 1920, 1922, 1923 e 1924 voltou a dar aulas na Universidade de Chicago. Nesse período, Semple também se tornou professora de Antropogeografia da Universidade de Clark, instituição na qual começou a trabalhar em 1921 e com a qual manteve ligações até a sua morte. Durante os anos que passou lecionando em Clark, a geógrafa desfrutou de grande liberdade de ensino. Dentre os cursos que eram oferecidos na universidade por Semple regularmente estavam “Anthropogeography”, “The Geography of the Mediterranean” e “The Geography of Europe”. Ocasionalmente, Semple também oferecia os cursos “Southeastern Asia” e “The History of Geography”⁵⁷¹.

A criação da *Graduate School of Geography* da Clark, em 1921, é um dos principais acontecimentos que evidenciam a consolidação institucional da disciplina na academia estadunidense do pós-guerra. Fundada por Wallace W. Atwood, que havia estudado Geologia e Geografia em Chicago⁵⁷² e se tornado presidente da Clark em 1920, a escola de Geografia da instituição de Worcester teve em Semple a primeira figura importante de seu *staff* disciplinar. Para Innes Keighren, a contratação da geógrafa nessa instituição foi o ponto mais alto de sua carreira docente⁵⁷³. A partir da terceira década do século XX, a Clark se consolidaria como o principal centro de formação em Geografia do país e, de acordo com o levantamento publicado por Dean Rugg⁵⁷⁴, já no ano de 1935, uma década e meia após a fundação da *School of Geography*, a instituição se tornaria responsável pelo maior número de títulos de

⁵⁷⁰ Adams, 2011, p. 251.

⁵⁷¹ Colby, 1933, pp. 235-236.

⁵⁷² Martin, 2015, p. 174.

⁵⁷³ Keighren, 2010, p. 144.

⁵⁷⁴ RUGG, Dean. *The Midwest as a Hearth Area in American Academic Geography*. In: BLOUET, Brian (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*. Hamden, Archon Books, 1981, pp. 175-191.

doutorado na disciplina conferidos nos EUA por uma única universidade, ao somar 46 titulações atribuídas. Com isso, ultrapassou Chicago, que havia, até então, na metade dos anos 1930, atribuído 33 titulações desse grau, e Wisconsin, outra universidade pioneira na disciplina, que havia, até 1935, conferido 22 doutorados em Geografia⁵⁷⁵.

Em 1921, a geógrafa também foi eleita para a presidência da AAG. Semple já vinha participando dos encontros da associação desde que eles começaram a ser realizados, na virada de 1907 para 1908, ocasião na qual havia sido eleita “second vice-president”. A autora ocupou, desde então, uma variedade de posições em comitês e no conselho da instituição e essa atuação burocrática, somada à grande autoridade científica da qual a sua obra desfrutava desde, pelo menos, o início da década de 1910, culminaria na sua eleição à presidência no início dos anos 1920. Como presidente eleita da associação, Semple ficou encarregada de organizar o programa do encontro que ocorreria em Washington D. C. em dezembro de 1921. A geógrafa e o conselho da AAG decidiram dar ênfase ao tópico das rotas de comércio mundial e organizaram dois comitês para o encontro, um sobre educação geográfica e outro intitulado “Opportunities in Geography other than Teaching”. Semple recrutou a colaboração, na organização do encontro anual, de geógrafos com os quais tinha proximidade, como eram os casos de Harlan Barrows e Walter Tower, ambos seus colegas na Universidade de Chicago, de Wallace Atwood, então presidente da Universidade de Clark, Richard Elwood Dodge, que foi uma das vozes mais importantes para o fortalecimento da discussão sobre a Geografia escolar nos EUA e Isaiah Bowman, que havia dado uma contribuição importante para aproximar a *American Geographical Society* e o governo estadunidense durante a Primeira Guerra Mundial⁵⁷⁶.

A historiadora Ellen Elizabeth Adams argumenta que o programa de Semple para o encontro reflete claramente o continuado interesse da autora na educação geográfica e as principais preocupações da Geografia estadunidense no pós Primeira Guerra, a dizer, as mudanças na geopolítica e na economia mundial que emergiram com o desfecho do conflito e a reafirmação da utilidade da disciplina fora da academia que foi fortalecida pela atuação dos geógrafos no *Inquiry* e, posteriormente, como delegados da Conferência de Paz de Paris. Pela primeira vez, alega a historiadora, a Geografia havia assumido um papel público importante para moldar a política

⁵⁷⁵ Rugg, 1981, p. 186.

⁵⁷⁶ Adams, 2011, pp. 224.

doméstica e internacional dos EUA⁵⁷⁷. A institucionalização acadêmica da disciplina, consolidada na década de 1920, contou com o reforço de seu êxito no cumprimento de demandas extra-acadêmicas. A interdependência entre o surgimento de um debate epistemológico disciplinar específico nos escritos de Semple e Huntington e o uso dos conhecimentos geográficos para demandas geopolíticas estadunidenses é decisiva para entender o fortalecimento da Geografia nesse período.

O conteúdo do discurso presidencial apresentado por Semple na AAG, intitulado “The Influence of Geographic Conditions upon Mediterranean Stock-Raising”⁵⁷⁸, difere significativamente dos discursos presidenciais de Albert Perry Brigham, Nevin Fenneman, Charles Dryer, Harlan Barrows e Ellsworth Huntington que já foram analisados. No texto, a autora não faz nenhuma elaboração teórica ou programática explícita a respeito do objeto da Geografia e trata diretamente do tema da influência das condições geográficas sobre a produção agrícola e a atividade pastoril em várias áreas próximas ao Mediterrâneo, desde o Egito, a Palestina e a Síria, até a Grécia, a Itália e Espanha. O uso, pela autora, de fontes da Antiguidade Clássica como Aristóteles, Xenofonte e Plutarco para tratar de elementos históricos das civilizações que existiram nas áreas litorâneas do Mediterrâneo indica o grau de distinção que a vastidão interdisciplinar e humanística do repertório bibliográfico de Semple conferia à sua contribuição⁵⁷⁹ e revela toda a *expertise* intelectual que a geógrafa tinha em História Antiga.

Esse *ethos* vocacionado para uma erudição de escopo abrangente que aborda os problemas disciplinares antropogeográficos a partir da sua relação com questões mais amplas, tal como observado no discurso presidencial, também explica, em parte, a adesão de Semple à sistematização epistemológica oferecida pelo Darwinismo Social. Isso ficará claro, mais adiante, na análise dos aspectos internos de *Influences*, sua obra de maior repercussão.

⁵⁷⁷ Adams, 2011, p. 224.

⁵⁷⁸ SEMPLE, Ellen. *The Influence of Geographic Conditions upon Mediterranean Stock-Raising*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 12, 1922, pp. 3-38.

⁵⁷⁹ A autora publicou, de 1915 em diante, uma série de artigos que tratavam de temas específicos da região mediterrânea, como SEMPLE, Ellen. *Climatic and Geographic Influences on Ancient Mediterranean Forests and the Lumber Trade*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 9, 1919, pp. 13-40; SEMPLE, Ellen. *Climatic Influences in Some Ancient Mediterranean Religions*, Scottish Geographical Magazine, Vol. 41, 1925, pp. 214-221, 257-266 e SEMPLE, Ellen. *Irrigation and Reclamation in the Ancient Mediterranean Region*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 19, 1929, pp. 111-148.

A última década de vida da autora foi centrada no ensino e em seus esforços para escrever a obra sobre o Mediterrâneo, que já estavam evidenciados no discurso de 1921. Após entrar como professora em Clark, Semple ainda lecionou durante um semestre, em 1925, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Em 1931, já após sofrer, em 1929, um ataque cardíaco que debilitaria sua saúde significativamente, a autora publicou “The Geography of the Mediterranean Region” um ano antes de sua morte, trabalho que resultava de mais de uma década de pesquisa⁵⁸⁰. A obra⁵⁸¹, que é dividida em quatro grandes partes que tratam, respectivamente, das condições geográficas gerais, das fronteiras e limites, da vegetação e da agricultura e das atividades marítimas da região mediterrânea, possui 24 capítulos e mais de 700 páginas, e, além disso, aglutina alguns materiais que já haviam sido publicados por Semple em forma de artigo. A autora dedicou seu último livro a Wallace Atwood e, no prefácio do extenso escrito, agradeceu ao geógrafo por lhe ter permitido desfrutar de grandes períodos livres durante os anos de trabalho em Clark para que pudesse finalizar a obra.

Após essa reconstituição comentada de alguns elementos centrais da trajetória da autora, vale lembrar também que existem dois pequenos textos que abordam alguns detalhes da carreira intelectual de Semple pelo prisma específico da questão de gênero. O primeiro deles, um breve escrito de apenas quatro páginas publicado por Mildred Berman⁵⁸² em 1974, traz à tona uma informação que demonstra que Semple sofreu discriminação salarial. A autora cita um trecho do testamento da geógrafa, extraído da *Jefferson County Court House*, em Louisville, no Kentucky, datado de 17 de março de 1932, no qual Semple diz que, em decorrência dos gastos financeiros altos que teve durante os dois anos e meio no qual ficou extremamente doente após sofrer um ataque cardíaco em 1929 e da depressão econômica na qual os EUA se encontravam, decidiu revogar a doação de mil dólares que havia prometido fazer à Universidade de Clark ao final de sua vida. A geógrafa afirma que tomou essa decisão com menos arrependimento pelo fato de que os administradores da instituição haviam fixado o seu salário em uma base 500 dólares ao ano menor do que o salário de um *full-time*

⁵⁸⁰ Colby, 1933, pp. 236-237.

⁵⁸¹ SEMPLE, Ellen. *The Geography of the Mediterranean Region – Its Relation to Ancient History*. New York, Henry Holt and Company, 1931.

⁵⁸² BERMAN, Mildred. *Sex Discrimination and Geography: The Case of Ellen Churchill Semple*. *The Professional Geographer*, Vol. 26, No.1, 1974, pp. 8-11.

professor. Ela também alega ter trabalhado mais horas e produzido um resultado científico-literário maior do que o resultado dos professores homens de seu departamento. Segundo a geógrafa, a razão alegada pelos administradores para justificar essa situação salarial foi o fato de ela ser uma mulher e não ter dependentes. Semple qualificou essa justificativa como um “argumento de meados do período vitoriano” vindo de “um grupo de capitalistas modernos”⁵⁸³.

O outro texto, publicado no ano seguinte, em 1975, por Allen Bushong⁵⁸⁴, traz alguns comentários sobre o discurso feito por Semple na ocasião do aniversário do *Vassar College* – instituição pioneira na educação superior de mulheres na qual a autora havia obtido o seu *Bachelor of Arts Degree* em 1883 e o seu *Master Degree*, em 1891 – em 1915. Bushong destaca que Semple, ao discursar para a audiência da instituição, sustentou que a Geografia, pela demanda crescente de instrutores que vinha suscitando nas escolas de ensino básico e nos *colleges* de ensino superior, estaria de portas abertas para as mulheres. A geógrafa enfatizou as oportunidades profissionais que a disciplina oferecia especificamente para as mulheres e argumentou que determinadas habilidades necessárias à pesquisa antropogeográfica, como a capacidade de trabalho detalhado, a perseverança paciente na coleta de material, a humildade intelectual e a imaginação, seriam, em seu entendimento, intrinsecamente “femininas”⁵⁸⁵.

Esses aspectos da trajetória de Semple levantados por Berman e Bushong evidenciam que a geógrafa tinha uma percepção clara do impacto que a questão de gênero tinha em sua trajetória. No caso da questão salarial na Clark, Semple considerava, explicitamente, que o fato de ser uma mulher havia tido um papel decisivo. No discurso que fez no *Vassar College*, em 1915, a autora é explícita em seu incentivo para que as mulheres sigam carreira na Geografia, o que pode ser interpretado, em primeiro lugar, como um incômodo com a pouca presença feminina na disciplina e, em segundo lugar, como uma exortação à maior participação das mulheres na vida acadêmica em geral. Apesar disso, a origem social privilegiada da autora, que lhe proporcionou conforto material para investir nos estudos, e o grande reconhecimento de sua obra, que, ao que tudo indica, não sofreu interdição decorrente de preconceitos de gênero (ela foi a primeira mulher a ser eleita presidente da AAG

⁵⁸³ Semple *apud* Berman, 1974, p. 8.

⁵⁸⁴ BUSHONG, Allen. *Women as Geographers: Some Thoughts of Ellen Churchill Semple*. *Southeastern Geographer*, Vol. 15, No. 2, 1975, pp. 102-109.

⁵⁸⁵ Bushong, 1975, pp. 103-104.

em uma instituição composta, na sua quase totalidade, por homens; desfrutou de um reconhecimento enorme, quase laudatório em alguns casos, por parte de seus pares masculinos; e, mesmo com a situação de injustiça salarial sofrida, trabalhou em Chicago e em Clark, que foram duas das universidades mais importantes para a Geografia acadêmica estadunidense das três primeiras décadas do século XX), proporcionaram a Semple um capital científico distinto e excepcional no período crítico de institucionalização da Antropogeografia nos EUA.

A autora de “Influences of Geographic Environment” teve uma trajetória institucional prestigiosa e um círculo de relações intelectuais que possibilitaram a sua ascensão como uma figura central para a consolidação da disciplina nos EUA e contribuíram para minimizar o peso da questão de gênero. O contato direto de Semple com Ratzel foi decisivo para que seus esforços intelectuais se legitimassem em um país que, entre o final do século XIX e o início do século XX, ocupava uma posição ainda periférica na produção geográfica mundial. A Geografia alemã, que já no final do século XIX acumulava um patrimônio de discussões intelectuais representadas pelos esforços de eruditos como Alexander von Humboldt, Carl Ritter, Ferdinand von Richthofen, Oscar Peschel, Alfred Hettner e do próprio Friedrich Ratzel, era a principal fonte dos debates epistemológicos que buscavam fundamentar a disciplina no início do século XX⁵⁸⁶. No caso dos autores que emergem no final do século XIX, como Richthofen, Hettner e Ratzel, a institucionalização acadêmica da disciplina na Alemanha foi produto direto de seus esforços intelectuais, que tiveram, em grande medida, uma recepção favorecida pelas necessidades geopolíticas de expansão colonial, pela Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e pela recente unificação do Estado alemão.

Semple teve a oportunidade de desfrutar desse ambiente intelectual de vanguarda no pensamento geográfico que começava a se formar na Europa no período, fato que, indiscutivelmente, contribuiu para a legitimação da sua empreitada intelectual de reafirmação dos princípios antropogeográficos ratzelianos para o mundo de língua inglesa realizada em *Influences*. Ratzel vivenciou o contexto intelectual de recepção do Darwinismo na Alemanha que marcou as décadas de 1860 a 1880. Seu contato com o evolucionismo se deu, principalmente, através dos trabalhos dos

⁵⁸⁶ Uma reconstrução exaustiva de tais debates pode ser encontrada em Hartshorne (1939).

naturalistas Ernst Haeckel e Moritz Wagner e da filosofia evolucionista de Spencer. Ratzel combinou a problemática das migrações dos organismos trazida por Wagner com o quadro epistemológico evolucionista e com a filosofia spenceriana da luta pela existência para fundamentar a disciplina⁵⁸⁷.

A autora herdou essa problemática de pesquisa em um contexto nacional bastante distinto do contexto vivido por Ratzel e acabou produzindo um pensamento próprio que, embora tributário dessa herança germânica, também estava inserido na tradição geográfica que já existia nos EUA. A influência do evolucionismo sobre o campo intelectual estadunidense do período foi bastante intensa e o desenvolvimento dos estudos de aspectos humanos sob uma perspectiva geográfica no país demorou mais para se consolidar institucionalmente do que na Alemanha. A reivindicação à filiação com uma herança geográfica europeia mais bem sedimentada, a adesão às ideias darwinistas sociais (que forneciam uma sistematização filosófica e epistemológica amplamente aceita pelos cientistas e intelectuais nos EUA) e a privilegiada trajetória institucional da geógrafa (que teve passagens por importantes instituições como as universidades de Chicago, de Clark, de Columbia, da Califórnia e de Oxford) foram decisivas para que a sua perspectiva antropogeográfica ganhasse autoridade científica em seu país de origem ao longo das três primeiras décadas do século XX e para que exercesse um papel decisivo na construção da especificidade do campo disciplinar.

No próximo item da tese, demonstraremos como a autora, em sua obra mais importante, “Influences of Geographic Environment”, fundamentou o seu esforço de racionalização filosófica e epistemológica da Antropogeografia a partir dos pressupostos teóricos do Darwinismo Social.

⁵⁸⁷ Keighren, 2010, pp. 20-21. A Antropogeografia deveria, para Ratzel, ter três grandes preocupações: a distribuição das sociedades humanas na superfície terrestre, a função das migrações e do ambiente em relação a essas distribuições e o papel do ambiente físico no desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos sociais (KEIGHREN, 2010, p. 22).

3.2 – Análise de “Influences of Geographic Environment”

No prefácio de sua principal obra, Semple apresenta o esforço que pretende empreender oferecendo observações sobre a relação entre o seu trabalho intelectual e o de Ratzel. A autora alega que desde que *Influences* começou a ser planejado, por volta de sete anos antes de sua publicação, que ocorreu em 1911, seu objetivo era reafirmar os princípios que estavam enunciados na “Antropogeografia” de Ratzel⁵⁸⁸. O próprio título completo da obra já evidencia essa intenção⁵⁸⁹. A geógrafa afirma que buscou, com a aprovação do próprio Ratzel, realizar uma reafirmação adaptada de seus princípios para o mundo de língua inglesa, onde eles eram desconhecidos no início do século XX⁵⁹⁰. A mobilização da autoridade científica da obra de Ratzel para justificar a sua empreitada intelectual aparece já na apresentação do livro. A autora atribui a Ratzel o papel de ter colocado a Antropogeografia no que chama de uma “segura base científica” e argumenta que mesmo que seu mentor intelectual tivesse tido precursores como Montesquieu, Humboldt, Ritter e Peschel, ele foi o primeiro a investigar o tema “do ponto de vista científico moderno” construindo seu sistema “de acordo com os princípios da evolução” e baseando suas conclusões em “indicações de abrangência global”⁵⁹¹. Semple apresenta a obra reivindicando essa filiação simultânea com Ratzel e com a teoria da evolução.

Apesar de propor uma reafirmação dos princípios ratzelianos, Semple também aponta alguns problemas no trabalho de seu mentor. A geógrafa acredita que a enorme fecundidade das ideias do erudito alemão o deixou muitas vezes com pouco espaço para testar a validade de seus princípios. Em seu entendimento, Ratzel enunciou muitas generalizações que não haviam sido empiricamente verificadas. A autora acredita que a investigação apresentada em *Influences* revelou o fato de que os princípios antropogeográficos de Ratzel não constituem um sistema completo e bem proporcionado, pois alguns aspectos do tema foram desenvolvidos exaustivamente, enquanto outros foram tratados de forma inadequada⁵⁹². A principal crítica que Semple faz às ideias de seu mentor no prefácio é em relação à teoria orgânica da sociedade e

⁵⁸⁸ Semple, 1911, p. V. **Obs.** A paginação em números romanos refere-se ao prefácio que possui uma paginação diferente do restante da obra.

⁵⁸⁹ O título completo da obra incluindo o subtítulo é “Influences of Geographic Environment – On The Basis of Ratzel’s System of Anthro-Geography”.

⁵⁹⁰ Semple, 1911, p. V.

⁵⁹¹ Semple, 1911, p. V.

⁵⁹² Semple, 1911, pp. V-VI.

do Estado de Spencer que, em sua leitura, teria permeado todo o esforço de Ratzel em sua “Antropogeografia”⁵⁹³. Ela lembra que, no período em que o geógrafo alemão formulou seus princípios, Spencer exercia ampla influência sobre o pensamento europeu. Essa teoria, que àquela altura começava a ser abandonada pelos sociólogos, deveria também, para a autora, “ser eliminada de qualquer reafirmação do sistema de Ratzel”. Mesmo criticando a influência da teoria da evolução orgânica de Spencer sobre a obra de seu mentor, Semple reconhece que ela teve um importante papel para que Ratzel prestasse atenção à conexão vital existente entre terra e povo⁵⁹⁴.

Ao expor o método de pesquisa próprio que seguiu em *Influences*, Semple alega que procurou:

(...) comparar povos típicos de todas as raças e de todos os estágios de desenvolvimento cultural que vivem sob condições geográficas similares. Se esses povos de diferentes estoques étnicos, mas de ambientes similares, manifestarem desenvolvimento social, econômico ou histórico similares, é razoável inferir que tais similaridades se devem ao ambiente e não à raça⁵⁹⁵.

O problema de pesquisa a partir do qual Semple estruturou sua obra é bastante semelhante à preocupação de Huntington em “Civilization and Climate”. A pesquisa empírica deve oferecer dados para comparar povos que estão em “estágios” de “desenvolvimento cultural” diferentes, mas que vivem sob “condições geográficas similares”. O objetivo da comparação é clarificar até que ponto o ambiente pode interferir nos processos históricos, econômicos e culturais. Mesmo que Semple tente demonstrar um distanciamento da teoria da evolução orgânica de Spencer, chama bastante atenção o fato de ela, contraditoriamente, qualificar elogiosamente a adesão de Ratzel à teoria da evolução como uma porta de entrada para a investigação antropogeográfica que se apoia no “ponto de vista científico moderno”. Veremos mais adiante, como a própria autora, apesar de criticar Ratzel por suas inclinações spencerianas, adere a posturas epistemológicas darwinistas sociais bastante próximas às do filósofo inglês. A ideia de que existem povos em “estágios” de desenvolvimento

⁵⁹³ O primeiro volume da Antropogeografia de Ratzel apareceu em 1882, o segundo em 1891.

⁵⁹⁴ Semple, 1911, p. VII.

⁵⁹⁵ “(...) compare typical peoples of all races and all stages of cultural development, living under similar geographic conditions. If these peoples of different ethnic stocks but similar environments manifested similar or related social, economic or historical development, it was reasonable to infer that such similarities were due to environment and not to race” (SEMPLE, 1911, p. VII).

cultural diferentes, afirmada quando Semple explica o método que seguiu na obra, sinaliza a adesão ao progressivismo evolucionista do Darwinismo Social em uma de suas manifestações mais típicas.

O outro elemento importante do prefácio que merece um comentário é a defesa de Semple de que a Antropogeografia deve se desenvolver gradualmente evitando fórmulas e definições muito rígidas. A disciplina teria de manter, em sua leitura, certa abertura intelectual e abster-se de qualquer tentativa de delimitar seu escopo de trabalho em relação às outras ciências. Por esta razão, a geógrafa alega preferir falar em “fatores e influências geográficos”, evitar a expressão “determinante geográfico” e usar com extrema cautela a expressão “controle geográfico”⁵⁹⁶. O interessante é que, embora negue a relevância das tentativas de delimitação disciplinar da Antropogeografia em relação às outras disciplinas, o esforço mais evidente da obra é, em nosso entendimento, justamente a afirmação dessa particularidade do ponto de vista geográfico. A simples menção a Ratzel como um sistematizador pioneiro do tema que terá seus princípios reafirmados já explicita essa ambição que foi amplamente favorecida pela incipiência no desenvolvimento da Geografia Humana nos EUA no período entre 1890 e 1920. Em relação à rejeição do uso da expressão “determinante geográfico” e de sua substituição por “fatores e influências geográficos”, vale observar que, assim como no caso de Huntington, Semple diferencia a preocupação de explicar o papel que os elementos naturais cumprem no processo histórico da postura que sustenta que tais elementos exercem um efeito determinante unilateral sobre o destino dos grupos humanos. Assim como Huntington, Semple tem uma preocupação em trazer à tona a importância dos elementos geográficos⁵⁹⁷ para a compreensão dos processos sociais. Essa preocupação é bastante distinta de uma postura determinista estreita que elimina o papel dos aspectos “puramente” sociológicos na explicação da relação homem-meio.

No capítulo que abre a obra, intitulado “The Operation of Geographic Factors in History”, a autora expõe os pressupostos gerais de seu programa de pesquisa antropogeográfico:

O homem não pode mais ser cientificamente estudado separadamente do solo que ele cultiva, ou das terras pelas quais viaja, ou dos mares pelos

⁵⁹⁶ Semple, 1911, p. VII.

⁵⁹⁷ Curiosamente, nos casos dos dois autores, o “elemento geográfico” quase sempre é visto como sinônimo de elemento natural.

quais realiza comércio, da mesma forma que o urso polar ou o cacto do deserto não podem ser entendidos em separado de seu habitat. As relações do homem com o seu ambiente são infinitamente mais numerosas e complexas do que aquelas da planta ou animal mais altamente organizado. Elas são tão complexas que constituem um legítimo e necessário objeto de estudo especial. A investigação que elas receberam na antropologia, na etnologia, na sociologia e na história é fragmentada e parcial (...) todas essas ciências, junto com a história, na medida em que a história busca explicar as causas dos eventos, falharam em encontrar uma solução satisfatória de seus problemas, principalmente porque o fator geográfico que entra nelas não foi detalhadamente analisado. O homem tem estado tão ruidoso sobre a forma pela qual ele tem 'conquistado a natureza' e a natureza tem sido tão silenciosa em sua influência persistente sobre o homem, que o fator geográfico na equação do desenvolvimento humano vem sendo negligenciado⁵⁹⁸.

E logo em seguida, afirma que:

Em todo problema de história existem dois fatores principais, designados de formas variadas como a hereditariedade e o ambiente, o homem e suas condições geográficas, as forças internas da raça e as forças externas do habitat. O elemento geográfico na longa história do desenvolvimento humano tem operado longamente e persistentemente. Aqui reside sua importância. É uma força estável. Nunca se esvai. Esse ambiente natural, essa base física da história, é, para todos os intentos e propósitos, imutável em comparação com o outro fator no problema – o homem; mutável, plástico, progressivo e regressivo⁵⁹⁹.

A insuficiência da explicação que as outras disciplinas das humanidades ofereciam a respeito das relações entre o homem e o ambiente é vista por Semple como justificativa para a existência da Antropogeografia. Esse apontamento das insuficiências das disciplinas vizinhas na explicação do objeto reivindicado por uma disciplina ainda em processo de construção é uma estratégia clássica de luta por

⁵⁹⁸ “Man can be no more scientifically studied apart from the ground which he tills, or the lands over which he trades, than polar bear or desert cactus can be understood apart from its habitat. Man’s relations to his environment are infinitely more numerous and complex than those of the most highly organized plant or animal. So complex are they that they constitute a legitimate and necessary object of special study. The investigation which they receive in anthropology, ethnology, sociology is piecemeal and partial (...) all these sciences, together with history so far as history undertakes to explain the causes of events, fail to reach a satisfactory solution of their problems largely because the geographic factor which enters into them all has not been thoroughly analyzed. Man has been so noisy about the way he has ‘conquered Nature’, and Nature has been so silent in her persistent influence over man, that the geographic factor in the equation of human development has been overlooked” (SEMPLÉ, 1911, p. 2).

⁵⁹⁹ “In every problem of history there are two main factors, variously stated as heredity and environment, man and his geographic conditions, the internal forces of race and the external forces of habitat. Now the geographic element in the long history of human development has been operating strongly and operating persistently. Herein lies its importance. It is a stable force. It never sleeps. This natural environment, this physical basis of history, is for all intents and purposes immutable in comparison with the other factor in the problem – shifting, plastic, progressive, retrogressive man” (SEMPLÉ, 1911, p. 2).

territórios intelectuais em contextos de enrijecimento da divisão do trabalho intelectual. A analogia organicista, característica marcante das posturas teóricas darwinistas sociais, é central na argumentação que sustenta a necessidade de enquadramento do homem a partir do ponto de vista antropogeográfico. As relações do homem com o ambiente e as relações de outros seres vivos com seus respectivos habitats são colocadas em paralelo. Também chama atenção o fato de que o período em que a obra foi publicada, o início do século XX, é um momento histórico de expansão da sociedade industrial e de urbanização acelerada nos países ocidentais avançados. Colocar a questão da influência geográfica (concebida como sinônimo de influência da natureza) em um período de aprofundamento da capacidade humana de domínio do mundo material trouxe uma enorme dificuldade para a disciplina. Foi justamente nesse período que a interdição metodológica entre as humanidades e as Ciências Naturais começava a ganhar força. O caráter híbrido do estudo antropogeográfico começava a ser afirmado em um contexto intelectual pouco favorável.

Quando a geógrafa afirma que em “todo problema de história” existem sempre dois fatores principais, como “a hereditariade e o ambiente”, “o homem e suas condições geográficas” ou “as forças internas da raça e as forças externas do habitat”, revela claramente a filiação da sua perspectiva antropogeográfica com as concepções da Biologia evolucionista, especialmente com toda a problemática da relação organismo-ambiente que esteve no cerne das questões tratadas por Darwin e Spencer. A perspectiva evolucionista misturada a uma tradição de pesquisa geográfica que já carregava, desde pelo menos o início do século XIX, a preocupação com o estudo da relação homem-meio, marca essa importante passagem de sua obra. É nessa fertilização cruzada de evolucionismo e tradição geográfica holística de estudo da relação homem-meio que se situam os esforços tanto de Semple quanto de Huntington. Essa passagem também revela outro detalhe de grande importância. A geógrafa fala na colocação de um “problema de história” justamente no momento em que justifica a existência da Antropogeografia. Isso sugere que a sua preocupação, assim como a de Huntington, é a elaboração de uma filosofia da história que contemple o papel das “influências” ou dos “fatores” geográficos. A proposta disciplinar específica está, na realidade, amarrada a um sistema explicativo evolucionista global que abrange todos os fenômenos da sociedade e da natureza. A correspondência com as posturas filosóficas de Spencer não poderia ser maior.

Após comentar brevemente sobre o efeito da distância e da proximidade geográficas e das barreiras e caminhos naturais que canalizariam mais facilmente o movimento dos grupos humanos, contribuindo assim para o surgimento de regiões de importância histórica⁶⁰⁰, Semple passa a discutir a relação entre a Geografia e a História. A autora afirma que “quanto mais o método comparativo é aplicado ao estudo da História (...) mais evidente se torna a influência do solo no qual a humanidade está enraizada”. Ambas as ciências são, para a geógrafa, inseparáveis; enquanto a história toma como seu objeto de estudo os eventos humanos nos vários períodos de tempo, a antropogeografia estuda a existência nas várias regiões do espaço terrestre⁶⁰¹. Esse recurso aos jargões de afirmação da complementaridade das duas disciplinas é seguido de algumas críticas sobre a forma como o estudo do ambiente físico como um fator na história vinha sendo conduzida até então. Em seu entendimento, esse estudo havia perdido reputação por recorrer frequentemente a generalizações extravagantes e mal fundamentadas. A autora defende que os princípios que haviam sido desenvolvidos em nome da Antropogeografia até então eram superficiais, imprecisos e apoiados em um corpo de dados muito limitados no espaço no tempo que os exporia a críticas e refutações. Semple também criticou a tendência a ver apenas um fator geográfico e excluir o resto que marcava o trabalho de muitos investigadores do tema e argumentou que “pertence à própria natureza do ambiente físico combinar um grupo completo de influências trabalhando ao mesmo tempo sob a lei da resolução de forças”⁶⁰².

A defesa da importância de que a disciplina busque uma compreensão do complexo inter-relacionamento de fatores geográficos que constituem o ambiente físico e de sua influência sobre o homem é seguida de uma passagem que explicita o peso que as posturas epistemológicas darwinistas sociais têm em seu pensamento:

Essas influências geográficas complexas não podem ser analisadas, nem sua força ser estimada, exceto pelo ponto de vista da evolução. Essa é uma das razões pelas quais esses princípios geográficos crus ficam pesados em nossa digestão mental. Eles foram formulados sem referência ao fato bastante importante de que as relações geográficas do homem, como a sua

⁶⁰⁰ A grande variedade de exemplos históricos empíricos de regiões, povos e períodos diferentes reunidos pela autora nesses comentários chama bastante atenção.

⁶⁰¹ Semple, 1911, pp. 10-11.

⁶⁰² Semple, 1911, p. 11. A autora dá um exemplo de como o inter-relacionamento de fatores geográficos é explicado pela lei da “resolução de forças” ao analisar brevemente, no primeiro capítulo da obra, a correlação entre continente e oceano em países com extensos litorais.

organização política e social, estão sujeitas à lei do desenvolvimento. Assim como o Estado embrionário encontrado na tribo saxônica primitiva passou por muitas fases para atingir o caráter político do atual Império Britânico, cada estágio nesse crescimento para a maturação foi acompanhado, ou mesmo precedido, por uma estável evolução das relações geográficas do povo inglês⁶⁰³.

O desenvolvimento dos povos possui, invariavelmente, como seu correlato espacial, a complexificação de suas relações geográficas. A única forma a partir da qual essas relações e esse desenvolvimento podem ser analisados é, para Semple, através do ponto de vista da evolução. O evolucionismo que aqui aparece está muito próximo da noção progressivista proposta na filosofia de Spencer. As tribos saxônicas primitivas são o embrião remoto que teria desencadeado gradativamente a formação do Império Britânico do início do século XX. O estudo das relações geográficas aparece como uma complementação à filosofia evolucionista da história – fundamentada na “lei do desenvolvimento” de Spencer – temperada com a mística do “anglo-saxonismo”.

O pensamento da geógrafa exemplifica claramente duas hipóteses já expostas existentes na literatura referente às relações entre a Geografia e o Darwinismo Social. Em primeiro lugar, essa passagem demonstra a adesão de Semple à ideia de evolução concebida como uma mudança lenta e progressiva ao longo do tempo, que foi, segundo Stoddart (1966), uma das formas pelas quais a disciplina se apropriou do discurso evolucionista. Em segundo lugar, evidencia a tese de Peet (1985) de que a fundamentação do objeto da Geografia em torno da questão da influência ambiental foi, na realidade, uma contribuição disciplinar ao Darwinismo Social, pois o estudo das relações geográficas aparece em paralelo a uma concepção progressivista da evolução dos povos. A progressividade da complexidade das relações geográficas que o ponto de vista antropogeográfico deve explicar se justifica pela inserção disciplinar em um discurso epistemológico mais amplo que fundamenta uma filosofia da história evolucionista.

⁶⁰³ “These complex geographic influences cannot be analyzed and their strength estimated except from the standpoint of evolution. That is one reason these half-baked geographic principles rest heavy on our mental digestion. They have been formulated without reference to the all-important fact that the geographical relations of man, like his social and political organization, are subject to the law of development. Just as the embryo state found in the primitive Saxon tribe has passed through many phases in attaining the political character of the present British Empire, so every stage in this maturing growth has been accompanied or even preceded by a steady evolution of the geographical relations of the English people” (SEMPLÉ, 1911, p.12).

Semple elaborou, em sua defesa do estudo da influência dos fatores geográficos sobre a história, uma distinção entre os efeitos “diretos” e “indiretos” do ambiente. A autora dá como exemplo dos efeitos diretos, os trabalhos de irrigação dos grupos indígenas *Puebla* que viviam no sudoeste dos EUA e a estratégia de guerra na floresta que caracterizou a resistência à colonização protagonizada pelas populações que habitavam a América do Norte antes da chegada dos europeus. Já os efeitos indiretos, são, em seu entendimento, aqueles que “operam através das atividades econômicas, sociais e políticas de um povo”. A autora argumenta que os “resultados secundários mais remotos” dos efeitos indiretos são de suprema importância para dar a “marca final ao temperamento e ao caráter nacional” e lembra que a sua conexão com o ambiente está longe de ser óbvia⁶⁰⁴. Enquanto os efeitos diretos são exercidos através de um condicionamento direto do ambiente físico sobre as atividades dos grupos humanos, os efeitos indiretos só exercem sua força através da mediação das condições sociais, econômicas e políticas. Essa distinção é mais um indício de como é equivocado caracterizar os geógrafos desse período como defensores de um determinismo estreito. Se certos efeitos do ambiente só são exercidos *através* da mediação humana, tal como Semple argumenta, os aspectos psicossociais ocupam um papel central em sua teoria geográfica. Isso não significa que as posturas naturalistas do evolucionismo não sejam centrais em sua obra, mas sim que a sua presença no discurso geográfico da autora não é necessariamente sinônimo de determinismo⁶⁰⁵.

Semple exemplifica a sua noção de influências indiretas ao comentar sobre as mudanças na constituição física e mental dos ingleses que foram transplantados para a América do Norte, a África do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia, que são vistas, em sua leitura, como um “resultado de várias causas geográficas operando através do meio econômico e social”⁶⁰⁶. A autora acredita que as populações de origem anglo-saxônica europeia que imigraram para as colônias britânicas de ultramar transmitiram as características de um grupo pequeno e altamente selecionado para seus descendentes. A mistura dos colonos brancos com as populações originais dos países para os quais imigraram foi evitada em virtude do abismo cultural e social que os separava e isso contribuiu, em seu entendimento, para manter a “homogeneidade”

⁶⁰⁴ Semple, 1911, p. 18.

⁶⁰⁵ Não é “determinista” se entendermos essa expressão como designadora da crença na determinação unilateral de um elemento da realidade (no caso, a “natureza” ou o “ambiente geográfico”) sobre outros elementos.

⁶⁰⁶ Semple, 1911, p. 20.

racial. Esse processo atuaria, segundo a geógrafa, como uma forma de “seleção artificial” que espalharia, para toda uma população isolada, a herança racial anglo-saxônica já modificada pelo ambiente das colônias. Esse tipo anglo-saxônico “modificado” que teria surgido nas colônias se estabeleceu rapidamente em decorrência da abundância de terras à disposição dos colonos e do consequente melhoramento das condições de vida que encorajaram um rápido crescimento da população. O primeiro fator geográfico, que é o isolamento das colônias, teria começado a agir ao lado da abundância de terras, que seria o segundo fator geográfico. Esses dois fatores combinados à herança racial anglo-saxônica que foi transferida aos descendentes teriam produzido o que Semple chama de “rejuvenescimento social da raça”⁶⁰⁷.

Esse exemplo utilizado pela autora para ilustrar sua argumentação a respeito dos efeitos indiretos do ambiente geográfico sobre os grupos humanos mostra o amálgama de léxico darwinista referente à herança e à seleção biológicas e discussões raciais⁶⁰⁸ que faz parte de seu pensamento. A semelhança com as ideias de Huntington é muito grande. O apelo ao vocabulário biologizante da discussão racial caminha junto com a necessidade de elucidar a operação dos “fatores geográficos” no processo histórico. A preocupação em explicar o efeito indireto do ambiente que se dá através do meio social, econômico e político é equacionada a partir de uma narrativa que discute os processos históricos (como as migrações e o crescimento econômico e demográfico das colônias) ao lado dos efeitos indiretos do isolamento e da abundância de terras, que são entendidos como os “fatores geográficos” da explicação. Esse exemplo dos colonos ingleses fora de seu ambiente de origem reflete a centralidade que a discussão histórica tem nos interesses intelectuais de Semple e reforça a hipótese de que a sua obra, assim como a de Huntington, tem como objetivo fundamental a elaboração de uma teoria geográfica da história pensada a partir dos marcos epistemológicos do Darwinismo Social.

À distinção entre os efeitos diretos e indiretos do ambiente apresentada no primeiro capítulo da obra, Semple adiciona, no segundo capítulo, intitulado “Classes of Geographic Influences”, uma partição dos efeitos ambientais em quatro classes. Os efeitos de primeira classe são, em sua leitura, aqueles que provocam no homem

⁶⁰⁷ Semple, 1911, pp. 21-22.

⁶⁰⁸ Semple essencializa as características psicológicas dos grupos raciais quando diz, por exemplo, que “a energia, a iniciativa, a adaptabilidade e a receptividade a novas ideias” caracterizam “o anglo-saxônico estadunidense assim como o africâner inglês” (SEMPLE, 1911, p. 22).

estímulos de adaptação direta ao ambiente que são semelhantes aos estímulos provocados em outros organismos vegetais e animais. Na sua explicação dos efeitos de primeira classe, Semple sugere que as variações existentes entre as raças e os povos sejam interpretadas como uma resposta a habitats diferentes em longos períodos de tempo. A autora, citando Darwin, afirma que a origem das espécies é produto da variabilidade e da herança e que as variações são indubitavelmente influenciadas pelas mudanças nas condições naturais. Quando aplica esse raciocínio ao homem, a geógrafa mobiliza a hipótese neolamarckista de que a espécie humana, através da preservação de variações benéficas e da eliminação de variações deterioradas, é gradualmente adaptada ao ambiente. Para sustentar essa afirmação, Semple mobiliza o conceito biológico de vida defendido por Spencer. O filósofo inglês concebe a vida como a manutenção de um organismo definida pela correspondência entre as suas condições internas e as suas circunstâncias externas⁶⁰⁹. Dentre os exemplos que a autora dá dos efeitos de primeira classe, estão variações na forma física e corporal de grupos humanos que são condicionadas, em seu entendimento, por elementos geográficos bastante variados, como o clima, a fertilidade dos solos e a disponibilidade de comida⁶¹⁰. Os exemplos dos efeitos de primeira classe, curiosamente, são retirados sempre da realidade grupos sociais não modernos, como são os casos dos variados grupos indígenas do continente americano mencionados pela geógrafa.

Os efeitos de segunda classe são definidos por Semple como os efeitos psíquicos do ambiente geográfico que estariam vinculados a modificações fisiológicas. Esses efeitos psíquicos seriam refletidos em aspectos da linguagem, da religião e dos modos de pensamento em geral. A autora dá exemplos do efeito psíquico do ambiente sobre a linguagem quando menciona grupos étnicos africanos que são marcados pela criação de gado como a sua principal atividade econômica, como são os casos dos *Hereros* e dos *Dinkas*, e que possuem um enorme vocabulário para descrever as graduações de cores que caracterizam seus animais⁶¹¹. Os efeitos de terceira classe são, de acordo com a autora, constituídos pelas condições geográficas que influenciam o desenvolvimento econômico e social de um povo através da abundância ou escassez de recursos naturais, da dificuldade ou facilidade para assegurar as necessidades vitais e das possibilidades industriais e comerciais permitidas pelo ambiente. Além de

⁶⁰⁹ Semple, 1911, pp. 33-34.

⁶¹⁰ Semple, 1911, pp. 34-35.

⁶¹¹ Semple, 1911, pp. 40-41.

lembrar que a disponibilidade de recursos afeta diretamente a riqueza econômica dos países, Semple faz, na discussão dos efeitos de terceira classe, um raciocínio malthusiano sobre a capacidade que certas áreas do mundo teriam ou não teriam para suportar grupos populacionais de tamanhos variados⁶¹².

Os efeitos de quarta classe são aqueles que, para a autora, pertencem “exclusivamente ao domínio da Geografia porque consistem na influência dos fatores da superfície terrestre no direcionamento dos movimentos e na distribuição última da humanidade”⁶¹³. Eles incluem os efeitos de barreiras naturais como montanhas, desertos, pântanos e mares que obstruem ou diminuem o curso das migrações e dão direção à expansão nacional, assim como abarcam o poder dos rios, vales, baías e oceanos ora para barrar um caminho, ora pra abrir uma via de circulação. Ainda nos efeitos de quarta classe, a geógrafa acrescenta a influência de tais fatores naturais na determinação do território que é provável que um povo ocupe e das fronteiras que devem separá-lo de seus vizinhos. Dentre os exemplos históricos dos efeitos de quarta classe, Semple cita vários casos em que eles foram decisivos para a distribuição geográfica da ocupação colonial do território dos EUA⁶¹⁴. O ordenamento progressivo dos efeitos de condicionamento ambiental que são agrupados em quatro classes é um resultado direto do evolucionismo que marca o pensamento de Semple, pois sua sistematização parte de efeitos mais diretos da natureza sobre o homem para chegar aos efeitos que gradativamente vão sofrendo uma mediação mais significativa de processos econômicos e sociais, como são os casos dos efeitos de segunda, terceira e quarta classes. A ideia de uma cumulatividade evolutiva na mediação socioeconômica dos efeitos do ambiente sobre os grupos humanos é clara nesse capítulo.

Além de elaborar essa sistematização de classes de influências geográficas, Semple oferece, no terceiro capítulo da obra, intitulado “Society and State in Relation to Land”, uma discussão teórica sobre a forma como a disciplina deve compreender o fenômeno do Estado. A autora acredita que a Antropogeografia deve reconhecer as forças sociais, econômicas e psicológicas que os sociólogos consideram ser o cimento das sociedades, mas que, por outro lado, também deve adicionar a essas concepções a ideia de que a terra ocupada, seja por uma tribo primitiva ou por um Estado altamente organizado, é o vínculo material subjacente que mantém a sociedade coesa, a base

⁶¹² Semple, 1911, p. 43.

⁶¹³ Semple, 1911, p. 43.

⁶¹⁴ Semple, 1911, pp. 43-44.

última de suas atividades sociais. O território é visto como uma força de integração. A geógrafa acredita que a complexificação do uso da terra caminha junto com o desenvolvimento das sociedades. O vínculo com a terra se consolidaria como uma consequência da evolução dos grupos humanos⁶¹⁵.

Refletindo sobre as diferenças na relação com a terra presentes em grupos sociais não modernos de caçadores e pescadores e grupos modernos, Semple afirma que:

A superioridade do Estado civilizado sobre esse tipo social reside na utilização altamente organizada de toda a sua base geográfica pela comunidade madura e no desenvolvimento do governo que se seguiu à crescente densidade de população e à multiplicação de atividades que cresceram desse uso ampliado da terra. A agricultura sedentária, que forma sua base econômica inicial, é seguida pelo industrialismo e pelo comércio. A vida nômade apresenta apenas uma limitada acumulação de capital e restringe estreitamente as suas formas. A ocupação permanente encoraja a acumulação em todas as formas e, sob a pressão crescente da população, lentamente revela as possibilidades de cada pedaço de chão, de cada vantagem geográfica. Esses são os filamentos da terra que se tornam entrelaçados em toda a fábrica da vida da nação. São esses os elementos geográficos que constituem o solo no qual os impérios estão enraizados; eles surgem na seiva das nações⁶¹⁶.

A existência do Estado moderno é vista como um indicador do patamar evolutivo da sociedade. Semple aposta em uma oposição entre sociedades civilizadas com ocupação territorial sedentarizada e organização política estatal e sociedades não sedentarizadas ausentes de Estado. O surgimento das atividades industriais e comerciais, possibilitado pela intensificação da exploração da base territorial, só é possível nas sociedades com “Estado civilizado”. O peso das concepções spencerianas é evidente aqui. A distinção da geógrafa entre as sociedades civilizadas com Estado que exploram intensamente a sua base geográfica e as sociedades incivilizadas sem Estado que exploram pouco a sua base geográfica é análoga à distinção de Spencer

⁶¹⁵ Semple, 1911, pp. 53-54.

⁶¹⁶ “The superiority over this social type of the civilized state lies in the highly organized utilization of its whole geographic basis by the mature community, and in the development of government that has followed the increasing density of population and multiplication of activities growing out of this manifold use of the land. Sedentary agriculture, which forms its initial economic basis, is followed by industrialism and commerce. The migratory life presents only limited accumulation of capital, and restricts narrowly its forms. Permanent settlement encourages accumulation in every form, and under growing pressure of population slowly reveals the possibilities of every foot of ground, of every geographic advantage. Those are the fibers of the land which become woven into the whole fabric of the nation’s life. These are the geographic elements constituting the soil in which empires are rooted; they rise in the sap of the nation” (SEMPLE, 1911, p. 59).

entre a “sociedade industrial” e a “sociedade militar”. O Estado e a multiplicação da exploração econômica do território associada à sua existência aparecem como o ponto de coroamento do processo evolutivo das relações entre as sociedades e o meio geográfico. Certamente, esse posicionamento epistemológico foi herdado por Semple através da influência que recebeu de Ratzel⁶¹⁷. Embora a autora critique, no prefácio da obra, a adesão de seu mentor à teoria orgânica da sociedade e do Estado de Spencer, trechos como esse revelam que suas posturas epistemológicas também são moldadas por tal teoria⁶¹⁸.

A base geográfica de um Estado incorporaria, para a autora, um complexo de condições físicas que influenciariam o seu desenvolvimento histórico. Dentre essas condições estão o tamanho, a situação, que pode ser continental, insular ou litorânea e os seus recursos animais e vegetais⁶¹⁹. A intensificação da exploração dos recursos existentes no território aumentaria a produção de alimentos, liberaria uma parte dos membros do grupo para a realização de atividades mais elevadas, provocaria a diferenciação econômica progressiva entre as localidades e possibilitaria o sustento de uma crescente população. Para Semple, todos esses processos de evolução civilizatória transformariam a terra na força coesiva dominante da sociedade⁶²⁰. Suas reflexões de Geografia Política servem de fundamento a uma teoria materialista do Estado. A ênfase na relação entre o aumento da divisão do trabalho social e o incremento da exploração do território dá certa originalidade para a especificidade do olhar antropogeográfico sobre o processo civilizatório.

Semple explicita, no capítulo em que trata do Estado, sua preocupação com o papel da Geografia na elaboração de uma filosofia da história. A atenção dos pensadores que se debruçam filosoficamente sobre a história deveria, em seu entendimento, estar focada na base geográfica de ocorrência dos eventos. A autora acredita que a importância do fator terrestre na história foi abordada primeiramente pelo lado filosófico por pensadores que buscavam entender o propósito e o destino do homem como um habitante da Terra, como são os casos de Montesquieu e Herder. Logo após recordar a existência desses esforços pioneiros, Semple discute a questão da elaboração de uma teoria do progresso que parta de um ângulo geográfico. Para

⁶¹⁷ O tema das relações entre o Estado e o “solo” (termo frequentemente usado como sinônimo de território) é um dos mais importantes da obra do geógrafo alemão.

⁶¹⁸ No mesma parte da obra onde aparece o trecho em questão, Semple cita diretamente Spencer.

⁶¹⁹ Semple, 1911, p. 59.

⁶²⁰ Semple, 1911, pp. 61-62.

isso, assume que o estudo da história é um estudo do progresso e reivindica uma maior ênfase sobre os fatores terrestres para o estudo dos povos ⁶²¹.

A autora defende que a relação dos homens com o meio geográfico oferece uma base sólida para uma teoria do progresso e argumenta que, do ponto de vista telúrico, as organizações sociais e políticas, em seus estágios sucessivos de desenvolvimento, abarcam sempre áreas maiores que sustentam populações mais densas. Na complementaridade entre as concentrações populacionais e a intensificação do desenvolvimento econômico, essas organizações sociopolíticas assumiriam formas cada vez mais avançadas. Em sua leitura, isso não significa, contudo, que um povo que tem o progresso como objetivo deva multiplicar apenas suas relações com a terra. A base ideal do progresso é, para Semple, a expansão das relações mundiais de um povo e a extensão de sua esfera de influência para além dos limites de seu próprio território. Acontecimentos como as Cruzadas ou a Conquista da América ocasionaram, para a geógrafa, estímulos econômicos e intelectuais que aceleraram o progresso dos povos como consequência do alargamento de seu horizonte geográfico de influência⁶²².

O quadro teórico de *Influences* tem três grandes linhas de força: a colocação epistemológica do problema dos fatores geográficos na história, isto é, a afirmação da Antropogeografia como uma filosofia da história; a distinção entre classes de influências geográficas sobre o homem e a elaboração de uma teoria materialista do Estado amparada na ênfase sobre o vínculo entre os grupos humanos e a terra. A partir desse quadro teórico mais amplo, delineado nos três primeiros capítulos da obra, Semple discute uma série de questões específicas nos outros capítulos, como a questão dos movimentos dos povos, do peso da localização geográfica na história, das fronteiras geográficas, dos povos costeiros, dos povos insulares, da relação do homem com os oceanos e mares fechados, com os ambientes montanhosos, com os rios, com as planícies, estepes e desertos, entre outros temas.

A obra tem 17 capítulos e mais de 600 páginas. O método de exposição dos capítulos menos teóricos, que tratam de questões mais específicas, consiste em uma justaposição enciclopédica exaustiva de exemplos históricos que ilustram a relação do homem com determinado fator geográfico com o objetivo de testar um princípio

⁶²¹ Semple, 1911, pp. 68-69.

⁶²² Semple, 1911, p. 69.

antropogeográfico geral. Um exemplo claro disso é o oitavo capítulo, que trata dos povos costeiros, no qual Semple defende a hipótese de que a costa, assim como, por sua natureza física, é uma zona de transição entre duas formas dominantes da superfície terrestre (o continente e o oceano), também é uma zona de transição do ponto de vista antropogeográfico, pois se constitui como uma espécie de “cinturão anfíbio” de mediação entre as atividades marítimas e terrestres que deixa a sua marca nos povos que a habitam. Do ponto de vista histórico, as zonas costeiras são, para a geógrafa, tanto uma barreira natural à expansão do homem, quanto uma porta de entrada para as atividades de exploração, colonização, comércio e para a circulação das contribuições de raças e ideias procedentes de litorais transoceânicos⁶²³. Após afirmar esses princípios antropogeográficos gerais, a dizer, de que as zonas costeiras são zonas anfíbias de transição e de que elas se constituem, ao mesmo tempo, a depender do contexto histórico-geográfico, como barreiras e como portas de entrada para a circulação, Semple passa a ilustrar tais considerações gerais com numerosíssimos casos passando pela Holanda, pelos EUA, pela Grécia Antiga, pelo Império Romano, pelas cidades portuárias da Europa, pelo Oriente Médio, pela Rússia e por inúmeros outros exemplos que fazem o capítulo, que tem pouco mais de 40 páginas, acumular nada menos do que 116 citações⁶²⁴.

Esse empilhamento exaustivo de exemplos para ilustrar a força de um princípio antropogeográfico geral é a principal estratégia narrativa empregada ao longo da obra. A recepção favorável que o livro de Semple obteve, conforme demonstrado pela análise das resenhas, é uma evidência do êxito que tal estratégia teve para fomentar uma percepção altamente favorável da obra e fortalecer a autoridade científica da geógrafa. O recurso à sistematização teórica do Darwinismo Social, explicitamente

⁶²³ Semple, 1911, pp. 242-244.

⁶²⁴ Para um estudo bibliométrico das fontes utilizadas por Semple em *Influences* ver BROCC, Numa. *Les classiques de Miss Semple: essai sur les sources des "Influences of Geographic Environment", 1911*. *Annales de Géographie*, t. 90, No. 497, 1981, pp. 87-102. Broc contabilizou que os autores mais citados por Semple na obra foram: Friedrich Ratzel (83 vezes); o etnólogo estadunidense William Ripley (68 vezes); o grego Estrabão (32 vezes); o geógrafo inglês H. R. Mill (29 vezes); o economista alemão Wilhelm Roscher (22 vezes); o naturalista Charles Darwin, o geógrafo inglês George Chisholm e o geógrafo alemão Joseph Partsch (os três citados 21 vezes); o geólogo alemão W. Deecke (16 vezes); o francês A. Leroy Beaulieu (15 vezes); os geógrafos Halford Mackinder e Elisée Reclus (os dois citados 14 vezes); o naturalista Alfred Russel Wallace (13 vezes); o geógrafo Ellsworth Huntington e a própria Semple (ambos citados 11 vezes). Em relação à procedência geográfico-linguística dos autores citados, Broc contabilizou que, do total de 280 autores citados, apenas 78 não eram de procedência anglo-saxônica; desses 78 não anglófonos, 38, quase a metade, eram de língua alemã, 13 eram de língua francesa e 11 eram gregos e romanos. Em relação aos gêneros literários, Broc salienta o uso de fontes bibliográficas variadas, incluindo, obviamente, a literatura produzida por geógrafos, historiadores, etnólogos, sociólogos, naturalistas e viajantes; o autor também menciona a consulta a dicionários, atlas e anuários com dados de fontes governamentais oficiais (BROCC, 1981, pp. 92-99).

presente nos três primeiros capítulos, cumpre a função – em meio ao enciclopedismo empírico matizado com a afirmação de princípios gerais que permeia a maior parte do texto – de articular a massa de informações históricas, geográficas e antropológicas que Semple reúne a pressupostos epistemológicos mais gerais que transcendem a Antropogeografia enquanto disciplina particular. Nesse sentido, *Influences* ilustra, de maneira cristalina, o quanto a construção da especificidade do campo disciplinar nos EUA dependeu, para buscar algum refinamento teórico, do poder de síntese generalizante e do escopo filosófico abrangente fornecido pelo Darwinismo Social.

Após essa reconstrução e análise de alguns dos aspectos teóricos fundamentais da principal obra de Semple, será feita, no último item do capítulo, uma apreciação da interpretação geográfica da história estadunidense que a autora elaborou no início do século XX. A ênfase recairá sobre a relação entre tal empreitada, a tese da fronteira como um elemento decisivo para o desenvolvimento histórico dos EUA, que foi defendida por Frederick Jackson Turner, e os pressupostos epistemológicos evolucionistas que marcaram a obra da geógrafa. O objetivo do próximo item é demonstrar como determinadas problemáticas que ganhariam um equacionamento teórico mais sistemático em *Influences* já estavam presentes em “*American History and its Geographic Conditions*”, obra publicada por Semple oito anos antes, em 1903.

3.3 – *Lebensraum*, a fronteira e as condições geográficas da história dos EUA

Em *American History*, é oferecida uma interpretação bastante abrangente sobre o papel que as condições geográficas teriam exercido no desenvolvimento histórico estadunidense. O capítulo mais substancial da obra, do ponto de vista das suas implicações para o conjunto da interpretação de Semple ao longo de todo o livro, é o terceiro, intitulado “*The Influence of the Appalachian Barrier Upon Colonial History*”, que já havia sido publicado seis anos antes, em 1897, pela autora em forma de artigo. O capítulo trata do peso que a geografia teve para o condicionamento da ocupação colonial do litoral leste dos EUA, que foi o fato histórico fundamental para o nascimento do país.

Para Semple, dentre as nações europeias que colonizaram a América do Norte, a Inglaterra foi a única a se apropriar de uma parcela do continente que proporcionaria aos seus colonos um vantajoso isolamento geográfico, que era semelhante, até certo ponto, ao isolamento do qual os ingleses desfrutavam na Europa. Ao final do primeiro século de posse permanente, os colonizadores se encontravam, de acordo com a geógrafa, na posse de uma estreita faixa litorânea que era separada do resto do país por uma barreira montanhosa quase intransponível à época, os Montes Apalaches. O oceano Atlântico e os cursos d'água desenhavam linhas fronteiriças naturais e forneciam uma barreira de defesa militar para as colônias. Dentre todas as fronteiras das colônias iniciais dos ingleses no litoral norte da costa atlântica dos EUA, a única uma fronteira aberta, segundo Semple, foi aquela que existia no sul ao longo das possessões espanholas na Flórida. Os ingleses estavam, portanto, em uma “área naturalmente definida e isolada o suficiente para proporcioná-los a proteção da qual a vida colonial tanto precisa” e dispunham de uma longa linha litorânea que poderia dar a esse povo marítimo o seu ambiente mais favorável, grande o suficiente para seu crescimento e fortalecimento e, ao mesmo tempo, pequeno o suficiente para poupá-los dos males da expansão excessiva. Para além dessa estreita faixa litorânea onde a colonização inglesa foi iniciada no século XVI estavam, segundo Semple, o grande vale do continente, delimitado, a leste, pela barreira dos Apalaches (que o separava das áreas litorâneas de maior densidade de ocupação inicial) e, a oeste, pelas Montanhas Rochosas. Nesse vale, a natureza não oferecia tanta proteção militar aos colonos quanto na estreita faixa do litoral onde eles inicialmente se concentraram⁶²⁵.

As duas principais vias de acesso para o interior, isto é, para a porção do território além dos Apalaches, os rios São Lourenço e Mississipi, haviam caído nas mãos dos franceses, o que lhes proporcionava o controle do vasto território do vale central. Contudo, esse território se provou, para a autora, muito grande; a sua vasta extensão espalhou a população, que se tornou mais propensa à ocupação quase nômade dos comerciantes do que à vida sedentária dos colonos. Nessas áreas surgiram, durante o período colonial, entrepostos comerciais fortificados ao invés de cidades agrícolas. Os colonos ingleses vieram para o Novo Mundo com o objetivo de, nos termos da autora, “plantar uma nação inglesa na América”. A barreira apalachiana, para Semple, estreitou o horizonte dos colonos e fez com que eles deixassem de fora o

⁶²⁵ Semple, 1903, pp. 36-37.

que havia além, eliminando, assim, a tentação de ampla expansão que estava derrotando os objetivos políticos espanhóis e franceses na América. Segundo a autora, o território que é ocupado intensamente em toda a sua extensão – como é o caso da estreita faixa litorânea atlântica da América do Norte colonizada pelos ingleses que se transformariam em plantadores e fazendeiros e, por isso, sedentarizariam a ocupação – é dominado pelos colonos de maneira mais definitiva e consolidada do que os territórios marcados pelo nomadismo e pela baixa densidade populacional⁶²⁶. Semple opõe o padrão de ocupação do litoral dominado pelos ingleses ao padrão de ocupação das áreas dominadas pelos franceses e espanhóis.

Para a geógrafa, o sistema apalachiano, que se estende desde Vermont até o Alabama, as terras altas e geladas da Nova Inglaterra, e a floresta nativa, com sua vegetação singularmente densa, tornavam a área montanhosa, que separava as colônias do leste e o enorme vale do interior, intransponível. Em consequência dessas imposições fisiográficas, o país litorâneo teve as suas colônias amplamente estabelecidas antes que as montanhas fossem conhecidas. Os rios que desciam para a costa não eram navegáveis longe do litoral e, portanto, não proporcionavam acesso rápido ao interior. A única exceção nesse quadro geomorfológico-hidrográfico da porção leste dos EUA era a depressão natural dos vales dos rios Hudson e Mohawk, onde a diferença de altitude das áreas de passagem para o interior não era grande em relação ao nível do mar. Tais rios, pela facilidade maior de acesso ao interior que proporcionavam, tiveram um papel importante, segundo a autora, nas guerras entre a França e a Inglaterra⁶²⁷.

Cercados pelas montanhas nos primeiros 150 anos de ocupação, os colonos ingleses estiveram limitados a essa região litorânea da costa atlântica. Nessa faixa existiam variações de norte a sul. Na Nova Inglaterra, ao norte, o cinturão de terras baixas entre o oceano e as montanhas tinha apenas de 50 a 80 milhas; esse cinturão se alargava progressivamente em direção ao sul; nas Carolinas, as montanhas ficavam a 250 milhas do mar. A área adaptada à ocupação era maior no sul do que no norte. Este fato, somado ao trabalho que foi feito no norte para que o solo se tornasse agricultável, fez com que os colonos da Nova Inglaterra desenvolvessem o que Semple denomina de “ideias territoriais contraídas”, que já haviam sido trazidas de seu país natal e contribuíram, de acordo com a autora, para enraizá-los no solo. Consequentemente, o

⁶²⁶ Semple, 1903, pp. 37-38.

⁶²⁷ Semple, 1903, pp. 38-40.

povo das colônias do norte desenvolveu, durante o período colonial, pouco da tendência à expansão que, posteriormente, sobretudo a partir do século XIX, se tornaria uma característica marcante do povo estadunidense⁶²⁸.

Com o crescimento rápido da população das colônias do norte e a limitada porção do país capaz de produzir cultivos agrícolas, era de se esperar, para Semple, que as terras aráveis se exaurissem e as atividades econômicas dos colonos fossem direcionadas para outros canais. Esse condicionamento geográfico teria, no entendimento da autora, forçado a população da Nova Inglaterra à empreitada industrial e às atividades comerciais marítimas. A barreira apalachiana teve o efeito, portanto, de manter as colônias na orla do continente. As limitou a uma faixa costeira onde poderiam ser mantidas mais facilmente em domínio inglês. Semple conjectura que, se essas colônias tivessem se expandido anteriormente para o oeste, a Inglaterra poderia ter encontrado muito mais dificuldade em manter o seu poder sobre toda a área ocupada, pois o mero elemento da distância complicaria significativamente a administração governamental⁶²⁹.

Se a expansão para oeste tivesse ocorrido já no período colonial, a população poderia ter desenvolvido o que, inspirada por Frederick Jackson Turner, Semple chama de “espírito de fronteira”, que é, em seu entendimento, semelhante ao “espírito de independência”, e a desafeição em relação à Inglaterra poderia ter se formado mais lentamente. A autora entende que a coesão territorial das colônias – em oposição à dispersão geográfica própria ao “espírito de fronteira” – foi fundamental para gerar o sentimento de unidade que culminaria na independência do país em 1776. O espírito de união que animou as colônias em sua rebelião contra a metrópole pode ser atribuído, em grande medida, para Semple, à sua contiguidade e à grande densidade populacional, que possibilitaram com que elas operassem como uma massa sólida contra o inimigo⁶³⁰.

Ao se revoltar contra os ingleses, as colônias dos EUA seguiram o que a autora denomina de “reconhecida lei da geografia política”: as colônias constituíam a fronteira ocidental remota do domínio europeu, e a tendência em direção à defecção se manifesta em todas as possessões periféricas, afirma a autora citando a “Antropogeografia” de Ratzel. A história está repleta de exemplos dessa tendência à

⁶²⁸ Semple, 1903, pp. 42-43.

⁶²⁹ Semple, 1903, p. 46.

⁶³⁰ Semple, 1903, p. 47.

separação dos domínios territoriais periféricos segundo a geógrafa. Com as diferenças de clima, solos e métodos econômicos surgem também diferenças de ideias sociais e políticas que contribuem para diferenciar rapidamente os colonos da nação com a qual têm parentesco. Além disso, a mera distância incrementa gradualmente a dificuldade de controle governamental⁶³¹. Semple arremata a sua exposição da tese do papel decisivo que a barreira apalachiana teve para condicionar a ocupação colonial do litoral atlântico, lembrando que as colônias, por terem as montanhas em seus limites, ao mesmo tempo em que estiveram protegidas dos ataques dos índios, se voltaram decididamente em direção ao mar. Por 150 anos, conclui a autora, o povo estadunidense esteve “abafado” em sua expansão territorial interna pela barreira dos Apalaches, mas as energias liberadas por uma guerra bem sucedida de independência possibilitaram com que “a massa da vida americana” fluísse, através das brechas nas montanhas, para o Mississippi e além, chegando, por fim, às cidades do litoral do Pacífico⁶³².

Essa análise do peso dos elementos geográficos na história colonial estadunidense é complementada, ao longo da obra, por capítulos que buscam elucidar o peso que a geografia do país teria tido em eventos históricos importantes como a expansão para o oeste, a compra da Louisiana junto aos franceses e a Guerra Civil, e por capítulos que tratam de temas mais gerais, como a imigração, e a distribuição geográfica das cidades, indústrias e ferrovias. O momento de síntese mais abrangente e geral da tese da autora em *American History* aparece no capítulo doze, intitulado “Growth of the United States to a Continental Power Geographically Determined”.

Neste capítulo, Semple defende que os EUA, em seu avanço de oceano a oceano – partindo, inicialmente, de uma estreita faixa no litoral atlântico para se expandir, posteriormente, até dominar um trecho do Pacífico –, foram condicionados por uma operação decisiva de suas condições geográficas, que só se tornaram determinantes, em sua leitura, graças ao que chama de “energia robusta da raça anglo-saxônica”. Para a geógrafa, um “povo menos vigoroso dificilmente teria repercutido as influências educativas desse ambiente peculiar”⁶³³. Semple acredita na ideia de que existem habilidades psicológicas inerentes à raça anglo-saxônica que teriam sido

⁶³¹ Semple, 1903, p. 47.

⁶³² Semple, 1903, p. 51.

⁶³³ Semple, 1903, p. 226.

complementadas pelas “influências educativas” do ambiente. A herança racial e o ambiente são vistos como os maiores condicionantes do poder estadunidense. Embora nessa obra a adesão aos pressupostos epistemológicos darwinistas sociais centrados na explicação do comportamento humano como o fruto da interação entre herança biológica e ambiente físico seja mais discreta do que em *Influences*, observações pontuais como essa não deixam dúvida quanto à afinidade que Semple tinha com essa corrente de pensamento já em 1903. A semelhança dessa passagem de *American History* com a interpretação que Huntington tem da formação do “caráter dos povos” é notável.

A geógrafa construiu uma sofisticada interpretação dos determinantes geográficos que levaram, no início do século XX, os EUA a se tornarem uma potência mundial em ascensão. O caráter afastado do norte do continente americano em relação aos centros de civilização mais populosos da Europa e da Ásia o manteve, segundo a autora, como uma “grande reserva territorial” ocupada apenas por uma população esparsa. O avanço da jovem república em direção a oeste encontrou, para Semple, apenas sutis impedimentos decorrentes da presença de populações indígenas selvagens. O resultado dessa expansão foi o domínio de uma enorme riqueza intocada de recursos. Já, por outro lado, a barreira do Atlântico, que foi atravessada pelos ingleses, é vista, pela geógrafa, como uma “base de seleção natural” entre os primeiros colonos que teria feito com que apenas os mais aptos, robustos e com mais espírito de empreitada chegassem ao litoral da América do Norte⁶³⁴.

Mais uma vez, Semple revela afinidades eletivas com Huntington ao aplicar o conceito darwiniano de seleção natural para compreender o efeito das migrações sobre o comportamento dos grupos humanos de maneira muito próxima à qual o geógrafo de Yale o aplicou em seu discurso presidencial na AAG. A autora emprega uma peculiar mescla de explicações antropogeográficas que enfatizam a abundância territorial do oeste do país e a coesão das colônias iniciais do litoral leste com o léxico darwinista da “seleção natural” e o discurso racial de elogio às qualidades, em seu entendimento, inatas, dos anglo-saxões.

Existe, para Semple, uma interdependência direta entre o isolamento desfrutado pelos fundadores do país na faixa litorânea atlântica, que, em sua leitura, estimulou, progressivamente, a independência econômica e política da colônia, e o

⁶³⁴ Semple, 1903, pp. 226-227.

fato de que, após 1776, a jovem república que havia virado as costas para o Velho Mundo voltou a sua face sistematicamente para a expansão em direção à sua vasta hinterlândia tanto doméstica quanto internacional. O isolamento geográfico proporcionado pela distância entre os litorais atlânticos da Europa e dos EUA, após a independência do país, teve o efeito, para Semple, de produzir uma orientação geopolítica na qual os estadunidenses compreenderam que não deveriam interferir nas questões internas dos poderes europeus, assim como, ao mesmo tempo, eles reivindicaram que os europeus não interferissem nas questões americanas. A Doutrina Monroe, de 1823, que enunciava o propósito dos EUA de se interpor em defesa dos Estados americanos contra qualquer tentativa de nova conquista pelos europeus foi, indubitavelmente, para a autora, reforçada pelo entendimento de que o isolamento geográfico em relação à Europa poderia possibilitar uma interferência bem sucedida. Semple é explícita a esse respeito quando afirma que a liderança nas terras americanas assumida pelos EUA “tem a sua base última em condições geográficas”⁶³⁵.

A localização geográfica foi o fator mais poderoso, para Semple, que contribuiu para a liderança dos EUA no continente americano porque deu ao país vantagens tanto sobre o Brasil quanto sobre o Canadá, que eram, em seu entendimento, os únicos outros grandes poderes territoriais do hemisfério ocidental além de seu país natal. O Canadá tem, assim como a república estadunidense, uma posição interoceânica, mas está, para a autora, muito longe do que chama de “centro das coisas” para fazer a sua influência ser sentida amplamente, e, além disso, tem um clima muito severo para permitir o desenvolvimento de uma densa população que poderia fortalecer o país. O Brasil, apesar de ter fertilidade e área, tem, para a geógrafa, uma localização tropical que “sempre limitará a energia de seu povo, mesmo se nós deixarmos fora de consideração as limitações para a liderança inerentes às raças latinas”⁶³⁶. A retórica de psicologia racial inata que, no livro, já havia sido mobilizada para elogiar a maneira como os anglo-saxões aproveitaram o efeito “educativo” do ambiente estadunidense, é empregada para apontar o destino biologicamente e ambientalmente determinado do Brasil para não ocupar uma posição de liderança no continente. A análise geopolítica, assim como em Huntington, vai ao encontro, em Semple, dos pressupostos do Darwinismo Social em sua roupagem direcionada à

⁶³⁵ Semple, 1903, pp. 235-237.

⁶³⁶ Semple, 1903, pp. 235-236.

hierarquização dos povos com base na análise climática e no discurso sobre a “energia” racial.

Os EUA, para Semple, têm uma “população enérgica” em decorrência de seu “clima revigorante” e numerosa graças à grande e fértil área da qual o país dispõe. Os três litorais são fundamentais para explicar a posição de poder estadunidense. A extensão do território até o Pacífico colocou os EUA em contato com os Estados ocidentais da América do Sul, a linha costeira do Golfo do México tornou o país o poder de liderança do Caribe, e a sua posição no Atlântico norte, oposta à Europa, o torna, para a autora, “o grande porteiro marítimo do mundo ocidental”. O controle do cinturão central da América do Norte, obtido com êxito pelos EUA em sua expansão para o oeste, determinaria geograficamente, para Semple, o controle de todo o hemisfério continental⁶³⁷. Esse “destino” geopolítico estadunidense foi, de acordo com a autora, fixado por sua colonização pela “resistente raça anglo-saxônica”⁶³⁸. O “destino” racial biologicamente determinado exerce, recorrentemente, no raciocínio da geógrafa, um papel de complementação dos condicionantes geográficos da supremacia geopolítica estadunidense. A ideologia do excepcionalismo estadunidense (associada ao Destino Manifesto), que vinha passando por um processo de redimensionamento no período⁶³⁹, se transformou em teoria antropogeográfica no discurso de Semple.

A autora acreditava que o papel dos EUA na política mundial havia evoluído significativamente ao longo da história. No período colonial, o país era apenas a periferia ocidental da Europa e estava sujeito a forças internacionais que retiravam a sua soberania. Depois da Revolução de 1776, com o isolamento do novo ambiente, as conexões europeias foram rapidamente eliminadas e o “destino” estadunidense como o mais importante Estado americano, que se tornaria um poder interoceânico e hemisférico, se consolidou. Essa consolidação como a principal potência da América, teria pavimentado o caminho para que, no início do século XX, os EUA tomassem o seu lugar não apenas como um poder hemisférico, mas, diz a geógrafa, também como um poder mundial⁶⁴⁰.

A expansão dos EUA, confinada entre os Grandes Lagos e o Golfo do México, ocorreu na direção leste-oeste com dimensões duas vezes maiores do que nas dimensões de norte a sul, o que contribuiu, de acordo com a autora, para manter o país

⁶³⁷ Esse argumento sugere uma inspiração nos escritos de Halford Mackinder.

⁶³⁸ Semple, 1903, p. 239.

⁶³⁹ Conforme já mencionado no capítulo 1 com base em Ross (1991).

⁶⁴⁰ Semple, 1903, pp. 239-240.

em limites zonais relativamente estreitos, distantes do calor tropical e do frio polar, e, ao mesmo tempo, fez seu território crescer três milhões de milhas quadradas. O efeito do tamanho sobre o país pode, para Semple, ser traçado pelas ideias do povo estadunidense, que seriam marcadas por certa “grandeza” e “ousadia”. Os pequenos padrões territoriais dos primeiros colonos europeus se tornaram, em seu entendimento, profundamente modificados pelas condições continentais americanas, que contribuíram também, segundo a geógrafa, para colocar o país na linha de frente dos métodos melhorados de transporte, seja nas ferrovias, nos vaporizadores fluviais ou nos navios militares⁶⁴¹.

Semple encerra esse capítulo em moldes muito próximos aos do historiador Frederick Jackson Turner quando fala da psicologia do *westerner*, o pioneiro da expansão da fronteira para oeste, que seria marcada pelo “instinto nômade” e pela “grandeza de visão”. Conseqüentemente, esse tipo humano fronteiriço nunca é, para a geógrafa, provinciano; ele é intensamente americano, pois o seu ponto de vista é originado de suas “experiências geograficamente amplas” e do seu intercurso com as outras populações altamente mescladas dos estados do oeste. A autora mistura um princípio darwinista de Ratzel à tese historiográfica de Turner para sustentar a sua afirmação de que a expansão transcontinental estadunidense tornou o povo do país uma espécie de vencedor na “luta pelo espaço”⁶⁴²:

‘A luta pela existência é uma luta por espaço’, diz Ratzel. O espaço abundante nos Estados Unidos significou oportunidade e uma chance para todos ascenderem; ele desenvolveu nos americanos uma poderosa iniciativa e encorajou o espírito democrático⁶⁴³.

A tese do historiador Frederick Jackson Turner, endossada explicitamente por Semple em *American History*, foi publicada pela primeira vez em 1893, em um influente artigo intitulado “The Significance of the Frontier in American History”, que se tornaria um dos textos mais lidos da historiografia estadunidense. Esse historiador sustentou que, até o final do século XIX, a história dos EUA havia sido, em grande medida, “a história da colonização do Grande Oeste”. A existência de uma grande área

⁶⁴¹ Semple, 1903, pp. 240-243.

⁶⁴² Semple, 1903, pp. 243-244.

⁶⁴³ “ ‘The struggle for existence is a struggle for space’, says Ratzel. Abundant space in the United States has meant opportunity and a chance for all to rise; it has developed in the Americans a powerfull initiative and encouraged the democratic spirit” (SEMPLÉ, 1903, p. 244).

de terra livre, a sua contínua retração, e o avanço dos assentamentos em direção ao oeste “explicam o desenvolvimento americano” em seu entendimento. A peculiaridade das instituições estadunidenses é, para Turner, decorrente do fato de que elas foram levadas a se adaptar às mudanças de um povo em expansão e à necessidade de vencer as condições de selvageria. Havia a demanda, sobre as instituições do país, de desenvolver cada área da fronteira partindo das condições econômicas e políticas primitivas até chegar à complexidade da vida cidadina⁶⁴⁴.

Nos EUA, de acordo com Turner, diferentemente do caso da maioria das nações, onde o desenvolvimento aconteceu apenas em uma área restrita, houve – além, obviamente, do fenômeno familiar da evolução das instituições em uma área limitada, na qual o governo representativo e a evolução de uma sociedade industrial primitiva para uma civilização manufatureira se deu – uma recorrência do processo de evolução social a cada área ocidental alcançada no processo de expansão. Por conseguinte, o desenvolvimento estadunidense exibiu não meramente um avanço ao longo de uma linha singular, mas, sobretudo, um retorno a condições primitivas em uma contínua fronteira de avanço. “O desenvolvimento social americano tem continuamente iniciado novamente na fronteira” diz o historiador. Esse “renascimento perene”, essa “fluidez da vida americana”, essa expansão em direção a oeste com as suas “novas oportunidades” e esse contato contínuo com a “simplicidade da sociedade primitiva” constituem, para Turner, as forças que dominam o “caráter americano”⁶⁴⁵.

O verdadeiro ponto de vista que deve prevalecer na história dos EUA não é, para o autor, aquele voltado para o litoral atlântico, mas sim aquele que enfatiza o Grande Oeste. A luta envolvendo a escravidão só ocupa um lugar na história do país, em sua leitura, por causa da sua relação com a expansão para o oeste. Nesse processo, a fronteira é o ponto de encontro entre a “selvageria” e a “civilização”. A fronteira americana é, segundo Turner, claramente distinta da fronteira europeia, que é uma linha fronteira fortificada que separa densas populações; o fato mais significativo sobre a fronteira americana é que ela está no limite da terra livre⁶⁴⁶.

No processo de ocupação dos EUA é necessário, segundo o historiador, observar como a vida europeia entrou no continente e como a América modificou e desenvolveu aquela vida reagindo sobre ela. “A fronteira é a linha mais rápida e

⁶⁴⁴ Turner, 1998 [1893], pp. 31-32.

⁶⁴⁵ Turner, 1998 [1893], p. 32.

⁶⁴⁶ Turner, 1998 [1893], p.33.

efetiva de americanização”, ressalta Turner, após criticar os estudiosos das instituições estadunidenses que dão atenção exclusiva às suas origens alemãs e negligenciam o que chama de “fatores americanos”. O pioneiro da fronteira é obrigado a aceitar as condições ambientais que ela impõe e a seguir as clareiras e trilhas dos índios. Pouco a pouco, diz Turner, ele transforma a selvageria, mas o resultado não é a velha Europa nem o desenvolvimento dos germes germânicos. A fronteira gera um novo produto que é, para o historiador, um produto americano. Em um primeiro momento, a fronteira era a costa atlântica, que constituía a fronteira da Europa em um “sentido muito real”. Ao mover-se em direção a oeste, a fronteira se tornou “mais e mais americana” e o seu avanço significou, de acordo com o autor, “um contínuo movimento de distanciamento da influência da Europa” concomitantemente a um “contínuo crescimento da independência em linhas americanas”. Estudar esse avanço territorial, os homens que cresceram sob essas condições e os seus resultados políticos, econômicos e sociais é, para Turner, “estudar a parte realmente americana” da história do país⁶⁴⁷.

A fronteira foi responsável, segundo a tese do historiador, pela formação de uma “nacionalidade mista” para o povo dos EUA. Enquanto a costa leste era preponderantemente inglesa, os escoceses, irlandeses e alemães forneceram o elemento dominante no estoque da fronteira colonial. Na fronteira, os imigrantes foram “americanizados, liberados e fundidos em uma raça misturada” que não era inglesa nem na nacionalidade nem nas características. Além desse papel para a promoção da mistura racial e do surgimento de um tipo humano essencialmente americano, a fronteira contribuiu, segundo Turner, para declinar a dependência econômica em relação à Inglaterra e para desenvolver os poderes do governo nacional ao provocar o surgimento de legislações condicionadas pelas necessidades dessas áreas⁶⁴⁸. Para o autor, o “crescimento do nacionalismo e a evolução das instituições foram dependentes do avanço da fronteira”⁶⁴⁹.

O efeito nacionalizante da fronteira, que trabalhou contra o que Turner chama de “seccionalismo”⁶⁵⁰, isto é, a tendência à lealdade a uma região em detrimento do resto do país, também esteve diretamente associado à promoção da democracia e do

⁶⁴⁷ Turner, 1998 [1893], p. 34.

⁶⁴⁸ Turner, 1998 [1893], pp. 47-48.

⁶⁴⁹ Turner, 1998 [1893], p. 49.

⁶⁵⁰ Turner, 1998 [1893], p. 51.

individualismo⁶⁵¹. As condições de vida da fronteira produziram, em sua leitura, traços intelectuais de profunda importância para o país, como a “rispidez”, a “magistral apreensão das coisas materiais”, a “energia nervosa, incansável” e o “individualismo dominante”, que trabalha “para o bem e para o mal” com o entusiasmo que vem da “liberdade”⁶⁵².

A leitura que Semple faz da divisão, provocada pelos Apalaches, entre a sociedade colonial estabelecida no litoral leste e as áreas de ocupação esparsa que estavam além das montanhas é muito similar à distinção de Turner entre a ocupação da faixa atlântica e as zonas fronteiriças que estariam, para o historiador, no cerne da determinação do caráter nacional dos EUA. Ambos acreditam no papel da geografia como um elemento estruturador das formas de psicologia coletiva que marcaram a formação do povo estadunidense⁶⁵³. A geógrafa adere explicitamente à tese do historiador de que a abundância de terras proporcionada pela conquista progressiva do continente contribuiu decisivamente para fomentar o espírito democrático e o individualismo, e, de acordo com Lawrence Gelfand⁶⁵⁴, também entende, assim como Turner, que o fato fundamental da história estadunidense é a expansão⁶⁵⁵. Por outro lado, diferentemente de Turner, Semple enfatiza a constituição biológico-racial dos colonos como um elemento determinante para o êxito da expansão territorial estadunidense. Turner não endossa crenças no determinismo racial como a geógrafa, mas, assim como Semple, é enfático ao versar sobre o peso que os elementos ambientais tiveram na história do país.

⁶⁵¹ Turner, 1998 [1893], p. 53.

⁶⁵² Turner, 1998 [1893], pp. 58-59.

⁶⁵³ Outra interpretação geográfica para a história dos EUA publicada no mesmo período está em BRIGHAM, Albert Perry. *Geographic Influences in American history*. Boston, Ginn & Company, 1903. Albert Perry Brigham, geógrafo e geólogo que lecionava na Colgate University, não ganhou a mesma notoriedade que Semple por sua obra. Esse autor, que foi presidente da AAG entre 1914 e 1915, também tinha preocupações com temas afins aos tratados pela geógrafa. Nesse livro, o que chama a atenção é a semelhança dos temas de alguns capítulos com os temas do livro de Semple. Brigham, assim como Semple, também tratou da barreira apalachiana, dos condicionantes geográficos da Guerra Civil e do papel que a extensa fachada litorânea atlântica teve para o desenvolvimento histórico dos EUA.

⁶⁵⁴ GELFAND, Lawrence. *Ellen Churchill Semple: Her Geographical Approach to American History*. *Journal of Geography*, Vol. 53, No.1, 1954, pp. 30-41.

⁶⁵⁵ Gelfand, 1954, p. 34. Esse autor lembra que o tema da expansão territorial era extremamente popular nas discussões intelectuais do período e menciona outros autores que trataram dessa problemática, como são os casos de Halford Mackinder com seu conceito do *heartland*, dos estudos de Alfred Mahan sobre a influência do poder marítimo na história e dos escritos de Josiah Strong.

Ambos os autores têm em comum a crença de que a expansão espacial é fundamental para a vitalidade de um povo. Esse é um dos princípios mais importantes da obra de Ratzel, o mentor intelectual da autora de *American History*. O erudito alemão, em seu texto de 1901, no qual formulou o conceito de *Lebensraum* (“espaço vital”, em tradução livre), defende, mobilizando Herder, que a “filosofia da história da humanidade deveria descer do céu estrelado” e que as “condições sob as quais toda a vida se desenvolve são governadas por uma grande força telúrica”. Para o geógrafo, a Antropogeografia é um desdobramento da Biogeografia⁶⁵⁶ e a espécie humana, assim como o restante do mundo orgânico, depende do movimento geográfico e do domínio espacial para sobreviver e se reproduzir; para Ratzel, cada ser, em sua existência, demonstra “a onipotência da necessidade para o espaço na vida”⁶⁵⁷.

O mentor intelectual de Semple, ao inserir a necessidade de espaço própria ao homem em uma discussão que parte de problemas metodológicos de Biogeografia para chegar à Antropogeografia, revela todo o peso que a noção spenceriana de que o mundo humano é uma etapa tardia da evolução orgânica tem em seu pensamento. O Darwinismo Social de Ratzel fez com que essa discussão biológica sobre o espaço vital na vida orgânica em geral fosse replicada em sua Geografia Política. O Estado moderno, de acordo com Mark Bassin⁶⁵⁸, é visto pelo geógrafo alemão como um “organismo” que operaria segundo as mesmas leis de desenvolvimento dos mundos vegetal e animal em sua demanda, desencadeada pelo crescimento populacional, de expansão territorial. À medida que os estados crescem ao longo da história, o território disponível se torna cada vez mais limitado e, nesse processo, eles são, na leitura ratzeliana, obrigados a competir cada vez mais diretamente e agressivamente por vantagens territoriais. Logo, o desenvolvimento cultural de um Estado, para Ratzel, é inseparável de seu crescimento espacial⁶⁵⁹.

Semple e Turner expõem concepções muito próximas às de Ratzel ao salientarem a inevitabilidade da expansão territorial estadunidense como um elemento decisivo para o surgimento e fortalecimento do caráter nacional do país. A centralidade da expansão espacial como um aspecto estrutural fundamental da história dos EUA é amparada na ideia de que a vitalidade de um povo está diretamente

⁶⁵⁶ Ratzel, 2018 [1901], p. 2.

⁶⁵⁷ Ratzel, 2018 [1901], p. 12.

⁶⁵⁸ BASSIN, Mark. *Imperialism and the nation state in Friedrich Ratzel's Political Geography*. *Progress in Human Geography*, Vol. 11, No.4, 1974, pp. 473-495.

⁶⁵⁹ Bassin, 1974, pp. 477-478.

relacionada ao crescimento de sua demanda territorial por “espaço vital” e na concepção de que o seu desenvolvimento cultural é indissociável do alargamento espacial da sua área de domínio. A geógrafa utiliza o léxico darwinista e naturalista com muito mais frequência que Turner, o que, evidentemente, coloca seu pensamento em uma proximidade maior com as ideias de Ratzel do que o pensamento do historiador. Ainda assim, a visão de Turner da história estadunidense tem paralelos muito claros com a Geografia Política desenvolvida pelo erudito alemão. A fronteira, tanto em Semple quanto em Turner, é a aplicação do princípio ratzeliano universal do *Lebensraum* à particularidade dos condicionamentos geográficos da história dos EUA. A “luta pela existência” darwinista, transformada por Ratzel em princípio geopolítico da “luta pelo espaço”, encontrou, nos dois autores, uma aplicação geográfico-histórica específica.

A análise de *American History* demonstra que as concepções epistemológicas do Darwinismo Social que estiveram presentes em *Influences* já eram fundamentais para o pensamento de Semple desde os seus primeiros investimentos intelectuais no campo da Antropogeografia. Existe uma clara continuidade entre os esforços realizados pela geógrafa em suas obras de 1903 e 1911. No caso da primeira obra, que foi publicada um ano antes da fundação da AAG, a autora colocou toda a bagagem intelectual antropogeográfica que havia adquirido em seu período de estudos na Alemanha a serviço de uma interpretação da história dos EUA marcada pela ênfase na conquista territorial como um elemento decisivo para a formação do país. A mobilização conjunta de uma tese historiográfica (personificada, fundamentalmente, no trabalho de Turner) que desfrutava de razoável popularidade no campo intelectual estadunidense e dos princípios ratzelianos é a característica principal do primeiro livro de Semple.

Influences, livro que seria publicado oito anos depois, é uma tentativa de ampliar o escopo das preocupações históricas e antropogeográficas que já haviam sido exploradas pela autora em 1903. Em 1911, a geógrafa transcendeu as questões especificamente relacionadas à geo-história estadunidense que haviam sido tratadas em sua obra anterior e buscou elaborar um programa disciplinar completo para a Antropogeografia. Ambas as obras têm como quadro epistemológico fundamental a mistura de evolucionismo, pensamento racial e ênfase na influência do ambiente físico sobre os grupos humanos que caracterizou o Darwinismo Social do início do século

XX. Essa corrente de pensamento, conforme foi demonstrado ao longo da tese e amplamente evidenciado nos casos de Huntington e Semple, forneceu uma sistematização filosófica decisiva para que a institucionalização acadêmica da Geografia pudesse ser legitimada nos EUA.

Considerações Finais

A teoria da evolução de Darwin produziu uma grande variedade de implicações para as humanidades e as ciências em geral a partir das últimas três décadas do século XIX e foi fundamental como um quadro de referência teórico para o período do início do século XX no qual a divisão do trabalho intelectual existente entre as disciplinas até os dias atuais se estabeleceu. As consequências da publicação de “A Origem das Espécies” transcenderam questões científicas específicas das Ciências Naturais e atingiram uma série de campos de pesquisa que surgiram após a década de 1880. As implicações filosóficas, epistemológicas e político-ideológicas da obra do naturalista inglês extravasaram campos científicos particulares e constituíram, por isso, um elemento fundamental do quadro de mudança ideológica que marcou os países ocidentais a partir do final do século XIX.

O Darwinismo Social – corrente de pensamento que surgiu como uma tentativa de aplicação do léxico e dos pressupostos epistemológicos da Biologia evolucionista às questões do mundo social – foi fortalecido tanto por condições socioeconômicas e geopolíticas características do mundo do final do século XIX e início do século XX, quanto pelo fato de que as ideias darwinistas, por seu escopo global de sistematização (do qual a obra de Spencer é o caso mais notório), ofereceram a possibilidade de racionalização de um quadro de referência teórico para as ciências naturais e humanas que se institucionalizavam no período. A multiplicidade das apropriações diretas e indiretas dos pressupostos da obra de Darwin para a leitura de questões do mundo sociopolítico marcou uma parcela importante do pensamento ocidental nas décadas entre 1870 e 1930.

As especificidades do quadro nacional estadunidense de recepção das ideias do Darwinismo Social exerceram um peso significativo na forma pela qual Huntington e Semple incorporaram os pressupostos dessa corrente intelectual. A institucionalização das Ciências Humanas no país, ocorrida entre 1890 e 1920, teve, no conflito entre explicações naturalistas/biologizantes e as explicações sociológicas/culturalistas, a sua tensão epistemológica central. A Geografia Humana acabou incorporando essa tensão de forma bastante peculiar, dado o caráter híbrido do objeto de estudo da disciplina concebido como o estudo da relação entre os grupos humanos e o ambiente. A adesão à abrangência epistemológica sintética e global fornecida pelos princípios genéricos do

Darwinismo Social foi a estratégia empregada por Huntington e Semple para dar coesão teórica a seus respectivos discursos geográficos.

Os dois geógrafos estudados na tese compartilham da visão spenceriana de que a cumulatividade progressiva do processo evolutivo estaria refletida nas diferenças entre o patamar de “civilização” ou de “progresso” encontrado entre os diversos grupos humanos que vivem nas distintas regiões do mundo. Ambos assumem essa filosofia da história evolucionista e tentam oferecer uma contribuição disciplinar da Geografia para fortalecê-la. A estratégia de adesão a essas posturas epistemológicas e filosóficas foi condicionada pelo fato de que a Geografia ocupava uma posição institucional bastante frágil no campo intelectual estadunidense do início do século XX, pela legitimidade da qual o Darwinismo Social desfrutava como um padrão de pensamento reconhecido no período, e pela necessidade que a disciplina tinha de buscar um sistema explicativo mais abrangente que contribuísse para o estudo dos fenômenos híbridos de natureza e cultura que marcavam a realidade da superfície terrestre.

Huntington, ao longo de suas obras analisadas na tese, é mais explícito do que Semple na adesão aos pressupostos epistemológicos do Darwinismo Social. Toda a sua obra – com especial destaque para “Civilization and Climate” – está estruturada em torno da problemática da relação entre herança biológica, ambiente físico e cultura com o objetivo de elaborar um estudo abrangente da civilização. Os interesses intelectuais do geógrafo são o fruto do cruzamento entre as questões sociopolíticas dos EUA e do mundo no início do século XX, o quadro teórico darwinista social – encarnado, em sua obra, especialmente, na abordagem naturalista da relação organismo-ambiente aplicada ao estudo do homem, na preocupação com a hierarquização do nível de “civilização” dos povos do mundo e nas discussões próprias ao pensamento racial – e a necessidade de legitimação disciplinar da Geografia Humana em seu país natal. Semple, embora seja menos explícita do que Huntington em suas filiações intelectuais darwinistas sociais, compartilha, em grande medida, dos mesmos pressupostos epistemológicos do autor de “Civilization and Climate”. A geógrafa, ao publicar “Influences of Geographic Environment”, em 1911, elaborou a mais extensa e sistemática afirmação de um programa disciplinar antropogeográfico existente, até então, nos países de língua inglesa; o que, conforme demonstrado, contribuiu para cristalizar a imagem pública da sua obra como uma contribuição excepcional. A autora, assim como Huntington, tinha como preocupação

fundamental, herdada através de Ratzel, a inserção do ambiente geográfico na problemática mais ampla de elaboração de uma filosofia da história amplamente apoiada nos marcos teóricos do evolucionismo. Os dois geógrafos atrelaram seus sistemas explicativos disciplinares a questões histórico-filosóficas mais amplas que transcendem a Geografia enquanto disciplina. Isso se deve a um duplo movimento no qual, ao mesmo tempo em que a disciplina necessitava afirmar uma epistemologia específica para se legitimar enquanto campo em processo de construção, também buscava a sua inserção em questões mais gerais que pudessem lhe fornecer um refinamento teórico mais satisfatório em um país no qual o desenvolvimento do discurso geográfico era, em comparação à Europa, ainda incipiente no início do século XX.

O objeto estudado na tese – a relação entre o Darwinismo Social, a institucionalização da Geografia Humana nos EUA e os pressupostos epistemológicos das obras de Huntington e Semple – sinaliza a necessidade de que a História da Geografia amplie seu diálogo metodológico com as correntes historiográficas que tratam da questão da elucidação da historicidade da atividade intelectual e da produção de ideias em geral. Abordar o pensamento geográfico a partir das suas relações com correntes intelectuais mais amplas e com os quadros institucionais, socioeconômicos, políticos, geopolíticos e ideológicos nos quais a produção intelectual de cada período está inserida é fundamental para que a historiografia disciplinar amadureça. Nesse sentido, a tese, para além do caso particular estudado, obedeceu a essa preocupação historiográfico-metodológica mais ampla.

Referências bibliográficas

AAY, Henry. *Textbook Chronicles: Disciplinary History and the Growth of Geographic Knowledge*. In: BLOUET, B. (Org.) *The Origins of Academic Geography in the United States*. Hamden, Archon Books, 1981, pp. 291-302.

ADAMS, Ellen Elizabeth. *Ellen Churchill Semple and American Geography in an Era of Imperialism*. Dissertation presented in Candidacy for the Degree of Doctor of Philosophy, Department of History, The College of William and Mary, 2011.

ADAMS, George Burton. *History and the Philosophy of History*. *The American Historical Review*, Vol. 14, No. 2, 1909, pp. 221-236.

BANNISTER, Robert. *Social Darwinism - Science and Myth in Anglo-American Social Thought*. Temple University Press, Philadelphia, 1979.

BANTON, Michael. *A Ideia de Raça*. Lisboa, Edições 70, 2010 [1977].

BARROWS, Harlan. *Geography as Human Ecology*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 13, No. 1, 1923, pp. 1-14.

BASSIN, Mark. *Imperialism and the nation state in Friedrich Ratzel's Political Geography*. *Progress in Human Geography*, Vol. 11, No.4, 1974, pp. 473-495.

BERDOULAY, Vincent. *A Abordagem Contextual*. *Espaço e Cultura*, No. 16, Rio de Janeiro, UERJ, 2003 [1981], pp. 47-56.

BERMAN, Mildred. *Sex Discrimination and Geography: The Case of Ellen Churchill Semple*. *The Professional Geographer*, Vol. 26, No.1, 1974, pp. 8-11.

BRIGHAM, Albert Perry. *Geographic Influences in American history*. Boston, Ginn & Company, 1903.

_____. *Problems of Geographic Influence*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 5, 1915, pp. 3-25.

_____. *The Association of American Geographers, 1903-1924*. Annals of the Association of American Geographers. Vol. 14, No. 3, 1924, pp. 109-116.

BOAS, Franz. *A Mente do Ser Humano Primitivo*. Petrópolis, Vozes, 2010 [1938].

BOURDIEU, Pierre. *Campo Intelectual e Projeto Criador*. In: POUILLON, J. (org). *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

_____. *Os Usos Sociais da Ciência*. São Paulo, Unesp, 2003.

_____. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa, Edições 70, 2008.

BOWLER, Peter. *Evolution – The History of an Idea*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 2009 [1983].

BROC, Numa. *Les classiques de Miss Semple: essai sur les source des “Influences of Geographic Environment”, 1911*. Annales de Géographie, t. 90, No. 497, 1981, pp. 87-102.

BUSHONG, Allen. *Women as Geographers: Some Thoughts of Ellen Churchill Semple*. Southeastern Geographer, Vol. 15, No. 2, 1975, pp. 102-109.

_____. *Geographers and Their Mentors: A Genealogical View of American Academic Geography*. In: BLOUET, B (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Archon Book, Hamden, 1981, pp. 193-220.

_____. *Ellen Churchill Semple 1863-1932*. Geographers Biobibliographical Studies, Vol. 8, 1984, pp. 87-94

CAMPBELL, J. A. and LIVINGSTONE, David. *Neo-Lamarckism and the Development of Geography in the United States and Great Britain*. Transactions of the Institute of British Geographers, Vol. 8, No. 3, 1982, pp. 267-294.

CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia em la Geografía contemporánea*. Barcelona, Ediciones del Serbal, 2012 [1981].

CHISHOLM, George. *Miss Semple on the Influences of Geographic Environment*. The Geographical Journal, Vol. 39, No. 1, 1912, pp. 31-37.

COLBY, Charles. *Ellen Churchill Semple*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 23, 1933, pp. 229-240.

CRAVENS, Hamilton. *The Triumph of Evolution – The Heredity Environment Controversy 1900-1941*. John Hopkins University Press, Baltimore/London, 1988.

DARNTON, Robert. *História Intelectual e Cultural*. In: *O Beijo de Lamourette – Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 [1990].

DARWIN, Charles. *The Descent of Man*. London, Watts & Co., 1930 [1871].

_____. *A Origem das Espécies*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2002 [1859].

DAVIS, W. M. *The Opportunity for the Association of American Geographers*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 37, No. 2, 1905, pp. 84-86.

DEGLER, Carl. *In Search of Human Nature – The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought*. New York/Oxford, Oxford University Press, 1991.

DOSSE, François. *La Marcha de Las Ideas – Historia de los intelectuales, Historia Intelectual*. València, Universitat de València, 2007.

DRYER, Charles. *The Development of Geographic Sense and Concept*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 10, 1920, pp. 3-16.

DUNCAN, James. *O Supra-Orgânico na Geografia Cultural Americana*. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Volume 1: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011 [1939].

FENNEMAN, Nevin. *The Circumference of Geography*. Geographical Review, Vol. 7, No.3, 1919, pp. 168-175.

FLEURE, H. J. *The Influences of Geographic Environment. A Review of Miss Semple Work*. The Geographical Teacher, Vol. 7, No. 1, 1913, pp. 65-68.

GELFAND, Lawrence. *Ellen Churchill Semple: Her Geographical Approach to American History*. *Journal of Geography*, Vol. 53, No.1, 1954, pp. 30-41.

HARTSHORNE, Richard. *The Nature of Geography*. *Annals of the Association of American Geographers*, v.29, No. 3-4, Lancaster, 1939.

HARVEY, David. *On the History and Present Condition of Geography: An Historical Materialist Manifesto*. *The Professional Geographer*, Vol. 36, No. 1, 1984, pp. 1-11.

HAWKINS, Mike. *Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945) – Nature as a Model and Nature as a Threat*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

HERBST, Jurgen. *Social Darwinism and the History of American Geography*. *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 105, No. 6, 1961, pp. 538-544.

HIMMELFARB, Gertrude. *Darwin and the Darwinian Revolution*. Chicago, Elephant Paperbacks, 1996 [1959].

HOBSBAWN, Eric. *Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo, Paz e Terra, 2010 [1988].

HOFSTADTER, Richard. *Social Darwinism in American Thought*. Boston, Beacon Press, 1992 [1955].

HUNTINGTON, Ellsworth. *The Rivers of Chinese Turkestan and the Dessication of Asia*. *The Geographical Journal*, Vol. 28, No. 4, 1906, pp. 353-367.

_____. *The Vale of Kashmir*. *Bulletin of the American Geographical Society*, Vol. 38, No. 11, 1906, pp. 657-682.

_____. *The Border Belts of the Tarim Basin*. *Bulletin of the American Geographical Society*, Vol. 38, No. 2, 1906, pp. 91-96.

_____. *The Pulse of Asia*. Boston and New York, Houghton Mifflin Company, 1907.

_____. *The Depression of Turfan, in Central Asia*. The Geographical Journal, Vol. 30, No. 3, 1907, pp. 254-273.

_____. *The Historic Fluctuations of Caspian Sea*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 39, No. 10, 1907, pp. 577-596.

_____. *The Fluctuating Climate of North America, Part I – The Ruins of Honokam*. The Geographical Journal, Vol. XL, No. 3, 1912, pp. 264-280

_____. *Part II – The Succession of Civilization*. The Geographical Journal, Vol. XL, No. 4, 1912, pp. 392-411.

_____. *The New Science of Geography*. Bulletin of the American Geographical Society. Vol. 45, No. 9, 1913, pp. 641-652.

_____. *Civilization and Climate*. New Haven, Yale University Press, 1915

_____. *World Power and Evolution*. New Haven, Yale University Press, 1919.

_____. *The Relation of Health to Racial Capacity: The Example of Mexico*. The Geographical Review, Vol. XI, No. 2, 1921.

_____. *Civilization and Climate*. New Haven, Yale University Press, 1924a, Third Edition.

_____. *The Character of Races*. New Haven, Yale University Press, 1924b.

_____. *Geography and Natural Selection – A Preliminary Study of the Origin and Development of Racial Character*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 14, No.1, 1924c, pp. 1-16.

_____. *Tomorrow's Children: The Goal of Eugenics*. New York, John Wiley & Sons Inc., London, Chapman & Hall Limited, 1935.

_____. *Mainsprings of Civilization*. New York, Mentor Books /The New American Library, 1959 [1945].

KEIGHREN, Innes. *Bringing Geography to Book – Ellen Semple and the Reception of Geographical Knowledge*. London/New York, J. B. Tauris, 2010.

KROEBER, Alfred. *The Superorganic*. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 19, No. 2, 1917, pp. 163-213.

LENAY, Charles. *Darwin*. São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

LEWTHWAITE, Gordon. *Environmentalism and Determinism: A Search for Clarification*. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 56, No. 1, 1966, pp. 1-23.

LIBBY, Orin. *Influences of Geographic Environment, on the Basis of Ratzel's System of Anthro-pogeography by Ellen Churchill Semple*. *The American Historical Review*, Vol. 17, No.2, 1912, pp. 355-357.

LIVINGSTONE, David. *Natural Theology and Neo-Lamarckism: The Changing Context of Nineteenth-century Geography in the United States and Great Britain*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 74, No.1, 1984, pp. 9-28.

_____. *The Geographical Tradition*. Malden/Oxford, Blackwell Publishing, 2008 [1992].

MARTIN, Geoffrey. *Ellsworth Huntington – His Life and Thought*. Hamden, Archon Book, 1973.

_____. *All Possible Worlds – A History of Geographical Ideas*. New York/Oxford, Oxford University Press, 2005.

_____. *American Geography and Geographers – Toward Geographical Science*. New York, Oxford University Press, 2015.

MAYR, Ernst. *The Philosophical Foundations of Darwinism*. *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 145, No. 4, 2001, pp. 488-495.

PATTISON, William. *Rollin Salisbury and the Establishment of Geography at the University of Chicago*. In: BLOUET, B (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Archon Book, Hamden, 1981, pp.151-163.

PECCEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

PEET, Richard. *Social Origins of Environmental Determinism*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 75, No. 3, 1985, pp. 309-333.

RATZEL, Friedrich. *Lebensraum: a biogeographical study*. *Journal of Historical Geography*, XXX, 2018 [1901], pp. 1-22.

ROBINSON, Edward Van Dyke. *Influences of Geographic Environment on the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography by Ellen Churchill Semple*. *The American Economic Review*, Vol. 2, No. 2, 1912, pp. 338-340.

ROORBACH, George Byron. *Influences of Geographic Environment on the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography by Ellen Churchill Semple*. *The Annals of American Academy of Political and Social Science*, Vol. 41, Efficiency in City Government, 1912, pp. 350-351.

ROSS, Dorothy. *The Origins of American Social Science*. New York/Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

RUGG, Dean. *The Midwest as a Hearth Area in American Academic Geography*. In: BLOUET, Brian (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*. Hamden, Archon Books, 1981, pp. 175-191.

RUSE, Michael. *Social Darwinism: The Two Sources*. *Albion: A Quarterly Journal Concerned With British Studies*, Vol. 12, No. 1, 1980, pp. 23-36.

SAUER, Carl. *A Morfologia da Paisagem*. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2004 [1925].

SCHULTEN, Susan. *The Geographical Imagination in America (1880-1950)*. Chicago, University of Chicago Press, 2001.

SEMPLE, Ellen. *The Influence of Appalachian Barrier upon Colonial History*. Journal of School Geography, 1897, I: pp. 33-41.

_____. *American History and its Geographic Conditions*. Boston/New York, Houghton Mifflin and Company, 1903.

_____. *Geographical Boundaries I*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 29, No. 7, 1907, pp. 385-397.

_____. *Geographical Boundaries II*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 39, No. 8, 1907, pp. 449-463.

_____. *Coast Peoples*. The Geographical Journal, Vol. 31, No. 1, 1908, pp. 72-90.

_____. *Coast Peoples (Continued)*. The Geographical Journal, Vol. 31, No. 2, 1908, pp. 170-187.

_____. *The Anglo-Saxons of the Kentucky Mountains – A Study in Anthropogeography*. Bulletin of the American Geographical Society, 1910 [1901], v. 42, n. 8, pp. 561-594.

_____. *Influences of Geographic Environment – On the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography*. New York, Henry Holt and Company; London, Constable & Company Ltd., 1911.

_____. *Barrier Boundary of the Mediterranean Basin and Its Northern Breaches as Factors in History*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 5, 1915, pp. 27-59.

_____. *Climatic and Geographic Influences on Ancient Mediterranean Forests and the Lumber Trade*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 9, 1919, pp. 13-40.

_____. *The Influence of Geographic Conditions upon Mediterranean Stock-Raising*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 12, 1922, pp. 3-38.

_____. *Climatic Influences in Some Ancient Mediterranean Religions*.
Scottish Geographical Magazine, Vol. 41, 1925, pp. 257-266.

_____. *Irrigation and Reclamation in the Ancient Mediterranean Region*.
Annals of the Association of American Geographers, Vol. 19, 1929, pp. 111-148.

_____. *The Geography of the Mediterranean Region – Its Relation to
Ancient History*. New York, Henry Holt and Company, 1931.

SMITH, Neil. *Academic War Over the Field of Geography: The Elimination of
Geography at Harvard 1947-1951*. Annals of the Association of American
Geographers. Vol. 77, No. 2, pp. 155-172, 1987.

SPATE, O. H. K. *Toynbee and Huntington: A Study in Determinism*. The
Geographical Journal, Vol. 118, No. 4, 1952, pp. 406-424.

SPENCER, Herbert. *The Development Hypothesis*. In: SPENCER, H. *Essays:
Scientific, Political and Speculative -Volume 1*. London, Routledge/Thoemes Press,
1996 [1852].

_____. *The Social Organism*. In: SPENCER, H. *Essays: Scientific,
Political and Speculative -Volume 1*. London, Routledge/Thoemes Press, 1996 [1860].

_____. *First Principles*. London, Routledge/Thoemmes Press, 1996
[1867].

STODDART, David. *Darwin's Impact on Geography*. Annals of the Association of
American Geographers, Vol. 56, No. 4, 1966, pp. 683-698.

_____. *Darwin's Influence in the Development of Geography in the
United States, 1859 – 1914*. In: BLOUET, B (org.) *The Origins of Academic
Geography in the United States*, Hamden, Archon Books, 1981, pp. 265-278.

TENNEY, Alvan Alonzo. *Influences of Geographic Environment, on the Basis of
Ratzel's System of Anthro-geography by Ellen Churchill Semple*. Political Science
Quarterly, Vol. 27, No. 2, 1912, pp. 345-348.

The Meeting of the American Historical Association at Madison. The American Historical Review, Vol. 13, No. 3, 1908, pp. 433-458. (sem autor).

TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In: *Rereading Frederick Jackson Turner*. New Haven/London, Yale University Press, 1998 [1893], pp. 31-60.

VISHER, S. S. *Memoir to Ellsworth Huntington, 1876-1947*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 38, No. 1, 1948, pp. 38-50, p. 39.

WHITBECK, Ray Hughes. *Influences of Geographic Environment, on the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography by Ellen Churchill Semple*. Bulletin of the American Geographical Society, Vol. 43, No. 12, 1911, pp. 937-939.

_____. *Geography in American and European Universities*. Journal of Geography, Vol.18, No.4, 1919, pp. 129-141.

WRIGHT, John K. *Miss Semple's "Influences of Geographic Environment" Notes Toward a Bibliobiography*. Geographical Review, Vol. 52, No. 3, 1962, pp. 346-361.

Documentos citados

Huntington Papers

Materiais consultados na *Sterling Memorial Library* da Universidade de Yale (EUA)

Carta de W.M. Davis a Ellsworth Huntington, 15 de abril de 1906. Huntington Papers, Series III, Box 25, Folder 389.

Carta de Robert De C. Ward a Ellsworth Huntington, 19 de março de 1908. Huntington Papers, Series III, Box 25, Folder 396.

Carta de John E. Wolff a Ellsworth Huntington, 31 de março de 1908. Huntington Papers, Series III, Box 25, Folder 396.

Carta de William Ripley a Ellsworth Huntington, 3 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Carta de Mark Jefferson a Ellsworth Huntington, 4 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Carta de Ray Whitbeck a Ellsworth Huntington, 4 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

Carta de Franz Boas a Ellsworth Huntington, 5 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Carta de Robert Lowie a Ellsworth Huntington, 6 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

Carta de Hiram Bingham a Ellsworth Huntington, 8 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

Carta de Walter S. Tower a Ellsworth Huntington, 8 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

Carta de Roland Dixon a Ellsworth Huntington, 9 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Carta de Harlan Barrows a Ellsworth Huntington, 14 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

Carta de Richard Elwood Dodge a Ellsworth Huntington, 14 de novembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Carta de Alfred Kroeber a Ellsworth Huntington, 6 de dezembro de 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Carta de J. A. Herbertson a Ellsworth Huntington, 10 de fevereiro de 1914. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 41.

Carta de Martha Krug Genthe a Ellsworth Huntington, 23 de fevereiro de 1914. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Carta de J. Russell Smith a Ellsworth Huntington, 3 de julho de 1914. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Carta de Anson Phelps Stokes a Ellsworth Huntington, 5 de dezembro de 1916. Huntington Papers, Series III, Box 36, Folder 889.

Carta de Ellsworth Huntington a Anson Phelps Stokes, 11 de dezembro de 1916. Huntington Papers, Series III, Box 36, Folder 889.

Carta de Ellsworth Huntington a W. M. Davis, 4 de Abril de 1917. Huntington Papers, Series III, Box 37, Folder 909.

Carta de Ellsworth Huntington a G. E. Hale, 4 de abril de 1917. Huntington Papers, Series III, Box 38, Folder 948.

Memorando do Coronel John M. Dunn a Ellsworth Huntington, 23 de dezembro de 1918. Huntington Papers, Series V, Box 44, Folder 331.

Carta de Ellsworth Huntington a J. R. Angell, 22 de outubro de 1927. Huntington Papers, Series III, Box 58, Folder 2047.

Carta de J.R. Angell a Ellsworth Huntington, 17 de março de 1928. Huntington Papers, Series III, Box 61, Folder 2183.

Carta de Ellsworth Huntington a J.R. Angell, 21 de março de 1928. Huntington Papers, Series III, Box 61, Folder 2183.

Carta de Ellsworth Huntington a J.R. Angell, 2 de maio de 1929. Huntington Papers, Series III, Box 63, Folder 2279.

Folheto da *American Eugenics Society*, 1931. Huntington Papers, Series IV, Box 27, Folder 271-B.

Carta de Ellsworth Huntington a Arnold Toynbee, 9 de abril de 1947. Huntington Papers, Series III, Box 100, Folder 4295.

Semple Papers

Materiais consultados na *Margaret I. King Library* da Universidade do Kentucky (EUA)

Textos não publicados:

BAUGH, Ruth. *Ellen Churchill Semple – The Lady of American Geography*, 1961. Semple Papers, Box 6, Folder 7.

SEMPLE, Ellen. *The Partition of Asiatic Turkey*, 1918. Semple Papers, Box 5, Folder 8.

Resenhas de jornais e revistas:

The Great influence of Geographical Conditions on American History and Commerce. The New York Times Saturday Review of Books and Art, 28 de novembro de 1903. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

Book Review Digest, julho de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

Review of Reviews, julho de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

Boston Evening Transcript, 5 de julho de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

The Outlook, 15 de julho de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

Independent, 3 de agosto de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

The Christian Register, 3 de Agosto de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

Boston Herald, 2 de setembro de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

Chicago Evening Post, 10 de novembro de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

The Survey, 9 de dezembro de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

The Nation, 21 de dezembro de 1911. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.

Literary Digest, 2 de março de 1912. Semple Papers, Box 6, Folder 8, Scrapbook.